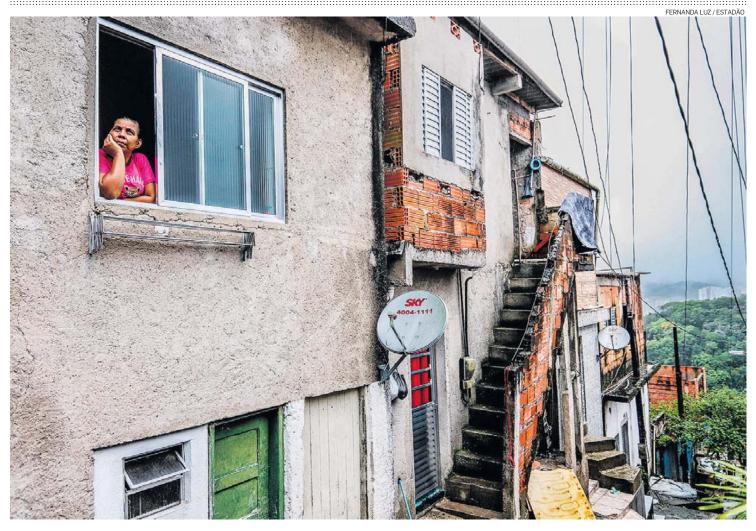
O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)

Quarta-feira 1 de MARÇO de 2023 • R$ 6,00 • Ano 144 • Nº 47251
estadão.com.br

INÊS249

FERNANDA LUZ / ESTADÃO

Vítimas de outros temporais ainda aguardam soluções

Famílias desabrigadas por enchentes e deslizamentos causados por chuvas no litoral sul, em 2020, e em Franco da Rocha, em 2022, esperam por moradia. A cuidadora Laura Almeida (*foto*) paga aluguel em área com risco de desastre. __A15

E&N Reoneração de combustíveis __B1 e B2

Conta de imposto recairá sobre acionista da Petrobras e consumidor de gasolina

__ *Preços ficam mais altos; exportação de petróleo será taxada*

A cobrança de tributos federais sobre combustíveis volta hoje. O litro da gasolina ficará R$ 0,47 mais caro, nas refinarias, e o do etanol, R$ 0,02. Ontem, a Petrobras anunciou redução de R$ 0,13 no litro da gasolina nas refinarias. Com isso, o aumento do combustível será de R$ 0,34 por litro, segundo o ministro Fernando Haddad (Fazenda). De acordo com a Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), o preço da gasolina, na bomba, vai subir cerca de R$ 0,25 por litro. Para arrecadar R$ 28,9 bilhões com a medida, como quer, o governo vai taxar as exportações de petróleo por quatro meses, com arrecadação prevista de R$ 6,6 bilhões. O efeito sobre o lucro da Petrobras será de 1%.

Análise __B2
Adriana Fernandes

Taxar exportação vai ter oposição no Congresso

Declaração ao TSE __A8

Ministro omite patrimônio de R$ 2,2 milhões em cavalos de raça

Em 2022, quando registrou sua candidatura a deputado federal, o hoje ministro Juscelino Filho (Comunicações) possuía ao menos 12 animais adquiridos em leilões. Interlocutores de Luiz Inácio Lula da Silva dizem que o presidente aguarda explicações de Juscelino sobre uso de avião da FAB em agenda privada.

Militares __A9

Comandante disse que vitória de Lula foi 'indesejada' por maioria do Exército

Em fala a subordinados em 18 de janeiro, Tomás Paiva criticou politização das Forças e descartou fraude na eleição.

Judiciário __A11

CNJ abre processo disciplinar e afasta juiz Marcelo Bretas, ícone da Lava Jato

Entre as acusações estão negociar penas, orientar advogados, pressionar investigados e combinar passos com o MPF.

UNIVERSAL PICTURES

Cinema __ C6 e C7

Mostras para celebrar Spielberg

Retrospectivas no CCBB e CineSesc permitem reavaliar a obra do diretor de "E.T – O Extraterrestre" (foto).

Pandemia __A18

Estudos indicam que vacina bivalente é mais eficaz

Games no Olimpo __A19

COI planeja incluir eSports na Olimpíada a partir de 2028

Jornal do Carro __D1

FELIPE RAU/ESTADÃO

Pulse Abarth, um esportivo com espírito e desempenho

E&N Reforma tributária __B7

Agronegócio toma posição contra fim de isenção para itens da cesta básica

Proposta do governo é que produtos da cesta básica passem a ser taxados e o imposto seja devolvido para a população de baixa renda.

Notas e Informações __A3

Finalmente Haddad ganha uma

Dificuldade para convencer Lula a tributar gasolina mostra a força do populismo.

Justiça Militar é só para crime militar

Amanda Graciano __B12
IA no mercado de trabalho brasileiro

Roberto DaMatta __C5
E quando o palco fala?

Leandro Karnal __C8
Segredos para navegar sem ser cancelado

Tempo em SP
19° Mín. 29° Máx.

ISSN - 1516-293-1

MARIANA CARNEIRO
COM JULIA LINDNER e GUSTAVO CÔRTES
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/COLUNA-DO-ESTADAO

Coluna do Estadão

MPs têm caminho difícil no Congresso e PT abre negociação com ruralistas

Líderes do Congresso fizeram chegar ao governo a informação de que o caminho será difícil na votação de duas medidas provisórias que serão analisadas nas próximas semanas: a MP do Carf e a que reestruturou os ministérios de Lula. Antevendo a dificuldade, o líder do PT na Câmara, Zeca Dirceu (PT-PR), procurou o líder da bancada ruralista, Pedro Lupion (PP-PR), para tentar um pré-acordo e evitar a disputa no voto. Lupion respondeu que há dois pontos centrais para a bancada: a volta da Conab, atualmente no Desenvolvimento Agrário (MDA), e do Cadastro Ambiental Rural, hoje no Meio Ambiente, para a Agricultura. Em troca, os ruralistas admitem "perder" o Incra para o MDA e não brigar pelo Serviço Florestal Brasileiro.

● **MURO.** A bancada ruralista crê ter votos suficientes para reaver a Conab e o Cadastro Ambiental Rural mesmo se não houver acordo com o governo. Zeca Dirceu ficou de levar a posição para o Palácio do Planalto.

● **MAIS.** Embora Fernando Haddad tenha avançado no acordo com a OAB para que as empresas que percam no voto de qualidade, a ser restituído no Carf, não paguem multa e juros, há outra questão na MP que incomoda parlamentares, principalmente os do Centrão. O texto da Fazenda elevou de 60 para 1.000 salários mínimos o valor das querelas que podem ser questionadas no conselho. Deputados dizem que a medida é inconstitucional por travar o acesso à defesa.

● **MAIS TARDE.** As duas pautas mais afastam do que aproximam parlamentares de partidos como PP, PL e Republicanos que gostariam de embarcar na base de apoio do governo Lula.

● **MAYDAY.** Arthur Lira (PP-AL) atrasou o retorno de Las Vegas, nos EUA, onde descansava, por uma pane no avião que faria o deslocamento dele e de Elmar Nascimento (União-BA), que viajou junto com o presidente da Câmara. A previsão era a de que Lira chegasse a Brasília na tarde desta terça (28), o que não ocorreu.

● **DESEJO.** A nova MP dos Combustíveis, que reonera a gasolina e o etanol, deve brecar tentativas de parlamentares de retomar o desconto no imposto. Petistas dizem que o novo texto dá prazo de 4 meses, tempo suficiente para a Petrobras rever a política de preços dos combustíveis.

● **DEDO.** As escolhas feitas por Alexandre Silveira (Minas e Energia) para o Conselho da Petrobras desagradaram a sindicalistas. Dos 4 nomes apontados, 2 trabalharam no governo Jair Bolsonaro e, segundo sindicalistas, podem atrapalhar a mudança nos preços.

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales

Jean Paul Prates, presidente da Petrobras

● **ROBÔ.** O deputado estadual catarinense Matheus Cadorin (Novo-SC) apresentou nesta terça (28) um projeto de lei na assembleia legislativa elaborado pelo ChatGPT, o app de inteligência artificial sensação do momento. O projeto determina que o Estado deve publicar mensalmente o estoque de medicamentos disponíveis nas unidades de saúde. Apesar de elaborado pelo robô, o texto foi revisado por humanos, avisa Cadorin.

● **UNIÃO.** O Centro de Liderança Pública (CLP) e o Movimento Brasil Competitivo decidiram atuar juntos na reforma tributária.

PRONTO, FALEI!

Izalci Lucas
Senador (PSDB-DF)

"A qualidade da reforma tributária dependerá muito do pacto federativo. A redistribuição dos impostos tem que dar mais recursos para os municípios."

CLICK

Fausto Pinato
Deputado federal (PP-SP)

Reuniu-se com a secretária executiva do Itamaraty, Maria Laura da Rocha, para reativar a Frente Brasil-China, que ele coordena e que foi esvaziada sob Bolsonaro.

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

NOTAS E INFORMAÇÕES

Finalmente Haddad ganha uma

O simples fato de que o ministro teve imensa dificuldade para convencer Lula a voltar a tributar a gasolina, algo que deveria ser trivial, mostra a força do populismo lulopetista

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, venceu uma importante batalha ao convencer o presidente Lula da Silva a autorizar a volta da cobrança de tributos federais sobre a gasolina. Alvejado publicamente pela chamada "ala política" do governo e por lideranças demagógicas do Congresso, como se estivesse cometendo um crime de lesa-pátria, o ministro felizmente conseguiu reverter a medida populista que desonerou a gasolina, tomada pelo governo de Jair Bolsonaro no ano passado, na sua tentativa desesperada de se reeleger.

Era esperado que Haddad, como chefe da equipe econômica, defendesse a volta da tributação sobre a gasolina, pois era um dos pilares do pacote fiscal anunciado para reduzir o déficit de R$ 230 bilhões projetado para este ano e, junto com a tributação do etanol, contribuirá com quase R$ 29 bilhões em receitas à União. Para além da questão econômica, no entanto, havia muitos outros pontos favoráveis à medida.

Não cobrar impostos sobre a gasolina é o mesmo que subsidiá-la, e, em um país com desigualdades sociais tão evidentes, em que milhões de famílias dependem de programas de transferência de renda para sobreviver, não há motivos para justificar que o Estado abra mão de impostos para beneficiar proprietários de veículos. Sob o viés ambiental, não faz sentido que o Brasil conceda tratamento especial para um item poluente no momento em que pretende assumir protagonismo internacional em defesa da economia verde e da proteção do meio ambiente.

Neste caso em particular, a razão sempre esteve do lado de Haddad. Por isso mesmo, impressiona a quantidade de reuniões e a energia despendida pelo governo para debater um tema que deveria estar pacificado, fosse o governo responsável como Lula vive a alardear. A dificuldade para encontrar uma solução não era técnica, pois não havia controvérsia nenhuma, e sim política, pois o governo precisava encontrar uma maneira de lidar com uma crise artificial e enfrentar o desgaste associado à reversão de uma política equivocada sob qualquer ponto de vista.

Com décadas de experiência, Lula caiu em uma armadilha deixada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro ao prorrogar a desoneração, trazendo para si um problema que poderia ter sido resolvido no fim do ano passado. Tivesse a racionalidade econômica prevalecido no debate desde o início, a volta da tributação teria sido determinada já em janeiro. Como não foi esse o caso, abriu-se espaço para a demagogia.

O subsídio aos combustíveis foi uma agenda fabricada na campanha à reeleição do ex-presidente Jair Bolsonaro. Diferentemente de 2018, quando o governo Michel Temer teve de adotar um subsídio ao diesel para dar fim à greve dos caminhoneiros, não havia, no governo Bolsonaro, ameaças de paralisação do País. A guerra na Ucrânia foi um pretexto covarde para o ex-presidente adotar ações que só favoreciam a ele mesmo, ao atropelo das leis e da Constituição.

Mesmo diante desses fatos, houve pressão de gente do próprio governo e do partido de Lula para ignorar Haddad e renovar a desoneração. Quando se digladia publicamente em disputas fratricidas e frita um de seus principais ministros para defender uma agenda claramente populista, o governo Lula, o PT e sua base de apoio no Congresso alimentam a sensação de que não é sério o compromisso do presidente com a responsabilidade fiscal. Não que tivéssemos grandes ilusões a esse respeito, mas, dado que o governo mal começou, seria justo dar um voto de confiança. Ao permitir que seus porta-vozes mais radicais no PT isolem um ministro da Fazenda que, ao menos na aparência, se mostra interessado em ajustar as contas públicas, Lula rasga esse voto.

A lealdade de Haddad a Lula é inequívoca e teve peso fundamental em sua escolha para o cargo, e só isso explica que o ministro da Fazenda tenha engolido tantos sapos sem dar um pio. Sabe-se lá que cálculos Lula está fazendo, mas, para o Brasil, interessa que a "ala política", isto é, os sabotadores instalados no governo e na direção do PT, sejam neutralizados por quem manda no partido e no governo, que é Lula. Por ora, embora Lula tenha permitido que Haddad ganhasse uma depois de tantas derrotas, parece que o chefão petista não está muito interessado nisso.●

Justiça Militar é só para crime militar

Moraes entende que a Justiça comum é competente para julgar militares envolvidos no 8 de Janeiro. A decisão é correta, mas seria bom que o plenário do STF a referendasse

Ao autorizar um pedido de investigação feito pela Polícia Federal (PF), o ministro Alexandre de Moraes entendeu que o Supremo Tribunal Federal (STF) é competente para processar e julgar os crimes ocorridos no 8 de Janeiro, "independentemente de os investigados serem civis ou militares". A decisão está correta.

A Justiça Militar tem competência restrita, processando e julgando apenas "os crimes militares definidos em lei" (art. 124 da Constituição). "Nenhuma das hipóteses definidoras da competência da Justiça Militar da União está presente nesta investigação", disse Alexandre de Moraes. Reconhecer a competência da Justiça comum para processar e julgar eventuais crimes praticados por militares no 8 de Janeiro é, assim, manifestação de respeito ao princípio do juiz natural.

Ao aplicar a jurisprudência do STF no sentido de que a Justiça Militar julga "crimes militares", e não "crimes de militares", Alexandre de Moraes reafirmou o princípio fundamental da República: a igualdade de todos perante a lei. A existência da Justiça Militar não é privilégio para os membros das Forças Armadas, como se eles tivessem direito a um tribunal especial por sua condição de militares. "O Código Penal Militar não tutela a pessoa do militar, mas sim a dignidade da própria instituição das Forças Armadas", diz a jurisprudência do Supremo, mencionada na decisão.

Crimes comuns praticados por militares devem ser julgados pela Justiça comum, como ocorre com todos os outros cidadãos. Segundo a PF apurou, há indícios apontando "possível participação/omissão dos militares do Exército Brasileiro, responsáveis pelo Gabinete de Segurança Institucional e pelo Batalhão da Guarda Presidencial", nos atos do 8 de Janeiro. É preciso, portanto, investigar tais indícios.

Embora a decisão de Alexandre de Moraes seja correta e bem fundamentada, seria muito importante que o colegiado da Corte a referendasse. É preciso evitar, a todo o custo, a impressão de que o trabalho do Judiciário relacionado aos atos do 8 de Janeiro estaria baseado apenas nos entendimentos e posições de um único ministro. O STF tem o dever de preservar sua autoridade, o que inclui ratificar as medidas corretas e retificar as extravagantes ou excessivas. A garantia do duplo grau de jurisdição – o direito de submeter uma decisão judicial a reexame por outro órgão – deve valer sempre e de forma efetiva.

A autorização para que se investiguem militares envolvidos nos atos do 8 de Janeiro traz à tona outro caso em julgamento pelo STF que, apesar de ser uma situação diferente, também trata da competência da Justiça Militar. Nos últimos anos, o Congresso aprovou leis – em concreto, a Lei Complementar 136/2010 e a Lei 13.491/2017 – que ampliaram o conceito de crime militar, com o objetivo de incluir na alçada da Justiça Militar situações que originalmente eram de competência da Justiça comum; em concreto, crimes contra civis praticados por militares no exercício de atividades militares atípicas, como as operações GLOs, de garantia da lei e da ordem. Corretamente, a Procuradoria-Geral da República (PGR) questionou a constitucionalidade desses dispositivos, que distorcem o sentido do art. 124 da Constituição e ferem o princípio republicano da igualdade de todos perante a lei. Não há ainda data para o caso ser julgado pelo plenário do STF.

Por ocasião da tramitação no Congresso do texto que deu origem à Lei 13.491/2017, dissemos neste espaço: "Militares não deveriam realizar o trabalho que cabe apenas à polícia, salvo na vigilância das fronteiras. Mas já que, de quando em quando, são equiparados pela tarefa à polícia, que como ela respondam por seus atos na Justiça comum, a mesma dos demais cidadãos" (*Os militares e a segurança pública*, 1/8/2016).

Competência judicial é assunto delicado, que interfere no funcionamento de todo o sistema de Justiça e demanda, portanto, especial previsibilidade e estabilidade. Cabe ao STF dirimir rapidamente todas as dúvidas. Justiça Militar é só para crime militar, como estabelece a Constituição.●

ESPAÇO ABERTO

Nunca sem luta, mas não só luta

Nicolau da Rocha **Cavalcanti**

"Em nenhum momento de sua história, o **Estado** deixou de estar engajado na luta político-ideológica", disse, em 1998, Ruy Mesquita, então diretor do jornal, em entrevista à revista *O Onze de Agosto*, publicação do Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito da USP. "Desde o princípio, a preocupação de Julio Mesquita (*avô de Ruy*) era contribuir para o aperfeiçoamento das instituições brasileiras", disse.

Na entrevista, publicada em outubro de 1998 na edição comemorativa dos 95 anos do XI de Agosto, Ruy Mesquita defendeu que um bom jornal deve, em primeiro lugar, ter "objetividade na informação, tanto quanto seja humanamente possível ser objetivo", sem deixar que "suas opções ideológicas influam" no noticiário. No entanto, "isso não quer dizer que um jornal deva ser neutro diante dos conflitos políticos e sociais. Imparcial na transmissão das notícias, sim. Neutro nos conflitos políticos, não".

Essa compreensão de jornalismo levou o **Estado** a publicar, por exemplo, o editorial *Instituições em frangalhos* (13/12/1968), no dia do Ato Institucional n.º 5 (AI-5), criticando severamente o regime militar. "Foi o último editorial que meu pai (*Júlio de Mesquita Filho*) escreveu", contou Ruy. "Naquele dia 13 de dezembro, o jornal foi apreendido e, desde então, o espaço do editorial começou a sair em branco. Logo depois, meu pai caiu doente, vindo a morrer em junho de 1969."

Sobre os tempos da ditadura militar, Ruy Mesquita lembrou: "O **Estado**, o *Jornal da Tarde* e o *Pasquim* foram os únicos órgãos da imprensa que tiveram a presença de censores em suas redações". Nos outros, o regime não precisou colocar censores, já que suas ordens sobre o que não devia ser publicado eram obedecidas.

Questionado se o mercado – o que fazia sucesso no momento – ditava a ética do **Estado**, Ruy Mesquita foi enfático: "Em nossos jornais, a ética é nossa, decorrente de nossa formação moral, da tradição e da cultura de minha família". E admitiu que atuar "em função do que consideramos interesse público, e não em função do interesse do público", gera críticas.

> *Um bom jornal cultiva uma compreensão de mundo que vai além de sua posição ideológica, além de seu lugar na luta política*

Mas essa reação adversa parecia não lhe importar. "Se achamos que o governo está certo, pode ser o mais impopular do mundo, ele será defendido por nós. O contrário também vale. Se achamos que o governo enveredou por um caminho errado, pode ser o mais popular do mundo, ele será atacado por nós. O jornal tem de ser fiel a seus princípios", disse.

Este tripé – imparcialidade na notícia, engajamento nas questões públicas e coerência com os valores institucionais – é o que configura, ao longo do tempo, a identidade e o prestígio dos grandes jornais no mundo inteiro. Não há atalho. Não há campanha de marketing que solucione deficiências institucionais ou jornalísticas. Mas também não há fórmulas secretas complicadas. Basta manter distância das duas tentações, sempre insinuantes, de aplauso fácil: editorializar a notícia ou transigir na opinião.

Na tarefa de diferenciar notícia e opinião – sendo fiel a cada uma delas, com suas regras e perspectivas próprias –, há um detalhe decisivo. Um bom jornal cultiva uma compreensão de mundo que vai além de sua própria posição ideológica, além de seu lugar na luta política. Sua percepção dos assuntos é – deve ser – mais ampla e mais aberta do que os termos da batalha político-ideológica na qual está envolvido. Noutras palavras, o necessário engajamento de um bom jornal não obnubila ou limita sua capacidade de observação e de análise.

A entrevista de Ruy Mesquita à revista *O Onze de Agosto* oferece um exemplo disso. Questionado sobre a estabilidade da democracia brasileira – completava-se, então, uma década da Constituição de 1988 –, ele disse: "O povo brasileiro tem demonstrado uma comovente e autêntica vocação para o exercício da democracia". E explicou: "Quando digo isso, estou pensando em San Tiago Dantas, que tem essa frase famosa, segundo a qual o povo brasileiro é muito melhor do que as suas elites". Tal como agora, a frase era incômoda. Há sempre quem queira atribuir nossos problemas sociais e políticos às camadas mais pobres da população.

"E estou também pensando no MST", continuou Ruy Mesquita. Aqui está o ponto que gostaria de destacar. "Julgo inaceitável o comportamento de seus líderes mais radicais. Mas tenho de reconhecer que o movimento em si é um fenômeno altamente positivo. (...) Pela primeira vez em nossa história política, aquilo que se pode definir como lumpemproletariado brasileiro se organiza e demonstra uma força de reivindicação que obriga o governo a atendê-lo", avaliou o então diretor do **Estado**.

A capacidade de ver além da própria posição político-ideológica requer maturidade e desprendimento. No jornalismo, os fatos têm prioridade. E é isso o que confere a magia própria, o admirável encanto, de um bom jornal. Não é acertar sempre, nem muito menos agradar a todos. É a disposição de oferecer, todos os dias, a máxima objetividade possível nas notícias e a mais contundente defesa de seus princípios na opinião. Mesmo que isso possa custar a vida. ●

ADVOGADO

FÓRUM DOS LEITORES

O **Estado** reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas.
Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada ● **E-mail:** forum@estadao.com

Brasil-EUA

A volta da política Sul-Sul

Dois navios de guerra da Marinha do Irã atracaram, no domingo, no porto do Rio de Janeiro, apesar de os EUA terem pedido ao Brasil que não permitisse a ancoragem das embarcações em território brasileiro. O mundo ocidental apoia a Ucrânia na guerra contra a Rússia, e o Brasil se mantém neutro. É o recomeço da política Sul-Sul, com o governo brasileiro se contrapondo aos EUA e se voltando para China, Rússia, Irã, Venezuela, Cuba, Nicarágua, ditaduras africanas e outras republiquetas terceiro-mundistas. Quem anseia ser o melhor tem de se unir aos melhores.

J. A. Muller
josealcidesmuller@hotmail.com
Avaré

Guerra na Ucrânia

O Brasil ficou sentado

O Brasil não me representa na ONU. Na reunião do dia 24 de fevereiro, o embaixador do Brasil no Conselho de Segurança não atendeu ao pedido da Ucrânia para que as delegações se levantassem para fazer um minuto de silêncio em homenagem "às vítimas da agressão" russa. Isso deixou a mim e, suponho, à grande maioria dos brasileiros muito ofendidos. Ou será que acreditam que concordamos com a platitude dita por Lula de que, "quando um não quer, dois não brigam"? Haja paciência!

Jane Araújo
janeandrade48@gmail.com
Brasília

Governo Lula

A 'capivara' do ministro

Ao que se sabe, Juscelino Filho nada fez pela pasta das Comunicações até aqui, mas isso não é importante, não é? Conforme denúncias do **Estadão** em várias reportagens, o excelentíssimo ministro mandou verba do orçamento secreto para asfaltar estradas em sua fazenda, falsificou informações ao TSE para usar verba eleitoral e, agora, utiliza avião da Força Aérea Brasileira (FAB) para participar de leilões de cavalos quarto de milha, gastando nosso dinheiro em hospedagens e deslocamentos. Uma festa! Isso porque são só dois meses de governo. Imaginem o que acontecerá em quatro anos, se este sujeito continuar ministro. O presidente Lula ainda não teve devolutiva das averiguações que mandou apurar sobre este caso? O **Estadão** fornece toda a *capivara* do ministro, mas é como se nada de errado estivesse acontecendo. Muita gente graúda deve ter rabo preso com ele. Não há outra explicação.

Luiz Antonio Amaro da Silva
zulloamaro@hotmail.com
Guarulhos

E agora, Lula?

O presidente Lula, no seu discurso de posse, disse com veemência que quem fizesse malfeitos seria "educadamente" convidado a se retirar do seu governo. Ocorre que o ministro Juscelino Filho – aquele que usou verbas do orçamento secreto para asfaltar uma estrada que servia sua fazenda e seu heliponto – novamente mostrou a que veio. Viajou "com urgência" a São Paulo, em jato da FAB, para participar de um leilão de cavalos de raça. Para não ficar tão feio, gastou duas horas e meia em eventos oficiais do governo, e recebeu pelas diárias de quinta-feira a segunda-feira. A pergunta que não quer calar é: E agora, Lula, vai cumprir com a palavra?

Júlio Roberto Ayres Brisola
jrobrisola@uol.com.br
São Paulo

8 de Janeiro de 2023

Defesa do Judiciário

Cumprimento o jornal **Estado** pelo lúcido editorial *O Brasil não está sob ditadura judicial* (28/2, A3). Como bem afirma o editorialista, o direito de criticar o Judiciário não pode ser confundido com ataques despropositados, que põem em risco o Estado Democrático de Direito, a exemplo do que têm feito setores golpistas radicais. Como ex-presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e atual diretor presidente da Escola Nacional da Magistratura e em nome da tradição libertária e democrática mineira, associo-me ao **Estadão** na defesa da democracia e da integridade do Poder Judiciário brasileiro.

Nelson Missias de Morais, desembargador
secretaria@enm.org.br
Brasília

Extrema direita

O nome correto

Peço à mídia, confiando na força do **Estadão**, que pare de nomear a extrema direita de bolsonarismo – isso só dá força ao ex-presidente, e aos seguidores, a falsa impressão de que têm força e respaldo, o que os leva a atos inusitados. Não é bolsonarismo, é fascismo mesmo, mas pode chamar de extrema direita.

Cristina Cardoso
cristina@marcabr.com.br
Carapicuíba

ESTADÃO
BLUE STUDIO

APRESENTADO POR

Einstein tem a melhor avaliação em ASG na América Latina pela S&P

Organização está entre as três mais bem pontuadas do mundo na cadeia de saúde, segundo relatórios publicados pela S&P Global Ratings

A adoção de melhores práticas ambientais, sociais e de governança é um caminho irreversível para empresas e organizações em todo o mundo. No sistema de saúde, que precisa lidar diretamente com o efeito das mudanças climáticas sobre as populações, a necessidade de fomentar iniciativas ligadas à redução de emissões e à promoção da equidade em saúde se mostra ainda mais urgente.

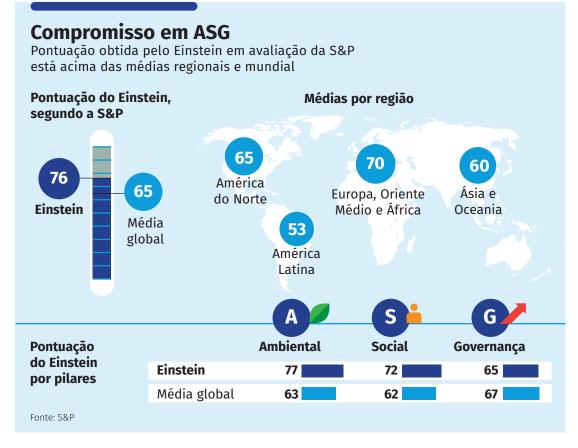
Mas como saber se os esforços de hoje serão, de fato, suficientes? Para isso, um olhar externo sobre os compromissos adotados é uma ferramenta importante. Foi o que a Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein buscou ao decidir submeter as suas práticas de ASG (ambiental, social e governança) à avaliação da S&P Global Rating, em 2022. Esse tipo de avaliação é comum entre empresas de capital aberto, mas não entre instituições sem fins lucrativos. O movimento do Einstein pode estimular a melhoria das práticas ASG no setor de saúde.

"A decisão de contratar uma consultoria para avaliar o nosso desempenho se baseou no desejo de entender como estamos e onde podemos melhorar, para planejarmos os próximos passos", explica o presidente do Einstein, Sidney Klajner. "A estratégia de ASG do Einstein tem como objetivo genuíno transformar a saúde no Brasil."

A pontuação alcançada, de 76/100, mostra o Einstein entre as três melhores organizações do mundo na cadeia de saúde (entre hospitais, empresas de equipamentos e insumos e farmacêuticas), na comparação com outras análises públicas feitas pela S&P. Também é a instituição mais bem posicionada na América Latina quando comparada a empresas de todos os setores.

Impacto social

Segundo o relatório, as atividades do Einstein são direcionadas pela missão de prover serviços por meio da alta qualidade, segurança e inovação em assistência, expandindo o acesso à saúde a populações e comunidades vulneráveis. Isso se traduz na promoção de maior equidade em saúde.

"Desenvolvemos ações e projetos voltados à melhoria da gestão, do diagnóstico e do tratamento na saúde pública e privada, e temos um modelo de governança sólido, que é levado a todas as nossas unidades", afirma Henrique Neves, diretor-geral do Einstein. "Nosso compromisso é com a equidade em saúde e estamos fazendo isso por meio de diversas iniciativas, como avaliou o relatório."

A consultoria internacional destaca que a organização "redesenhou seu sistema de gestão de saúde para integrar os mesmos padrões em suas unidades públicas e privadas". O Einstein faz a gestão de três hospitais públicos no Brasil, além de outras 26 unidades de saúde públicas na capital paulista. Os números da atuação do Einstein no SUS superam hoje os do sistema privado em serviços como partos, consultas, pronto atendimentos e atendimentos domiciliares.

A promoção do acesso à saúde de qualidade também se dá no desenvolvimento de projetos voltados à melhoria da gestão, ao diagnóstico e ao tratamento em saúde pública por meio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS (Proadi-SUS). Desde 2009, mais de cem projetos foram executados pelo Einstein, com dispêndio de cerca de R$ 3 bilhões.

Na área de gestão de segurança, a S&P avalia que a atuação do Einstein é abrangente e "se espelha nas melhores práticas internacionais". A organização foi a primeira fora dos Estados Unidos a ser acreditada, em 1999, pela Joint Commission International, que atesta processos de qualidade e de segurança em saúde.

Padrão internacional

Em muitos aspectos, o que o Einstein faz hoje em ASG só encontra equivalência em padrões internacionais. O relatório evidencia que as metas de redução de gases de efeito estufa e o plano de mitigação estabelecidos pela organização são "mais avançados do que os de seus pares regionais". "Em 2021, o Einstein aderiu à campanha da ONU (Organização das Nações Unidas) sobre mudanças climáticas Race to Zero, comprometendo-se a reduzir 50% de suas emissões totais de gases de efeito estufa até 2030 — o que é mais ambicioso do que a meta dos pares globais —, e a neutralizá-las totalmente até 2050", ressalta a S&P.

> A estratégia de ASG do Einstein tem como objetivo genuíno transformar a saúde no Brasil"
>
> **Sidney Klajner,** presidente do Einstein

O relatório observa que, por serem relativamente recentes, os esforços para neutralizar as emissões, contudo, são um desafio na jornada ASG da organização. Segundo o diretor de Sustentabilidade e Responsabilidade Social do Einstein, Guilherme Schettino, "há um esforço muito grande em expandir as boas práticas e um forte engajamento para atingir a meta de neutralização de emissões". "Entendemos que não há outro caminho", diz Schettino.

A consultoria classifica que o Einstein tem uma gestão de descarte de resíduos mais forte que os padrões do setor de saúde: "Os resíduos da organização destinados a aterros sanitários têm caído consistentemente, representando 25% do total de resíduos em 2021, o que é significativamente menor do que o de seus pares regionais".

No pilar de governança, a S&P classifica o código de conduta e os valores do Einstein como fortes e coerentes em toda a sua cadeia de valor. "A entidade tem um longo histórico de implementação efetiva de seu extenso código de conduta, que é aplicado a todos os funcionários e fornecedores", pontua a agência.

Acesse a versão do relatório em inglês:

ESPAÇO ABERTO

Cem anos da morte de Ruy Barbosa

Rodrigo Pacheco

Ruy Barbosa é, até os dias de hoje, o político jurista mais notável da história nacional. Nascido na Bahia, em 1849, faleceu há exatos cem anos, em 1.º de março de 1923, no exercício de seu quinto mandato como senador da República. O baiano foi recordista de mandatos legislativos: passou 45 anos de sua vida no exercício de cargos eletivos, sendo 32 deles no Senado Federal. Dizia que "o senador é a personificação eletiva de um Estado", ao ponderar que a Câmara Alta era composta de representantes da Federação.

Barbosa foi tanto para o desenvolvimento da República brasileira que é difícil de elencar tudo o que realizou sem cometer a injustiça de deixar algum feito no esquecimento. Ruy viveu muitas vidas em uma, além de colecionar postos públicos de grande relevância e de deixar como legado muitas reflexões que até hoje se fazem oportunas. Foi advogado, jornalista, diplomata, orador, ministro da Fazenda e da Justiça, deputado, senador na primeira legislatura da República, candidato à Presidência do Brasil, coautor da primeira Constituição republicana, membro fundador da Academia Brasileira de Letras e representante do Brasil na Conferência de Haia, o que lhe rendeu o apelido de "Águia de Haia".

Patrono do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União e da advocacia brasileira, é lembrado em tribunais, em discursos políticos e em faculdades de Direito no Brasil inteiro. Reconhecimento merecido e justo. Afinal, foi Barbosa quem estabeleceu os pilares da República Democrática de Direito do nosso país, dedicou-se a criar uma consciência política na população brasileira e atuou fortemente em projetos que visavam à melhoria da qualidade do ensino no Brasil.

No Senado Federal, o baiano só deixou a Casa quando veio a falecer, aos 73 anos de idade. É uma figura tão distinta para o Poder Legislativo brasileiro que seu busto reside solitário no plenário da Câmara Alta brasileira, acima da Mesa. É uma espécie de guardião das leis da nossa República, exercendo até hoje o papel que se dispôs a realizar em vida. Estava lá, inclusive, quando as sedes dos Poderes da República foram invadidas em 8 de janeiro de 2023, dia triste e marcante para a nossa República, mas se manteve firme, assim como nossa democracia.

Aliás, sobre o regime democrático, Barbosa foi seu defensor, por considerar que a democracia representa poder do povo, igualdade e progresso. De fato, é dele a brilhante frase "o princípio do futuro é a democracia". Hoje, quando olhamos para o nosso passado, podemos ver claramente que governos autoritários representaram retrocessos e que a democracia simboliza avanço civilizatório, de modo que, sim, podemos dizer que o começo do progresso é o estabelecimento de um governo democrático, e que Barbosa estava certo.

> ***O jurista tinha pautas que transcenderam o seu tempo e estão presentes no debate hodierno, o que comprova a genialidade do patrono do Senado da República***

Além de defender a democracia, a "Águia de Haia" alertou para a necessidade de respeitar a legislação. O patrono do Senado é autor de uma célebre frase que resume a necessidade de submissão ao Estado de Direito, ao defender que é necessário agir "com a lei, pela lei e dentro da lei; porque fora da lei não há salvação". Barbosa concluiu que esta lição, relativa ao respeito às leis, era "o programa da República".

Grande orador, era conhecido por proferir discursos inflamados, e usou a tribuna do Senado diversas vezes para pronunciar verdadeiras aulas de política. O conteúdo de sua oratória era tão rico que, até hoje, sua vida e obra são objeto de pesquisa do Setor Ruiano. No plenário do Senado Federal, em 1911, mostrou que usava a palavra e o direito como armas de sua luta por um país justo e igualitário. Disse: "Não podia trazer a esta tribuna nem uma carabina nem uma espada. Trago ao recinto dos legisladores apenas um volume das nossas leis. Infelizmente bem fracas nestes tempos, têm sido sempre a minha única arma".

Em *Oração aos moços*, seu discurso mais famoso, que escreveu como paraninfo de formatura da turma de 1920 da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, Barbosa confidenciou: "Tudo envidei por inculcar ao povo os costumes da liberdade e à República as leis do bom governo, que prosperam os Estados, moralizam as sociedades e honram as nações. Preguei, demonstrei, honrei a verdade eleitoral, a verdade constitucional, a verdade republicana".

Barbosa foi um divisor de águas na política brasileira, trabalhando arduamente para plantar uma semente de consciência político-eleitoral na população brasileira. Para tanto, defendia a necessidade de que a população tivesse acesso à educação e à imprensa. Dizia que "os meios de educar a opinião não são outros senão a escola e a imprensa, dois sacerdócios sublimes". É notório que o jurista tinha pautas que transcenderam o seu tempo e estão presentes no debate hodierno, o que comprova a genialidade do patrono do Senado da República.

Por tudo o que representou para o Parlamento brasileiro e para o Brasil, o Senado Federal realizará, às 10 horas deste 1.º de março, sessão solene em homenagem aos cem anos da morte desta personalidade que viveu à frente de seu tempo e cujos ensinamentos ecoam nos ambientes jurídico e político até a atualidade. ●

PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

TEMA DO DIA

LUCIANA PREZIA/DIVULGAÇÃO

'Foi covarde'

Roberto Justus critica Bolsonaro e diz que faltou oposição democrática

Aliado de ex-presidente, empresário revelou em entrevista concedida à Jovem Pan na manhã desta segunda-feira, 27, que se decepcionou com comportamento do político durante a gestão presidencial e nas férias nos EUA. ●

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● "Mas quem poderia imaginar que Bolsonaro fosse ter uma atitude como essa, né?"
CYNTHIA GERMANNA

● "Acho incrível como o Justus, que trabalha identificando pessoas e suas habilidades profissionais, não percebeu isso antes."
ANDREIA CAMPOS

● "PT deu 4 anos para Bolsonaro, agora ele entrega de bandeja mais 4 para o PT."
CHRIS LACERDA

● "Faltou atitude democrática de Bolsonaro desde o início de sua atuação política."
ARTHUR SANY

NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão.
www.estadao.com.br/e/linkdabio

Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

REGINA BROCKE/THE NEW YORK TIMES

The New York Times

Diretor que jogou fezes em jornalista volta aos palcos. ●
https://bit.ly/3YVGqHv

Guia Pet Friendly

Veja restaurantes em SP para ir com o seu cachorro. ●
https://bit.ly/41vQTuK

Newsletter

Receba conteúdos do 'New York Times' no e-mail. ●
https://bit.ly/3gdgSEg

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02598-900 – São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● **Fax:** (11) 3856-2940 ● **E-Mail:** forum@estadao.com ● **Central do assinante:** Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● **Central ao leitor:** (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 **Preços venda avulsa: SP:** R$ 6,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). **RJ, MG, PR, SC E DF:** R$ 6,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT E MS:** R$ 8,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo).**BA, SE, PE, TO E AL:** R$ 9,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO:** R$ 10,00 (segunda a sábado) e R$13,00 (domingo).● **Vendas de assinaturas:** 0800-014-9000 ● **Whatsapp:** (11) 99248-2333 ● **Vendas corporativas:** (11) 3856-2524 ● **Agências de publicidade:** (11) 3856-2531 ● cia@estadao.com

Governo

Juscelino Filho omite da Justiça Eleitoral patrimônio de R$ 2,2 milhões em cavalos

Ministro das Comunicações foi candidato a deputado federal em 2022; declaração de bens é exigida pelo TSE para que o eleitor acompanhe evolução patrimonial dos postulantes

JULIA AFFONSO
TACIO LORRAN
VINÍCIUS VALFRÉ
DANIEL WETERMAN
BRASÍLIA

O ministro das Comunicações, Juscelino Filho, escondeu do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) um patrimônio de ao menos R$ 2,2 milhões em cavalos da raça. Em agosto do ano passado, quando registrou sua candidatura a deputado federal, ele possuía ao menos 12 animais Quarto de Milha, adquiridos em leilões. Os cavalos

Patrimônio
Ministro informou ter fazendas, carros, avião, um apartamento e o terreno onde está seu haras

são criados no haras dele em Vitorino Freire, no Maranhão, onde mandou asfaltar, com dinheiro do orçamento secreto, uma estrada que corta fazendas da família e passa na frente de sua pista de pouso.

O **Estadão** levantou o patrimônio oculto do ministro cruzando informações de entidades de criadores e de negociantes de animais; os valores foram atualizados. Num primeiro momento, a reportagem identificou registros de cavalos em nome de Juscelino no banco de dados da Associação Brasileira de Quarto de Milha (ABQM). A entidade, reconhecida pelo Ministério da Agricultura, mantém um serviço de certificados, que inclui o nome do proprietário, data de nascimento, sexo e pelagem dos cavalos.

Com os nomes dos animais registrados por Juscelino, a reportagem encontrou os animais em leilões realizados em Alagoas, Ceará, Maranhão, São Paulo e Sergipe, Estados estratégicos para o mercado de animais de vaquejadas. Foram assistidas a 56 horas de gravações, de 14 pregões.

A negociação dos cavalos, atividade paralela à política, não costuma aparecer nas redes sociais do ministro, usadas com frequência para divulgar suas tarefas ministeriais e momentos de sua vida privada. Nos leilões de animais, Juscelino é festejado pelos organizadores, que o tratam como dono do haras em Vitorino Freire. No papel, o estabelecimento pertence à irmã do ministro, a prefeita Luanna Rezende, e a Gustavo Marques Gaspar, um ex-assessor dele na Câmara. Gaspar está nomeado na liderança do PDT no Senado. O **Estadão** ligou para o haras e conversou com um funcionário que afirmou não conhecer nenhum Gustavo Gaspar.

PATRIMÔNIO. Em declaração à Corte Eleitoral, o ministro informou um patrimônio de R$ 4,457 milhões, com fazendas, carros, 50% de uma aeronave, um apartamento e o terreno onde está instalado o haras. O registro não inclui animais nem embriões. O valor declarado por ele é semelhante aos R$ 4,426 milhões que movimentou em leilões desde 2018. No período, além das compras, o ministro vendeu 14 animais da raça Quarto de Milha.

A declaração de bens é exigida pela Justiça Eleitoral para garantir que o eleitor possa acompanhar a evolução patrimonial do seu candidato e também para indicar se o postulante pode ou não doar dinheiro para sua própria campanha. Os dados são apresentados pelo próprio candidato e se ficar comprovado que ele mentiu pode ser responsabilizado.

Os cavalos do ministro estão num haras com 165 mil metros quadrados, o equivalente a 15 campos oficiais de futebol. O terreno pertencia à prefeitura de Vitorino Freire. Em 1999, o então estudante Juscelino Filho, um adolescente de 14 anos, comprou a área por R$ 1 mil (R$ 4,3 mil em valores corrigidos). O pai dele, Juscelino Rezende, era o prefeito – logo, o vendedor do imóvel.

FAB. Em reportagem publicada anteontem, o **Estadão** revelou que Juscelino usou um voo da FAB e recebeu R$ 3 mil de diárias para ir a leilões de cavalos no interior de São Paulo. Ele justificou ao governo que tinha compromissos "urgentes" na capital paulista. Dos quatro dias que passou por lá, porém, sua agenda de trabalho tomou duas horas e meia e envolveu uma visita à sede da Claro e aos escritórios da Telebras e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). A sede da agência fica em Brasília. O restante do tempo foi inteiramente dedicado aos eventos de cavalos.

Em um dos discursos na agenda paralela, Juscelino disse que usaria o cargo de ministro das Comunicações para impulsionar o mercado de cavalos e se apresentou como "integrante da equipe do presidente da República".

No ano passado, como deputado, Juscelino apresentou um único projeto de lei. Propôs criar o Dia Nacional do Cavalo pelo "papel histórico na humanidade e nos tempos modernos". Não convenceu seus pares a aprovar. Procurado, o ministro não se manifestou. ●

Para lembrar

Ministro beneficiou fazenda com emendas

● Asfalto
Em janeiro, o Estadão revelou que Juscelino Filho destinou R$ 5 milhões do orçamento secreto para asfaltar uma estrada de terra que passa em frente à sua fazenda, em Vitorino Freire (MA). A obra é feita por uma empresa investigada pela Polícia Federal por supostamente pagar propina a um servidor da Codevasf indicado pelo grupo político do ministro no Maranhão

● TSE
O ministro de Lula também apresentou informações falsas à Justiça Eleitoral para pagar com dinheiro público 23 viagens de helicóptero feitas durante sua campanha a deputado federal. Ao prestar contas, Juscelino informou que todos os voos foram feitos por "três cabos eleitorais". O Estadão identificou que os passageiros eram um casal e uma filha de dez anos. A família disse não conhecer o político

● FAB

ISAC NOBREGA / MCOM - 30/1/2023

Já como ministro das Comunicações, Juscelino Filho usou um voo da FAB para ir a São Paulo e participar de leilões de cavalos de raça. Dos quatro dias em que esteve em São Paulo, três foram dedicados a uma agenda paralela envolvendo leilão de cavalos

---

Situação de ministro das Comunicações causa constrangimentos no Planalto

VERA ROSA
LEVY TELES
BRASÍLIA

Interlocutores do presidente Luiz Inácio Lula da Silva dizem que ele aguarda explicações do ministro das Comunicações, Juscelino Filho, sobre o uso de avião da FAB e recebimento de diárias para uma agenda majoritariamente privada em São Paulo voltada para sua paixão, os cavalos. A situação provoca constrangimento no Palácio do Planalto, mas a ordem de Lula é para que os ministros não comentem o assunto em público.

Em conversas reservadas, deputados e senadores da base aliada afirmam que Lula deveria demitir rapidamente Juscelino, após série de reportagens publicadas pelo **Estadão** revelar esquemas envolvendo o titular das Comunicações.

A indicação está na cota do União Brasil, embora a bancada diga que não tenha tido qualquer influência na nomeação. Deputados da bancada disseram que Juscelino não conseguiria 30 assinaturas no partido hoje de apoio.

"Ele tem que responder", disse o deputado Carlos Henrique Gaguim (União Brasil-TO). A indicação de Juscelino deveria partir da Câmara, mas o senador Davi Alcolumbre (AP) o levou à pasta. O líder da legenda na Câmara, Elmar Nascimento (BA), pediu que os congressistas não comentassem sobre o ministro.

ORIENTAÇÕES. Líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA) diz esperar orientações do Planalto sobre como lidar com a crise no Ministério das Comunicações. "Não tenho posição pessoal. Sou líder do governo, eu vou ter que esperar a avaliação que se faz no centro do governo, na Casa Civil", afirmou. O senador evitou sair em defesa de Juscelino, mas afirmou que é preciso analisar o caso. "Acho que não podemos prejulgar ninguém. Temos que esperar a revelação dos fatos, a investigação, para saber se tudo que estão falando é pertinente ou não", disse.

Como mostrou o **Estadão**, Juscelino recebeu quatro diárias e meia e usou jato da Força Aérea Brasileira (FAB) para ir e voltar de São Paulo, entre 26 a 30 de janeiro, onde dedicou três dias da agenda para assistir a leilão de cavalos. Nenhum dos compromissos envolvendo animais está registrado na agenda de Juscelino. Procurado pela reportagem, o ministro não comentou o assunto. ●

No aguardo
Líder no Senado, Jaques Wagner espera orientação do governo sobre como lidar com a crise

Governo

Comandante do Exército disse que vitória de Lula foi 'indesejada'

Falas de Paiva vêm a público e general liga para ministro da Defesa para dizer que declarações foram tiradas de contexto

VERA ROSA
BRASÍLIA
DAVI MEDEIROS
SÃO PAULO

Dias antes de ser nomeado comandante do Exército pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o general Tomás Miguel Miné Ribeiro Paiva afirmou que a vitória do petista nas urnas foi "indesejada" para "a maioria" dos fardados, mas "infelizmente" ocorreu. As declarações feitas em 18 de janeiro vieram a público e levaram ontem o militar a ligar para o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, para dizer que suas falas foram tiradas de contexto. O Palácio do Planalto não vai dispensar Paiva.

Em conversa reservada com subordinados no Comando Militar do Sudeste, Paiva destacou que não há elementos legais para contestar o resultado da eleição e alegar fraude, mas ponderou que "essa sensação (*de irregularidade*) ficou, porque a eleição foi apertada". No mesmo discurso revelado pelo podcast Roteirices, ele fez críticas a Jair Bolsonaro (PL) e acusou o ex-presidente de tentar instrumentalizar as Forças Armadas.

"A gente participou da comissão de fiscalização (*da eleição*). Não aconteceu nada, não teve nada. Tanto que teve um relatório do Ministério da Defesa que foi emitido e que fala que não foi encontrado nada naquilo que foi visto. Agora, o processo possivelmente pode ter falhas que têm de ser apuradas, falhas graves, mas não dá para falar com certeza que houve irregularidades. Infelizmente foi o resultado que a maioria de nós, para a maioria de nós foi indesejado, mas aconteceu", disse Paiva.

As declarações foram feitas em uma cerimônia em homenagem a militares mortos no terremoto de 2010 no Haiti. Antes de iniciar a fala, o general advertiu que não queria ser gravado. Três dias depois, ele assumiu o Comando-Geral do Exército no lugar de Júlio César de Arruda, que foi substituído treze dias depois dos ataques golpistas de 8 de janeiro por se recusar a cumprir a ordem de Lula para revogar a nomeação do coronel bolsonarista Mauro César Barbosa Cid.

PREOCUPAÇÃO. Na ligação para Múcio, o general se mostrou preocupado com a repercussão do episódio, considerado por ele como "fogo amigo". O comandante do Exército insistiu que o tom de suas declarações foi no sentido de destacar que as Forças Armadas não encontraram qualquer irregularidade no processo eleitoral.

Paiva disse a Múcio que em nenhum momento teve a intenção de ofender Lula. Ao contrário: afirmou ter feito um discurso legalista, pedindo aos subordinados que aceitassem o resultado da disputa entre Lula e Bolsonaro. No discurso, por exemplo, ele afirmou que o "pessoal da extrema direita" estava corroendo as Forças Armadas. "O pessoal da extrema direita, que incluo pessoal nosso, está permitindo que nos ataquem, inclusive tentando destruir cadeia de comando", disse o general.

Paiva também lamentou o desfile de blindados da Marinha em Brasília no dia da votação no Congresso da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do voto impresso, em 2021. Ele afirmou que, pessoalmente, tinha simpatia pela iniciativa. "Foi uma proposta legítima do presidente (*Bolsonaro*) de aperfeiçoar o sistema eleitoral. Independente de eu concordar ou não, a proposta foi rejeitada", afirmou.

'SANGUE NA RUA'. Paiva também comentou mensagens que militares passaram a receber nas redes sociais após a vitória de Lula, pedindo que as Forças Armadas tivessem "coragem" para evitar que o presidente eleito tomasse posse. "Imagina se a gente tivesse embarcado em uma aventura. Vocês viram a repercussão mundial. A gente não sobreviveria como país. A moeda explodiria, a gente ia levar um bloqueio econômico jamais visto. Você ia ficar pária, e o povo ia sofrer as consequências. Ia ter sangue na rua", afirmou.

O comandante tem boa interlocução com o Palácio do Planalto e é próximo do vice-presidente Geraldo Alckmin. Antes, apenas trechos do pronunciamento do general haviam se tornado públicos. Na manifestação que agradou a Lula, Paiva exaltava a democracia, argumentando que, "quando a gente vota, tem de respeitar o resultado da urna". As referências ao que classificou como desfecho "indesejado" da disputa não tinham aparecido.

Procurado, Múcio não se manifestou. O Exército não respondeu à reportagem até a conclusão desta edição. ●

Ministro manda soltar 173 detidos por atos golpistas em Brasília

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a soltura de 173 denunciados pelos atos golpistas de 8 de janeiro, quando radicais invadiram e depredaram as sedes dos três Poderes. Eles são acusados de incitação ao crime e associação criminosa.

Agora, poderão deixar o sistema carcerário do Distrito Federal e voltar para seus Estados de origem para o cumprimento de medidas cautelares. Entre elas estão a proibição de deixar o local onde moram, recolhimento domiciliar durante a noite e aos fins de semana, e uso de tornozeleira eletrônica. Eles também não podem usar as redes sociais nem se comunicar com outros acusados.

Também tiveram passaportes cancelados e devem entregar os documentos à Justiça. Além disso, foram suspensos eventuais documentos de porte de arma de fogo e certificados de registro de colecionador, atirador e caçador (CACs).

Moraes entendeu que os investigados não são apontados como financiadores ou executores principais dos atos extremistas em Brasília. Ao todo, 803 pessoas seguem presas e 603 foram liberadas por ordem da Justiça.

O ministro levou em consideração que a maioria tem a condição de réu primário e filhos menores de 18 anos. Moraes determinou que eles fossem notificados a apresentar defesa prévia em 15 dias.

● PEPITA ORTEGA

Novo presidente do STM apoia Moraes

ELIANE CANTANHÊDE
BRASÍLIA

O brigadeiro Francisco Joseli Parente Camelo, que assume neste mês a presidência do Superior Tribunal Militar (STM), manifestou apoio à decisão do ministro Alexandre de Moraes que manteve no Supremo Tribunal Federal (STF) as investigações sobre a participação de militares nos atos golpistas de 8 de janeiro. Joseli foi piloto da Presidência da República nos primeiros mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e tomou posse no STM em 2015, na gestão Dilma Rousseff (PT).

"Li a decisão. Achei bem fundamentada, já esperava. Foi baseada no devido processo legal, no princípio do juiz natural", disse ao **Estadão**, frisando que essa é uma opinião particular. "Se ao longo das investigações forem identificados crimes de natureza militar, imagino que possam ser encaminhadas para Justiça Militar", afirmou.

Moraes abriu anteontem uma investigação destinada a apurar a participação de policiais militares e membros das Forças Armadas nos atos golpistas do dia 8. A decisão busca encerrar a discussão sobre de quem seria a competência judicial para analisar a conduta dos militares. O ministro afirmou que as suspeitas não envolvem "crimes militares" e sim "crimes de militares". O STM vai remeter ao Supremo os inquéritos sobre o caso que tramitavam na Corte militar. ●

MARCELO GODOY ESTÁ DE FÉRIAS E A COLUNA VOLTA A SER PUBLICADA NO DIA 15

Orlando Silva

‘Big techs podem responder por impulsionamentos’

Relator de projeto das fake news diz que liberdade de expressão não é absoluta e discute moderação

ENTREVISTA

Filiado ao PCdoB, foi presidente da UNE, vereador, ministro do Esporte e está no segundo mandato de deputado federal

PEDRO VENCESLAU

Depois de três anos de tramitação no Congresso, o projeto de lei das fake news se tornou prioridade na agenda do Palácio do Planalto, mas ainda há divergências no próprio governo sobre como tratar o tema. Ao **Estadão**, o deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP), relator da proposta, admite haver “ângulos diferentes de observação sobre o mesmo problema”.

Os principais pontos são a criminalização das fake news, a exigência de que empresas de tecnologia tenham sede no País e a proibição dos disparos em massa de mensagens. “O modelo de negócio dessas plataformas digitais, provedores de aplicativo e redes sociais está ancorado no extremismo, que gera mais engajamento”, disse.

Qual é a dificuldade de se obter consenso sobre o projeto das fake news?

É natural que seja assim porque se trata de um tema transversal, sensível e que está sendo debatido no mundo inteiro. Percebo um esforço de unificação da posição do governo. Minha expectativa é que ainda nesta semana tenhamos uma posição unificada do governo.

Como punir as plataformas digitais?

O modelo de negócio dessas plataformas digitais, provedores de aplicativo e redes sociais está ancorado no extremismo, que gera mais engajamento. Esse é um debate inescapável: qual a responsabilidade de que essas empresas devem ter? Hoje, a lei da internet, no artigo 19, diz que o conteúdo deve ser retirado por decisão judicial. Esse artigo está completamente defasado. Não entendo porque o STF não julga a constitucionalidade desse artigo. Seria uma baliza para o debate. Outro caminho seria a legislação ajustar esse artigo para definir em que circunstâncias essas empresas devem ter responsabilidade. Hoje elas só retiram mediante decisão judicial. Lavam as mãos.

Qual é o caminho?

TIAGO QUEIROZ / ESTADÃO - 27/2/2023

Orlando Silva; ainda falta conceito de desinformação

O caminho pode ser responsabilizar a plataforma quando houver publicidade e impulsionamento. Uma coisa é alguém publicar algo na rede social, uma ideia. Aí as plataformas falam que é liberdade de expressão. Se não for conteúdo ilegal, não há problema. Mas se for publicada uma fake news paga em uma empresa, e essa empresa projetar isso num alcance que aquilo nunca teria, é outra coisa. As empresas não podem ser sócias da propagação de desinformação, fake news e discurso de ódio.

Quem vai definir o que é ou não desinformação?

Não há consenso nem sequer no plano internacional. Por isso valorizamos a defesa da liberdade de expressão para que o usuário possa contestar a moderação de conteúdo que deve ser feita pelas plataformas digitais, mas isso deve ser feito com atos fundamentados. Agora debatemos mecanismos para rever a responsabilidade dessas plataformas. Elas identificam e tiram do ar conteúdos de pedofilia e racismo. É preciso criar mecanismos para checar informações e fazer moderação de conteúdo. É evidente que é preciso muito cuidado para que não tirem conteúdos publicados que sejam liberdade de expressão. Mas são necessários parâmetros para combater conteúdos ilegais. A convocação ao 8 de janeiro foi nitidamente uma incitação ao golpe de Estado.

Críticos como o jornalista Glenn Greenwald questionam se existe alguma autoridade confiável para decretar o que é verdade.

A posição do Glenn às vezes “absolutiza” a liberdade de expressão. É como se a liberdade de expressão estivesse acima de tudo, de todos e fosse intocável. Só que nada é absoluto, nem a liberdade de expressão. Há o direito individual e o interesse público quando se prepara qualquer legislação.

Como evitar avaliações arbitrárias na hora de definir o que é fake news?

Não tenho a menor dúvida de que é preciso muito cuidado e critério. Se nós exigirmos monitoramento de conteúdo das plataformas digitais, isso pode produzir riscos à liberdade de expressão. Na dúvida, essas empresas vão tirar conteúdo do ar. Há risco? Há. Mas a sociedade civil brasileira é ativa, crítica e acompanha o governo. Os meios de comunicação têm conteúdos confiáveis. Existe um conjunto de agências de checagem. É o ecossistema da produção e difusão da informação que vai ser o contrapeso para que, sem ter um ministério da verdade, criarmos mecanismos para que não haja nenhuma forma de censura. Aposto nesse ecossistema.

O PL tramita desde 2020. Acredita que o PL vai avançar na atual legislatura?

O PL tramitou por três meses no Senado e foi aprovado, mas debaixo de críticas. Disseram que o Senado não fez o debate público. A Câmara optou por fazer durante dois anos com audiências públicas, seminários, reuniões bilaterais e com especialistas. Em 2022, chegamos a um texto que poderia ser apresentado no plenário, mas houve grande mobilização do governo anterior e das big techs para impedir. Mudou o governo, que é favorável a votar. E a União Europeia aprovou uma legislação que criou um novo padrão de regulação das plataformas. Se vale na Europa, pode valer no Brasil. O 8 de janeiro mostrou que não dá para deixar a moderação apenas sob responsabilidade das plataformas. A tentativa de golpe foi gestada nas plataformas.

“É evidente que é preciso muito cuidado para que não tirem conteúdos publicados que sejam liberdade de expressão. Mas são necessários parâmetros para combater conteúdos ilegais”

Qual a expectativa para a votação em plenário?

O presidente Arthur Lira deve se reunir com os líderes para acertar a data da votação. É desejado que o Senado e a Câmara estejam alinhados. ●

‘Ladrão’, ‘seu m...’, ‘babaca’

Lira tenta frear troca de insultos entre deputados

LEVY TELES
BRASÍLIA

Empossados há apenas um mês, deputados da nova composição da Câmara têm trocado xingamentos em discursos no plenário que reproduzem o ambiente polarizado das eleições de 2022 entre os apoiadores do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de seu antecessor, Jair Bolsonaro (PL). O nível de ofensas chegou a ponto de o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), pedir aos colegas controle verbal e ameaçar com processo no Conselho de Ética.

“Independentemente de lado, sigla, ideologia, pensamento partidário, o deputado ou a deputada que se exceder no plenário desta Casa responderá perante o Conselho de Ética. É inadmissível!”, afirmou. E foi chamado de censor.

Desde o início das atividades desta legislatura, Lula foi xingado no plenário de “ladrão”, “descondenado”, “Barrabás” e “ex-presidiário”. Um deputado chamou o ministro da Justiça, Flávio Dino, de “merda”, e um parlamentar chamou outro de “babaca” após ser constantemente interrompido durante seu discurso. Um congressista afirmou ter “nojo e asco” do PT e do PSOL. Deputados petistas reclamam dos constantes ataques a Lula, mas se referem a Bolsonaro como “genocida”.

Lira criticou a postura dos parlamentares pelo menos duas vezes no plenário. Ele lembrou que o regimento interno diz que nenhum deputado poderá referir-se “de forma descortês ou injuriosa” e lhe garante o direito de remover das notas taquigráficas o que considerar “injurioso contra autoridade deste Parlamento, do Poder Executivo, ou representantes de Estados com os quais o Brasil tenha relacionamento”.

O petista Tadeu Veneri (PR) criticou os ataques a Lula e pediu para que se retirassem as palavras ofensivas das notas taquigráficas. “Vimos um deputado do PT pedindo que censurasse a ata desta sessão”, rebateu Marcel van Hattem (Novo-RS). O presidente em exercício, Pompeu de Mattos (PDT-RS), acatou o pedido.

LIMITE. A Constituição garante a deputados federais e senadores a inviolabilidade civil e penal por quaisquer opiniões, palavras e votos e que serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal. A professora de Direito Constitucional Érica Rios, no entanto, argumenta que há limites para essa imunidade. “Se um parlamentar, no púlpito, ofende a honra, a dignidade ou mesmo comete crime contra alguém (*indivíduo ou grupo*), pode ser processado e eventualmente condenado”, afirmou. ●

Lava Jato do Rio

CNJ abre processo disciplinar e afasta juiz Marcelo Bretas

Titular da 7.ª Vara Federal Criminal do RJ, onde tramitam as ações remanescentes da operação, será alvo de investigação

RAYSSA MOTTA

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu ontem afastar o juiz Marcelo Bretas da 7.ª Vara Federal Criminal do Rio, responsável pelos processos derivados da extinta Operação Lava Jato em tramitação no Estado. O placar foi de 11 votos a 3. Os conselheiros também abriram investigações internas sobre a conduta do juiz. Nesse ponto, o CNJ foi unânime. O afastamento vale até a conclusão dos procedimentos.

O julgamento ocorreu a portas fechadas porque o caso foi colocado em sigilo. A transmissão ao vivo da sessão do CNJ foi interrompida e quem acompanhava presencialmente a votação precisou deixar o plenário. Apenas os advogados do juiz puderam permanecer na sala.

Os processos administrativos foram abertos a partir de três reclamações disciplinares. Bretas foi acusado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de negociar penas, orientar advogados, pressionar investigados e combinar estratégias com o Ministério Público Federal (MPF) em acordos de colaboração premiada.

Outra reclamação foi apresentada pelo prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD), que acusa o juiz de usar o cargo para tentar prejudicá-lo na campanha eleitoral de 2018. Trechos de uma delação premiada que atingiam o então candidato a governador foram vazados. Paes acabou derrotado pelo ex-juiz Wilson Witzel, que não terminou o mandato e foi cassado em meio a denúncias de corrupção.

A terceira reclamação partiu do corregedor do CNJ, Luis Felipe Salomão, após uma fiscalização extraordinária apontar "deficiências graves" dos serviços judiciais e auxiliares na 7.ª Vara Federal Criminal do Rio.

Ícones

Juiz é outro expoente da operação a sofrer reveses na Justiça, além de Sérgio Moro e Deltan Dallagnol

Bretas ganhou notoriedade na esteira da Lava Jato, sobretudo após decretar a prisão do ex-governador Sérgio Cabral, solto neste mês. Uma de suas decisões mais controversas foi a ordem para prender o ex-presidente Michel Temer. O despacho incluiu termos como "possivelmente, provavelmente, bastante plausível".

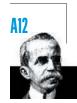
O juiz é mais um expoente da operação a sofrer reveses pela conduta profissional. O ex-juiz Sérgio Moro, que conduziu os processos da Lava Jato em Curitiba, foi considerado parcial pelo Supremo Tribunal Federal. O ex-procurador da República Deltan Dallagnol, que coordenou a força-tarefa do Paraná, foi punido pelo Conselho Nacional do Ministério Público por publicações contra o senador Renan Calheiros (MDB). Ambos foram para a política. Moro foi eleito senador e Deltan, deputado. Bretas já foi punido administrativamente por participar de eventos com o ex-presidente Jair Bolsonaro e o ex-prefeito do Rio Marcelo Crivella.

'SIGILOSA'. Bretas afirmou que sempre atuou "na forma da lei para a realização da Justiça". "Não posso comentar a decisão do CNJ pois a ela não tive acesso, uma vez que foi tomada em sessão sigilosa na qual foi negada a participação da Associação dos Juízes Federais." ●

Tarcísio dá início a plano de privatização da Sabesp

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), autorizou ontem a contratação de estudos para avaliar a viabilidade econômico-financeira da desestatização da Companhia de Saneamento Básico de São Paulo (Sabesp). É o primeiro passo na tentativa de privatizar a empresa, uma de suas principais promessas de campanha.

A decisão foi tomada em reunião do Conselho de Desestatização do Estado, vinculado à Secretaria de Parceria em Investimentos, junto a outros 15 projetos de concessão e parcerias público-privadas que, segundo o governador, devem somar R$ 180,17 bilhões. O grupo também acompanha os estudos para a desestatização da Empresa Metropolitana de Águas e Energia (Emae), que já foram iniciados.

O governador defendeu a medida. "É falso o argumento de que a privatização vai aumentar a tarifa", disse. Segundo Tarcísio, se os estudos não derem a certeza de que a privatização vai aumentar a eficiência e que a tarifa vai baixar, o governo pode recuar da medida. ● GUSTAVO QUEIROZ

● Centenário de morte de Rui Barbosa

Casa de Rui Barbosa aponta desmonte sob Bolsonaro e promete 'revogaço' de atos

Primeira casa-museu do Brasil, instituição abriga 60 mil documentos do jurista, cuja morte completa 100 anos hoje

WILSON TOSTA
RIO

PEDRO KIRILOS / ESTADÃO - 21/2/2023

Fundação Casa de Rui Barbosa fica em Botafogo, no Rio; funcionários acusam ex-presidente de perseguição e corte orçamentário

Pelo menos 43 normas da última gestão da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) sob o governo Jair Bolsonaro (PL) devem ser revogadas total ou parcialmente nos próximos meses. É o que promete o novo presidente da instituição, Alexandre Santini. Entre elas, está a concessão da medalha que leva o nome do patrono da fundação à ex-presidente da Casa Letícia Dornelles, indicada para o cargo pelo deputado bolsonarista Marco Feliciano (PL-SP). Os servidores ainda falam em "desmonte" da fundação, com demissões, perseguições e cortes de verba. A morte de Rui Barbosa completa 100 anos hoje.

Letícia, que assumiu no fim de 2019, é acusada de alterar as regras da Medalha Rui Barbosa para permitir uma concessão a si mesma. Ela nega. "Alterei a portaria porque na gestão anterior tinham concedido a medalha a vigia, dono de delicatessen, contador da ex-diretora", disse ao **Estadão**. "Achei que era bagunça."

ESTRUTURA. Localizada em um terreno arborizado e preservado em Botafogo, bairro da zona sul carioca, a Fundação Casa de Rui Barbosa foi a primeira casa-museu do Brasil. O imóvel foi comprado pelo governo após a morte de Rui e, em 1927, virou o Museu Rui Barbosa. Em 1966, foi transformada em fundação, voltada para documentação, pesquisas e debates.

Atualmente, a FCRB – que no novo governo foi integrada ao Ministério da Cultura – tem um Arquivo Histórico Institucional com 60 mil documentos que pertenceram a Rui Barbosa, um Arquivo-Museu de Literatura Brasileira, um Centro de Memória e Informação, um Centro de Pesquisa, com setores de: Estudos Ruianos, de Direito, de Filologia, de História, de Políticas Culturais e uma biblioteca. Abriga ainda milhares de documentos que pertenceram a pessoas que foram ligadas a Rui. Tem também um mestrado em Memória e Arquivo. Seus portões são abertos ao público – é comum ver famílias passeando por seus jardins.

O "revogaço" que a nova administração prepara deverá abranger de regulação de postagens em redes sociais ao funcionamento do Comitê Interno de Governança, passando por normas em viagens internacionais e controle de assiduidade. Competências da Diretoria Executiva, Política de Pesquisa e nova Política de Editoração também estão na lista.

CONTROVÉRSIAS. A polêmica sobre a "autocondecoração" é apenas uma entre as muitas que envolveram a Casa de Rui Barbosa a partir da nomeação de Letícia. Servidores e a nova direção apontam como causa um suposto plano de desmonte da instituição. Já Letícia atribui as acusações a uma suposta "militância muito difícil de lidar".

Em 2022, o orçamento executado da fundação, de acordo com números da Divisão de Planejamento e Orçamento, excluídas as despesas com pessoal, foi de R$ 5.759.055 – execução de 84,25%. A cifra e a proporção foram as mais baixas da série, iniciada em 2017. Para este ano, são previstos R$ 12 milhões.

"O que aconteceu aqui foi um projeto de desconstrução, de asfixia orçamentária", disse o atual presidente da fundação. "Não era transformar a Casa em um think-tank conservador. Era uma arquitetura da destruição, com uma dose de improviso."

O último concurso público para a Casa ocorreu em 2013. Sua validade foi até 2017. O quadro de pessoal, que era de 120 pessoas em 2015, caiu para 80 no ano passado. Diante das mudanças do governo Bolsonaro, funcionários se aposentaram ou pediram transferência para outros órgãos.

Servidores descreveram, em denúncia ao Ministério Público Federal (MPF), as "exonerações, nomeações, relotações e dispensas" de funcionários – em muitos casos, sem aviso aos exonerados, que souberam pelo *Diário Oficial*. O processo começou em 7 de janeiro de 2020.

"Em um primeiro momento, foi exonerada toda a cúpula do Centro de Pesquisa, seu diretor e os chefes dos Setores de Políticas Culturais, de História, de Direito, Ruiano e de Filologia", descreve o texto encaminhado ao MPF. "Em seguida, foram exoneradas a chefe da Divisão de Planejamento e Orçamento, a assistente da presidência e a chefe da Divisão de Difusão Cultural. Três outros servidores, sendo dois deles chefes substitutos, foram dispensados da substituição da chefia e relotados em outros setores."

O historiador Antônio Herculano Lopes, um dos exonerados, disse ao **Estadão** que atualmente restam apenas oito dos 30 profissionais que trabalhavam no Centro de Pesquisas da fundação antes da gestão bolsonarista. Segundo Lopes, a então presidente fez as exonerações "sem ter ninguém para colocar nos lugares" que ficaram vagos. "Foi político mesmo."

INQUÉRITO. Às denúncias de funcionários ao MPF e à Procuradoria-Geral da União, corresponderam iniciativas de Letícia para abertura de investigações contra servidores da Casa e pessoas de fora da instituição que a criticaram. A ex-presidente alegou ter sido ameaçada e também fez acusações de calúnia e difamação.

"Foi um projeto de desconstrução"
Alexandre Santini
Presidente da FCRB

"É uma militância muito difícil de lidar"
Letícia Dornelles
Ex-presidente

OUTRO LADO. Ao **Estadão**, Letícia Dornelles afirmou que, na concessão da Medalha Rui Barbosa, mexeu na portaria por orientação de um funcionário.

Segundo ela, as exonerações no Centro de Pesquisas ocorreram por determinação do ex-secretário especial de Cultura Roberto Alvim e afirmou ter sido surpreendida pela decisão. O ex-secretário não foi encontrado pelo **Estadão**. ● COLABOROU RAYANDERSON GUERRA

---

3 perguntas para...

VERA LÚCIA BOGÉA BORGES
Historiadora e autora de 'A Batalha Eleitoral de 1910'

● A campanha presidencial de Rui Barbosa contra Hermes da Fonseca, em 1909/10, que ficou conhecida como Campanha Civilista, marcou a vida e a carreira de Rui. Qual o cenário social e econômico do Brasil naquele período?
As questões sociais do Brasil não estavam presentes naquela plataforma. É uma época com alto índice de analfabetismo, em um Brasil com pouco mais de 20 anos de República, ainda com um passado escravocrata forte.

● Como surge a expressão "civilismo"?
O civilismo surge como uma resposta ao militarismo. Rui Barbosa, um jurista, entende a sociedade sob a égide das leis. É a expressão da liberdade e o respeito às instituições e às leis. E os eleitores serão os árbitros nessa disputa. Outro ponto importante é o receio que Rui tinha de sermos mais uma nação comandada por militares.

● Quais são as inovações da Campanha Civilista?
Primeiro: não temos um único candidato (*como ocorria antes*), há uma disputa. Outro ponto: os primórdios da República são trazidos à tona. O protagonismo dos militares está sempre ligado ao início da República. O terceiro ponto importante são os meetings (*como se chamavam os comícios*). Há uma mobilização política popular. E, por último, a imprensa, que tem papel fundamental. O *Correio da Manhã* e o **Estadão** apoiam Rui Barbosa, e o Carlos de Laet, do *Jornal do Brasil*, é crítico do Civilismo. ● R.G.

● A Guerra de Putin

Ucrânia pressiona por caças do Ocidente que podem escalar conflito

EUA e Europa relutam em enviar aviões de combate temendo uma reação violenta da Rússia

RENATA TRANCHES

Em Londres, no dia 8, o presidente da Ucrânia, Volodmir Zelenski, entregou um capacete da Força Aérea ao presidente do Parlamento britânico com a mensagem: "Nós temos liberdade, nos dê asas para protegê-la". Cinco dias depois, seu ministro da Defesa, Oleksii Reznikov, em Bruxelas, tirou do bolso do paletó um lenço com o desenho de um caça e o exibiu a jornalistas.

O pequeno teatro ucraniano aponta para a próxima fronteira que Kiev busca cruzar na guerra que entra em seu segundo ano: os caças. Com o aumento da sofisticação e da letalidade das armas enviadas à Ucrânia, o tema já não é mais entre governos ocidentais. Se o americano Joe Biden rejeita a ideia, países como França, Reino Unido e Suécia se mostraram abertos a ela. A Rússia respondeu com ameaças de retaliação.

RISCO. Em 12 meses, o Ocidente aumentou as promessas de ajuda militar, com tanques, sistemas de defesa, drones e armas de longo alcance. Os caças seriam o próximo passo. A relutância, porém, segundo analistas ouvidos pelo **Estadão**, ocorre por dificuldades técnicas e pela escalada da guerra.

A ajuda ocidental e a resiliência dos ucranianos têm sido crucial para o resultado da guerra. Segundo James Pritchett, diretor do programa de Estudos de Guerra da Universidade de Hull, os caças ocidentais podem ser determinantes. Mas, além de esquadrões, a Ucrânia precisaria de apoio logístico, treinamento e manutenção.

Para o especialista e repórter especial do **Estadão** Roberto Godoy, para fazer diferença, a Ucrânia precisaria de pelo menos 70 caças para reduzir a superioridade da Força Aérea da Rússia, com seus Sukhoi Su-35 e MiG-31 – a atual frota da Ucrânia inclui jatos da era soviética.

Linha vermelha
Se caças forem enviados, analistas especulam qual seria o próximo limite a ser cruzado na guerra

O grupo de monitoramento holandês Oryx estima que a Ucrânia tenha perdido 53 aviões. São tantos que, segundo Godoy, os ucranianos hoje avaliam com muito critério antes de fazer um ataque. Com os novos caças, eles poderiam proteger suas forças terrestres, mas a capacidade de atacar dentro do território russo alimenta o temor de uma escalada.

A questão crítica, segundo George Liber, especialista em Ucrânia e Rússia da Universidade do Alabama, é o tipo de caça e quando ele seria enviado. "Se os EUA enviarem F-16, os ucranianos precisarão de seis meses de treinamento. Portanto, a decisão teria de ser tomada imediatamente", disse. "Se a opção for enviar MiGs de fabricação soviética, que muitos aliados no Leste Europeu ainda têm, o tempo de treinamento seria menor e a decisão poderia ser tomada depois."

URGÊNCIA. Se os caças forem enviados, analistas especulam qual seria o próximo limite a ser cruzado. "É difícil pensar em armas mais sofisticadas do que caças de última geração", diz Pritchett. "Alguns mísseis avançados, talvez, mas isso seria a vanguarda dos sistemas e uma ajuda muito além da esperada a um país de fora da Otan."

Para Godoy, além de prorrogar a guerra, o envio de caças pode estabelecer como próxima fronteira o uso de uma arma nuclear tática. "Se passarem os caças, a próxima etapa seria uma guerra total, de EUA e Otan contra Rússia, ou o uso de uma arma tática nuclear, o que seria arriscado, porque não sabemos o tamanho da resposta." ●

REFORÇO NOS CÉUS

Volodmir Zelenski pressiona aliados a reforçarem sua defesa aérea com caças. Veja alguns dos modelos que já operam na guerra e os que estão em discussão:

Mikoyan MiG-29*
(UCRÂNIA E ALGUNS PAÍSES DA OTAN)

COMPRIMENTO	17 m
ENVERGADURA	11,4 m
VELOCIDADE MÁXIMA	2,390 mil km/h
TETO DE ALTITUDE	18 km
PESO MÁX. NA DECOLAGEM	18 mil kg
CARGA EM ARMAS	4 mil kg
AUTONOMIA	1.430 km
DESENVOLVEDOR	Mikoyan-Gurevich

Sukhoi Su-35*
(RÚSSIA)

COMPRIMENTO	21,9 m
ENVERGADURA	15,3 m
VELOCIDADE MÁXIMA	2,39 mil km/h
TETO DE ALTITUDE	18 km
PESO MÁX. NA DECOLAGEM	34,5 mil kg
CARGA EM ARMAS	8 mil kg
AUTONOMIA	4,2 mil km
DESENVOLVEDOR	Sukhoi

Mikoyan MiG-31 Foxhound**
(RÚSSIA)

COMPRIMENTO	22,67 m
ENVERGADURA	13,45 m
VELOCIDADE MÁXIMA	3 mil km/h
TETO DE ALTITUDE	24,4 km
PESO MÁX. NA DECOLAGEM	46,2 mil kg
CARGA EM ARMAS	9 mil kg
AUTONOMIA	2,48 mil km
DESENVOLVEDOR	Mikoyan-Gurevich

Saab JAS 39 Gripen
(SUÉCIA)

COMPRIMENTO	14 m
ENVERGADURA	8,4 m
VELOCIDADE MÁXIMA	2,2 mil km/h
TETO DE ALTITUDE	15,2 km
PESO MÁX. NA DECOLAGEM	14 mil kg
CARGA EM ARMAS	6,5 mil kg
AUTONOMIA	3 mil km
DESENVOLVEDOR	Saab

Dassault Mirage 2000
(FRANÇA)

COMPRIMENTO	14 m
ENVERGADURA	9,1 m
VELOCIDADE MÁXIMA	2,33 mil km/h
TETO DE ALTITUDE	16,5 km
PESO MÁX. NA DECOLAGEM	16,5 mil kg
CARGA EM ARMAS	6,3 mil kg
AUTONOMIA	3,3 mil km
DESENVOLVEDOR	Dassault Aviation

Eurofighter Typhoon
(REINO UNIDO)

COMPRIMENTO	15,96 m
ENVERGADURA	11,09 m
VELOCIDADE MÁXIMA	2,222 mil km/h
TETO DE ALTITUDE	16,7 km
PESO MÁX. NA DECOLAGEM	10 mil kg
CARGA EM ARMAS	7,5 mil kg
AUTONOMIA	3,382 mil km
DESENVOLVEDOR	Alenia Aeronautica, BAE Systems e ADS

Lockheed Martin F-16
(EUA)

COMPRIMENTO	14,8 m
ENVERGADURA	9,8 m
VELOCIDADE MÁXIMA	2,414 mil km/h
TETO DE ALTITUDE	15 km
PESO MÁX. NA DECOLAGEM	16,8 mil kg
CARGA EM ARMAS	7,7 mil kg
AUTONOMIA	3,2 mil km
DESENVOLVEDOR	General Dynamics

*EM COMBATE NA UCRÂNIA ; **EQUIPADO COM MÍSSEIS HIPERSÔNICOS

FONTE: FINANCIAL TIMES / INFOGRÁFICO: ESTADÃO/GN

Rússia diz ter abatido drone ucraniano perto de Moscou

MOSCOU

A Rússia afirmou ontem que derrubou um drone militar que tentava atacar um centro de distribuição de gás natural na região de Moscou. Segundo um alto funcionário russo, que exibiu fotos dos destroços da aeronave, o equipamento era de origem ucraniana, o que indica uma rara tentativa da Ucrânia de atacar dentro do território russo, a centenas de quilômetros do campo de batalha.

A Ucrânia não confirmou o ataque – seguindo o mesmo padrão de nunca reconhecer suas ações militares dentro da Rússia. Se confirmado, o ataque lançado a partir do território ucraniano seria um dos mais ambiciosos desde o início da guerra.

O caso reforça os temores do Ocidente de aumentar o poder de fogo dos ucranianos com caças de combate – se um drone chegou tão perto da capital russa, uma aeronave mais sofisticada poderia causar um estrago devastador.

O governador da região de Moscou, Andrei Vorobiov, confirmou ontem que um drone caiu no vilarejo de Gubastovo, nos arredores da capital. Aparentemente, segundo ele, a aeronave tentava atacar um "local de infraestrutura civil". De acordo com o Kremlin, o alvo seria uma estação da Gazprom, a 80 quilômetros de Moscou. Fotografias postadas nas redes sociais indicam que era um UJ-22 de fabricação ucraniana.

PÂNICO. Em dezembro, ataques de drones tiveram como alvo várias pistas de pouso usadas por bombardeiros da Rússia. Na ocasião, no entanto, não ficou claro se as ações foram lançadas de dentro ou de fora do território russo. Na semana passada, pelo menos um drone parece ter atingido o alvo: um depósito de petróleo da estatal Rosneft na região de Krasnodar, perto do Mar Negro.

Com a confirmação do ataque feita pelas autoridades locais, a Rússia viveu momentos de pânico. O governo fechou o espaço aéreo sobre a cidade de São Petersburgo, a segunda maior do país. Dezenas de voos foram cancelados ou desviados do Aeroporto de Pulkovo. Segundo o Kremlin, a decisão foi tomada para a realização de um "exercício simulado de um ataque de drone à região".

DIPLOMACIA. Ontem, Alexander Lukashenko, ditador de Belarus e aliado próximo do presidente russo, Vladimir Putin, chegou a Pequim para uma visita de três dias e uma reunião com o chinês, Xi Jinping. A visita ocorre em um momento delicado para a China, que vem sofrendo pressão de EUA e Otan para não enviar armas à Rússia. ● **AP, NYT e AFP**

NOTAS E INFORMAÇÕES

Um passo para pacificar o Brexit

Acordo entre Reino Unido e UE ajuda a pavimentar pontes entre ambos e a cimentar a paz entre os irlandeses

O premiê britânico, Rishi Sunak, e a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, anunciaram um acordo que desanuviará a questão mais volátil do Brexit: a fronteira entre a União Europeia (UE) e o Reino Unido. O "Parâmetro de Windsor" facilitará o comércio e relações políticas mais construtivas – um "novo capítulo", como ambos enfatizaram.

A ilha da Irlanda, dividida entre a República da Irlanda (membro da UE) e a Irlanda do Norte (membro do Reino Unido), sempre foi problemática para o Brexit. Em 1973, a entrada da República da Irlanda e do Reino Unido no que seria a União Europeia iniciou um processo de harmonização das fronteiras entre as Irlandas que culminou com o Acordo da Sexta-Feira Santa, em 1998, eliminando todas as barreiras. Desde o início do Brexit havia um consenso, especialmente para a UE, de que o retorno das fronteiras perturbaria esse processo. Mas era preciso fixá-las em algum lugar. Pelo "Protocolo da Irlanda", o Reino Unido deixou o mercado europeu, mas a Irlanda do Norte permaneceu, criando uma insólita fronteira no interior do Reino Unido: a Irlanda do Norte seguiu sujeita à jurisdição e às regras da UE, incluindo impostos e controles alfandegários sobre bens britânicos.

O preço pago para consumar o Brexit gerou problemas domésticos: muitos comerciantes britânicos deixaram de vender para a Irlanda do Norte e os *brexiteers* duros e unionistas da Irlanda do Norte, que querem a união completa com o Reino Unido, ficaram insatisfeitos – os últimos, em protesto, deixaram o Executivo da Irlanda do Norte.

O "Parâmetro de Windsor" minimiza as restrições, criando pistas "verdes" para o comércio entre Reino Unido e Irlanda do Norte, ainda que os bens destinados à Irlanda e a UE permaneçam adstritos a pistas "vermelhas". A Corte Europeia mantém sua jurisdição sobre o comércio internacional da Irlanda do Norte, mas Londres controlará os impostos. O acordo confere à Irlanda do Norte um "freio de emergência" caso a UE promova mudanças alfandegárias substantivas.

O acordo deve ser ratificado pelo Parlamento britânico, por contar com o apoio da maioria dos conservadores e da oposição trabalhista. Os *brexiteers* duros e unionistas seguem insatisfeitos, mas, mesmo sem corroborar o acordo, podem ser convencidos por Sunak a não se opor. Os conservadores também, para evitar mais divisões no governo e prejudicar seu capital eleitoral. Os unionistas deveriam considerar que a maioria da população da Irlanda do Norte se opôs ao Brexit e quer o fim dos distúrbios comerciais.

O acordo foi uma vitória do pragmatismo. Se a UE fez tantas concessões, é porque Sunak se mostrou mais confiável que seus antecessores. O acordo viabilizará outras pontes, como a participação do Reino Unido no programa científico europeu Horizon e a cooperação internacional em controles de imigração e nas concertações para deter a Rússia de Vladimir Putin.

De resto, seja para os britânicos que querem consumar o Brexit, seja para os que querem revertê-lo, a estabilização das relações com a UE será benéfica para que possam debater suas posições em paz e democraticamente.●

Questão nuclear

Irã enriqueceu urânio perto do nível necessário para bomba, diz ONU

Relatório indica presença de partículas enriquecidas a 83,7% em amostras coletadas na usina nuclear de Fordo, em janeiro

VIENA

A Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) confirmou ontem a detecção no Irã de partículas de urânio enriquecido a 83,7%, pouco abaixo dos 90% necessários para a fabricação de uma bomba atômica, segundo relatório ao qual a agência France-Presse teve acesso.

As partículas foram detectadas em amostras coletadas em janeiro na usina de Fordo, especificou a AIEA, a agência nuclear da ONU. O resultado confirma relatos de fontes diplomáticas de alto escalão, na semana passada, citados pelo jornal *Wall Street Journal*.

PREOCUPAÇÃO. A AIEA pediu esclarecimentos ao Irã e a continuidade dos diálogos para determinar a origem dessas partículas, de acordo com o relatório. O documento será apresentado na próxima semana na reunião do Conselho de Governadores da agência nuclear da ONU.

O Irã, que nega qualquer intenção de adquirir uma arma nuclear, indicou em carta à AIEA que a eventual presença desse tipo de partícula pode ser devida a "flutuações involuntárias" durante o processo de enriquecimento. O governo iraniano desmentiu, na semana passada, ter enriquecido urânio a mais de 60% e garantiu que afirmar o contrário representa "uma distorção dos fatos".

DIPLOMACIA. As negociações para reativar o acordo nuclear de 2015, para limitar as atividades atômicas do Irã em troca do levantamento das sanções internacionais, estão atualmente paralisadas. Elas começaram em abril de 2021, em Viena, sede da AIEA, mas foram interrompidas em agosto de 2022 em um contexto de tensões crescentes.

Quantidade
Relatório indica que as reservas de urânio enriquecido do Irã somavam 3.760,8 quilos

O acordo é considerado inútil desde que os EUA se retiraram unilateralmente, em 2018, sob a presidência de Donald Trump. Desde então, o Irã ignora vários compromissos. O isolamento de Teerã pela comunidade internacional e as sanções econômicas aproximaram o país da Rússia, que sofre e mesma pressão diplomática desde que invadiu a Ucrânia, em fevereiro de 2022.

O relatório consultado pela France-Presse indica que as reservas de urânio enriquecido do Irã somavam 3.760,8 quilos, em 12 de fevereiro, 18 vezes mais do que os 202,8 quilos autorizados pelo acordo de 2015.

RISCO ATÔMICO. O processo de enriquecimento atinge patamares cada vez mais elevados em relação ao teto de 3,67% estabelecido pelo acordo. Atualmente, Teerã tem 434,7 quilos enriquecidos a 20% e 87,5 quilos de urânio a 60%.

A AIEA disse repetidamente que níveis de apenas 60% são tecnicamente indistinguíveis do patamar necessário para fabricar uma arma nuclear, o que aumenta a gravidade da descoberta mais recente.

Em janeiro, o diretor-geral da AIEA, o italiano Rafael Mariano Grossi, chamou o acordo nuclear de 2015 de "vazio". Ele afirma que o Irã já tem material nuclear suficiente para produzir várias armas, caso tome a decisão política de seguir em frente com seu programa atômico. ● AFP, WP e NYT

EUA – 1

Senador americano critica Brasil por autorizar entrada de navios de guerra iranianos

O senador Ted Cruz, do Partido Republicano, criticou ontem o Brasil por permitir que dois navios de guerra iranianos atracassem em um porto no Rio. A Marinha do Brasil deu a autorização aos navios IRIS Makran e IRIS Dena e a estadia teve início no domingo. Os militares iranianos devem ficar na cidade até sábado. "A atracação de navios de guerra iranianos no Brasil é um desenvolvimento perigoso e uma ameaça direta à segurança dos americanos", disse Cruz, em comunicado. ●

EUA – 2

Dono da Fox News admite que apresentadores promoveram mentiras sobre eleição de 2020

Rupert Murdoch, dono da Fox News, reconheceu em depoimento que quatro apresentadores da rede promoveram a falsa narrativa de que a eleição americana de 2020 foi roubada do ex-presidente Donald Trump – e ele gostaria que a Fox tivesse feito mais para desafiar essas teorias da conspiração. "Eles endossaram", disse Murdoch, durante o depoimento no processo de difamação de US$ 1,6 bilhão movido pela Dominion Voting Systems, empresa fabricante de urnas eletrônicas. ●

Nigéria

Governista vence 1º turno da eleição presidencial; oposição diz que houve fraude e pede anulação

O candidato governista, Bola Tinubu, venceu o primeiro turno das eleições presidenciais na Nigéria em meio a acusações de dois partidos da oposição de fraude eleitoral. O resultado divulgado pela comissão eleitoral do país no final da noite de ontem mostrava Tinibu, do Todos os Progressistas do Congresso (APC), com 8,8 milhões de votos, contra 6,9 milhões do principal adversário, Atiku Abubakar, do Partido Democrático do Povo (PDP).●

Oriente Médio

Novo balanço revela que 44.374 morreram na Turquia e 5.951 na Síria pelo terremoto

Mais de 50 mil pessoas morreram na Turquia e na Síria em razão do terremoto do dia 6, segundo novo balanço. Na Síria, país fragmentado por 12 anos de conflito, foram 5.951 mortos, segundo balanço feito com informações de hospitais, da Proteção Civil e de governos locais – apenas nas zonas controladas pelo governo, o Ministério da Saúde sírio registrou 1.414 mortes. De acordo com a Agência Pública de Gestão de Catástrofes da Turquia, 44.374 pessoas morreram na tragédia. ●

O drama dos temporais

Vítimas da chuva em Franco da Rocha e Baixada ainda 'vivem' tragédias

Maioria espera casa definitiva e paga aluguéis que, em geral, são maiores que auxílio moradia emergencial que recebem. Muitos voltaram a residir em área de risco iminente

GONÇALO JÚNIOR

Famílias desabrigadas pelas enchentes e deslizamentos de terra causados pelas chuvas que afetaram o litoral sul em 2020 e Franco da Rocha, na Grande São Paulo, no ano passado, ainda esperam uma solução definitiva de moradia. Hoje, elas pagam aluguéis que, em geral, são maiores que o auxílio moradia emergencial de R$ 608 que recebem. No litoral, moradores mudaram de endereço, mas ainda vivem em zonas de risco. Na Grande São Paulo, pessoas que tiveram casas demolidas ou interditadas esperam novas moradias ou indenizações há mais de um ano.

A cuidadora de idosos Laura Almeida, de 52 anos, perdeu a casa no Morro do São Bento, em Santos, no dia 3 de março de 2020 – ela decorou a data. Desempregada à época, usou o auxílio-moradia, concedido a munícipes que tiveram as casas consideradas inabitáveis pela Defesa Civil, para se mudar. O único aluguel que cabia no seu bolso era na Vila Progresso, no Morro da Nova Cintra, outra região com risco de deslizamento. "Ninguém sabe para onde vai. Vivo um dia de cada vez porque o futuro é incerto. Não temos apoio", diz.

Esse também é o drama da costureira Mariana Junqueira. Depois de sobreviver às chuvas no morro do Tetéu, a moradora de 40 anos alugou quarto, cozinha e banheiro em outro endereço, no Morro Nova Cintra, ainda sob risco de novos desmoronamentos. "Queria morar num lugar sem preocupação de sair correndo por causa do desabamento de terra a qualquer momento."

Laura e Mariana estão entre as 458 famílias vítimas dos deslizamentos nos morros de Santos em 2020. Considerando-se Guarujá e São Vicente, outras cidades afetadas, pelo menos 43 pessoas morreram. Três anos depois, os sobreviventes esperam uma saída. "As moradoras cobram uma solução definitiva. Elas pagam aluguel, mas o auxílio não é suficiente. E a maioria continua em áreas de risco", afirma a advogada Gabriela Ortega, integrante da Rede Nacional de Advogadas Populares (Renap).

FERNANDA LUZ / ESTADÃO

Único aluguel que cabia no bolso de Laura era na Vila Progresso, onde também há risco de deslizamento

Mesmo quem conseguiu se afastar das áreas de risco socioambiental e tenta se reerguer economicamente sofre com o peso do aluguel, como a esteticista Kelly Simões, de 45 anos. Depois de perder um terreno com quatro casas, incluindo seu salão de beleza, ela alugou um apartamento no Saboó, região livre das chuvas. Para ajudar nas despesas, entre elas o aluguel de R$ 1.200, ela teve de vender o carro. Kelly lembra que a tragédia aconteceu poucos dias antes do início das medidas de isolamento social por força da covid-19, o que pressionou ainda mais as famílias. "Não sei o que responder sobre perspectivas."

Para quem viveu a tragédia, as imagens dos deslizamentos em São Sebastião, nas últimas semanas, são um gatilho para novos momentos de dor e desespero. A dona de casa Priscilla Correia, de 38 anos, conta que a tragédia de São Sebastião é a reprise do que viveu com o marido e os dois filhos no Morro do Pacheco, em Santos. "Vejo na TV exatamente o que aconteceu com a gente". Priscilla conta que sua casa está interditada à espera de uma obra municipal que ainda nem começou no Morro do Pacheco. Ela quer reformar a casa e vendê-la. Os dois filhos não querem mais viver lá.

FRANCO DA ROCHA. A interdição ou demolição das casas em risco de desmoronamento posterior significa uma dor dividida em vários capítulos para as famílias. Em Franco da Rocha, cidade da Grande São Paulo que registrou a morte de 18 pessoas pelas chuvas dos dias 29 e 30 de janeiro do ano passado, a empreendedora Karina Macedo recebeu a notícia de que sua casa seria demolida ontem. Emocionada, ela encaminhou vídeo da ação da retroescavadeira sobre a construção com mais de 30 anos. Hoje, ela e outras 69 famílias devem participar de mais uma reunião com a prefeitura para definir a nova moradia. Os planos são de um empreendimento na Vila dos Comerciários com início da construção previsto para este ano. Karina fala em "descaso" do poder municipal. "Não houve indenização."

> **Resposta oficial**
> **Prefeituras destacam que auxílios não têm prazo para término e fazem parcerias com o Estado**

Moradores que perderam suas casas por ali – como na tragédia de Santos – também aguardam que uma porta se abra. "Ainda não há solução", como explica o líder comunitário Felipe Lima. Diante da indefinição, alguns voltaram para imóveis interditados próximos do local do desastre. Na frente dessas casas há um "X" na parede, pintado pela Defesa Civil. Uma auxiliar de limpeza de 39 anos que prefere não se identificar afirma que permanece ali porque não consegue pagar aluguel em outro lugar com o auxílio dos R$ 608,94 custeados pelo poder municipal. Outros moradores justificam o retorno com a preocupação com saques dos imóveis vazios. Na Rua São Carlos, algumas casas não têm mais janelas. Felipe Lima calcula que cerca de 20% antigos dos moradores retornaram.

O cenário de destruição ainda persiste, principalmente no Parque Paulista, região mais atingida pelas chuvas. O medo persiste. A prefeitura e associações de moradores estimam que 2 mil famílias vivem em situações de risco hoje.

Embora seja constituída, em sua maioria, por imóveis em situação regular, com IPTU em dia, a periferia de Franco da Rocha possui várias construções irregulares, muitas erguidas há cerca de 30 anos. Uma delas é a da aposentada Maria do Socorro Avelino Silva, de 57 anos. Sua casa foi interditada porque o barranco pode cair. Ela conta que passa por lá, de vez em quando, apenas para impedir os furtos. Depois de um ano, ela paga aluguel – mora com o filho para diminuir despesas. Diz que voltaria para a casa antiga desde que a prefeitura fizesse as obras de contenção. Na frase seguinte, repensa o que diz e afirma que não sabe se dormiria bem à noite.

GOVERNOS. A prefeitura de Franco da Rocha informa que oferece o Auxílio Moradia Emergencial de R$ 608,94 para 350 famílias, que continuará sendo pago até que tenham solução de moradia definitiva, e também vai indenizar os imóveis particulares cuja desapropriação foi necessária. O município prevê a construção de 692 unidades habitacionais para moradores de áreas de risco. O poder municipal conta com o apoio do governo estadual em duas obras: um muro de contenção na Rua São Carlos e dois piscinões.

Já a prefeitura de Santos informa que há 4.224 unidades habitacionais que serão destinadas à demanda dirigida e famílias moradoras em áreas de risco socioambiental. O poder municipal informa também que as 458 famílias vítimas dos deslizamentos nos morros, em março de 2020, estão recebendo, ininterruptamente, Auxílio Moradia Emergencial por meio de convênio com o governo estadual.

O Estado, por sua vez, informa que firmou convênios com municípios da Baixada Santista para contenção de encostas, no valor de R$ 48 milhões. Em Franco da Rocha, a Secretaria de Desenvolvimento Social do governo estadual doou R$ 98.438,16 referentes a Benefícios Eventuais. Também foram construídas 1.160 casas por meio do Casa Paulista, em parceria com a União. ●

PREVISÃO DO TEMPO

MANHÃ	TARDE	NOITE	VOLUME DE CHUVA	UMIDADE RELATIVA
19°	29°	20°	20MM	45%

QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
19°/ 31°	19°/ 31°	20°/ 30°	21°/ 29°

SOL

NASCENTE: 6H01
POENTE: 18H35

LUA: **CRESCENTE**

CRESCENTE	27/2	4H09
CHEIA	7/3	5H06
MINGUANTE	14/3	9H42
NOVA	21/3	14H26

Estado de SP

● Sol com muitas nuvens pela manhã. Pancadas de chuva moderadas a fortes com raios à tarde e à noite.

Tábuas das marés: Porto de Santos

N, NE, L, SE, S, SO, O, NO — **20** nós — SE

0,5 m

HOJE			QUINTA, 02		
0h33	↑	1,1	0h46	↑	1,3
5h59	↓	0,6	6h22	↓	0,6
11h56	↑	0,9	11h49	↑	1,1
18h07	↓	0,5	18h33	↓	0,4

SEXTA, 03			SÁBADO, 04		
1h02	↑	1,4	1h20	↑	1,5
6h46	↓	0,5	7h11	↓	0,5
12h11	↑	1,3	12h38	↑	1,4
18h58	↓	0,3	19h25	↓	0,2

Capitais	MÍN./MÁX.		MÍN./MÁX.
ARACAJU	25°/30°	MACEIÓ	23°/32°
BELÉM	24°/32°	MANAUS	24°/32°
BELO HORIZONTE	18°/32°	NATAL	24°/31°
BOA VISTA	25°/32°	PALMAS	23°/33°
BRASÍLIA	19°/29°	PORTO ALEGRE	20°/31°
CAMPO GRANDE	22°/30°	PORTO VELHO	24°/32°
CUIABÁ	23°/35°	RECIFE	25°/30°
CURITIBA	18°/24°	RIO BRANCO	23°/32°
FLORIANÓPOLIS	20°/26°	RIO DE JANEIRO	21°/34°
FORTALEZA	25°/31°	SALVADOR	25°/31°
GOIÂNIA	20°/31°	SÃO LUÍS	25°/31°
JOÃO PESSOA	25°/31°	TERESINA	24°/32°
MACAPÁ	23°/31°	VITÓRIA	22°/34°

Confira a previsão para os próximos dias: **www.estadao.com.br/clima-e-tempo/sp-sao-paulo**

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.		FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	0	25°/33°	MÉXICO	-3	17°/27°
ATENAS	5	13°/17°	MIAMI	-2	18°/32°
BARCELONA	4	3°/11°	MONTEVIDÉU	0	22°/31°
BERLIM	4	-1°/7°	MOSCOU	5	-9°/-4°
BRUXELAS	4	-2°/7°	NOVA YORK	-2	-4°/3°
BUENOS AIRES	0	26°/34°	PARIS	4	-1°/7°
CARACAS	-1	19°/27°	ROMA	4	7°/12°
CHICAGO	-3	2°/9°	SANTIAGO	0	17°/31°
ESTOCOLMO	4	-2°/5°	SYDNEY	14	20°/27°
GENEBRA	4	-5°/3°	TEL-AVIV	5	17°/27°
JOHANNESBURGO	3	17°/30°	TÓQUIO	12	11°/16°
LIMA	-2	21°/22°	TORONTO	-2	-2°/2°
LISBOA	3	2°/13°	WASHINGTON	-2	4°/16°
LONDRES	3	4°/7°			
LOS ANGELES	-5	10°/13°			
MADRID	4	-4°/7°			

CLIMATEMPO
A StormGeo Company

Prevenção de tragédias

Municípios enfrentam falta de verba e estrutura para Defesa Civil

Déficit de recursos é o principal entrave no trabalho de 67% do órgãos; 26% têm falta de dinheiro e 22% não têm nem equipes

Órgãos responsáveis pelo mapeamento de áreas de risco, prevenção e contenção de desastres ambientais, as Defesas Civis municipais enfrentam falta de verba, de pessoal e de estrutura. Em caso de temporais e chuva extrema, como a que atingiu o litoral norte de São Paulo no carnaval, cabe à Defesa Civil alertar e assessorar a população.

O déficit de recursos é o principal entrave para o trabalho de 67% desses órgãos (26% correspondem à falta de dinheiro; 22% de equipe e 19% de equipamentos). Com base em questionário aplicado em 1.993 cidades que participaram da Pesquisa Municipal em Proteção e Defesa Civil, 72% responderam não ter orçamento próprio para a área, não contando com dinheiro de outras secretarias ou, às vezes, nem sequer da própria prefeitura.

Os dados estão no artigo Fundos Públicos Federais e Implementação da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil no Brasil, publicado na *Revista de Informação Legislativa do Senado* e assinado pelos advogados Fernanda Damacena e Luiz Felipe da Fonseca Pereira e pelos pesquisadores Renato Eliseu Costa, doutorando em Políticas Públicas pela Universidade Federal do ABC (UFABC), e Victor Marchezini, do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden).

Dependência
Estudos em 1.993 cidades mostram que 72% das equipes de Defesa Civil não têm orçamento próprio

Além disso, agentes de Defesas Civis municipais apontam a alta rotatividade nos cargos como o principal fator de retrocesso na redução do risco de desastres, aliada às precárias condições de trabalho, falta de treinamento e responsabilidades pouco claras na gestão de risco. A qualificação – 63% dos funcionários têm, pelo menos, curso superior completo – não garante a permanência no cargo – 43% estão há apenas um ano na função atual e 37% entre um e cinco anos, segundo a pesquisa Challenges for professionalism in civil defense and protection, divulgada na revista Disaster Prevention and Management. Alguns órgãos relataram que chegam a ter apenas um ou dois funcionários disponíveis para o trabalho e, quanto ao espaço físico, 65% das Defesas Civis dividem dependências com outra secretaria.

GOVERNANÇA. No estudo, os pesquisadores apontam que a falta de definição dos papéis dos atores envolvidos na gestão de riscos compromete a governança, reforçando a importância de profissionalizar a área.

Em resposta a esse ponto, no ano passado o Ministério do Trabalho incluiu o agente de proteção e defesa civil na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), sendo o primeiro passo para o reconhecimento e habilitação da profissão. "As Defesas Civis não estão preparadas", diz Marchezini. ● **LUCIANA CONSTANTINO, AGÊNCIA FAPESP**

SÃO PAULO RECLAMA

Ação criminosa prejudica atendimento bancário

Reclamação de Luccas Zanini Craveiro: "Trata-se de uma situação recorrente com o Banco Itaú Unibanco. A agência no Alto da Mooca, na zona leste de São Paulo, onde tenho conta, ficou praticamente uma semana sem atendimento, inclusive caixas eletrônicos, sob a justificativa de problemas no sistema. A agência atende diversas pessoas idosas (maioria do público local). Além disso, passou por uma diminuição drástica de empregados, e os poucos que trabalham na agência mal sabem procedimentos. Em um dos atendimentos, fiquei 40 minutos na fila."

Resposta: "O Itaú Unibanco agradece a oportunidade de analisar a solicitação e prestar esclarecimentos. Informamos que a agência em questão foi alvo de criminosos e, por esta razão, precisou ficar inoperante por alguns dias, por falta de energia, entre outras necessidades de reparos referentes à segurança. Todas as informações foram fixadas na fachada. O Itaú Unibanco lamenta possíveis transtornos aos clientes e informa que a agência já está operando normalmente." ●

Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ UM SÉCULO

Joalheria roubada

Pela manhan de hontem, o sr. Francisco Rocco, estabelecido com uma casa de joias na rua João Briccola, 30, dirigindo-se ao seu estabelecimento, teve a desagradavel surpresa de encontral-o aberto e uma das portas internas com os vidros totalmente despedaçados, tudo indicando a visita dos amigos do alheio. Uma das vitrinas, onde se encontravam as melhores joias, estava revolvida e despojada e fora espalhadas pelo chão as caixas vazias das joias roubadas. O valor do roubo está calculado em 30 contos de réis.

THEATRO RIO BRANCO
WILLIAM FARNUM
ALGEMAS DE OURO
ROBINSON CRUSOE'

CORREÇÕES

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA

Para ver os resultados, aponte a câmara do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias.estadao.com.br/mega-sena.**

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2139 / (11) 3815-3523 / WHATSAPP (11)99123-8351. ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone.

Neli Di Franco Penteado Vignoli – Dia 26, aos 88 anos. Era viúva de José Antonio Vignoli. Deixa filhos, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério da Consolação.

Edite Rocha de Jesus – Aos 84 anos. Era solteira. Deixa os filhos Jilmario, Maria, Jose, Marineide, Cosmo e Graciela. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Ana Aparecida Gomes – Aos 83 anos. Deixa os filhos Flávio, Clóvis, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Maria Aparecida Freschi de Oliveira – Aos 82 anos. Era casada. Deixa os filhos Liliane, José, Geane, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Marlene Augusto Piedade – Aos 82 anos. Era solteira. Deixa parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Eliane de Oliveira Veiga do Nascimento – Aos 55 anos. Era casada com Paulo Roberto. Deixa os filhos Danilo, Deborah, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Regiane Melo Bueno – Aos 53 anos. Era solteira. Deixa parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Luiz Maximo de Sousa – Aos 80 anos. Era casado com Maria Socorro de Oliveira. Deixa os filhos Raimundo, Isaias, Jeova, Miguel, Altina, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Oswaldo Cesare – Aos 79 anos. Era casado com Nair da Silva Cesare. Deixa os filhos Flaudemir, Edna, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Wanderlei Aparecido Souza Coutinho – Aos 67 anos. Era casado com Izabel Garcia Coutinho. Deixa os filhos Igor, Wendel, Andreza, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Olavo Silva – Aos 63 anos. Era solteiro. Deixa o filho Anderlei Rocha, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

MISSAS

Darcílio de Castro Rangel – Dia 7, às 12 horas, na Paróquia Santíssima Virgem, na Av. Lucas Nogueira Garcez, s/nº, Jardim do Mar – São Bernardo do Campo (16 anos).

Ambiente

Kerry reafirma compromisso com Fundo Amazônia

ANDRÉ BORGES
BRASÍLIA

O assessor especial dos Estados Unidos para o Clima, John Kerry, disse ontem que os americanos vão participar do financiamento de programas ambientais previstos no Fundo Amazônia, entre outros acordos de proteção à região. O valor exato do repasse dos americanos para a iniciativa, porém, ainda não foi divulgado.

Kerry sinalizou que, apesar da vontade do governo americano, é preciso que o assunto passe, antes, pelo crivo do Congresso dos EUA. "Teremos uma luta legislativa para aprovação da transferência para o Fundo Amazônia", afirmou.

Em encontro com a ministra do Meio Ambiente e Mudança no Clima (MMA), Marina Silva, John Kerry elogiou a condução do assunto pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva e disse que o presidente Joe Biden trata do tema como pauta central de sua gestão. "A preservação da floresta é crítica e essencial. O presidente Joe Biden está profundamente envolvido com essa questão. Temos compromissos de trabalhar com Fundo Amazônia, com outras entidades, novas possibilidades", afirmou Kerry.

O assessor do governo americano disse que pretende voltar ao Brasil nos próximos meses para uma visita in loco à Amazônia ao lado de Marina Silva. Kerry destacou o papel de protagonismo do Brasil sobre a preservação ambiental e disse que o País "estará à frente da definição dessa jornada", uma vez que a manutenção da Amazônia "é o teste de toda a humanidade".

Verba
Assessor de Biden disse que dinheiro para o fundo depende de aprovação pelo Congresso dos EUA

Ao lado de Kerry, Marina Silva destacou o papel de parceria entre o Brasil e os Estados Unidos. "Há uma compreensão dos nossos países, naquilo que foi manifestado pelo presidente Lula e pelo presidente Biden. Temos um grande desafio para resolver, um grave problema da humanidade, que é o problema da mudança climática. A questão é como combater as consequências, os efeitos negativos dessa mudança do clima, sem que a gente venha a criar prejuízos, em termos de ganhos econômicos e sociais que melhorem a vida das pessoas", disse Marina.

PAUTAS BILATERAIS. A ministra afirmou que um grupo de trabalho de alto escalão vai trabalhar nas pautas bilaterais sobre o assunto. Segundo ela, além da questão financeira, os EUA têm um peso político a desempenhar sobre o assunto. "Estamos todos muito agradecidos com o empenho do governo americano em dar consequência a essa agenda. Discutimos um tema que, para nós, é muito importante e que já foi anunciado pelo presidente Lula e pelo presidente Biden, em relação aos Estados Unidos fazerem parte do Fundo Amazônia. Essa é uma cooperação que já vem acontecendo em relação a Noruega e Alemanha, e que conta com a filantropia global." ●

Delegações dos dois países discutem as doações

Delegações de Brasil e EUA se reuniram ontem no MMA para discutir o Fundo Amazônia. O vice-presidente Geraldo Alckmin, que esteve com o enviado especial dos EUA para o clima, John Kerry, em Brasília, afirmou que os EUA não fixaram valor para doação ao fundo, mas se comprometeram a enviar "recursos vultosos" à iniciativa que visa a preservar e combater o desmatamento do bioma. "O enviado John Kerry não definiu valor, mas colocou que vai se empenhar junto ao governo, ao Congresso americano e junto à iniciativa privada para termos recursos vultosos, não só no Fundo da Amazônia, mas como também em outras cooperações", disse o vice-presidente após o encontro ocorrido no Ministério das Relações Exteriores.

O presidente Lula esteve em Washington (EUA) neste mês e, após o encontro com o presidente Joe Biden, o governo americano anunciou a intenção de contribuir com o Fundo Amazônia. O valor, no entanto, ainda não foi divulgado.

O fundo ficou parado entre 2019 e 2022, após países suspenderem os repasses por contrariedade com a política ambiental conduzida pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. A iniciativa foi reativada em janeiro pelo presidente Lula. ●

Pandemia do coronavírus

Estudos indicam que vacina bivalente é mais eficaz contra covid-19

Quando usado como segunda dose, eficácia chega a 80%, ante 65% do imunizante inicial

ROBERTA JANSEN

A vacina bivalente é significativamente mais eficaz em evitar as internações e mortes por covid-19 em relação aos imunizantes originais. A conclusão está em dois estudos preliminares feitos nos Estados Unidos e na Escandinávia e publicados recentemente.

A eficácia do produto mais recente quando usado como segunda dose chega a 80%, ante 65% da inicial. O novo imunizante da Pfizer começou a ser oferecido nesta segunda-feira no País, marcando o início de uma nova etapa da imunização.

FORMULAÇÃO. As vacinas chamadas de bivalentes induzem a produção de anticorpos contra a cepa original do vírus SarsCov-2 e também contra as novas variantes que surgiram ao longo da pandemia e hoje são predominantes. Por isso, segundo especialistas, são as mais eficientes dentre as disponíveis atualmente. O estudo americano, publicado na *New England Journal of Medicine*, foi feito com a vacina bivalente da Pfizer e a da Moderna em comparação aos imunizantes originais. O trabalho mostra que, quando usada como dose de reforço, a bivalente previne internações e mortes em 61,8% em relação à vacina original (24,9%).

O trabalho dos pesquisadores escandinavos (ainda sem revisão dos pares) mostra resultados ainda melhores. A dose de reforço da bivalente foi eficaz em 80% dos casos (de quadros graves e óbito), ante 65% do imunizante original. O extenso uso das vacinas bivalentes da Pfizer e da Moderna nos Estados Unidos e na Europa nos últimos meses mostra uma redução no número de hospitalizações e mortes, segundo as agências de diferentes países.

EVOLUÇÃO. Conforme o vírus causador da covid-19 se espalhou pelo mundo, ele evoluiu, tornando-se mais facilmente transmissível e também mais eficiente em driblar a imunidade gerada pelo imunizante original. As novas vacinas foram desenvolvidas para fazer frente a essa realidade. Por isso, têm como alvo tanto a cepa original quanto as variantes. A vacina da Pfizer é voltada especificamente à neutralização da variante Ômicron, que é predominante hoje no mundo.

O Ministério da Saúde estima que 54 milhões de brasileiros sejam elegíveis a receber a nova vacina. A oferta ocorrerá em cinco fases, começando pelos mais vulneráveis: pessoas acima de 70 anos, pacientes imunossuprimidos a partir dos 12 anos, pessoas vivendo em instituições de longa permanência e comunidades indígenas, ribeirinhos e quilombolas.

TIAGO QUEIROZ / ESTADÃO

Imunização em SP: prevenção de casos graves também é maior

Visão do especialista
Para ser licenciada, a nova vacina demonstrou em testes em laboratório melhor proteção

Vice-presidente da Sociedade Brasileira de Imunizações (Sbim), Renato Kfouri explicou que, para ser licenciada, a nova vacina demonstrou em testes em laboratório que a proteção oferecida pela bivalente é maior. "Os estudos clínicos ainda estão em fase inicial, mas tudo indica que há mesmo uma eficácia superior da bivalente", afirmou. "Mesmo faltando ainda dados mais robustos e precisos de estudos clínicos, esta é a vacina hoje recomendada, sobretudo para pessoas em grupos de risco."

RNA. Por enquanto só as vacinas feitas a partir do RNA mensageiro têm essa formulação bivalente. A vacina que está sendo aplicada no Brasil oferece proteção para a cepa original, Wuhan (nome do local onde surgiu a pandemia, na China) e para a variante Ômicron. ●

Perguntas & Respostas

Idosos de 60 a 69 anos serão próximo grupo, seguido de gestantes

Quem pode tomar a vacina bivalente?
Idosos acima de 70 anos, pessoas acima de 12 anos com imunossupressão, indígenas, residentes em Instituições de longa permanência e funcionários dessas instituições. O intervalo de quatro meses da dose mais recente deve ser respeitado para receber a dose bivalente.

Quem são os imunocomprometidos?
Pessoas transplantadas de órgão sólido ou medula óssea; pessoas vivendo com HIV; pessoas com doenças inflamatórias imunomediadas; pessoas que usam imunossupressores ou imunobiológicos; pessoas com doença renal crônica em hemodiálise; pacientes oncológicos que fizeram quimioterapia ou radioterapia nos últimos 6 meses; pessoas com neoplasias hematológicas.

Quais grupos serão imunizados na sequência?
Após a conclusão da imunização do primeiro grupo prioritário, devem ser vacinados os idosos de 60 a 69 anos. O terceiro grupo serão as gestantes e puérperas (mulheres que acabaram de ter filho) e, em seguida, receberão a vacina bivalente os profissionais da saúde.

E os grupos que estão fora da lista de prioridade?
Ainda não há previsão.

Onde ser vacinado na cidade de São Paulo?
A vacinação ocorre nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e nas Assistências Médicas Ambulatoriais (AMAs)/UBSs Integradas, de segunda a sexta-feira, das 7h às 19h, e aos sábados, nas AMAs/UBSs integradas, também das 7h às 19h.

Esportes Olímpicos

COI planeja incluir os eSports na Olimpíada a partir de 2028

Entidade realizará este ano a primeira semana da categoria e diz que privilegiará os esportes virtuais que estimulem o exercício físico

MURILLO CÉSAR ALVES

Palco para discussões há anos, os eSports estão mais próximos de entrarem no ciclo olímpico do que nunca. Hoje, o Comitê Olímpico Internacional (COI) anuncia o programa e a série de esportes eletrônicos olímpicos em 2023, com nove modalidades. Segundo o próprio COI, essa é uma oportunidade de "expandir os valores olímpicos entre os mais jovens" e incluir os eSports no programa dos Jogos. Com o cronograma de Paris-2024 já pronto, a entrada ficaria para Los Angeles-2028, com preferência para as modalidades que estimulem a prática física.

Em apresentação reservada a poucos jornalistas na última semana, Kit McConnell, diretor de eSports, e Vincent Pereira, head de esportes virtuais e games do COI, apresentaram o eSports Olímpicos Séries 2023. Com início este mês, o programa contará com a 1.ª Semana Olímpica de eSports em Cingapura na metade do ano como palco para as finais, entre 22 e 25 de junho. É a primeira oportunidade, em escala mundial, de incluir os games em uma realidade olímpica.

Com o apoio do Ministério da Cultura, Comunidade e Juventude, Esportes de Cingapura e do Comitê Olímpico de Cingapura, o COI achou no Sudeste Asiático a possibilidade de iniciar o crescimento dos eSports nos Jogos Olímpicos.

COI

Incluir os eSports no programa faz parte da tentativa do COI de estancar a queda de público nos Jogos

Segundo o COI, mais de 350 milhões de pessoas no mundo consomem ou praticam algum esporte eletrônico. Em 2021, quando foi realizado a última série dos eSports olímpicos, mais de 250 mil atletas competiram, com números impulsionados pela pandemia da covid-19 e os lockdowns impostos ao redor do mundo. Esportes virtuais, como o ciclismo, se tornaram possibilidades para os atletas manterem o preparo físico durante o isolamento.

Neste início de programa do COI, serão nove modalidades de eSports: ciclismo, beisebol, dança, caratê, xadrez, automobilismo, vela, tênis e arco e flecha. Têm em comum a parceria com federações internacionais e as desenvolvedoras dos jogos – Ubisoft, com o JustDance, é um exemplo. "Desenvolver o interesse e o crescimento dos eSports é um dos pilares da nossa agenda olímpica, de 2020 adiante", explica Pereira.

Em um possível ingresso nas olimpíadas, o COI ainda prioriza eSports que incentivem a atividade física. Jogos tradicionais, como FIFA, League of Legends e CS:GO, podem participar no futuro, mas algumas mudanças seriam necessárias. Em especial, a existência de uma federação internacional que comande a modalidade. "As portas estão abertas a todas as modalidades, desde que reflitam os valores olímpicos e tenham uma federação internacional. O COI está pronto para novas parcerias", garante Pereira ao **Estadão**.

> *"O caminho para a inclusão na Olimpíada das modalidades está aberto, mas somente para as que estimulem a prática física"*
> **Kit McConnell**
> Diretor de eSports do COI

Com o cronograma para os Jogos Olímpicos de 2024, em Paris, já definido, os eSports podem aparecer a partir de 2028, em Los Angeles. "O caminho para a inclusão das modalidades na Olimpíada está aberto, mas somente para aquelas modalidades que estimulem a prática física", ressalta o diretor de eSports do COI. Das nove modalidades, apenas o xadrez – que não é considerado esporte olímpico em sua versão original – não estimula a prática física.

JOVENS COMO ALVO. Além de valores olímpicos, os eSports são uma oportunidade de expandir os Jogos para uma nova geração. Ao longo dos últimos anos, a Olimpíada perdeu audiência na televisão e no streaming. Em 2012, 3,6 bilhões de pessoas acompanharam os Jogos de Londres; em 2021, este número caiu para pouco mais de 3 bilhões em Tóquio.

David Lappartient, presidente do Grupo de eSports do COI, diz que o movimento olímpico é uma chance de unir o mundo – e os esportes virtuais se enquadram nessa esfera. "Estamos ansiosos para testemunhar algumas das melhores competições do mundo, assim como explorar juntos oportunidades e lições compartilhadas em saúde, bem-estar, treinamento e inovação."

Igor Fraga é um dos milhares de atletas de eSports. Aos 22 anos, foi um dos finalistas da série de Gran Turismo em 2021, promovida pelo COI, e competiu na Fórmula 3. Com experiência no "real e no virtual", o piloto se mostra satisfeito com a atenção que o COI começa a dar aos eSports.

"Entre o real e o virtual, a única diferença é a questão física, porque o atleta de eSports tem o mesmo preparo mental e a dedicação que um piloto, sem contar a pressão", diz. "Ser tratado como um atleta olímpico trará mais peso para a nossa profissão", acrescenta Fraga, que irá competir na série de eSports do COI. ●

Liga do futebol brasileiro

Libra reduz diferença na divisão de receitas

RODRIGO SAMPAIO

A Liga do Futebol Brasileiro (Libra) aprovou ontem novo modelo de divisão de receitas entre os clubes e diminuiu para 3.4 vezes a diferença entre o valor a ser recebido pelo clube que ganhar mais e o que ganhar menos. Agora, o grupo vai buscar acordo com o outro bloco, a Liga Forte Futebol do Brasil (LFF), para desenvolver uma liga única para a organização das Séries A e B.

Outro ponto importante decidido na assembleia realizada ontem pela Libra em São Paulo foi o critério de engajamento. Apenas a audiência televisiva será levada em consideração, deixando de lado itens como o tamanho da torcida e os números nas redes sociais.

"Ficou decidido que o engajamento será só a audiência. Fica mais simples e mais justo e fácil para o convencimento de outros clubes aderirem à nossa liga", disse Leila Pereira, presidente do Palmeiras. "Houve uma evolução muito grande. Eu acho que são mais argumentos para os outros clubes aderirem. Eu fiquei bem animada."

A diferença de 3.4 vezes entre os times das duas pontas é próxima dos 3.5 que a LFF desejava para negociar. Seguindo critérios próprios, o bloco idealiza em seu modelo uma diferença de 2.8 vezes. Antes, a diferença nos contratos assinados pela Libra com o Grupo Mubadala estava em 5.89 vezes. Posteriormente, o bloco alterou o seu estatuto para a diferença cair para 4.88.

O novo formato de divisão entre as equipes da Série A prevê um modelo onde 45% do total das receitas anuais serão distribuídos de forma igualitária entre os clubes, 30% medidos pela performance e os outros 25% pela audiência de cada time na TV. ●

> **Clubes divididos**
> **Atualmente, a Libra tem 18 clubes filiados e a Liga Forte Brasil conta com 26 adesões**

O MELHOR DA TV

FUTEBOL
● Campeonato Inglês
Arsenal x Everton
16h45 / ESPN 4
Liverpool x Wolverhampton
17h / ESPN
● Copa do Rei
Osasuna x Athletic Bilbao
17h / ESPN 3
● Copa do Brasil
Bahia de Feira x Bragantino
19h30 / SporTV
● Copa Libertadores
Atlético-MG x Carabobo
21h30 / ESPN

BASQUETE
● NBA
Pelicans x Trail Blazers
0h / ESPN 2

Canal sem preconceitos

‘Donas Geek’ faz sucesso com dicas de cultura pop

Programa que viralizou no TikTok e YouTube é feito por duas senhoras que discutem sobre filmes e vídeos

DANIEL VILA NOVA
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

JANAINA MONTEIRO/CANAL DONAS GEEK

As irmãs Genilda e Genilze curtem séries desde crianças

Uma mesa de jantar simples forrada por uma toalha de plástico ilustrada com diversas frutas. Sentadas em uma cozinha localizada na periferia de Mauá, na Grande São Paulo, duas senhoras de 60 anos discutem as novidades do mundo da cultura pop. Em seus caderninhos, as anotações indicam quais filmes, séries e animes elas mais gostaram e quais elas falarão mal ao longo do vídeo gravado por um celular.

Há cerca de quatro anos, as aposentadas Genilda Maria Gama, 67, e Genilza Maria Gama, 64, dedicam suas tardes ao canal do YouTube *Donas Gêek*. Nos vídeos semanais, as duas irmãs discutem e indicam suas obras favoritas, sempre de forma dinâmica e divertida.

“Eu gosto mais de séries de terror, de lobisomem, vampiro e zumbi. Quanto mais sanguinária, melhor”, afirma Genilda. Já Genilza não é tão chegada à violência, mas garante que não há brigas. “A gente só briga se falar de *Crespúsculo*”, relata a irmã mais nova. “Ela não suporta, mas eu já vi todos os filmes e li todos os livros”.

RELAÇÕES FAMILIARES. O canal, que conta com quase 10 mil inscritos no YouTube e cerca de 75 mil inscritos no TikTok, foi uma ideia da filha de Genilda, Janaína Monteiro. Segundo as irmãs, a conversa sobre cultura pop sempre foi um pilar de suas relações familiares. “Comentamos uma com a outra sobre as séries que assistimos no dia anterior. Somos vizinhas, então entre uma tarefa e outra, eu ia até a cozinha dela e ela me contava sobre algum filme”, diz Genilza.

“Minha filha, Janaína, achou que essa nossa interação poderia virar um canal. No começo, fazíamos só para agradá-la. Ela não desistiu e agora o *Dona Gêek* vai completar quatro anos”, afirma Genilda.

O amor pela cultura pop não é novidade na vida das irmãs. Desde pequenas, elas eram apaixonadas por gibis de super-heróis e séries como *Perdidos no Espaço*, *Túnel do Tempo* e *Jeannie é um Gênio*. “Quando descobri ‘Jornada nas Estrelas’, me apaixonei pelo Capitão Kirk e pelo Sr. Spock”, relata Genilda.

O termo geek talvez não fosse familiar para ambas, mas era esse o mundo que possibilitava que elas viajassem e conhecessem outros lugares. “Sou pobre, negra e periférica. Naquela época, aquele era o nosso mundo. Não gosto muito de *Flash*, porque tem muitas realidades, mas nós descobrimos outras culturas por conta de gibis, séries e filmes. Até ontem, eu achava que Gotham City era real”, brinca Genilza.

Apesar das dificuldades, elas jamais se afastaram do que amavam. “Confesso que só fui ter acesso verdadeiro ao cinema nos dias de hoje. Quando era mais jovem, eu não tinha dinheiro para ir. Não é que o pobre não vai porque não gosta, ele não vai porque não pode”, diz Genilza. “É difícil assistir as estreias da semana quando você tem que pegar duas conduções para ir e duas para voltar”, reitera Genilda.

Hoje, as irmãs se orgulham de compartilhar suas experiências e gostos com a comunidade de fãs que elas criaram. “Tem muita gente na internet falando sobre cultura pop, mas ainda não encontrei duas senhoras pretas comentando sobre o assunto. Algumas pessoas acham que isso é coisa de jovem, mas não é. Já fui jovem e amava esse tipo de conteúdo, envelheci e continuo gostando”, afirma Genilda.

“O canal nos deu a oportunidade de conversar com outras pessoas e mostrar que a idade não te impede de gostar de nada”, diz Genilza. ●

Combustíveis Volta de impostos federais

Motorista e Petrobras bancam tributo

Após estatal cortar R$ 0,13 no litro da gasolina, Haddad anuncia aumento de R$ 0,47 na refinaria; com adição de etanol, aumento deve ficar em R$ 0,25 nos postos, diz Abicom

ANDRÉ BORGES
BRASÍLIA

Os consumidores de gasolina e a Petrobras vão bancar um reforço no caixa do governo para diminuir o rombo previsto nas contas públicas neste ano. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou ontem a volta da cobrança dos tributos federais sobre combustíveis a partir hoje. O litro da gasolina irá aumentar, na refinaria, R$ 0,47, e o do etanol, R$ 0,02. Mais cedo, a Petrobras havia anunciado uma redução de R$ 0,13 no litro da gasolina nas refinarias. Com isso, segundo o ministro, o aumento do combustível na prática será de R$ 0,34 por litro.

A volta da cobrança de PIS/Cofins é parcial. A desoneração total feita no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro às vésperas das eleições foi de R$ 0,69 no litro da gasolina e R$ 0,24 no litro do etanol. A medida do governo anterior foi prorrogada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva por dois meses no dia 1.º de janeiro.

Nas bombas, a gasolina aumentará cerca de R$ 0,25 por litro – considerando a adição do etanol –, segundo a Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom). Haddad disse que o preço final da gasolina e do etanol na bomba dependeria da estrutura do mercado, mas ponderou que o Ministério de Minas e Energia acionaria o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para evitar que os postos se apropriassem do ganho gerado pela redução no preço das refinarias feito pela Petrobras.

A reoneração era defendida pela equipe econômica e rechaçada pela ala política do governo. No fim do ano passado, Haddad brigou pelo fim da isenção, mas foi vencido pelo núcleo político do governo. A volta da tributação, segundo Haddad, favorece o consumo de um combustível não fóssil (etanol). "Tanto do ponto de vista fiscal, econômico, quanto do ponto de vista social e ambiental, essa medida vai ao encontro dos desejos da área econômica", disse Haddad. ● COLABORARAM DENISE LUNA e GABRIEL VASCONCELOS/RIO

PARA GARANTIR R$ 28,9 BI, GOVERNO TAXARÁ VENDA DE ÓLEO BRUTO AO EXTERIOR. PÁG. B2

Agricultura mantém preocupações fora da porteira

ARTIGO

Cesario Ramalho
Coordenador do Conselho do Agronegócio da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), é vice-presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

O Brasil deverá colher nova safra recorde de grãos neste ciclo 2022/2023 superior a 310 milhões de toneladas. Uma vez mais, no âmbito da produção, a agricultura dará conta do recado, com oferta, qualidade e diversidade, apresentando novos ganhos de produtividade.

O ministro Carlos Fávaro (Agricultura) tem a missão e a responsabilidade de manter o protagonismo da pasta, que responde pelo principal setor da economia. Assegurar crédito com condições acessíveis de juros, prazos e limites para o Plano Safra, recursos para o seguro rural, em particular para pequenos e médios produtores, infraestrutura de armazenagem e transportes, bem como pesquisa agrícola, devem ser prioridades.

Estabelecer diálogo e ações conjuntas com outras pastas que têm relação direta com a agricultura será de fundamental importância para a implantação de políticas públicas favoráveis ao aumento da produção agropecuária e consequente garantia do abastecimento interno, bem como para manutenção das exportações e abertura de novos mercados.

Não podemos mais abrir brechas a críticas em áreas que até pouco tempo éramos exemplo global

O novo ministro deve, ainda, procurar pacificar correntes de pensamento da agricultura em torno de um objetivo único, o do desenvolvimento sustentável, estando atento a questões relacionadas ao desmatamento, às mudanças climáticas, ao recorrente protecionismo no comércio internacional e às agendas em curso, como, por exemplo, a busca da China por uma maior autossuficiência alimentar.

Outro ponto que merece vigilância são ameaças de taxação do agro, que devem ser peremptoriamente debeladas. O que trouxe o agro nacional até aqui não mais assegura seu crescimento. É preciso um projeto de longo prazo, que faça com que o Brasil continue a garantir oferta, qualidade e excedentes exportáveis e possa também diversificar a pauta exportadora com produtos de maior valor agregado.

Ademais, é necessário, de uma vez por todas, eliminar o desmatamento ilegal, que mina nosso pacote de ativos ambientais, desgastando a imagem e reputação do Brasil com impactos em nossas relações diplomáticas e comerciais. Não somos ingênuos e sabemos que existe o protecionismo de países agrícolas concorrentes, que em muitos casos usam questões ambientais como subterfúgio, sem respaldo técnico, para tirar vantagem. Entretanto, não podemos mais abrir brechas a críticas em áreas que até pouco tempo éramos exemplo global. ●

Combustíveis Volta de tributos federais

Para garantir R$ 28,9 bi, governo taxará venda de óleo bruto ao exterior

Cobrança vale por quatro meses, e equipe econômica estima que arrecadará R$ 6,6 bi; exportadores criticam medida

ANDRÉ BORGES
BRASÍLIA

Como a reoneração dos tributos federais sobre combustíveis será parcial, para manter a arrecadação prevista de R$ 28,9 bilhões com a medida, o governo anunciou que vai taxar as exportações de petróleo por quatro meses – com arrecadação prevista de R$ 6,6 bilhões. Segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o efeito da cobrança do imposto de exportação do óleo cru (que sai de zero para 9,2%) sobre o lucro da Petrobras será de 1%.

"Entendemos que (*a taxação das exportações de óleo cru*) pode estimular investimento das outras petroleiras, além da Petrobras, no refino e em investimentos que podem trazer divisas", disse o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira.

Haddad incluiu a arrecadação com a volta da tributação no pacote de ajuste fiscal para reduzir o rombo das contas públicas a R$ 100 bilhões (1% do PIB) em 2023.

CRÍTICAS. O sócio da Tendências Consultoria e ex-ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega questionou a taxação sobre óleo cru. "Vejo isso como uma forma disfarçada de reduzir o lucro da Petrobras", disse. "Não faz mais sentido o Brasil ter um imposto sobre exportações."

Para o presidente da Enauta, Décio Oddone, a decisão é negativa e vai contra o objetivo de expandir a produção de petróleo no Brasil. "A criação de uma tributação sobre exportação pode afetar a concretização de investimentos no aumento da produção, prejudicando a arrecadação, as exportações e a geração de empregos", disse.

Em nota, o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) disse que a taxação "pode impactar a competitividade do País a médio e longo prazos".

Haddad afirmou que será criado um grupo de trabalho da pasta econômica, com os ministérios de Minas e Energia, Casa Civil e Planejamento, para garantir maior transparência na atuação da Petrobras e na política de preços da empresa. "Queremos mais clareza sobre o porquê de a empresa demorar 15 dias para reduzir o preço dos combustíveis se ela poderia ter feito isso antes", disse Silveira.

A estatal também reduziu em R$ 0,08 o litro do diesel nas refinarias. Já os tributos federais sobre o diesel permanecem zerados até o final do ano, disse Haddad.

Questionado sobre as críticas da cúpula do PT à reoneração, Haddad desviou. "Precisa perguntar para eles, decisão é de Lula." ●

COLABORARAM DENISE LUNA/RIO e FRANCISCO CARLOS DE ASSIS/SÃO PAULO

Alta terá impacto de 0,32 ponto na inflação de março, diz FGV

O reajuste da gasolina nas refinarias com a reoneração do combustível, anunciado ontem pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deve ter impacto de cerca de 6,5% no preço do combustível na bomba, que, por sua vez, provocará alta de 0,32 ponto porcentual na inflação de março, diz André Braz, coordenador do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV/Ibre).

Segundo o economista, o IPCA de março deve ficar na casa de 0,7%, abaixo do 1,6% registrado em igual mês do ano passado. "Vai ser o principal impacto na inflação", diz. ● CLEIDE SILVA

Haddad ganha batalha, mas taxar exportação vai ter oposição no Congresso

ANÁLISE

ADRIANA FERNANDES

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva optou pelo caminho do meio-termo na queda de braço entre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o PT em torno da reoneração parcial da tributação da gasolina e do etanol.

Haddad e equipe queriam a volta integral da cobrança da alíquota de R$ 0,69 por litro da gasolina a partir de março. Conseguiu do presidente a volta parcial da tributação, com a cobrança de uma alíquota de R$ 0,47 por litro. E mais um ganho de R$ 0,13 com a queda do preço da gasolina anunciada na manhã de ontem pela Petrobras, poucas horas antes do anúncio das medidas. Um impacto líquido de R$ 0,34, que não está garantido que vá chegar à bomba para o consumidor.

Do lado fiscal, o ministro conseguiu garantir os R$ 28,9 bilhões que contava até o final do ano com a volta integral do imposto. A solução encontrada foi a taxação das exportações de óleo cru de todas as petroleiras por quatro meses. A princípio não perdeu um centavo, como garantiram seus interlocutores nos últimos dias.

Ponto para Haddad. Não deixa de ser uma vitória para o seu plano de ajuste fiscal montado para reverter o déficit em meados de 2024. Aliás, o ministro fez questão de referendar o seu plano durante o anúncio num recado claro aos críticos do PT que preferem um caminho mais lento para acabar com o rombo das contas públicas.

Haddad fez malabarismo e engenharia tributária para evitar perda de arrecadação no confronto com a ala política que queria manter a desoneração integral por mais tempo.

A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, foi a porta-voz da pressão. Pelas suas redes sociais, bradou contra a volta da tributação, enquanto o ministro estava fora do País. Gleisi também não sai perdedora e dá mostras que não vai dar trégua à equipe econômica e seguirá com a artilharia.

Haddad voltou e conseguiu negociar essa solução, mas é só apenas o começo. O problema é que não será tarefa fácil conseguir a aprovação do Congresso das exportações.

Em junho do ano passado, a taxação das exportações entrou no radar do Congresso para ajudar a bancar o subsídio ao preço da gasolina. O assunto chegou a ser discutido com o presidente da Câmara, Arthur Lira, e não avançou, tamanha a pressão do setor.

Será que há espaço agora para avançar e ser aprovada? O que acontece? A opção escolhida na época foi a redução do ICMS, imposto dos Estados, um imbróglio que tem impacto até hoje e exigirá compensação do governo federal. Não teria sido mais fácil voltar com a tributação da gasolina, um combustível fóssil? ●

REPÓRTER ESPECIAL DE ECONOMIA EM BRASÍLIA

Fábio Alves *E-mail: fabio.alves@estadao.com; Twitter: @colunafabioalve*

Regra fiscal banguela

Com o anúncio prometido para março pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, os investidores aguardam ansiosamente para saber se a proposta do novo arcabouço fiscal terá dentes suficientes para reverter a piora na percepção de risco nas contas do governo ou se sua mordida será banguela, sem força para controlar a trajetória da dívida pública.

O novo regime fiscal substituirá o moribundo teto de gastos, aprovado em 2016. É unanimidade entre analistas que, sem incluir algum mecanismo crível de controle das despesas, o seu impacto será muito limitado sobre a confiança do mercado. Ou seja, pouco fará para dissipar o temor sobre a trajetória das contas do governo e da dívida pública. Com isso, as expectativas de inflação no médio e no longo prazos seguirão elevadas, mantendo a pressão sobre o Banco Central e o nível dos juros básicos.

Até agora, integrantes do Ministério da Fazenda deram sinalizações vagas sobre o desenho do novo arcabouço fiscal, prometendo apenas que haverá regras que deem “previsibilidade sobre a evolução das despesas”. Ninguém do mercado tem a menor ideia do que está por vir, porém praticamente todo mundo concorda sobre os parâmetros que tornariam essa regra de controle das despesas crível aos olhos dos investidores.

> *O Ministério da Fazenda deu até agora sinalizações vagas sobre o desenho do novo arcabouço fiscal*

O primeiro ponto importante a ser analisado é o que vai ser considerado gasto e o que será considerado investimento na proposta do novo arcabouço fiscal. Se, por exemplo, todos os gastos sociais com educação e saúde forem considerados como investimentos – portanto, fora da regra de controle das despesas –, o mercado classificará a nova âncora fiscal como bastante frouxa.

Se esse arcabouço já nascer com regras muito flexíveis, mesmo que para evitar a crítica comum de rigidez que sempre perseguiu o teto de gastos, pouco impacto terá sobre as expectativas dos analistas para a trajetória da dívida pública. Quanto mais rígidas no curto prazo as regras desse novo regime fiscal, maior será o efeito positivo sobre a confiança do mercado. Também é preciso ver como será o texto final aprovado pelo Congresso da proposta a ser apresentada por Haddad. Poderá essa proposta ser até mesmo bombardeada pelo próprio PT, que sempre se mostrou rebelde às amarras ao gasto público?

De qualquer forma, sem uma regra robusta de controle de despesas e que também garanta a sua execução, prevendo gatilhos para corrigir deslizes, o novo arcabouço fiscal não passará de uma mera carta de intenções do governo sobre o que vai ser a trajetória fiscal no médio prazo. E de boas intenções... ●

COLUNISTA DO BROADCAST

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** ● **TER.** Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Adriana Fernandes ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** e Pedro Doria ● **SAB.** Adriana Fernandes ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros **(quinzenalmente)** e Affonso Celso Pastore **(quinzenalmente)**; Paulo Leme **(1º domingo do mês)**, Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Contas públicas **Resultado**

Setor público tem superávit de R$ 99 bi em janeiro

O setor público consolidado (governo central, Estados, municípios e estatais, com exceção de Petrobras e Eletrobras) iniciou 2023 no azul. Após o déficit primário de R$ 11,813 bilhões registrado em dezembro, as contas consolidadas do País tiveram superávit de R$ 99,013 bilhões em janeiro, o segundo maior resultado para o mês da série histórica iniciada em dezembro de 2001, segundo o Banco Central.

Em janeiro de 2022, o superávit foi de R$ 101,833 bilhões, o recorde para meses de janeiro. O resultado primário reflete a diferença entre receitas e despesas do setor público, antes do pagamento dos juros da dívida pública.

No mês, o resultado fiscal teve como principal ponto positivo o superávit de R$ 79,405 bilhões do governo central (Tesouro Nacional, BC e INSS). Já os Estados e os municípios tiveram saldo positivo de R$ 21,772 bilhões. As empresas estatais, por sua vez, registraram déficit de R$ 2,164 bilhões. ●

THAÍS BARCELLOS e EDUARDO RODRIGUES

PROCESSO SELETIVO GGJ 005/2023
JULGAMENTOS DA COMISSÃO

A Fundação Sabesp de Seguridade Social – Sabesprev, leva ao conhecimento dos interessados que após julgamento da proposta comercial deliberou pela **HABILITAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO** da empresa: **REP ENG. CONSULTORIA, GERÊNCIA DE RISCOS E CORRETORA DE SEGUROS LTDA. / seguradora AXA SEGUROS S.A.**, referente à Contratação de Seguro D&O (Directors and Officers).

O inteiro teor dos documentos estará à disposição dos interessados para vistas, mediante agendamento pelo telefone 0**11 3145-4600.

O prazo para apresentação de recursos administrativos será de 06 (seis) dias de 01/03 a 06/03/2023, das 09h às 17h, protocolar documento na Alameda Santos, 1827 – 14º andar – São Paulo – SP, com Sr. Daniel.

Maiores informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone.

São Paulo, 01 de março de 2023.

Instituto Nacional da Reciclagem - INESFA

CNPJ/MF.46.549.614/0001-28

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Pelo presente edital, ficam convocados todos os associados para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em formato híbrido (presencial e virtual), dia 21 de março de 2023, às 17h, em primeira convocação, sito à sede social, na Rua Rui Barbosa, 95 - 5º andar - Sala 52 - Bela Vista - São Paulo - SP, a fim de deliberar e aprovar a seguinte ordem do dia: Relatório de Atividades e Balanço Patrimonial do ano de 2022, acompanhado do parecer do Conselho Fiscal. Não havendo número legal para instalação dos trabalhos em primeira convocação, a Assembleia será realizada após 30 (trinta) minutos em segunda convocação, no mesmo dia e local, com qualquer número de participantes.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023

Clineu Nunes Alvarenga - Presidente

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
FUNDEPAR

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 328/2023 – GMS/FUNDEPAR

PROTOCOLO Nº 19.609.295-1. **OBJETO:** execução de reparos no Colégio Estadual Cívico-Militar José de Alencar, no Município de Curiúva/PR. **DATA E HORÁRIO DA DISPUTA: 23 de março de 2023, às 09:30** (nove horas e trinta minutos), por meio de sistema eletrônico do Banco do Brasil. **VALOR MÁXIMO R$ 359.362,06** (trezentos e cinquenta e nove mil, trezentos e sessenta e dois reais e seis centavos). **RETIRADA DO EDITAL E DOS ELEMENTOS TÉCNICOS INSTRUTORES:** encontram-se à disposição no portal www.licitacoes-e.com.br – PREGÃO ELETRÔNICO DO BANCO DO BRASIL, pesquisa avançada (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL). Também no portal www.comprasparana.pr.gov.br no link Consulta a Licitações: Consulta de Editais. Informações: (41) 3250-8286 ou (41) 3250-8302. **DATA:** 28/02/2023. Comissão Permanente de Licitação.

Presença Bank Securitizadora S.A.

Em constituição

Ata da Assembleia Geral de Constituição de Sociedade Anônima e Estatuto Social

Data, hora e local: 09/01/2023, 11h na sede social**. Presença de Acionistas:** Representando 100% do Capital Social votante.1) Leitura e aprovação do Estatuto Social da **Presença Bank Securitizadora S.A.** 2) Boletins de Subscrição das Ações: **Adão José da Cruz** e **Ricardo Leandro Cherez**. 3) Ações subscritas: 10.000,00 ações ordinárias nominativas com direito a voto, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma. Distribuição por subscritor: - **Adão José da Cruz** - 25%; - **Ricardo Leandro Cherez** - 75%. 4) Os acionistas aprovaram a eleição do Sr. **Ricardo Leandro Cherez** como **Diretor-Presidente** da Companhia, e do Sr. **Adão José da Cruz** como **Diretor de Relação com Investidores**, ambos com mandato de até 03 anos. 6) Aprovação do endereço da sede social da Companhia - Praça da República, nº 468, conjunto 82, São Paulo/SP, CEP 01.045-001. 7) Descrição da integralização do Capital Social - Foi declarado que o capital social de R$ 10.000,00, encontra-se integralmente subscrito e integralizado o valor de R$ 1.000,00 em moeda corrente nacional. **Encerramento:** Deliberados todos os itens contidos na Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa, declarou constituída a Companhia. **JUCESP/NIRE** nº 3530060969-7 em 14/02/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
FUNDEPAR

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 327/2023 – GMS/FUNDEPAR

PROTOCOLO Nº 19.690.418-2. **OBJETO:** execução de reparos no Colégio Estadual Leão Schulmann, no Município de Figueira/PR. **DATA E HORÁRIO DA DISPUTA: 23 de março de 2023, às 09:00** (nove horas), por meio de sistema eletrônico do Banco do Brasil. **VALOR MÁXIMO R$ 525.663,44** (quinhentos e vinte e cinco mil, seiscentos e sessenta e três reais e quarenta e quatro centavos). **RETIRADA DO EDITAL E DOS ELEMENTOS TÉCNICOS INSTRUTORES:** encontram-se à disposição no portal www.licitacoes-e.com.br – PREGÃO ELETRÔNICO DO BANCO DO BRASIL, pesquisa avançada (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL). Também no portal www.comprasparana.pr.gov.br no link Consulta a Licitações: Consulta de Editais. Informações: (41) 3250-8286 ou (41) 3250-8302. **DATA:** 28/02/2023. Comissão Permanente de Licitação.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE LIMEIRA/SP com **extensão de base nos municípios de Cordeirópolis e Iracemápolis - EDITAL DE CONVOCAÇÃO -** Pelo presente Edital, faço saber que no dia 31 de março de 2023 na sede desta entidade, localizada na Rua Barão de Cascalho, nº 119 – Centro, Limeira/SP, será realizada eleição para composição da DIRETORIA, CONSELHO FISCAL e DELEGADOS REPRESENTANTES ao Conselho da FEDERAÇÃO, com seus respectivos Suplentes, o horário para votação será das 08h:00 às 14h:00, sem interrupção, sendo que caso haja apenas uma (1) chapa inscrita o pleito será realizado por Assembleia Geral, conforme artigo 59º do Estatuto Social, a qual se realizará às 10h:00 em primeira convocação ou às 10h:30min em segunda convocação, ficando aberto o prazo de 15 (quinze) dias para o REGISTRO DE CHAPAS que ocorrerá a partir da data da publicação deste Edital, nos termos do Artigo 38º do Estatuto Social. O requerimento acompanhado de todos os documentos exigidos para o registro será dirigido à COMISSÃO ELEITORAL da entidade, devendo ser assinado pelo encabeçador da chapa. A Secretaria do Sindicato funcionará no período destinado ao Registro de Chapas, no horário das 08h30 às 13h:00 e das 14h:00 às 17h:00, onde se encontrará à disposição dos interessados uma pessoa habilitada para o atendimento, prestação de informações concernentes ao processo eleitoral, recebimento de documentação e fornecimento do competente recibo. A apuração ocorrerá na sede da entidade e terá inicio às 14h:00, em caso de Assembleia Geral a apuração dar-se-á imediatamente após a aclamação. A IMPUGNAÇÃO DE CANDIDATURAS deverá ser feita no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da publicação da relação das chapas registradas. Limeira/SP, 01 de março de 2023. **Vladival Antônio Delgado - Presidente**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARUJÁ

REPUBLICADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 065/2022 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DIAGNÓSTICOS DE ENDOSCOPIA, COLONOSCOPIA E RETOSSIGMOIDOSCOPIA. Disputa: dia 14/03/2023 às 09:00 horas. Edital completo pode ser obtido no site oficial da Prefeitura - www.prefeituradearuja.sp.gov.br, fornecido em CD-R/pendrive, devendo o interessado apresenta-lo para gravação, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Arujá, sito à Rua José Basílio Alvarenga, nº 90 – Centro – Arujá/SP ou solicitado através do e-mail: pma.licitacoes@aruja.sp.gov.br, no período de 02/03/2023 à 13/03/2023, das 08:00 às 12:00 das 13:00 às 16:30 horas. Informações pelo fone: (11) 4652-7609 – Departamento de Compras.

Prefeitura Municipal de Arujá, 28 de fevereiro de 2023

AVISO DE PROSSEGUIMENTO DA RETOMADA

PROCESSO: RDC PRESENCIAL **Nº. 038/2022.**
ORIGEM: FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO (FME-I)
OBJETO: CONTRATAÇÃO INTEGRADA DE EMPRESA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO, BEM COMO A EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE 45 (QUARENTA E CINCO) ESCOLAS ARENINHAS EM DIVERSOS BAIRROS, NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA/CE, DE ACORDO COM AS IDENTIFICAÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MAIOR DESCONTO.
MODO DE DISPUTA: ABERTO.
REGIME DE CONTRATAÇÃO: CONTRATAÇÃO INTEGRADA.

O Presidente da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA - CE | CPL,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que no dia 03 de março de 2023 às 08h30min (horário local) terá **CONTINUIDADE** o procedimento licitatório referente ao processo em epígrafe em sua sede situada na Avenida Heráclito Graça, 750, Centro - Fortaleza (CE). Maiores informações pelo e-mail: cpl@clfor.fortaleza.ce.gov.br ou através do telefone: **(85) 3452-3483 | CPL.**

Fortaleza – CE, 28 de fevereiro de 2023.
OTÁVIO CÉSAR LIMA DE MELO
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16.589/2021 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA EDUCAÇÃO FÍSICA NAS UNIDADES ESCOLARES,** conforme Especificações e Condições constantes do Edital e seus Anexos que estará à disposição dos interessados nos **sítios:** www.comprasnet.gov.br e www.transparencia.osasco.sp.gov.br - Envio das Propostas de Preços pelo site www.comprasnet.gov.br, com DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: **02/03/2023** e DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: **15/03/2023 às 10h00min**.

Osasco, 27 de fevereiro de 2023.
Meire Regina Hernandes
Secretária Executiva de Compras e Licitações

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA - SEAP
DEPARTAMENTO DE LOGISTICA PARA CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - DECON

AVISO DE PUBLICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1899/2022 SRP
PROTOCOLO Nº 19.389.619-7
OBJETO: Registro de Preços, por um período de 12 meses, para futura e eventual prestação de serviços continuados de Monitor de Ressocialização Prisional (operacional e administrativo) 12x36h, 40h e 30h e Encarregado(a) 12x36h, com a metodologia de contratação por postos de trabalho, com fornecimento de uniformes e EPI's.
INTERESSADO: Departamento de Polícia Penal – DEPPEN e o Departamento da Polícia Civil - DPC.
AUTORIZADO pelo Exmo. Sr. Secretário da Administração e da Previdência, em dezembro de 2022.
ABERTURA: 15 de março de 2023 às 14:00 hrs.
LOCAL da DISPUTA e EDITAL:www.licitacoes-e.com.br Informações Complementares: www.administracao.pr.gov.br/Compras e www.transparencia.pr.gov.br.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE-SESA

SECRETARIA DA SAÚDE

PUBLICAÇÃO DE EDITAL

Os interessados poderão acessar o edital nos sites: http://www.licitacoes-e.com.br e http://www.administracao.pr.gov.br/compras e os autos do processo na Comissão Permanente de Licitação – CPL, Avenida Prefeito Lothário Meissner, nº 350, Curitiba – Paraná, telefones (41) 3360-6743, proto-colo nº 20.060.846-35 **Pregão Eletrônico nº 310/2023**. Valor máximo total: R$ 81.378.444,20. Abertura: 14/03/2023, às 09h00. Objeto: **Registro de Preços, por um período de 12 meses, para futura e eventual aquisição de MEDICAMENTOS**. Ato de autorização: Exmo. Sr. Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto (Beto Preto) - Secretário de Estado da Saúde, em 20/02/2023. Banco do Brasil http://www.licitacoes-e.com.br identificador nº 988885. Contratações Públicas http://www.administracao.pr.gov.br/compras (gms) nº 310/2023. Karin Stopinski – Pregoeira.

Curitiba, 01 de março de 2023

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
FUNDEPAR

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 316/2023 – GMS/FUNDEPARR

PROTOCOLO Nº 19.691.290-8. **OBJETO:** execução de reparos no Colégio Estadual Floripa Teixeira de Faria, no Município de Almirante Tamandaré /PR. **DATA E HORÁRIO DA DISPUTA: 22 de março de 2023, às 09:00** (nove horas), por meio de sistema eletrônico do Banco do Brasil. **VALOR MÁXIMO R$ 240.483,65** (duzentos e quarenta mil, quatrocentos e oitenta e três reais e sessenta e cinco centavos). **RETIRADA DO EDITAL E DOS ELEMENTOS TÉCNICOS INSTRUTORES:** encontram-se à disposição no portal www.licitacoes-e.com.br – PREGÃO ELETRÔNICO DO BANCO DO BRASIL, pesquisa avançada (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL). Também no portal www.comprasparana.pr.gov.br no link Consulta a Licitações: Consulta de Editais. Informações: (41) 3250-8286 ou (41) 3250-8302. **DATA:** 28/02/2023. Comissão Permanente de Licitação.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
FUNDEPAR

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 317/2023 – GMS/FUNDEPAR

PROTOCOLO Nº 19.695.242-0. **OBJETO:** execução de reparos no Colégio Estadual João Ribeiro de Camargo, no Município de Colombo/PR. **DATA E HORÁRIO DA DISPUTA: 23 de março de 2023**, às 10:00 (dez horas), por meio de sistema eletrônico do Banco do Brasil. **VALOR MÁXIMO R$ 239.977,07** (duzentos e trinta e nove mil, novecentos e setenta e sete reais e sete centavos). **RETIRADA DO EDITAL E DOS ELEMENTOS TÉCNICOS INSTRUTORES:** encontram-se à disposição no portal www.licitacoes-e.com.br – PREGÃO ELETRÔNICO DO BANCO DO BRASIL, pesquisa avançada (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL). Também no portal www.comprasparana.pr.gov.br no link Consulta a Licitações: Consulta de Editais. Informações: (41) 3250-8286 ou (41) 3250-8302. **DATA:** 28/02/2023. Comissão Permanente de Licitação.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
FUNDEPAR

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 318/2023 – GMS/FUNDEPAR

PROTOCOLO Nº 19.699.833-0. **OBJETO:** execução de reparos no Colégio Estadual Cívico-Militar Shirley Catarina Tamalu Machado, no Município de São José dos Pinhais/PR. **DATA E HORÁRIO DA DISPUTA: 24 de março de 2023, às 08:30** (oito horas e trinta minutos), por meio de sistema eletrônico do Banco do Brasil. VALOR MÁXIMO R$ 328.563,96 (trezentos e vinte e oito mil, quinhentos e sessenta e três reais e noventa e seis centavos). **RETIRADA DO EDITAL E DOS ELEMENTOS TÉCNICOS INSTRUTORES:** encontram-se à disposição no portal www.licitacoes-e.com.br – PREGÃO ELETRÔNICO DO BANCO DO BRASIL, pesquisa avançada (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL). Também no portal www.comprasparana.pr.gov.br no link Consulta a Licitações: Consulta de Editais. Informações: (41) 3250-8286 ou (41) 3250-8302. **DATA:** 28/02/2023. Comissão Permanente de Licitação.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
FUNDEPAR

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 323/2023 – GMS/FUNDEPAR

PROTOCOLO Nº 19.692.394-2. **OBJETO:** execução de reparos no Colégio Estadual Dom Bosco, no Município de Antonina/PR. **DATA E HORÁRIO DA DISPUTA: 22 de março de 2023, às 10:00** (dez horas), por meio de sistema eletrônico do Banco do Brasil. **VALOR MÁXIMO R$ 305.671,79** (trezentos e cinco mil, seiscentos e setenta e um reais e setenta e nove centavos). **RETIRADA DO EDITAL E DOS ELEMENTOS TÉCNICOS INSTRUTORES:** encontram-se à disposição no portal www.licitacoes-e.com.br – PREGÃO ELETRÔNICO DO BANCO DO BRASIL, pesquisa avançada (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL). Também no portal www.comprasparana.pr.gov.br no link Consulta a Licitações: Consulta de Editais. Informações: (41) 3250-8286 ou (41) 3250-8302. **DATA:** 28/02/2023. Comissão Permanente de Licitação.

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 035/2023**.
ORIGEM: INSTITUTO DOUTOR JOSÉ FROTA – IJF /NUCLEO DE FARMÁCIA – NUFAR
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE KIT COM SENSOR PARA MEDIDA CONTÍNUA DE DÉBITO CARDÍACO, COMPATÍVEL COM O EQUIPAMENTO DE MARCA EDWARDS LIFESCIENCES, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADO.

O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 01 de março de 2023 a 14 de março de 2023 até às 10h00min. **(Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços** e Documentos de Habilitação referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia 14 de março de 2023, às 10h00min. **(Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das 10h00min. do dia 14 de março de 2023. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no portal ComprasFor: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, no www.compras.gov.br, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477 |CLFOR.**

Fortaleza – CE, 28 de fevereiro de 2023.
ANDRÉ AUGUSTO FORTE MARTINS GENTILIN
Pregoeiro(a) da CLFOR

Alexandre Allard
Visionário e ambientalista

‘Com Amazônia, PIB do País pode dobrar em 20 anos’

Empresário lança dia 7 hub da AYA Earth Partners, para unir capital, ciência e cultura pelo verde

CENÁRIOS

SONIA RACY

Alexandre Allard nasceu em Washington, cresceu na Costa do Marfim e tem cidadania francesa. Instalado em São Paulo desde 2007, Allard transformou um hospital desativado na região da Avenida Paulista no Cidade Matarazzo, um sofisticado complexo, uma inédita combinação entre alto luxo e defesa ambiental. Segundo Allard, já foram investidos R$ 2,7 bilhões na empreitada, em parceria com a empresa familiar chinesa CTF.

Na terça, dia 7, ele lança, no Roosevelt Hotel (que faz parte do complexo), um hub poderoso da consultoria Aya Earth Partners, em seminário permeado por debates, com sua sócia Patricia Ellen. O que quer com isso? Pretende que ele se transforme em um centro gigante reconectando a humanidade com a natureza. O ministro Fernando Haddad e Aloisio Mercadante, do BNDES, já confirmaram presença.

Nesta entrevista a Cenários, ele propõe, como tarefa urgente do governo brasileiro, que “assuma o papel” de liderança no debate ambiental e cobre o valor real pela preservação de nossas florestas. Ressalta que o preço do credito de carbono vendido pelo Brasil é infinitamente menor que o vendido pela Alemanha, por exemplo. “O Brasil tem sozinho 25% dos genomas do planeta, um produto direto da biodiversidade. Essa economia da preservação tem um valor gigante. Se bem negociada, ela pode dobrar o PIB do Brasil em 20 anos.” A seguir, os principais trechos da conversa.

DENISE ANDRADE

Ambientalista alerta que ‘viver verde’ é possível e dá dinheiro

Como surgiu o projeto Cidade Matarazzo, e por que escolheu o Brasil para ele?

Escolhi o Brasil porque o vejo como o “superpower verde” do planeta, que até há pouco ignorava essa sua importância. E acho que a eleição do (*presidente*) Lula foi decisiva – jornais e revistas do mundo inteiro o definiram como “o salvador da Amazônia”. Isso revela o poder enorme que o Brasil tem por causa dessa riqueza. E inclui a fusão entre a natureza e a sabedoria ancestral dos indígenas: Eles têm essa coisa que nós perdemos, a ligação com a natureza. Para eles o homem é parte do ecossistema.

Onde entra o Cidade Matarazzo nisso tudo?

O grande desafio do Matarazzo é mostrar que conviver com a natureza é um luxo. Veja, o Brasil tem uma oportunidade que os outros não têm, a de chegar a 2030 como a grande nação do G20 a ser carbono negativo. E temos de pegar essa oportunidade. Para isso vejo dois caminhos: um é a tecnologia – falo de energia solar, de novas baterias, gerar menos carbono. A outra é uma grande mudança de cultura. Nossa humanidade está errada há séculos. Temos de reaprender que nós pertencemos à natureza.

> **Estratégia**
> **O País tem de juntar o avanço da tecnologia com uma grande mudança cultural, diz Allard**

Quando veio da França, já via as coisas dessa forma?

Eu trabalho desde os 23 anos, e uma das coisas que faço é lutar contra a desigualdade climática. A pobreza está ligada a essa desigualdade. Mas, nos seus 500 anos, a especialidade que o Brasil mostrou foi a de extração. Ele jamais escolheu o modelo de preservação.

De que modo o País se beneficia com essa mudança?

O Brasil tem, sozinho, 25% dos genomas deste planeta. Hoje a biodiversidade não tem valor financeiro, mas o fato é que essa economia da preservação tem um valor gigante, capaz de dobrar o PIB do Brasil em 20 anos. E o Brasil não está só nessa causa. Tem os vizinhos – Peru, Colômbia, Equador, Guianas. Mais a Indonésia, na floresta asiática, e o Congo, na (*floresta*) africana, outros dois gigantes do fator climático. E veja só, nestes dias 2 e 3 de março, exatamente agora, acontece a Conferência de Brazzaville, no Congo. Um excelente momento para se falar disso.

Que tipo de argumentos favorecem a essa causa?

Começamos por um dado: 70% a 80% das emissões de carbono do planeta vêm das cidades. Ou seja, elas estão doentes, temos de aprender a viver de outra maneira. Outro dado: 15% das pessoas das cidades emitem, sozinhas, 50% a 60% desse carbono. Em São Paulo, o 1% mais rico emite 100 vezes mais carbono que o 1% mais pobre. É necessário buscar um novo caminho. O projeto é convencer as elites financeiras, empresariais, os CEOs do Brasil, as agências de publicidade, os que se preocupam com o consumismo, as elites verdes, as novas gerações, a debater uma saída. E o Matarazzo é um lugar para atrair todos eles e mostrar que “viver verde” é uma coisa possível.

Qual a sua participação pesssoal nesse processo?

Olha, eu trabalho com essa ideia há 15 anos. E foi por ela que me juntei com a Patricia Ellen e criamos uma subsidiária da AYA Earth Partners, que vai inaugurar um novo espaço, um hub, no dia 7 de março. Vai ser um centro de convivência, de acolhimento desses empreendedores, os “climate capitalists”, mais meios financeiros, científicos e culturais. Um lugar que vai atrair o know how e a influência do mundo inteiro para esse tema.

Já definiu tarefas específicas para atingir tais metas?

O AYA seleciona os melhores advogados do Brasil e equipes competentes que ajudarão as empresas a transformar equipamentos, implantar uma fazenda solar, investir em nova frota de caminhões, gerar menos carbono, captar financiamento. Já temos inúmeros projetos. É preciso aprender rápido. Tem dinheiro para financiar essa mudança. ●

NA WEB
No Facebook e no Twitter do ‘Estadão’, no LinkedIn, no YouTube do ‘Estadão’ e no YouTube do Banco Safra.
www.estadao.com.br

Indicadores Ocupação

Desemprego cai e termina 2022 em 9,3%, a menor taxa desde 2015

Apesar do resultado, trabalho mostrou perda de fôlego no final do ano passado, com desempenho ruim do comércio

DANIELA AMORIM
RIO

A taxa de desemprego voltou a cair no País, de 8,1% no trimestre encerrado em novembro de 2022 para 7,9% no trimestre terminado em dezembro, a menor desde fevereiro de 2015, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na média do ano passado, a taxa de desemprego foi de 9,3%, melhor desempenho desde 2015. Em 2021, o resultado tinha sido de 13,2%.

Apesar do bom resultado, o mercado de trabalho mostrou perda de força na reta final do ano passado. O esperado aumento sazonal no número de vagas – especialmente puxadas pelas contratações temporárias no comércio e em alguns serviços – decepcionou, e o avanço na ocupação no quarto trimestre de 2022 foi o mais fraco da série histórica da Pnad Contínua, iniciada em 2012.

"É a primeira vez que não houve um crescimento da população ocupada no comércio desde 2015", disse Adriana Beringuy, coordenadora de Trabalho e Rendimento no IBGE.

FATORES. A coordenadora do IBGE menciona que pode haver diferentes fatores por trás do fenômeno, como o endividamento elevado, redução no consumo das famílias, menor acesso ao crédito, além do desempenho da Black Friday, a realização extraordinária da Copa do Mundo no fim do ano e uma expectativa mais morna dos comerciantes sobre as vendas.

O País registrou uma abertura de 101 mil vagas no último trimestre de 2022, avanço de 0,1% na ocupação em relação ao terceiro trimestre. Ainda assim, a população ocupada alcançou um novo recorde, subindo a 99,370 milhões trabalhando. Em um ano, 3,622 milhões de brasileiros encontraram emprego.

"Tivemos dois anos seguidos de crescimento forte que ajudaram muito nessa queda do desemprego e conseguiram que a renda parasse de cair", afirmou o economista-chefe da consultoria MB Associados, Sergio Vale. "Esse comportamento confirma nossa tese de que a perda de fôlego da economia já começou a impactar o mercado de trabalho. Setores como comércio e indústria já acusaram essa desaceleração e acreditamos que esse movimento chegará também ao de serviços", escreveu a economista Claudia Moreno, do C6 Bank, em comentário ao mercado. ● COLABORARAM DANIEL TOZZI MENDES e ITALO BERTÃO FILHO

MERCADO DE TRABALHO

Setores de comércio e serviços pessoais decepcionaram no quarto trimestre de 2022

POR TRIMESTRE MÓVEL*

Taxa de desemprego
EM PORCENTAGEM

Número de desempregados
EM MILHÕES

Número de ocupados
EM MILHÕES

*EM RELAÇÃO AOS TRÊS MESES IMEDIATAMENTE ANTERIORES

FONTES: IBGE / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Massa de salários tem recorde, com alta de 12,8%

RIO

A massa de salários em circulação na economia aumentou em R$ 31,224 bilhões no período de um ano, para um recorde de R$ 274,346 bilhões, uma alta de 12,8% no trimestre encerrado em dezembro de 2022 ante o trimestre terminado em dezembro de 2021, conforme dados divulgados pelo IBGE ontem. Na comparação com o trimestre terminado em setembro, a massa de renda real subiu 2,1% no trimestre terminado em dezembro, com R$ 5,603 bilhões a mais.

A série histórica da Pnad Contínua, iniciada em 2012, mostrou que foi a primeira vez que um quarto trimestre não apresentou expansão da ocupação no comércio.

Na passagem do terceiro trimestre para o quarto trimestre de 2022, o comércio demitiu 45 mil trabalhadores, enquanto o segmento de outros serviços dispensou 59 mil pessoas. ●
D.A., D.T.M e I.B.F.

Reforma tributária Pressão do campo

Agronegócio é contra fim de isenção a itens da cesta básica

ADRIANA FERNANDES
BRASÍLIA

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) tomou posição contra o fim da isenção dos impostos sobre os produtos da cesta básica, previsto na proposta de reforma tributária do governo. Com o mecanismo que o governo Lula quer criar, o imposto seria devolvido para a população de baixa renda, como uma espécie de "cashback" para os mais pobres.

Na primeira reunião da frente com o relator da reforma, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), o presidente da FPA, deputado Pedro Lupion (PP-PR), condenou o que chamou de "guerra de narrativas", de que a agricultura seria subtributada no Brasil.

A FPA apresentou oito pontos da proposta que o setor não aceita, entre os quais o fim da isenção dos produtos da cesta básica (*mais informações nesta página*). A devolução de impostos para os mais pobres estará na proposta de reforma, como já antecipou há três semanas o secretário extraordinário de reforma tributária, Bernard Appy.

"Representamos um terço do PIB nacional, 25% dos empregos, a maioria das exportações do País. É um setor que precisa ser ouvido, respeitado e, principalmente, precisa ter a oportunidade de apresentar as preocupações em relação a essa próxima reforma tributária", disse Lupion.

Segundo ele, a frente não é contra a reforma, mas disse que o setor não pode sair prejudicado. "Não vivemos de subsídio, mas de produção agrícola", afirmou, destacando que é equívoco a ideia de que o agronegócio paga menos impostos. O setor industrial contesta, e informa que, enquanto agronegócio recolheu 0,6% dos tributos federais, a indústria de transformação pagou 26,2% em 2021.

Com cerca de 300 parlamentares, a FPA é uma das mais poderosas bancadas do Congresso. O agronegócio afirma que a oneração da cesta básica é prejudicial para todo o setor produtivo, e diz que haverá aumento de preços e inflação. ●

Divergências

Bancada rural se opõe a oito pontos da reforma

● **Abrangência do conceito de contribuinte**
Hoje, os produtores rurais não são contribuintes diretos dos tributos a serem extintos com a reforma. O setor não quer que os produtores rurais integrem o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), a ser criado, sob a alegação de que o pequeno produtor não consegue emitir nota fiscal

● **Crédito presumido**
O setor quer manter esse benefício tributário no IBS ao adquirente da produção agrícola. O argumento é de que mais de 5 milhões de famílias de pequenos e médios agricultores e pecuaristas terão de contratar contador para apurar o tributo

● **Não incidência tributária sobre insumos agropecuários**
O setor defende tributação diferenciada para garantir competitividade, sob o argumento de que, num momento em que o Brasil caminha para assinar acordos de livre comércio, a oneração dos insumos agropecuários terá efeitos perversos

● **Oneração da cesta básica**
O setor é contra a oneração da cesta básica. Também não acredita na eficácia do sistema de devolução do imposto para a população de baixa renda. O argumento é que haverá aumento de preços e inflação. E a devolução seria difícil de ser implementada em todo o País

● **Ressarcimento rápido e eficaz dos créditos**
O setor quer garantir o ressarcimento rápido e eficiente dos créditos tributários. A devolução teria de ser feita num prazo fixo antes de qualquer divisão da arrecadação entre o governo federal e os regionais, e o prazo teria de ser definido na lei complementar

● **Adequado tratamento ao cooperativismo**
Para o setor, é importante que a reforma apresente normas explícitas sobre o sistema do cooperativismo com a não incidência de tributos sobre a cooperativa, mas sim sobre o cooperado

● **Não incidência do imposto seletivo sobre a cadeia produtiva de alimentos**
O setor não quer que o imposto seletivo (conhecido como imposto do pecado) recaia sobre alimentos

● **Adequada tributação dos biocombustíveis**
O setor diz que a tributação deve incentivar o uso de biocombustíveis com diferenciação da carga tributária entre o biocombustível e o combustível fóssil

Aviação **Dificuldade na retomada**

Gol e Azul renegociam dívidas da pandemia em cenário incerto

Ações de companhias aéreas valem pouco mais de 12% do registrado antes da crise sanitária mundial; analistas falam em ‘situação delicada’

LUCIANA DYNIEWICZ

Após sobreviver à pandemia, as companhias aéreas lutam agora para reduzir ou adiar as dívidas feitas nos últimos três anos, quando a demanda por voos recuou drasticamente. Nas últimas semanas, a Azul vem renegociando suas dívidas, enquanto a Gol conseguiu uma injeção de capital vista por uma agência classificadora de risco como um “calote seletivo”.

As negociações ocorrem em meio a um ambiente de incertezas, com o real desvalorizado e o preço do combustível de aviação em patamar elevado. Para analistas, as empresas estão em uma situação delicada, pois, diante da alta dos custos que têm enfrentado, precisam elevar ainda mais o preço das passagens para gerar caixa e pagar credores. Se sobem as tarifas, porém, perdem clientes e ficam com voos insustentáveis do ponto de vista financeiro. Daí, a necessidade de renegociação.

“Durante a pandemia, as aéreas acumularam dívidas. Agora, as ações delas valem muito pouco comparado ao (*período*) antes da crise. Isso mostra preocupação em relação à capacidade das empresas de rolar essas dívidas”, diz o consultor André Castellini, sócio da Bain & Company e especialista no setor aéreo. As ações de Gol e Azul valem hoje pouco mais de 12% do registrado no pré-pandemia.

No vermelho

R$ 26 bilhões é o valor da dívida da Gol. No começo de fevereiro, foi anunciado um aporte de R$ 1 bilhão

US$ 175 mi é o quanto será investido na empresa pela holding Abra, criada para controlar a Gol e a Avianca

TÍTULOS VENCIDOS. No caso da Gol – que acumula R$ 26 bilhões em dívidas –, o anúncio feito no início de fevereiro de que a empresa receberia um aporte de US$ 1 bilhão foi insuficiente para as ações se valorizarem. No mercado, os analistas reclamam que há poucas informações sobre a transação e que, até agora, não conseguiram conversar com a direção de relações com investidores da companhia.

Por enquanto, o que se tem de informação é que a Gol está trocando títulos de dívida que venciam entre 2024, 2025 e 2026 por papéis que vencem em 2028. Por outro lado, pagará juros mais altos. Os títulos que serão substituídos tinham taxa de juros que variavam entre 3,75% e 8%. Os novos têm taxas de 18%.

A transação que mudará o perfil da dívida e elevará o dinheiro no caixa da empresa é complexa. Parte do investimento na aérea será feita em dinheiro – acionistas da Abra (holding criada para controlar as operações da Avianca e da Gol) vão colocar US$ 175 milhões na companhia e alguns detentores de títulos vão injetar mais US$ 243 milhões.

Outra parte do investimento virá da venda de títulos. A Abra comprará com desconto, do grupo de detentores de papéis que está fazendo o aporte, títulos emitidos pela Gol com valor nominal de US$ 680 milhões. Os papéis serão devolvidos para a Gol, que irá cancelá-los.

Segundo um analista do mercado financeiro, na prática, a transação anunciada pela Gol é um modo de a Abra ajudar a empresa a rolar a dívida.

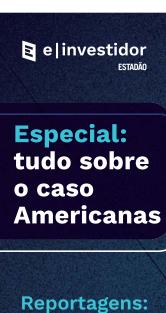
Apesar de o mercado reconhecer que a medida dá fôlego para a companhia aérea, um dos pontos que desagradaram aos investidores foi o fato de a estrutura da transição beneficiar os acionistas e detentores de títulos que estão fazendo a injeção de recursos – eles têm preferência no pagamento. ●

Companhia ainda tenta quitar aluguel de aeronaves

A Azul ainda não conseguiu fechar a renegociação de seus débitos. A empresa tem R$ 22 bilhões em dívidas e precisa pagar, em 2023, R$ 3,8 bilhões a arrendadores de aviões e R$ 700 milhões a bancos, segundo pessoas a par da negociação. Do total devido a arrendadores, R$ 3,2 bilhões são referentes ao aluguel anual das aeronaves e R$ 600 milhões ao valor postergado durante a pandemia.

No fim do ano passado, a companhia já havia sinalizado a intenção de levantar capital no mercado financeiro para aliviar sua situação. A dificuldade para acessar o mercado, porém, levou a Azul a renegociar com arrendadores e bancos.

O acordo que vem sendo discutido envolve não apenas o pagamento do aluguel dos aviões deste ano, mas também o dos próximos. Há uma tentativa de reduzir o valor anual do arrendamento.

Na visão de um analista do mercado, o acordo da Azul com arrendadores deve sair em breve, mas os termos não serão tão favoráveis à aérea. ● L.D.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

AVISO DE LICITAÇÃO - PL.0140.2022.CPLOSE.PE.0057.SEDUC. OBJETO: Formação de registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de Limpeza e Conservação Predial, visando à obtenção de adequadas condições de salubridade e higiene, com a disponibilização de mão de obra, produtos saneantes domissanitários, materiais e equipamentos. Data inicial de propostas: 02/03/2023 às 12h00. Data final de propostas: 15/03/2023 às 12h00 e Data inicial da disputa: 15/03/2023 às 14h00. Recomenda-se que os licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados. O Edital se encontra disponível na página eletrônica www.peintegrado.pe.gov.br. INFORMAÇÕES: Avenida Afonso Olindense, 1513, Bloco B, Térreo, Várzea, Recife-PE, CEP: 50.810-900. FONE: (81) 3183-8237. HORÁRIO DE ATENDIMENTO: 8h00 às 12h00. Recife, 28 de fevereiro de 2023 **FRANCIMILTON DOS SANTOS Pregoeiro da CPLOSE**

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 051/2023**.

ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DE FORTALEZA - HABITAFOR

OBJETO: SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL GEORREFERENCIADO EMÁREAS DE INTERESSE SOCIAL OBJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA DE INTERESSE SOCIAL (REURB-S), PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DE FORTALEZA – HABITAFOR, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES PREVISTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

DO TIPO: MENOR PREÇO.

DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA.

O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 01 de março de 2023 a 14 de março de 2023 até às 10h00min. **(Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços** e Documentos de Habilitação referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia 14 de março de 2023, às 10h00min. **(Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das 10h00min. do dia 14 de março de 2023. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no portal ComprasFor: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, no www.compras.gov.br, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477 |CLFOR.**

Fortaleza – CE, 28 de fevereiro de 2023.
HAMER SOARES RIOS
Pregoeiro(a) da CLFOR

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - MEIO ELETRÔNICO

A Associação dos Proprietários Terras do Barão, inscrita no CNPJ sob o n° 05.317.242/0001-27, por sua Diretoria Executiva, convoca todos os seus associados para se reunirem, em **Assembleia Geral Ordinária**, que será realizada no dia **25 de março de 2023**, por **meio eletrônico**, conforme previsto no **artigo 48-A** da **Lei n ° 10.406, de 10 de janeiro de 2002** - Código Civil. Sendo tratados por meio eletrônico no dia **25 de março de 2023** às ***09h00min***. em primeira convocação com a presença de mais da metade dos associados, ou às ***09h30min***. em segunda e última convocação com qualquer número de presentes, a fim de deliberar sobre os seguintes assuntos:

1) DELIBERAÇÃO DO BALANÇO GERAL E A DEMONSTRAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS DO EXERCÍCIO 2022/2023;

2) PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA E O PROGRAMA DE OBRAS PARA O EXERCÍCIO EM CURSO.

3) ELEGER OS MEMBROS DA DIRETORIA EXECUTIVA E DO CONSELHO FISCAL E ADMINISTRATIVO MANDATO 2023/2024.

Observações Importantes:

• O meio eletrônico utilizado será a "Assembleia Virtual Superlógica" que possui integração com o Zoom;

• O associado poderá acessar a Assembleia através da Área do Condômino no link: https://terrasdebarao.superlogica.net/clients/areadocondomino ou se preferir, pelo aplicativo Área do Condômino da Superlógica; • O acesso a Assembleia será liberado às 08h00min., a Assembleia será encerrada pelo Presidente da Assembleia após a discussão e a votação dos assuntos constantes da pauta publicada no edital de convocação ou às 13h00min., o que ocorrer primeiro; • Será aceita a participação de apenas 01 (um) representante por lote; • Os candidatos deverão fazer suas inscrições até 10 (dez) dias antes da realização da Assembleia, os interessados na candidatura deverão formalizá-la, na forma de Chapa Fechada, através de comunicação escrita e entregue, contra protocolo, na Sede da Associação, a Chapa deverá apontar os candidatos específicos para cada cargo da Diretoria Executiva no total de 05 (cinco), 03 (três) Conselheiros Efetivos e mais 03 (três) suplentes, quando o titular de lote for pessoa física, se casado, apenas um dos conjugues poderá candidatar-se a cargo eletivo, será eleita a Chapa mais votada na Assembleia; • As representações somente serão aceitas por instrumento de procuração, com firma reconhecida do outorgante e, prazo de validade máxima de 02 (dois) anos, ainda que por parente do(a) associado(a). O instrumento de procuração deverá ser entregue na Sede da Associação, localizada na Rua Tsuruyo Namba, 09, Residencial Terras do Barão, Campinas/SP, no seguinte prazo: da data de publicação deste edital até o dia 24 de março de 2023, das 08h00min. às 17h00min.; • Os associados que não estiverem quites com as obrigações sociais, não poderão discutir e votar os assuntos que forem tratados, inclusive não poderão fazer-se representar por mandatário, conforme disposto no artigo 1.335, inciso III do código civil;• A captação dos votos será, exclusivamente, por meio virtual, o resultado da votação será divulgado até o fim da Assembleia.

Diretoria da Associação dos Proprietários Terras do Barão

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 10.753.164/0001-43 - NIRE 35.300.367.308

Edital de Segunda Convocação da Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 155ª (Centésima Quinquagésima Quinta) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os titulares de certificados de recebíveis do agronegócio das 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da 155ª (centésima quinquagésima quinta) emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("**Titulares de CRA**", "**CRA**" e "**Emissora**", respectivamente), nos termos da Cláusula 12 do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio* das 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da 155ª (centésima quinquagésima quinta) emissão *da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.*" ("**Termo de Securitização**"), da Instrução CVM nº 625, de 14 de maio de 2020, conforme alterada ("Instrução CVM 625"), e da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 2ª (segunda) convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("**AGTCRA**"), a realizar-se no dia **09 de março de 2023, às 14:00 horas,** exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma eletrônica *Zoom,* administrada pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora e/ou pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de agente fiduciário dos CRA ("**Agente Fiduciário**"), nos termos deste Edital, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** aprovação para a realização de alteração na definição do índice financeiro EBITDA, constante na cláusula 10.3, item "vi", das CPRFs nºs 001 e 002; e no Termo de Securitização, tanto na definição do termo quanto na cláusula 7.4.2 do documento para, onde consta "lucro antes do resultado financeiro e dos tributos, acrescido dos valores atribuíveis à depreciação e amortização e da variação no valor justo dos aditivos biológicos (conforme fluxo de caixa)", passar a constar "resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas, das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões, calculado nos termos da ICVM 527"; e **(ii)** autorização para a Emissora e o Agente Fiduciário praticarem todos e quaisquer atos para efetivação das deliberações da Assembleia, incluindo eventual alteração dos documentos da oferta. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. **1. Informações Gerais aos Titulares de CRA: (i)** A AGTCRA instalar-se-á em 2ª (segunda) convocação, às 14:00 horas do dia 09 de março de 2023, com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) dos CRA em Circulação, sendo as matérias sujeitas à aprovação por 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRA em Circulação. **(ii)** Nos termos do artigo 4º, § 1º, da Instrução CVM 625, o Titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo até 2 (dois) dias antes da realização da AGTCRA, preferencialmente. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica, conforme previsto no artigo 4º, § 3º, da Instrução CVM 625. **(iii)** Observado o disposto na Instrução CVM 625, e, de acordo com o item "(ii)" anterior e "(iv)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleia@ecoagro.agr.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com cópia dos seguintes documentos: **1.** quando pessoa física, documento de identidade; **2.** quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; **3.** se fundos de investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e **4.** quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na AGC e documento de identidade do outorgado, obedecidas as condições legais. **(iv)** Após o horário de início da AGTCRA, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da AGTCRA, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, sendo permitida a manifestação via instrução de voto à distância. **(v)** Os documentos relacionados às matérias constantes deste Edital estarão disponíveis aos Titulares de CRA no endereço da Emissora na internet https://www.ecoagro.agr.br/emissoes, (inserir "Palmital" em "Buscar Empresas, Série, Cetip" e clicar na linha da emissão nº "155ª" e, então, localizar o documento desejado), incluindo a Proposta da Administração.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023
Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
Cristian de Almeida Fumagalli
Diretor de Relações com Investidores, Diretor de Distribuição e Diretor de Securitização

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
DA 10ª REGIÃO FISCAL

MINISTÉRIO DA **FAZENDA**

AVISO DE CONSULTA PÚBLICA RFB/SRRF10 Nº 1/2023

Minuta de Edital de 3 (três) Portos Secos de fronteira no Rio Grande do Sul

OBJETO: Consulta Pública acerca da minuta de Edital e seus Anexos, cujo objeto é deferir a concessão de serviço público precedida de execução de obra pública, para prestação dos serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias, sob controle aduaneiro, pelo prazo de vinte e cinco anos, nos Portos Secos de fronteira instalados nos Municípios de Jaguarão, Santana do Livramento e Uruguaiana, todos no Estado do Rio Grande do Sul.

MINUTA DE EDITAL E INSTRUÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO: Estarão disponíveis no endereço eletrônico https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes-br/2019/unidades-federativas-uf/rs/srrf10-uasg-170177/consulta-publica, a partir de 1º de março de 2023.

ENVIO DE CONTRIBUIÇÕES: As contribuições e sugestões devidamente fundamentadas e identificadas deverão ser encaminhadas em formulário disponível no endereço eletrônico acima, no prazo de 10 dias úteis, contado da disponibilização, para o e-mail licitacoessrrf10.rs@rfb.gov.br.

INFORMAÇÕES: Eventuais problemas de acesso ao sítio da RFB ou outras dúvidas poderão ser dirigidas para o mesmo e-mail antes citado.

EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 43.470.988/0001-65 - NIRE 35.300.329.520

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 06 de Fevereiro de 2023

Data, Hora e Local: 06/02/2023, às 11hs., na sede social, na Rua Hungria, n° 1400, 2° Andar, Conjunto 22, São Paulo/SP, com a participação dos membros do Conselho de Administração por meio de ferramenta eletrônica de videoconferência. **Presença:** Totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: Rodrigo Geraldi Arruy.Secretária: Mariana Senna Sant'Anna. **Deliberações Aprovadas: 1.** A Administração da Companhia apresentou ao Conselho de Administração informações sobre uma oportunidade de aplicação de parte do caixa da Companhia na aquisição de cotas, no mercado primário, do Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI indicado abaixo, e que envolve a participação da Casa de Pedra, parte relacionada da Companhia, na forma estabelecida na Política de Transações com Partes Relacionadas ("Política"), sendo os seguintes pontos principais ("Transação"): **Operação: a) Investimento: CRI da 1ª e 2ª Série da 5ª Emissão da Casa de Pedra (CRI Arquiplan):** R$ 3.000.000,00 (de uma emissão total de aproximadamente R$ 62.500.000,00). **b) Remuneração:** Atualização monetária pela variação positiva do INCC, com juros remuneratórios de 0,00% ao ano (INCC + 9,00% a.a.). **c) Garantia:** I. Alienação fiduciária de imóveis onde será construído o empreendimento. II. Alienação fiduciária das cotas da Devedora. III. Cessão fiduciária dos recebíveis do empreendimento. IV. Fiança da Arquiplan Desenvolvimento Imobiliário S.A. ("Arquiplan") e da Acto – América Construção e Tecnologia de Obras; e V. Fiança do Alan Ginzberg e Marcelo Ginzberg. **d) Devedora do CRI:** (i) AR18 – Incorporação e Construção Ltda, CNPJ nº 28.464.779/0001-15. 1.1. A Administração da Companhia (a) apresentou ao Comitê as informações que constam no Anexo I da Ata do Comitê de Transações com Partes Relacionadas - CTPR, que evidencia que a Transação se adequa aos termos e condições de mercado; (b) esclareceu que 41,6% do Valor Total do CRI foi adquirido por partes não relacionadas da Companhia; e (c) informou que, nesta data, possui 1,2% do caixa da Companhia (ex-Melnick) investido em operações que tem a participação de Partes Relacionadas. 1.2. A submissão da Transação ao Conselho de Administração deve-se exclusivamente ao fato de a Casa de Pedra, securitizadora do CRI Arquiplan, ser parte relacionada da Companhia e não tem nenhuma relação com a Arquiplan, da Devedora do CRI Arquiplan e os respectivos avalistas. 1.3. Além da análise feita pelo CTPR, a Administração submeteu a Transação ao Comitê Financeiro, o qual recomendou ao Conselho de Administração a seguir com o investimento de parte do caixa da Companhia por meio da Transação. 1.4. Com a devida abstenção do Sr. Rodrigo Geraldi Arruy, os demais membros do Conselho de Administração, nos termos do Artigo 20, inciso "xxvi", do Estatuto Social e nos termos da Política, (i) acataram, o parecer técnico e a recomendação do CTPR, no sentido de que a Transação se encontra em conformidade com a Política, conforme Ata de Reunião do CTPR que analisou e deliberou a matéria, devidamente arquivada na sede; bem como a recomendação do Comitê Financeiro para o investimento de parte do caixa da Companhia por meio da Transação, e (ii) aprovaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, a realização da Transação. **2.** Com a devida abstenção do Sr. Rodrigo Geraldi Arruy, os demais membros do Conselho de Administração autorizaram, os membros da Diretoria e seus procuradores, conforme o caso, a comparecerem e praticarem todos os atos que se façam necessários para levar a efeito a deliberação acima, incluindo a assinatura de documentos relacionados à Transação, bem como ratificar as eventuais providências já tomadas pela Diretoria neste sentido. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 06.02.2023. **Conselho de Administração:** Leandro Melnick; Rodrigo Geraldi Arruy; André Ferreira Martins Assumpção, Cláudio Zaffari, Cláudia Elisa de Pinho Soares e Márcio Botana Moraes. **Mesa:** Rodrigo Geraldi Arruy - Presidente, Mariana Senna Sant'Anna - Secretária. JUCESP nº 74.742/23-1 em 15.02.2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

PORTO SEGURO S.A.

Companhia Aberta | CVM nº 01665-9 - CNPJ nº 02.149.205/0001-69 | NIRE 35.300.151.666

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 31 de Março de 2023

A Porto Seguro S.A. ("Companhia") convida seus acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia") a ser realizada, em primeira convocação, em **31 de março de 2023, às 11h00, de modo exclusivamente digital,** nos termos dos artigos 121, parágrafo único, e 124, §2º-A, da Lei das Sociedades por Ações, e da Resolução CVM nº 81/22, para deliberarem sobre as seguintes matérias: **Em Assembleia Geral Ordinária:** 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e de suas controladas, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, do relatório do Comitê de Auditoria e do parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. 3. Ratificar as declarações de juros sobre capital próprio, imputados ao dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, deliberadas pelo Conselho de Administração, em reuniões realizadas em 24 de agosto de 2022 e 26 de outubro de 2022. 4. Determinar as datas para o pagamento dos juros sobre capital próprio aos acionistas. 5. Fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia, compreendendo também os membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, se instalado. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** 1. Alterar a redação do artigo 18, caput, do estatuto social, para: (i) modificar a denominação do cargo de Diretor Vice-Presidente - Marketing e Comercial para Diretor Vice-Presidente - Comercial; e (ii) criar o cargo de Diretor Vice-Presidente - Marketing, Clientes e Dados, passando a Diretoria da Companhia a ser composta por, no máximo, 9 (nove) Diretores. 2. Consolidar o estatuto social da Companhia, para refletir as alterações estatutárias submetidas à Assembleia. **Informações Gerais:** A Assembleia será realizada de modo exclusivamente virtual, por meio da plataforma eletrônica "Zoom" ("Plataforma"), com transmissão de imagem, som e possibilidade de exercício do direito de voto para cada item da ordem do dia, nos termos da Resolução CVM nº 81/22. Os acionistas ou procuradores que desejarem participar da Assembleia por meio da Plataforma deverão se cadastrar por meio de correspondência eletrônica a ser enviada à Companhia (ao e-mail: relacionamento.investidores@portoseguro.com.br) e submeter, de forma digital, os documentos indicados abaixo, bem como todos os demais documentos e informações que forem solicitados pela Companhia, **até o dia 29 de março de 2023, às 11h00.** Os e-mails de cadastro dos acionistas ou representantes deverão ser enviados com a seguinte indicação de assunto: "*AGOE de 31.03.2023 - Cadastro de Participante*". Para realização de seu cadastro, de forma a possibilitar sua participação na Assembleia, nos termos do artigo 6º, §§1º e 3º, da Resolução CVM nº 81/22, o acionista, pessoalmente ou por meio de seu representante, deverá apresentar o comprovante atualizado da titularidade das ações emitidas pela Companhia, expedido por instituição financeira prestadora dos serviços de ações escriturais e/ou agente de custódia, e os seguintes documentos, conforme aplicável: **Acionistas Pessoas Físicas:** cópia do documento de identidade, com foto, do acionista. Os acionistas pessoas físicas poderão ser representados por procurador constituído há menos de 1 ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das Sociedades por Ações. **Acionistas Pessoas Jurídicas:** (i) cópia do estatuto social ou contrato social atualizado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (ii) cópia do documento de identidade, com foto, dos respectivos representantes legais. Os acionistas pessoas jurídicas poderão ser representados por seus representantes legais ou por procurador devidamente constituído, de acordo com os atos constitutivos da sociedade, que não precisará ser acionista, administrador da Companhia ou advogado, conforme decisão do Colegiado da CVM no Processo CVM RJ2014/3578, de 04 de novembro de 2014. **Fundos de Investimento:** (i) cópia do regulamento atualizado do fundo (caso o regulamento não contemple a política de voto do fundo, apresentar também o formulário de informações complementares ou documento equivalente); (ii) cópia do estatuto ou contrato social atualizado do seu administrador ou gestor, conforme o caso, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iii) cópia do documento de identidade, com foto, dos representantes legais do administrador ou gestor do fundo, conforme o caso. De forma a facilitar a participação dos acionistas na Assembleia, a Companhia, excepcionalmente, não exigirá cópias autenticadas, o reconhecimento de firma de documentos emitidos e assinados no território brasileiro, nem a notarização, a consularização e o apostilamento de documentos assinados fora do Brasil. No entanto, a tradução simples de quaisquer documentos estrangeiros será obrigatória. As orientações para participação virtual por meio da Plataforma estão detalhadas na Proposta da Administração divulgada pela Companhia ("Proposta da Administração") e encontram-se disponíveis para consulta na sede da Companhia e nos websites da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Os acionistas poderão participar da Assembleia, ainda, por meio do envio de boletim de voto a distância, nos termos da Resolução CVM nº 81/22. As orientações para o envio do boletim de voto a distância constam do modelo de boletim de voto a distância e da Proposta da Administração, disponibilizados, nesta data, nos websites da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). A Companhia informa que, em observância às disposições da Lei das Sociedades por Ações e da Resolução CVM nº 81/22, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer do Conselho Fiscal, dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria, a Proposta da Administração e todos os documentos pertinentes às matérias constantes da ordem do dia encontram-se à disposição dos acionistas na sede social e nos websites da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras foram publicadas no jornal "O Estado de São Paulo", em versões física e eletrônica, na edição de 27 de fevereiro de 2023, nos termos do artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023
Bruno Campos Garfinkel - Presidente do Conselho de Administração

MATHEUS PIOVESANA, ALTAMIRO SILVA JUNIOR E
CYNTHIA DECLOEDT/CRISTIANE BARBIERI (edição)
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM

Coluna do Broadcast

Indicado à chefia da Previ, sindicalista é aprovado para o cargo sob críticas

A indicação de João Fukunaga para a presidência da Previ, o fundo de previdência dos funcionários do Banco do Brasil, foi aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) na segunda-feira, mas sob questionamentos de aposentados do banco. As críticas são de que Fukunaga não cumpriria critérios técnicos necessários para o cargo. Na cadeira, ele será responsável por administrar um dos maiores fundos de pensão da América Latina, com mais de R$ 240 bilhões em ativos. Em carta, associados dirigiram-se à Previc, órgão do governo federal que regula o segmento de previdência privada, para manifestar "inconformidade" com a indicação, divulgada na sexta-feira, 24, e pedir que a nomeação não fosse aceita.

Para associados, falta experiência

Segundo a carta, como Fukunaga "não detém experiência nem conhecimento técnico para a função, sendo (...) Secretário de Organização e Suporte Administrativo do Sindicato dos Bancários de SP, (...) e Mestre em História, somos levados a concluir que a indicação ateve-se apenas a conexões políticas".

Fukunaga está no BB desde 2008

João Fukunaga foi indicado para suceder Daniel Stieler. Ele é funcionário do Banco do Brasil desde 2008, e hoje atua no Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região. As críticas afirmam que ele não cumpriria a exigência, prevista em resolução da Previc para dirigentes de fundos de pensão.

● **EXIGÊNCIAS.** A resolução prevê experiência profissional de ao menos três anos em atividades nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização ou de auditoria.

● **DE SEMPRE.** Um dos temores dos associados é de que a indicação interfira na política de investimentos da Previ. "Se uma política de governo atropela os fundamentos que alicerçam a própria existência de um fundo de pensão, que é o compromisso com a saúde financeira para garantir os rendimentos de dezenas de milhares de aposentados, não pode ser uma política de governo", diz o presidente da Associação Nacional dos Funcionários do BB, Augusto de Carvalho.

● **HISTÓRICO.** Em gestões anteriores do PT, fundos de pensão ligados a estatais, entre eles a Previ, fizeram investimentos em linha aos projetos do governo que se provaram fracassos, como o da Sete Brasil, criada em 2010 para desenvolver sondas para a Petrobras, mas que pediu recuperação judicial em 2016, após a Lava Jato.

POR UM PUNHADO DE DÓLARES

EVGENIA NOVOZHENINA/REUTERS

Gestora 3G, do trio Lemann, Sicupira e Telles, vende ações da RBI, holding que controla o Burger King, e levanta US$ 145 milhões

● **PALAVRA.** Em manifestação enviada por meio do Sindicato dos Bancários, Fukunaga afirmou que tem trajetória de defesa dos funcionários do BB, dos associados da Previ e dos trabalhadores. "A defesa dos direitos dos bancários e seus fundos de pensão são prioritários e a luta tem sido constante nos últimos anos", diz ele.

● **OUTRAS.** O BB informou, em nota, que a indicação "foi aprovada pelos ritos de governança do BB e da Previ, atendendo a todas as exigências previstas nos processos de Elegibilidade de ambas instituições", e que foi aprovada pela Previc. Já a Previ disse que o processo de indicação seguiu as normas da Previc, e que ele cumpriu todos os requisitos para receber o atestado. "A indicação e aprovação do nome de João Luiz passou por todo o processo de governança do BB, da Previ e da Previc", informou.

● **CAIXA.** A gestora 3G, do trio de investidores Jorge Paulo Lemann, Carlos Alberto Sicupira e Marcel Telles, vendeu em oferta na Bolsa de Valores de Nova York (Nyse) 2,2 milhões de ações da Restaurant Brands International (RBI), holding que controla o Burger King, a rede de cafeterias canadense Tim Hortons e a Popeyes, de fast food de frango. A operação movimentou US$ 145 milhões.

● **NOS COBRES.** Não é a primeira vez que a 3G vende ações da RBI. Em 2019, após vender US$ 3 bilhões em papéis, sua fatia caiu de 41% para 32%. Com a venda de agora, a fatia baixou a 28,9%. Lemann, Sicupira e Telles são os acionistas de referência na Americanas e até agora se comprometeram a pôr R$ 7 bilhões na varejista, valor considerado insuficiente pelos bancos credores.

● **IMAGEM.** Ao obter permissão da Justiça para pagar antecipadamente credores trabalhistas e pequenos fornecedores, a Americanas abriu mão de duas das classes de credores, que poderiam respaldar seu plano de recuperação judicial, para priorizar sua reputação. A Americanas é uma empresa reconhecida pelo consumidor. Com pouco menos de R$ 200 milhões em caixa, retira trabalhadores de discussões na Justiça, que devem se estender, e mostra ao mercado que os fornecedores não serão prejudicados.

SOBE

São Martinho tem a maior alta em fevereiro

WERTHER SANTANA/ESTADÃO

Os papéis da São Martinho fecharam fevereiro com a maior alta do Ibovespa. O avanço, de 8,76%, foi impulsionado pelas perspectivas de aumento no lucro da companhia na safra de cana 2022/2023. O Citi elevou em 40% a previsão para o resultado líquido da empresa no período, para R$ 1,162 bilhão. A reoneração dos impostos federais sobre gasolina e etanol, anunciada pelo governo, também favoreceu as ações.

DESCE

Em mau momento, Azul tem forte queda na Bolsa

WILTON JUNIOR/ESTADÃO

As ações da companhia aérea Azul recuaram 39,83% na B3 em fevereiro, a maior queda do Ibovespa. O desempenho negativo refletiu o mau momento da empresa, que busca renegociar dívidas de R$ 4, 5 bilhões, que vencem este ano, segundo fontes, com arrendadores de aviões e bancos. A reoneração dos combustíveis, a alta do petróleo e a apreciação do dólar ontem acentuaram a queda.

BROADCAST MERCADOS

Ibovespa: 104.931,93 PTS. | Dia -0,74% | Mês -7,49% | Ano -4,38%

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
EMBRAER ON NM	16,59	3,17	17.914
SUZANO S.A. ON NM	47,74	3,02	19.813
DEXCO ON NM	6,52	2,68	8.278

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

PETRORIO ON NM	33,70	-9,04	71.821
P.ACUCAR-CBDON	15,54	-7,17	28.578
CVC BRASIL ON NM	3,03	-7,06	14.520

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

25/2 A 25/3	0,1467	0,9479	0,6474	0,5000
26/2 A 26/3	0,1467	0,9479	0,6474	0,5000
27/2 A 27/3	0,1467	0,9479	0,6474	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK - DJIA	32.656,70	-0,71	-4,19	-1,48
FRANKFURT - DAX	15.365,14	-0,11	1,57	10,35
LONDRES - FTSE	7.876,28	-0,74	1,35	5,70
TÓQUIO - NIKKEI	27.445,56	0,07	0,43	5,18

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/5/2029	6,14	2.800,10
	15/5/2035	6,42	1.898,42
JUROS SEMESTRAIS	15/8/2032	6,24	3.993,58
PREFIXADO	1º/1/2026	12,81	710,01
	1º/1/2029	13,37	481,90
SELIC	1º/3/2026	0,09	12.852,26

(*)TÍTULOS A VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Janeiro	Fevereiro	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,46	-	0,46	5,71
IGP-M (FGV)	0,21	0,06	0,15	1,86
IGP-DI (FGV)	0,06	-	0,06	3,01
IPC (FIPE)	0,63	-	0,63	7,20
IPCA (IBGE)	0,53	-	0,53	5,77
CUB (Sinduscon)	-0,07	-	-0,07	8,51
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,28	-	0,28	4,86

Índices de reajuste do aluguel (Março)

IGP-M (FGV)	1,0186	IPCA (IBGE)	-
IGP-DI (FGV)	-	INPC (IBGE)	-
IPC-FIPE	-	ICV-DIEESE	-

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (FEVEREIRO)

Trabalhador assalariado e doméstica*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.302,00	7,5%
DE R$ 1.302,01 ATÉ R$ 2.571,29	9%
DE R$ 2.571,30 ATÉ R$ 3.856,94	12%
DE R$ 3.856,95 ATÉ R$ 7.507,49	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.302,00 A 7.507,49	20%	DE 260,40 A 1.501,49

VENCIMENTO 7/3. O PORCENTUAL DE MULTA A SER APLICADO FICA LIMITADO A 20%, MAIS TAXA SELIC.

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (22/31)	13,65	-0,07	-0,07	0,00
CDI	13,65	0,00	0,00	0,00

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.	C. Abe.	Min.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR NY*	MAR/23	22,08	16.226	22,00	22,36	-0,05
CAFÉ NY*	MAI/23	186,30	86.935	184,90	189,85	-0,08
SOJA CBOT**	MAR/23	14,91	12.051	14,895	15,183	-1,83
MILHO CBOT**	MAI/23	6,303	522.700	6,300	6,468	-2,06

(*) EM CENTS POR LIBRA-PESO (**) EM US$ POR BUSHEL

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	Ult.	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
SOJA			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	162,15	-1,32	-16,86
BOI			
Cepea/esalq, R$/@	267,95	-1,89	-21,89
MILHO			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	86,08	-0,37	-11,57
CAFÉ			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	1.160,98	1,71	-19,06

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	5,2250	0,34	2,92	-1,04
DÓLAR TURISMO	5,4230	0,56	2,71	-1,08
EURO	5,5320	0,16	0,29	-1,86
OURO	303,999	1,33	-2,00	0,66
WTI US$/BARRIL	76,8200	1,39	-2,87	-4,47
IBRENTUS$/BARRIL	83,1300	1,11	-2,75	-3,28

	US$ 1/NY	1 Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ 1/ Brasil
DÓLAR AMERICANO	1,000	1,0578	1,2031	0,1908
EURO	0,945	1,0000	1,1374	0,1804
FRANCO SUÍÇO	0,942	0,9964	1,1330	0,1797
LIBRA ESTERLINA	0,831	0,8792	1,0000	0,1586
IENE	136,164	144,0375	163,8250	25,977

AS MOEDAS NA VERTICAL:VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS / FONTE: IDC

PORTO SEGURO CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ/ME nº 16.551.758/0001-58 - NIRE 35.3.0044235-1

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 28 de Julho de 2022

1. Data, Hora e Local: 28 de julho de 2022, às 11h, na sede social da Porto Seguro Capitalização ("Companhia"), localizada na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre A, 6º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, CEP: 01216-012 ("Companhia"). **2. Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social, dispensada a convocação prévia, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **3. Composição da Mesa:** Sra. Renata Paula Ribeiro Narducci - Presidente; Sra. Aline Salem da Silveira Bueno - Secretária. **4. Ordem do Dia:** A Assembleia Geral foi convocada para deliberar a respeito das seguintes matérias: **a)** Deliberar acerca do aumento do capital social da Companhia no valor de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), passando de R$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais) para R$ 135.000.000,00 (cento e trinta e cinco milhões de reais), mediante a emissão de novas ações, com a consequente modificação do caput do artigo 5º do Estatuto Social; e **b)** Consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir a modificação conforme item precedente. **5. Deliberações:** A Assembleia Geral, por unanimidade de votos e sem ressalvas: **5.1.** Observado que o capital social está, nesta data, totalmente subscrito e integralizado, em conformidade com o disposto no caput do artigo 170 da Lei nº 6.404/76, aprovou o aumento do capital social da Companhia no valor de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), passando de R$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais) para R$ 135.000.000,00 (cento e trinta e cinco milhões de reais), mediante a emissão, após arredondamento, de 3.144.290 (três milhões, cento e quarenta e quatro mil, duzentas e noventa) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$ 3,180367 por ação, fixado com base no valor patrimonial das ações, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº 6.404/76. **5.1.1** Dispensada a fixação de prazo para o exercício do direito de preferência na subscrição das ações, sendo que a acionista Porto Seguro S.A. renunciou ao seu direito em favor da acionista Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais que, nos termos do Boletim de Subscrição do anexo I à presente ata, subscreveu a totalidade das 3.144.290 (três milhões, cento e quarenta e quatro mil, duzentas e noventa) ações ordinárias emitidas, no valor total de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). **5.2.** Em consequência, o caput do artigo 5º do Estatuto Social foi alterado para refletir o aumento de capital ora deliberado, que passará a vigorar com a seguinte redação: *"**Artigo 5º -** O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R$ 135.000.000,00 (cento e trinta e cinco milhões de reais), dividido em 51.579.657 (cinquenta e um milhões, quinhentas e setenta e nove mil, seiscentas e cinquenta e sete) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal."* **5.3.** Aprovou a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as alterações deliberadas nos termos dos itens supra, o qual passará a vigorar conforme a redação do Anexo II. **6. Documentos Arquivados na Sociedade:** Procurações e boletim de subscrição. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76. São Paulo, 28 de julho de 2022. (ass.) **Presidente:** Sra. Renata Ribeiro Narducci; **Secretária:** Sra. Aline Salem da Silveira Bueno; **Acionistas: Porto Seguro S.A.,** por seus Diretores Srs. Celso Damadi e Marcos Roberto Loução; **Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais,** por sua procuradora Sra. Aline Salem da Silveira Bueno. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. **Porto Seguro Capitalização S.A.** - p.p. Aline Salem da Silveira Bueno. **JUCESP** nº 76.793/23-0 em 17/02/2023. Gisela Simiema Cechin - Secretária Geral. **Anexo II - Estatuto Social Consolidado da Porto Seguro Capitalização S.A.: Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração: Artigo 1º -** A **Porto Seguro Capitalização S.A.** é uma sociedade por ações regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis ("Companhia"). **Artigo 2º -** A Companhia tem sua sede na Capital do Estado de São Paulo, na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre A, 6º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, CEP: 01216-012. **Parágrafo Único -** Por deliberação da Diretoria poderão ser instalados, transferidos ou extintos escritórios, filiais, sucursais, agências ou representações em qualquer ponto do território nacional ou do exterior. **Artigo 3º -** A Companhia tem por objeto a prática de todas as operações permitidas às sociedades de capitalização, em todo o território nacional, conforme definido na legislação vigente, podendo ainda participar em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, simples ou empresárias, na qualidade de sócia ou acionista. **Artigo 4º -** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Capital Social e Ações: Artigo 5º -** O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R$ 135.000.000,00 (cento e trinta e cinco milhões de reais), dividido em 51.579.657 (cinquenta e um milhões, quinhentas e setenta e nove mil, seiscentas e cinquenta e sete) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **Artigo 6º -** A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia. **Artigo 7º -** A Companhia poderá, a qualquer tempo, por deliberação da Assembleia Geral: (a) criar classes de ações preferenciais ou aumentar o número de ações preferenciais de classes existentes sem guardar proporção com as demais classes ou com as ações ordinárias, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total das ações emitidas, que poderão ser ou não resgatáveis e ter ou não valor nominal; e (b) aprovar o resgate de ações. **Parágrafo Único -** No caso de aumento de capital, os acionistas terão preferência para subscrição na proporção das ações que possuírem. **Artigo 8º -** As ações não serão representadas por cautelas ou títulos múltiplos, presumindo-se sua propriedade pela inscrição do nome do acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia. **Artigo 9º -** Nos casos de reembolso de ações, previstos em lei, o valor do reembolso corresponderá ao valor do patrimônio líquido contábil das ações, de acordo com o último balanço aprovado pela Assembleia Geral ou com balanço especial, se for o caso, segundo os critérios de avaliação do ativo e do passivo fixados na legislação societária e os princípios contábeis geralmente aceitos e aplicados no Brasil. **Capítulo III - Assembleia Geral: Artigo 10 -** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, até o dia 31 (trinta e um) de março, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, guardados os preceitos de direito nas respectivas convocações. **Parágrafo Único -** Uma vez convocada a Assembleia Geral, ficam suspensas as transferências de ações até que seja realizada a Assembleia ou fique sem efeito a convocação. **Artigo 11 -** A Assembleia Geral será instalada e presidida por um acionista eleito entre os presentes. O presidente da mesa convidará um dos presentes para secretariar os trabalhos. **Artigo 12 -** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei ou neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco. **Parágrafo Único -** Só poderão exercer o direito de voto na Assembleia Geral, diretamente ou por meio de procuradores, os acionistas titulares de ações ordinárias que estejam registradas em seu nome, no livro próprio, na data de realização da Assembleia, e que estejam em dia com suas obrigações de integralização das ações de emissão da Companhia. **Capítulo IV - Administração da Companhia: Artigo 13 -** A Diretoria é composta por no mínimo 02 (dois) e no máximo 13 (treze) diretores, sendo 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) CEO - Negócios Financeiros e Serviços, 01 (um) Diretor Vice- Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Comercial, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Marketing, Clientes e Dados, 01 (um) Diretor de Produto - Capitalização, 01 (um) Diretor Técnico, 01 (um) Diretor Jurídico e Riscos, 01 (um) Diretor de Controladoria, 01 (um) Diretor de Pessoas e Sustentabilidade e 02 (dois) Diretores sem denominação especial, todos eleitos e destituídos pela Assembleia Geral. **Parágrafo 1º -** Dentre os membros da Diretoria, àquele que for designado como responsável pelos Controles Internos, conforme determina a Resolução CNSP nº 416/2021, competirá as seguintes atribuições: **a)** orientar e supervisionar a implementação e operacionalização do Sistema de Controles Internos e da Estrutura de Gestão de Riscos, promovendo a integração de ambos, bem como acompanhar as atividades das unidades de conformidade e de gestão de riscos, quando houver; **b)** prover as unidades de conformidade e de gestão de riscos, quando houver, com os recursos necessários ao adequado desempenho de suas respectivas atividades, em especial quanto aos recursos materiais e humanos necessários, próprios ou terceirizados, incluindo pessoal experiente, capacitado e em quantidade suficiente; **c)** aprovar os Relatórios emitidos pelas Unidades de Conformidade e de Gestão de Riscos; e **d)** informar, periodicamente, e sempre que considerar necessário, os órgãos de administração e o comitê de riscos, se existente, de quaisquer assuntos materiais relativos a controles internos, conformidade e gestão de riscos, incluindo, mas não se limitando, a riscos novos ou emergentes; níveis de exposição a riscos e eventuais limitações e incertezas relacionadas à sua mensuração; ações relativas à gestão de riscos e deficiências correlacionadas com a estrutura de gestão de riscos e ao sistema de controles internos, bem como as alternativas para saneamento. **Parágrafo 2º -** A remuneração global anual da Diretoria será fixada anualmente pela Assembleia Geral, cabendo à Diretoria deliberar sobre a distribuição de tal remuneração entre os membros do órgão. Além dos honorários, a Diretoria fará jus a uma participação anual nos lucros da Companhia, até 0,1 (um décimo) dos lucros e observado o disposto no artigo 152 da Lei nº 6.404/76. **Parágrafo 3º -** Nos seus impedimentos ou ausências, o Diretor Presidente será substituído ou pelo Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional, ou pelo Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos, ou pelo Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços, ou pelo Diretor Vice-Presidente - Seguros ou o Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing, o qual acumulará interinamente as funções e o direito de voto do Diretor Presidente. Em caso de vacância do cargo de Diretor Presidente ou de seu impedimento definitivo, qualquer um dos Diretores citados acima assumirá cumulativamente a Presidência até a primeira Assembleia Geral que se realizar após a caracterização da vacância do cargo, que lhe designará substituto pelo restante do prazo de gestão. **Parágrafo 4º -** Os demais Diretores serão substituídos, em casos de ausência ou impedimento temporário, por outro Diretor a ser indicado pelo próprio substituído ou ausente, o qual acumulará interinamente as funções e o direito de voto do Diretor substituído ou ausente. No caso de vacância ou impedimento definitivo, a Diretoria indicará substituto provisório até que a Assembleia Geral eleja seu substituto definitivo pelo restante do prazo de gestão. **Parágrafo 5º -** Além dos casos de morte ou renúncia considerar-se-á vago o cargo do Diretor que, sem justa causa, deixar de exercer suas funções por 30 (trinta) dias consecutivos. **Artigo 14 -** O prazo de mandato dos Diretores, que são reelegíveis, é de 03 (três) anos, mas, qualquer que seja a data da eleição, os respectivos mandatos terminarão na data da Assembleia Geral que examinar as contas relativas ao último exercício de suas gestões. **Parágrafo 1º -** A investidura dos Diretores se dará mediante assinatura de termo de posse no livro das Atas das Reuniões da Diretoria, independentemente de caução. **Parágrafo 2º -** Sem prejuízo do disposto no *caput* deste Artigo, os membros da Diretoria permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura de seus sucessores. **Artigo 15 -** Compete à Diretoria: **a)** praticar todos os atos de administração da Companhia; **b)** resolver sobre a aplicação dos fundos sociais, transigir, renunciar a direitos, contrair obrigações, adquirir, vender, emprestar ou alienar bens, observadas as restrições legais; **c)** praticar todos os atos e operações que se relacionarem com o objeto social; **d)** deliberar sobre a criação e extinção de empregos ou funções remuneradas; **e)** representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedade de economia mista e entidades paraestatais; e **f)** resolver sobre a criação, alteração ou extinção de sucursais, filiais, agências ou representações, onde convier aos interesses sociais da Companhia. **Parágrafo 1º -** Observado o disposto no parágrafo 5º deste artigo, as escrituras de qualquer natureza, os cheques, as ordens de pagamento, os contratos e, em geral, quaisquer documentos que importem em responsabilidade ou obrigações para a Companhia, serão obrigatoriamente assinados: **a)** por 02 (dois) Diretores em conjunto; **b)** por 01 (um) Diretor em conjunto com 01 (um) procurador; e **c)** por 02 (dois) procuradores em conjunto, desde que investidos de especiais e expressos poderes. **Parágrafo 2º -** A representação da Companhia perante a Repartição Fiscalizadora de suas operações caberá a qualquer dos Diretores ou Procuradores devidamente credenciados e autorizados, investidos de especiais e expressos poderes. **Parágrafo 3º -** A Companhia poderá ser representada por apenas 01 (um) Diretor ou 01 (um) Procurador, investido de específicos poderes, nos seguintes casos: **a)** Atos de rotina realizados fora da sede social; **b)** Atos de representação em juízo (exceto aqueles que importem renúncia a direitos); **c)** Atos de representação em assembleias, contratos sociais, alterações de contratos sociais, distratos e reuniões de sócios de sociedades das quais participe como acionista, sócia ou quotista; **d)** Atos praticados perante quaisquer órgãos e entidades administrativos públicos ou privados; e **e)** Atos de simples administração social, entendidos estes como os que não gerem obrigações para a Companhia e nem exonerem terceiros de obrigações para com ela. **Parágrafo 4º -** As procurações em nome da Companhia serão outorgadas por 2 (dois) diretores em conjunto e devem especificar expressamente os poderes conferidos, os atos a serem praticados e o prazo de validade, sempre limitado a 2 (dois) anos, excetuadas as destinadas para representação em processos administrativos ou procurações com a cláusula ad judicia que serão outorgadas individualmente por qualquer um dos diretores e poderão ter prazo indeterminado. **Parágrafo 5º -** Nos atos relativos à aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis, bem como nos atos que envolvam interesses societários, a Companhia deverá ser representada por 2 (dois) diretores, sendo 1 (um) obrigatoriamente o Diretor Presidente ou o Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional ou o Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimento ou o CEO - Negócios Financeiros, ou o Diretor Vice-Presidente-Comercial e Marketing. **Parágrafo 6º -** As deliberações da Diretoria somente serão válidas quando presentes, no mínimo, a metade e mais um de seus membros em exercício e constarão de Atas lavradas em livro próprio, cabendo ao Diretor Presidente o voto de qualidade. **Artigo 16 -** Em operações estranhas aos negócios sociais é vedado aos Diretores conceder fianças e avais em nome da Companhia, bem como contrair obrigações de qualquer natureza, salvo com a prévia e expressa autorização da Assembleia Geral. **Parágrafo Único -** Os atos praticados com infringência ao disposto neste Artigo não serão válidos nem obrigarão a Companhia, respondendo cada Diretor pessoalmente pelos efeitos de tais atos. **Capítulo V - Conselho Fiscal Artigo 17 -** O Conselho Fiscal, de caráter não permanente, será composto por no mínimo 03 (três) e no máximo 05 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, com as atribuições e nos termos previstos em lei, permitida a reeleição. **Parágrafo Único -** Cada período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária após sua instalação. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será determinada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o limite mínimo estabelecido no artigo 162, Parágrafo 3º, da Lei nº 6.404/76. **Capítulo VI - Comitê de Auditoria: I - Dos Objetivos do Comitê de Auditoria: Artigo 18 -** A Companhia se utiliza do Comitê de Auditoria da instituição líder do conglomerado Porto Seguro ("Comitê de Auditoria"), órgão de funcionamento permanente, que tem como objetivo principal fornecer suporte à Administração das empresas do conglomerado Porto Seguro na atuação da Governança Corporativa, voltada à transparência dos negócios aos acionistas e investidores. **II - Da Subordinação e da Composição: Artigo 19 -** O Comitê de Auditoria reporta-se ao Conselho de Administração da instituição líder do conglomerado Porto Seguro ("Conselho de Administração"), que definirá a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria. **Artigo 20 -** A composição do Comitê de Auditoria será de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, eleitos com prazo de mandato a ser definido pelo Conselho de Administração, permitida reeleição, desde que a permanência do membro no cargo não ultrapasse 5 (cinco) anos consecutivos. **Parágrafo 1º -** A nomeação de um integrante do Comitê de Auditoria deverá observar os requisitos e vedações do capítulo III. **Parágrafo 2º -** O integrante do Comitê de Auditoria somente pode ser reintegrado após 3 (três) anos do final do seu mandato anterior. **Parágrafo 3º -** A destituição do integrante do Comitê de Auditoria ficará a cargo do Conselho de Administração caso fique comprovada infração a qualquer dos requisitos e vedações previstos no capítulo III, bem como se sua independência tiver sido afetada por eventual circunstância de conflito. **Parágrafo 4º -** É indelegável a função de integrante do Comitê de Auditoria. **III - Dos Requisitos e Vedações: Artigo 21 -** São requisitos mínimos para o exercício de integrante do Comitê de Auditoria: **i.** Observar as normas que estabelecem condições para o exercício de cargos em órgãos estatutários de sociedades supervisionadas. **ii.** Não ser ou não ter sido, no exercício social corrente e no anterior: **a)** Funcionário ou diretor da sociedade supervisionada ou de suas controladas, coligadas ou equiparadas a coligadas; **b)** Membro responsável pela auditoria independente na sociedade supervisionada; e, **c)** Membro do conselho fiscal da sociedade supervisionada ou de suas controladas, coligadas ou equiparadas a coligadas. **iii.** Não ser cônjuge, parente em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, das pessoas referidas nas alíneas "a" a "c" no inciso anterior; e **iv.** Não receber qualquer outro tipo de remuneração da sociedade supervisionada ou de suas controladas, coligadas ou equiparadas a coligadas, que não seja aquela relativa à sua função de integrante do Comitê de Auditoria. **IV - Das Atribuições: Artigo 22 -** Constituem atribuições do Comitê de Auditoria: **i.** estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser formalizadas por escrito, aprovadas pelo Conselho de Administração ou, na sua inexistência, pelo Presidente ou Diretor-Presidente da sociedade supervisionada ou pelo Conselho de Administração da instituição líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador e colocadas à disposição dos respectivos acionistas, por ocasião da Assembleia Geral Ordinária; **ii.** recomendar, à administração da sociedade supervisionada, a entidade a ser contratada para a prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, quando considerar necessário; **iii.** evisar, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras referentes aos períodos findos em 30 de junho e 31 de dezembro, inclusive as notas explicativas, os relatórios da administração e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras; **iv.** avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis, além de regulamentos e códigos internos; **v.** avaliar a aceitação, pela administração da sociedade supervisionada, das recomendações feitas pelos auditores independentes e pelos auditores internos, ou as justificativas para a sua não aceitação; **vi.** avaliar e monitorar os processos, sistemas e controles implementados pela administração para a recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento, pela sociedade supervisionada, de dispositivos legais e normativos a ela aplicáveis, além de seus regulamentos e códigos internos, assegurando-se que preveem efetivos mecanismos que protejam o prestador da informação e da confidencialidade desta; **vii.** recomendar, à Presidência ou ao Diretor-Presidente da sociedade supervisionada ou à Diretoria da instituição líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador, correção ou o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; **viii.** reunir-se, no mínimo semestralmente, com a Presidência ou com o Diretor-Presidente da sociedade supervisionada ou com a Diretoria da instituição líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador e com os responsáveis, tanto pela auditoria independente, como pela auditoria interna, para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros; **ix.** verificar, por ocasião das reuniões previstas no inciso VIII, o cumprimento de suas recomendações pela diretoria da sociedade supervisionada; **x.** reunir-se com o Conselho Fiscal e com o Conselho de Administração da sociedade supervisionada ou da instituição líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador, tanto por solicitação dos mesmos como por iniciativa do Comitê, para discutir sobre políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas respectivas competências; **xi.** elaborar relatórios relativos aos semestres findos em 30/06 e 31/12 contendo: atividades exercidas; avaliação da efetividade dos controles internos; descrição das recomendações feitas e daquelas não acatadas, contendo as justificativas; avaliação da efetividade das auditorias externa e interna; avaliação da qualidade das demonstrações contábeis; **xii.** preparar resumo do relatório do item "xi" para publicação juntamente com as demonstrações contábeis de 30/06 e 31/12; **xiii.** preparar Nota Explicativa que será anexada às demonstrações contábeis de cada sociedade controlada; **xiv.** arquivar os relatórios do item "xi" pelo período mínimo de 05 (cinco) anos; **xv.** comunicar qualquer constatação de erro ou fraude aos auditores independentes e à auditoria interna, imediatamente; **xvi.** estabelecer, ad referendum do Conselho de Administração, processos para a seleção, contratação, supervisão e avaliação do Auditor Independente, inclusive verificando a comprovação de sua certificação, bem como para a recepção e o tratamento das informações referentes aos relatórios e demonstrações contábeis, bem como dos relatórios do Auditor Independente e da Auditoria Interna do Conglomerado Porto Seguro; **xvii.** aprovar o plano de trabalho semestral da auditoria interna do Conglomerado Porto Seguro; **xviii.** fixar diretrizes de orientação dos programas de trabalhos da auditoria interna, dos relatórios emitidos e da adequação de sua equipe; **xix.** conhecer o plano anual do Auditor Independente sobre exame das demonstrações financeiras, bem como sua interação com os trabalhos da auditoria interna; e **xx.** examinar propostas de alterações de princípios contábeis, avaliando seus impactos nas demonstrações financeiras do Conglomerado Porto Seguro e submetendo-as à aprovação do Conselho de Administração. **Capítulo VII - Exercício Social, Lucros e Distribuição de Resultados: Artigo 23 -** O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que serão elaboradas as demonstrações financeiras anuais. **Parágrafo Único -** A Diretoria poderá determinar o levantamento de balanços semestrais, ou relativo a períodos inferiores, para quaisquer fins, inclusive para pagamento de juros sobre o capital próprio e/ou distribuição de dividendos à conta de lucro do período apurado em tais balanços, observado o disposto neste estatuto social e na legislação aplicável. **Artigo 24 -** Do resultado do exercício social serão deduzidos, antes de qualquer participação, automaticamente e independentemente de deliberação assemblear, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro. Do saldo de lucros remanescentes, será calculada a participação a ser atribuída aos administradores, nos termos do artigo 152 da Lei nº 6.404/1976. O lucro líquido do exercício será o resultado do que remanescer após as deduções referidas nesse artigo. **Artigo 25 -** Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal (artigo 193 da Lei nº 6.404/76), até que atinja o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do capital social. A destinação à reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social. **Artigo 26 -** O lucro líquido do exercício será, ainda, quando for o caso, diminuído das importâncias destinada à constituição da reserva de capital, à reserva para contingências (artigo 195 da Lei nº 6.404/76) e à reserva de incentivos fiscais (artigo 195-A da Lei nº 6.404/76), de um lado, e, de outro lado, quando for o caso, acrescido da reversão da reserva para contingências e da reserva de lucros a realizar (artigo 202, III, da Lei nº 6.404/76) formadas em exercícios anteriores. O lucro líquido ajustado do exercício será o resultado do que remanescer após as deduções e adições referidas nos artigos 25 e 26 e terá a seguinte destinação: **i)** 25% (vinte e cinco por cento) serão destinados ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas; e **ii)** o saldo remanescente será destinado à Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas prevista no artigo 27 deste estatuto ou, alternativamente, poderá ter a destinação que a assembleia geral determinar, observadas as disposições legais aplicáveis. **Parágrafo Único -** O dividendo mínimo obrigatório previsto neste artigo poderá deixar de ser pago no exercício social em que a Diretoria informar que seu pagamento é incompatível com a situação financeira da Companhia. Os lucros que assim deixarem de ser distribuídos serão registrados como reserva especial e, se não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos aos acionistas assim que permitir a situação financeira da Companhia. **Artigo 27 -** A Companhia terá uma reserva estatutária denominada "Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas", que terá como finalidade compensar eventuais perdas e prejuízos e assegurar os recursos suficientes para a expansão das atividades e investimentos da Companhia. **Parágrafo 1º -** Será destinado à Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas o saldo do lucro líquido ajustado apurado em cada exercício, após efetivada a destinação prevista no artigo 26 deste estatuto social. **Parágrafo 2º -** O saldo da Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas não poderá exceder o capital social, nem isoladamente, nem em conjunto com as demais reservas de lucros, com exceção das reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, conforme disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/1976. Ultrapassado esse limite, a assembleia geral deverá destinar o excesso para distribuição de dividendos aos acionistas ou aumento do capital social. Ainda que não atingido o limite estabelecido neste parágrafo, a assembleia geral poderá, a qualquer tempo, deliberar a distribuição dos valores contabilizados na Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas aos acionistas, como dividendos, bem como sua capitalização. Caso a administração da Companhia considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, poderá propor à assembleia geral que, em determinado exercício, o valor que seria destinado a tal reserva seja integralmente ou parcialmente distribuído aos acionistas como dividendos, ou capitalizado em aumento de capital social. **Artigo 28 -** Sem prejuízo do dividendo mínimo obrigatório, a Companhia, por determinação da diretoria, poderá: **i)** a qualquer tempo, distribuir dividendos à conta de reservas de lucros existente no último balanço anual aprovado em assembleia geral de acionistas; **ii)** semestralmente, distribuir dividendos à conta de lucros acumulados no exercício em curso, conforme apurado em balanço semestral; **iii)** a qualquer tempo, distribuir dividendos à conta de lucro acumulados no exercício em curso, conforme apurado em balanço levantado em periodicidade inferior a semestral, desde que, nesse caso, o montante de dividendos a ser pago no exercício não supere o saldo das reservas de capitais de que trata o artigo 182, parágrafo 1º, da Lei 6.404/1976; e **iv)** a qualquer tempo, creditar ou pagar aos acionistas juros sobre o capital próprio, observadas as limitações legais aplicáveis. **Parágrafo Único -** Os dividendos intermediários e os juros sobre capital próprio pagos pela Companhia podem ser imputados como antecipação do dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 29 -** Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia. **Capítulo VIII - Liquidação da Companhia: Artigo 30 -** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral. Em qualquer dessas hipóteses, caberá à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante que deverá atuar neste período. **Capítulo IX - Disposição Final: Artigo 31 -** Aos casos omissos aplicar-se-ão as disposições da Lei nº 6.404/76.

SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO DE ARTUR NOGUEIRA - SAEAN

Aviso de Abertura de Licitação - Processo n° 283/2023 - Pregão Presencial n° 002/2023

Pregão Presencial, para aquisição de 288 (duzentos e oitenta e oito) metros de tubos PVC rígido corrugado SN4 DN 400mm e 216 (duzentos e dezesseis) metros de tubos PVC rígido corrugado SN8 DN 400mm, conforme especificações e descrições determinadas no Anexo I - Termo de Referência. Designa-se a entrega dos envelopes e documentos de credenciamento e abertura das Propostas para o dia 13 de março de 2023 às 10:00 horas no escritório do SAEAN, situado à Rua Adhemar de Barros, 1741, Jd. Wada, Artur Nogueira - SP. Informações: e-mail compras@saean.sp.gov.br. Acesse o edital completo no site: <https://transparencia.betha.cloud/#/qB6IT7P95b8mP91Y1aMWPg==>. Artur Nogueira/SP, 24 de fevereiro de 2023. **Gabriela Montoya Fernandes -** Presidente Superintendente do SAEAN

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ nº 56.577.059/0006-06

COMPRA PRIVADA ICESP 2055/2022

CANCELAMENTO

O Diretor Geral da Fundação Faculdade de Medicina, comunica o **CANCELAMENTO** do processo supracitado.

MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2023 OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES. DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 14/03/2023, às 09h30. O Edital está disponível no site www.sertaozinho.sp.gov.br e www.bec.sp.gov.br. INFORMAÇÕES: TEL. (16) 2105-3044 ou 2105-3052. Secretaria de Administração; Departamento de Políticas de Suprimentos, 28 de fevereiro de 2023. Ricardo Alexandre de Cirqueira Diretor do Departamento de Políticas de Suprimentos

SINDCOR

Sindicato das Corretoras de Valores e Câmbio do Estado de São Paulo - C.N.P.J. nº 53.082.509/0001-97

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Nos termos do Estatuto Social do SINDCOR - Sindicato das Corretoras de Valores e Câmbio do Estado de São Paulo, convocamos as Sociedades Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários, e de Câmbio, para Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 09 de março de 2023, (quinta-feira), às 14:00hs em 1ª (primeira) convocação, à Rua Gomes de Carvalho, 1629 - 13º andar – Sala 02 - São Paulo / SP, com a seguinte ordem do dia: I - Autorização para Negociação Salarial - 2023; II -Contribuição Assistencial Patronal – Lei nº 13.467/2017; III – Contribuição Negocial Patronal; IV - Outros assuntos de interesse geral. Caso não haja número legal para a sua instalação, a mesma será realizada em 2ª (segunda) convocação às 14:30hs com qualquer número de presentes. Em função da relevância dos assuntos, alertamos que somente serão admitidas a participação de Diretor ou representante com procuração específica da instituição. São Paulo, 01 de março de 2023. Atenciosamente, Carlos Arnaldo Borges de Souza – Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COSMÓPOLIS

EDITAL Nº 004/2023

MODALIDADE: Concorrência Pública; OBJETO: Contratação de empresa para reforma do Terminal Rodoviário, recapeamento do pátio de manobra dos ônibus e das Praças Edmée Aparecida Garcia, Ulysses Guimarães e das Paineiras, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos; ENCERRAMENTO: 04/04/2023 às 09:30 horas; ABERTURA: 04/04/2023 às 10:00 horas. O Edital completo e seus anexos estarão à disposição, no sítio eletrônico www.cosmopolis.sp.gov.br, bem como em mídia eletrônica no endereço Rua Dr. Campos Sales, nº 398, Centro, Cosmópolis–SP, no Setor de Compras e Licitações desta Prefeitura de segunda a sexta-feira, das 09h às 16h, condicionado neste último ao fornecimento da cópia por essa via à apresentação de mídia com capacidade suficiente para armazenamento dos arquivos (CD/DVD, *pendrive* ou HD externo).

Cosmópolis, 28 de Fevereiro de 2023

Sr. Antônio Cláudio Felisbino Junior - Prefeito Municipal

Amanda Graciano @amandagraciano.com

IA no mercado de trabalho brasileiro

A inteligência artificial (IA) tem sido uma das tecnologias mais discutidas e estudadas nos últimos anos, e seu impacto no mercado de trabalho tem sido alvo de muita discussão. O medo da substituição dos nossos trabalhos pela IA e pelos modelos de linguagem ampla (LLMs, na sigla em inglês) ganhou espaço nos jornais e nas nossas conversas diárias. Será que o ChatGPT, da OpenAI, o Bard, do Google, ou qualquer outra ferramenta do tipo que está em processo de criação e teste têm o potencial de substituir o ser humano em seu trabalho?

Enquanto parte do mercado brasileiro vê com entusiasmo o uso dessas tecnologias, outra parte sente a necessidade de aumentar a regulação e criar barreiras para o uso.

Apesar de todo o alarde, é importante lembrar que nem todos os trabalhos podem ser automatizados. Segundo o McKinsey Global Institute, apenas cerca de 5% dos empregos em escala global podem ser completamente automatizados. A maioria dos trabalhos requer habilidades e conhecimentos que as máquinas não podem replicar, como empatia, criatividade e resolução de problemas complexos.

Um estudo da McKinsey olhando para o mercado brasileiro entendeu que a IA tem potencial para impactar até 30% das atividades realizadas no mercado. Isso significa que muitos trabalhadores podem enfrentar a obsolescência de habilidades ou a substituição por sistemas automatizados.

> ***Para que os benefícios sejam maximizados, é preciso entender melhor a tecnologia***

No entanto, também há oportunidades para a economia brasileira com a implementação de IA. Segundo a mesma pesquisa, a IA pode gerar um aumento de até 1,2% no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil até 2030.

Para que os benefícios da IA no mercado de trabalho sejam maximizados e os efeitos negativos minimizados, precisamos entender melhor como essa tecnologia funciona.

Os modelos criados possuem mais potencial de completar frases e realizar trabalho repetitivo do que operar de forma 100% autônoma. Por exemplo, a indústria automotiva tem visto uma redução no número de trabalhadores desde a introdução de linhas de produção automatizadas. Será necessário, em breve, que os governos e as empresas criem políticas de requalificação profissional para garantir que os trabalhadores desses setores possam se adaptar às mudanças no mercado de trabalho.

Neste momento, é inútil pensarmos na IA substituindo criadores de conteúdo. Em vez de pensar nesse processo apenas como ameaça, podemos enxergá-la como aliada na busca por mais produtividade. ●

MEMBRO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PACTO GLOBAL DA ONU E SÓCIA NA FISHER VENTURE BUILDER

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** ● **TER.** Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Adriana Fernandes ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** e Pedro Doria ● **SAB.** Adriana Fernandes ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros **(quinzenalmente)** e Affonso Celso Pastore **(quinzenalmente)**; Paulo Leme **(1º domingo do mês)**, Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Aquisição 'HRtech'

Startup Flash compra FolhaCerta, de controle de ponto eletrônico

Empresa expande frente de negócio na área de pessoas, indo além do cartão multibenefícios e das despesas corporativas

GUILHERME GUERRA

GERMANO LUDERS/FLASH

Jan Christian é o diretor-geral da área de pessoas da Flash

Com o objetivo de ampliar as frentes de negócio com soluções para os departamentos de recursos humanos (RH), a startup Flash anuncia hoje a aquisição da empresa FolhaCerta, que oferece uma plataforma de administração de ponto e férias de colaboradores. O valor não foi divulgado.

A aquisição dá continuidade à estratégia da Flash de investir na área de gestão de pessoas, movimento anunciado em novembro do ano passado com a inauguração da Flash People. A divisão oferece a gestores de RH ferramentas para administrar admissões, monitorar engajamento de colaboradores, realizar treinamentos e compilação de dados.

Agora, com a inclusão da FolhaCerta no ecossistema, será possível controlar o ponto de funcionários por meio de celulares iOS e Android, computadores e totens próprios com reconhecimento facial. Além disso, podem ser feitas marcações de escalas, aprovação de férias, montagem de banco de horas, apontamentos de ausências e de afastamentos, entre outras funcionalidades.

Para o executivo Jan Christian, diretor-geral da Flash People, a chegada de uma ferramenta de ponto já era esperada pelos clientes da startup, que decidiu fazer uma aquisição para atender aos pedidos. "O tempo de ir ao mercado com um produto novo e com testes seria de quase dois anos", diz, em referência ao período em que a startup levaria para desenhar um produto de ponto eletrônico similar ao que já fornece a FolhaCerta, cuja compra foi negociada em um mês após análise de outras dez empresas do segmento.

O fundador da FolhaCerta, Marcos Machuca, deve continuar no negócio, com os outros 27 funcionários da empresa, que devem ser absorvidos pela Flash. Com isso, o corpo de colaboradores deve crescer para 700 pessoas.

"Ninguém vai ser desligado", diz Christian. "Não só estamos trazendo o time inteiro da empresa, como estamos fazendo contratações. Crescimento mais cauteloso gera mais oportunidades."

'HRTECHS'. As startups focadas em Recursos Humanos, batizadas de "HRtechs" no jargão do setor, vivem um momento de alto crescimento no Brasil, apostando em novos produtos para entrar em mais mercados.

A Flash é um desses casos: nasceu em 2015 com foco no setor de benefícios corporativos, o que inclui vale-alimentação, cultura e farmácia em um único cartão pré-pago que pode ser administrado via aplicativo no celular. Mas, nos últimos anos, entrou na área de despesas corporativas por meio da aquisição da ExpenseOn, realizada em julho do ano passado.

Além disso, as HRtechs brasileiras estão capitalizadas para fazer expansões e comprar outras empresas. A Flash levantou US$ 100 milhões em março passado, enquanto a Caju recebeu US$ 25 milhões em agosto e a Gupy, US$ 92 milhões em janeiro de 2022.

"Os RHs têm demandado cada vez mais soluções digitais para otimizar e automatizar seus processos de gestão de pessoas", explica Fernando Ladeira, diretor da unidade de negócios da Falconi que fornece soluções em pessoas.

> **Bom momento**
> **As 'HRtechs' apostam em novos produtos para manter alto crescimento no mercado brasileiro**

O especialista cita a pandemia de covid-19 como um dos impulsionadores dessa tendência, que fomenta novas soluções do mercado de startups. "O mercado pós-pandemia se tornou um ambiente ainda mais propício à inovação, à agilidade e à colaboração. Esse cenário se tornou base para a construção de um ambiente focados em pessoas, um dos principais desafios para todos os líderes de RH."

Neste ano, a Flash foi apontada como uma das empresas candidatas ao posto de "unicórnio" em 2023, nome dado às startups que superam a avaliação de mercado de US$ 1 bilhão. Atualmente, o Brasil conta com apenas 24 dessas companhias – nenhuma HRtech ainda atingiu o marco. ●

Startups Caju e Gupy também lançam novidades para os RHs

Além da Flash, outras startups da área também têm apresentado novidades ao mercado nos últimos dias.

Nascida em 2020, a rival Caju, também do segmento de benefícios corporativos, anunciou nesta semana a entrada no mercado de despesas corporativas. Batizado de Caju Despesas, a área promete reembolsos de forma simplificada e rápida, com o cartão da marca.

Além disso, a Caju espera transformar a nova frente em uma fonte relevante para a empresa: "Espero que esse segmento fique tão gigante quanto a área de benefícios, que permanece como o foco do nosso negócio", declarou o presidente executivo e fundador, Eduardo del Giglio.

Já a Gupy, conhecida pela plataforma de recrutamento digital, anunciou ontem a compra da Pulses, plataforma de gestão de pessoas, com foco em cultura organizacional e engajamento de funcionários com plataformas de dados. Trata-se da terceira aquisição da startup, que também atua nas áreas de admissão e educação corporativa. ● G.G.

Steven Spielberg tem mostras no CCBB e no CineSesc

Literatura ***Rock and roll***

Livro sobre os roqueiros Titãs dá a largada para grande turnê

Obra percorre as diferentes fases da banda que completa 40 anos com um show de clássicos para as antigas e novas gerações

TIAGO QUEIROZ / ESTADÃO

A banda: Arnaldo Antunes, Charles Gavin, Tony Bellotto, Branco Mello, Nando Reis, Paulo Miklos, Sérgio Britto, e o produtor Liminha

DANILO CASALETTI
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

A trajetória dos Titãs, que completou 40 anos em 2022, segue o clássico e essencial roteiro de uma grande banda de rock: sucesso, histeria de fãs, desentendimentos entre integrantes, dissidências, drogas, rivalidade com outros grupos, álbuns menos inspirados e renascimento artístico.

Com uma turnê que vai reunir a formação clássica do grupo paulistano marcada para abril (*leia mais abaixo*), os Titãs têm sua carreira contada no livro *A Vida Até Parece Uma Festa – A História Completa dos Titãs* (Ed. Globo), escrito pelos jornalistas Hérica Marmo e Luiz André Alzer – que volta ao mercado em edição ampliada após vinte anos.

A publicação é uma espécie de "show de abertura" para quem quer conhecer o grupo, uma das melhores bandas de todos os tempos dos últimos quarenta anos – para parafrasear a canção escrita por Sérgio Britto e Branco Mello, dois dos oito titãs que ainda seguem na banda, ao lado de Tony Bellotto.

O livro percorre as diversas fases do grupo. E elas estão muitas vezes atreladas às saídas, ao longo dos anos, dos integrantes – e a obra vai a fundo nas histórias e motivos que levaram a isso. Arnaldo Antunes foi o primeiro, em 1992. Depois, deixaram o grupo Nando Reis, Charles Gavin e Paulo Miklos. Marcelo Fromer morreu de forma trágica, em 2001. Os Titãs sempre seguiram em frente e, sobretudo, souberam se reinventar.

OITO CABEÇAS. Na orelha da biografia, o músico e produtor Liminha afirma que os Titãs nunca tiveram um líder. Eram oito cabeças pensantes que chegavam sempre a um consenso. Será que isso pode ter contribuído para a longevidade da banda, mesmo com tantas mudanças?

Hérica acredita que sim. "O que faz os Titãs ser uma banda interessante é ela ter sido formada por oito caras geniais. Oito compositores, cinco vocalistas. A frase que o Britto usou na conversa com o Branco e o Tony sobre a saída do Paulo é forte e serve para os outros episódios: "não vou terminar a banda porque alguém quer sair", diz.

Para além de tudo isso, os integrantes sempre tiveram referências para além do rock – basta ver as carreiras solos de ex e atuais membros para entender isso. De um encontro com Clementina de Jesus no início da carreira à vontade de se apresentar para a massa comandada por Chacrinha. Do rock radical de *Cabeça Dinossauro* ao pop do disco *Televisão*. O *Acústico* com orquestra e o repente em *Õ Blésq Blom* que abre a faixa *Miséria*.

> ***"O que faz os Titãs ser uma banda interessante é ela ter sido formada por oito caras geniais. Oito compositores, cinco vocalistas"***
> **Hérica Marmo**
> **Jornalista e escritora**

> ***"Os Titãs sempre foram antenados. Estiveram na vanguarda por conta das influências que seus integrantes carregavam. Eles se cobram muito para ter material inédito, de surpreender o público"***
> **Luiz André Alzer**
> **Jornalista e escritor**

"Os Titãs sempre foram antenados. Estiveram na vanguarda por conta das influências que seus integrantes carregavam. Eles se cobram muito por ter material inédito, de surpreender o público", diz Alzer.

Em novembro de 2022, os Titãs anunciaram, em comemoração aos 40 anos de carreira, a turnê *Encontro – Todos ao Mesmo Tempo Agora*, uma reunião de sete integrantes da formação clássica do grupo: Arnaldo Antunes, Branco Mello, Charles Gavin, Nando Reis, Paulo Miklos, Sérgio Britto e Tony Bellotto.

Em um primeiro momento, 10 shows seriam realizados, a partir de 28 de abril deste ano, no Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Florianópolis, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, Brasília, Curitiba e São Paulo, a capital que receberia o encerramento, em 17 de junho.

Com o sucesso das vendas de ingressos – em São Paulo, 50 mil ingressos da primeira data se esgotaram em duas horas – novas apresentações foram agendadas. A capital paulista ganhou duas novas datas. Belo Horizonte mais uma.

Recentemente, foram incluídas no roteiro da turnê as cidades de Manaus, Belém, Aracaju, João Pessoa, Goiânia, Vitória e Ribeirão Preto (interior de São Paulo). A produção diz que, com isso, alcançará um público de 500 mil pessoas.

Em entrevista ao **Estadão**, Nando Reis se mostrou entusiasmado com a reunião dos antigos parceiros de banda. Voltou a tocar contrabaixo, instrumento que ele pilotava nos Titãs, substituído pelo violão a partir do momento em que saiu em carreira solo.

Nando disse que, para ele, essa nova temporada com os Titãs tem um estímulo extra: mostrar aos seus três filhos mais novos, Zoé, Sebastião e Ismael – o músico é pai de cinco no total – que não acompanharam sua trajetória na banda o que é estar nos Titãs.

Ele estende esse sentimento ao público em geral. "Há uma ou duas gerações que não viu essa formação junta no palco. Algumas músicas, não toco há mais de vinte anos. Eu imaginava que isso ocorreria um dia. E, mais, eu esperava", disse à época.

Hérica e Alzer acompanharam, enquanto terminavam essa segunda edição do livro, as primeiras movimentações para que a turnê pudesse ocorrer. "A maior prova de que os Titãs são um sucesso é essa turnê. Em São Paulo, são 50 mil lugares por noite. Mostra a força da banda e do rock nacional", diz Alzer. "Os Titãs estão revivendo em grande escala os que eles chamam de 'golden years', que é a época dos álbuns *Cabeça Dinossauro, Jesus não tem dentes no país dos banguelas, Go Back* e *Õ blésq blom* (entre 1986 e 1989), quando eles faziam grandes temporadas", complementa Hérica.

Os autores acreditam que, apesar dos compromissos individuais com a carreira que cada um tem, a turnê pode ainda ganhar mais força. Por ora, não há confirmação de que um registro audiovisual dos shows ocorra. ●

LEIA SOBRE O ENCONTRO DE NANDO REIS COM O GUITARRISTA DO R.E.M. NA PÁGINA C2

A Vida Até Parece Uma Festa
Hérica Marmo e Luiz André Alzer
Ed. Globo
456 págs., R$ 69,90

Direto da Fonte

Marcela Paes (interina) MARCELA.PAES@ESTADAO.COM

PAULA BONELLI | PAULA.BONELLI@ESTADAO.COM
SOFIA PATSCH | SOFIA.PATSCH@ESTADAO.COM

O encontro de Nando Reis com o guitarrista do R.E.M

Após seis ensaios com os Titãs por conta da turnê em abril de reencontro dos integrantes originais, Nando Reis está em Seattle, nos Estados Unidos, por duas semanas para mixar um álbum novo de sua carreira solo. Trata-se de um disco triplo, com 24 músicas inéditas – algumas em parceria com Peter Buck, guitarrista da extinta banda R.E.M. O cantor e compositor brasileiro fala sobre a experiência de gravar com o músico norte-americano: "Houve um entendimento entre nós rápido no estúdio, uma fluência na gravação que foi muito estimulante". Buck preparou melodias e Nando escreveu letras para elas em português. As duas músicas da parceria entrarão no disco novo, ainda sem nome definido, com previsão de lançamento em setembro. O trabalho vai marcar o fechamento das comemorações dos 60 anos de Nando.

OTÁVIO SOUSA

Antes de ir para Seattle, Nando participou de ensaios com os Titãs

Bloco de Notas

OUTROS ARES. O time curatorial da Bienal vai estar em Arles e Nice para falas com o público e depois seguem para Paris. Eles estarão dentro da itinerância da 34ª Bienal em Arles e é a primeira vez que a Bienal brasileira tem uma mostra em território francês.

PAPO CABEÇA. Best-seller do *New York Times*, *O Método de Stutz* ganha nova edição em maio pela Sextante. No livro, o psicoterapeuta Barry Michels e o psiquiatra Phil Stutz ensinam como desenvolver o crescimento pessoal com ferramentas para solucionar uma das maiores queixas sobre a terapia: a longa espera para que a mudança comece.

Cinema

Atriz dará vida a Lélia, "BFF" de Gal Costa

A atriz Elen Clarice será Lélia no filme "Meu Nome é Gal" – previsto para estrear nas telonas em setembro. A personagem também vem da Bahia e, além de ser muito próxima de Gal, participa do início da descoberta musical da cantora, dividindo os momentos em São Paulo.

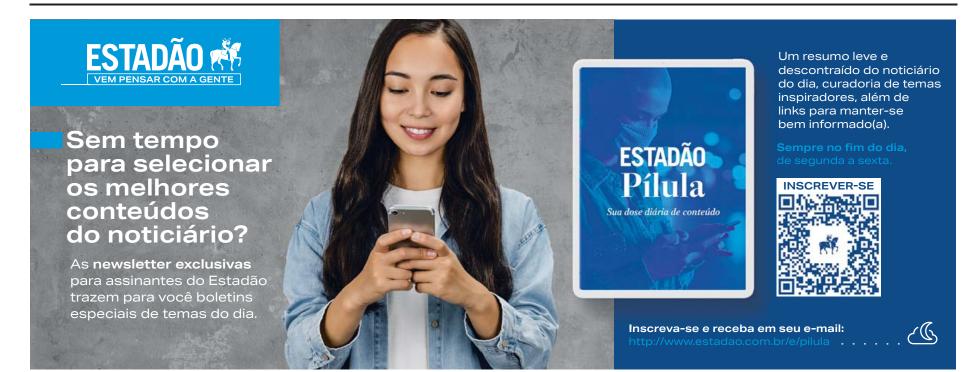
JULIO ANDRADE

Jorge Ben Jor entra em line-up de festival

Salve simpatia! Jorge Ben Jor é mais uma atração confirmada para a segunda edição do Turá, marcada para os dias 24 e 25 de junho, na área externa do Auditório Ibirapuera, no Parque Ibirapuera. O cantor vai se apresentar no sábado. O evento também já tem a presença confirmada de Zeca Pagodinho, Margareth Menezes, Gilberto Gil & Família e Joelma.

RITZAU SCANPIX/REUTERS

1. Walério Araújo – rei do Bloco da Mamma – que desfilou sábado, na rua Augusta.
2. Márcia Dailyn – diva do bloco.
3. Helena Cerello e Raul Barretto.

FOTOS SILVANA GARZARO

Cinema ***Premiação***

Ricardo Darín é o amuleto da sorte da Argentina no Oscar 2023

Concorrendo pela quarta vez ao prêmio, agora com 'Argentina 1985', ator é elogiado pelo talento e pela empatia com o público

CARLOS AGUILAR
THE NEW YORK TIMES

A sorte sempre favoreceu Ricardo Darín. Mais do que o conceito subjetivo do talento, é a providência, manifestada como a confiança inabalável de outras pessoas em suas habilidades, que o ator acredita ter consolidado sua carreira como o astro do cinema argentino mais celebrado internacionalmente.

"Tive toda a sorte que meus pais não tiveram como atores", ele disse em entrevista, no Sunset Tower Hotel. "Muitas vezes as pessoas me valorizam mais do que eu mesmo, e às vezes penso: 'Será que mereço tudo isso?'."

O exemplo mais recente de sua relação com a sorte é sua atuação como o promotor Julio Strassera, um personagem da vida real, em *Argentina, 1985*, um drama histórico sobre o Julgamento das Juntas, em que líderes militares foram julgados por violações de direitos humanos durante a ditadura. Dirigido por Santiago Mitre, o filme rendeu à Argentina uma indicação ao Oscar para melhor Filme Internacional.

Sem emoção
Darin rejeitou a ideia de ir atuar em Hollywood: a coisa mais difícil, explicou, 'é pensar em outro idioma'

Darín parece ser o amuleto da sorte de seu país quando se trata do Oscar. Ele estrelou todos os quatro filmes que levaram a Argentina a concorrer neste século – os outros são *O Filho da Noiva*, *Relatos Selvagens* e *O Segredo dos Seus Olhos*, que levou para casa a estatueta em 2010. A Argentina inscreveu vários outros filmes encabeçados por Darin à academia ao longo dos anos – o que significa que, embora nem todos tenham se qualificado, os filmes em que ele aparece são quase sinônimos do melhor do cinema argentino.

Desde o primeiro aperto de mão, Darín, 66 anos, irradia uma aura acolhedora. Vestido informalmente, com jeans e um suéter azul-marinho, ele fala com um calor e uma franqueza que a maioria das pessoas reserva para amigos mais próximos. "Ricardo tem um imenso poder de provocar a empatia do público, e isso é raro", disse o diretor Juan José Campanella, que trabalhou com Darín em quatro longas.

FAMÍLIA. Embora o ator tenha herdado a paixão pela atuação de seus pais, que eram atores em Buenos Aires, nenhum deles ficou entusiasmado com a continuidade do ofício da família. "Eles não brigaram comigo, mas também não me encorajaram", lembrou.

Darín atuou regularmente no cinema, na TV e em palcos de teatro na infância, começando profissionalmente aos 3 anos na série de 1960 *Soledad Monsalvo*. Aos 10, estreou nos palcos ao lado dos pais. Aos 14 anos, já se sentia como um veterano que já tivesse vivido muitas facetas do trabalho em primeira mão.

Por um tempo na adolescência, ele pensou em ser veterinário, psicólogo ou mesmo advogado. No final, o mundo que ele sempre conheceu o convenceu a ficar. As portas, com convites, se abriram facilmente para ele.

Essa confiança de pessoas notáveis do setor é o que ele chama de sorte. Darín guarda boas lembranças da diretora de televisão Diana Álvarez, que brigou com uma emissora em 1982 para que ele atuasse na série *Nosotros y Los Miedos*. "Na nossa profissão, a sorte é muito importante", observou Darín. "Há pessoas muito talentosas por aí que não conseguem achar oportunidades."

Na década de 1990, ele teve um imenso sucesso na sitcom *Mi Cuñado* (Meu Cunhado) como um impertinente, mas encantador, fracassado. Seu contrato o impedia de participar de outros projetos na TV, mas permitia que ele fizesse filmes. Entre eles estava o seu primeiro com Campanella, *O Mesmo Amor, a Mesma Chuva* (1999), que ajudou outros diretores a ver além de sua personalidade na TV. Um deles, Fabián Bielinsky, o escalou para o thriller *Nove Rainhas* (lançado em 2000) como um vigarista desprezível. "Ele me disse: 'Eu não tinha pensado em você para esse papel. Você é muito carismático e não quero que o público tenha empatia por ele'", lembrou Darín.

DAVID BILLET / THE NEW YORK TIMES

EFE/ CORTESIA PRIME VIDEO

1. Ricardo Darin no Sunset Tower de Hollywood, dia 12 de fevereiro, e 2. (ao centro) com o elenco de 'Argentina, 1985': 'Muitas vezes as pessoas me valorizam mais que eu mesmo. Será que mereço tudo isso?'

VIGARISTA. Na visão de Campanella, "só há uma coisa que Ricardo não consegue: desagradar. A prova mais clara é *Nove Rainhas*, onde ele é um vigarista amoral, mas ainda torcemos por ele".

O emocionante *O Filho da Noiva*, de Campanella, chegou no ano seguinte e explorou a sensibilidade cômica do ator – seu papel é o de um dono de um restaurante lidando com os pais idosos. "Uma vez, um crítico argentino o chamou de 'nosso Henry Fonda', porque ele projeta uma grande integridade", ressaltou Campanella. "Mas ele tem algo que Fonda não tinha, que é um grande senso de humor."

Darín afirma que foi a dobradinha de *Nove Rainhas* e *O Filho da Noiva* que consolidou sua carreira. "Foi um grande cartão de visita para um ator poder mostrar duas facetas absolutamente opostas ao mesmo tempo", explicou. "Foi aí que comecei a sentir que meus colegas me viam com mais clareza."

Desde então, ele tem gostado de seus papéis, incluindo o que fez no aclamado *O Segredo dos Seus Olhos*, de Campanella, onde vive um investigador assombrado por um caso terrível e não resolvido. Outro dos seus favoritos é *Truman* (2017), centrado em um homem em estado terminal que passa os últimos dias ao lado de seus melhores amigos, um homem e um cão.

OUTRO IDIOMA. Hollywood fez contato algumas vezes, mas ele recusou, por entender que a coisa mais difícil para um ator é pensar em outro idioma. Os close-ups, disse, revelam quando alguém está só repetindo o texto ao invés de criar uma emoção. "Sempre confiei mais no meu instinto do que no meu coração ou na minha cabeça", argumentou. Seu papel em *Relatos Selvagens*, de Damián Szifron, como um cidadão frustrado que luta contra a burocracia opressiva foi amplamente aceito pelo público. "Ricardo tem uma visão lúcida sobre as realidades que afetam seu país", disse Szifron. "Ele é uma figura popular e, ao mesmo tempo, um ator sofisticado."

Para *Argentina, 1985*, Mitre e Darín concordaram em não imitar a voz ou os maneirismos exatos do verdadeiro Strassera; acharam melhor ter um certo grau de liberdade artística em sua recriação.

Além da recepção positiva de *Argentina, 1985* e sua vitória no Globo de Ouro, Darín disse que o principal efeito do filme foi conscientizar os jovens de um capítulo triste da vida do país. "Não podemos esquecer que por trás da recuperação desse evento há uma história profundamente dolorosa", observou. ●

TRADUÇÃO LÍVIA BUELONI GONÇALVES

Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

Sentimentos subversivos
Data estelar: Vênus e Júpiter em conjunção

Além do belo espetáculo que regala os olhos de quem tiver horizonte suficiente para ver os luminares Vênus e Júpiter aparecerem brevemente durante o crepúsculo, há também os bons sentimentos que emergem de forma surpreendente de dentro da alma, mesmo em quem se acostumou a se acomodar no meio de dores e sofrimentos bem argumentados.

Sim, porque ainda que tenhamos passado tanto tempo nos familiarizando com o medo, com a ansiedade, com a angústia, que esses ânimos se transformaram em nossa casa, mesmo assim surgem bons sentimentos do fundo do coração, subvertendo a realidade sombria que com tanto empenho construímos para nós mesmos.

Isso confirma algo auspicioso, nossa humanidade não pode ser oprimida para sempre, a vida sempre ganha da morte. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4

Procure fazer suas apostas, ciente de que por serem apostas não há garantia alguma quanto aos resultados, mas que mesmo assim sua alma se sente motivada pelo pressentimento de fazer o certo, e só isso importa.

TOURO 21-4 a 20-5

Muitas coisas lindas acontecem e que não podem ser compartilhadas com todas as pessoas, porque provavelmente elas nem conseguiriam entender a profundidade da experiência, e sua alma correria o risco de banalizar o evento.

GÊMEOS 21-5 a 20-6

O burburinho que acontece atualmente é um sinal de coisas boas vindo na sua direção, e sua alma registra o acontecimento como uma emoção que eleva acima dos perrengues cotidianos. O assunto agora é preservar essa emoção.

CÂNCER 21-6 a 21-7

Porque sua estrela brilha firme e elevada é que sua alma teria de se atrever muito mais do que o normal, já que o destino é apenas uma ideia disponível, mas a realização desse depende da medida do atrevimento humano.

LEÃO 22-7 a 22-8

As coisas podem andar um tanto embaralhadas e difíceis de organizar, porém, ainda assim sua alma é impressionada com imagens muito nítidas de um futuro que parece fora do alcance, mas que entusiasma mesmo assim.

VIRGEM 23-8 a 22-9

Aquilo que mais atrai sua alma também é o que representa mais riscos, porque se fácil fosse, provavelmente sua alma não sentiria tamanha atração. Há uma dose de perigo que faz tudo ser muito mais cativante.

LIBRA 23-9 a 22-10

Quando coisas boas acontecem com as pessoas que servem de referência para sua alma, chega a hora de celebrar junto com elas, como se o sucesso fosse o seu próprio. Celebrar o sucesso alheio como próprio, nada melhor!

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11

Este momento encerra potencialidades muito interessantes, que por enquanto parecem experiências que seria impossível fazer acontecer, mas que mesmo assim entusiasmam o suficiente para não passarem despercebidas.

SAGITÁRIO 22-11 a 21-12

Faça sua vontade, porque essa é a lei dos desejos, e provado está que viver contendo a satisfação dos desejos não é saudável. Porém, provado está o contrário também, que satisfazer todos os desejos tampouco é saudável.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1

As coisas boas que acontecem não são produto de mágicas misteriosas, mas o lógico resultado de tudo que veio acontecendo antes. Talvez você tenha perdido o fio da meada, mas o fio da meada não perdeu você.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2

Grandes caminhos começam com ideias pequenas, que parecem sem importância, mas que encontram aplicações que resolvem muita coisa, para muitas pessoas. Não se pode forçar esse processo, ele tem o seu próprio ritmo.

PEIXES 20-2 a 20-3

Os benefícios que você pretende colher se encontram disponíveis, mas não cairão do céu em sua horta, como presente divino, porque apesar de serem isso mesmo, você tem de tomar as iniciativas práticas para os colher.

Música ***Fim de caso***

Nova canção de Shakira sobre divórcio de Piqué repercute na internet

Cantora colombiana diz que compor 'BZRP Music Session #53' foi uma grande libertação; hit tocou 30 milhões de vezes

Gravar uma música dirigida a seu ex-companheiro Gerard Piqué com o produtor argentino Bizarrap foi um "alívio" para superar a separação, revelou a cantora e compositora colombiana Shakira na primeira entrevista para a TV após o divórcio entre os dois. "Minhas músicas são a melhor terapia, são mais eficazes do que uma visita ao psicólogo, ao psicanalista", disse ela à rede mexicana *Televisa*.

A artista colombiana lançou em janeiro a música *BZRP Music Session #53*, na qual se refere expressamente ao ex-zagueiro do Barcelona e a sua atual companheira, a espanhola Clara Chía. Em questão de horas, a canção já havia sido ouvida mais de 30 milhões de vezes e incendiou as redes sociais.

"Entrei no estúdio de uma forma e saí de outra (...). Foi uma grande libertação, necessária também para minha própria cura, meu processo de recuperação", explicou Shakira. "Acho que estaria em um lugar muito diferente se não tivesse essa música, a chance de me expressar, de pensar sobre a dor", acrescentou.

SUGESTÃO DO FILHO. Shakira revelou que foi por sugestão de seu filho Milan, de 10 anos, que decidiu gravar com o produtor argentino. "Ele me disse: 'Você tem que fazer alguma coisa com o Bizarrap, ele é o deus argentino'", relatou a cantora, sorrindo, ao se lembrar das palavras do menino.

Shakira, de 46 anos, e Piqué, de 36, ex-zagueiro do Barcelona, anunciaram a separação em junho de 2022, após mais de uma década juntos. Além de Milan, eles têm a filha Sasha, de 8 anos. ● **AFP**

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz

Recruta Zero Mort Walker

Turma da Mônica Mauricio de Sousa

O melhor de Calvin Bill Watterson

Frank & Ernest Bob Thaves

BEM PENSADO *"Você pode morrer pela sua fé, mas não matar por ela"* **Hermann Hesse**

Roberto DaMatta

E quando o palco fala?

Penso que ninguém põe em dúvida a reflexão shakespeariana segundo a qual o mundo é um palco e todos os homens e mulheres são meros atores neste palco. Nele, eles têm saídas e entradas e, na sua hora, desempenham vários papéis.

Shakespeare escreveu essa meditação entre 1599 e 1600 na comédia *As You Like it* (Do Jeito que Você Gosta). Ela impressiona pela ênfase na liberdade e no individualismo, hoje constitutivos de nossas vidas.

Essa observação é básica para a sociologia dos papéis sociais. Para o fato de que nós só sabemos quem somos por meio dos papéis sociais com os quais atuamos no palco da nossa casa, classe, região, crença, país e momento histórico. Tal desempenho tem dois períodos: o da entrada num palco que não escolhemos, e o angustiante momento no qual escolhemos o nosso caminho. Há, pois, papéis atribuídos e adquiridos e o desempenho é um marco decisivo do trânsito da infância para a vida adulta.

O teatro da vida social é marcado por passagens entre papéis. Alguns são instantâneos (o de passageiro de avião); outros são obrigatórios (o de aluno); muitos são problemáticos, porque se pretendem perpétuos (daí sua problemática) como o de homem ou mulher; ou o de honesto e puro.

A dinâmica e a força dos papéis nos fazem esquecer que,

> ***A dinâmica e a força dos papéis nos fazem esquecer que, um dia, saímos do palco. Mas qual é o papel do palco?***

um dia, saímos do palco. A intensidade de estar no palco é tamanha que ela abafa o papel subjacente de "vivo" em contraste com o de "morto". Esse indecifrável e inevitável papel que todos vamos desempenhar dormindo e certos de que a vida vai seguir sem a nossa presença...

Mas qual é o papel do palco? Ora, o palco é o chão cuja firmeza sustenta nossas fantasias; é o nosso alicerce. Sua firmeza produz uma paisagem que compete com – e até mesmo supera – a das montanhas, exceto quando esse palco fala e vira protagonista...

Quando saímos de casa, perguntamos sobre o tempo. Jamais questionamos sobre a terra. Só os poetas falam das pedras do caminho. Então, quando o palco se movimenta, tornando-se um inesperado ator, nos seus catastróficos terremotos e deslizamentos, vivemos o absurdo de uma horrível inversão. De fato, se toda ação social tem um alvo, qual é o propósito de um terremoto ou de uma tromba d'água?

Eis o que vivemos quando Gaia, a Terra-mãe, fala, mostrando suas feridas: terremotos, trombas d'água, nevascas e furacões fora de hora e lugar. Não é fácil descobrir que o palco também tem um papel quando perversões do mesmo teor, como guerra, bomba atômica e pandemias nos obrigam a enxergar os limites de nossa humanidade. ●

É ANTROPÓLOGO, ESCRITOR E AUTOR DE 'CARNAVAIS, MALANDROS E HERÓIS'

SEG Pedro Venceslau **(quinzenal)** e Simião Castro **(quinzenal)** ● **TER.** Patrícia Ferraz ● **QUA.** Leandro Karnal, Roberto DaMatta e Maria Fernanda Rodrigues ● **QUI.** Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patrícia Ferraz ● **SEX.** Marcelo Rubens Paiva **(quinzenal)** ● **SAB.** Sérgio Augusto **(quinzenal)**, Alice Ferraz, Suzana Barelli, Renata Simões **(quinzenal)** e Daniel Martins de Barros **(quinzenal)** ● **DOM.** Leandro Karnal, Sérgio Augusto **(Aliás, quinzenal)**, Milton Hatoum **(mensal)** e Ignácio de Loyola Brandão **(quinzenal)**

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas **http://bit.ly/3maDl7W**

Rajada de vento de movimento circular
O futebol, no Brasil
Tornar mais ousado (o vestido)
Material metálico de cercas
Maurício de Sousa, criador da Mônica
Escritor como Pablo Neruda
Em + uma (Gram.)
Pancada com chinelo
Por (?): por agora
Correr atrás de
Cabeça (gíria)
Abertura para esgoto de água
Tratamento carinhoso para irmã
Relativo às costas
Fotografia (bras.)
Elétron (símbolo)
Sensação causada pelo frio
Aquele que não crê em Deus
Ela, em espanhol
Sílaba de "salsa"
(?) Ketu, grupo de axé-music
Cessar de chover
Coletivo de "lobos"
Clarear (o dia)
Big (?), atração londrina
Gás de anúncios luminosos
A ferramenta do jardineiro
Consoantes de "lero"
Ampara o excepcional
Instrumento musical
Policiais que fazem a guarda de alguém
Sucede ao "O"
Confraternização
Inscrição nos foguetes da Nasa
(?) Batista, locutor esportivo
Adorno de metal precioso
Turismo (abrev.)
Sustentam o corpo
Maluco (gíria)
Parte do oceano
L E O
"O Canto da (?)", antiga minissérie
Condolências
Monarca; soberano
Antônio Lopes, técnico de futebol
A temperatura no verão
Apelido de "Isadora"
Grão como o trigo ou o milho

BANCO 3/ben. 4/ella — joia — lira — néon. 7/escolta.

www.coquetel.com.br

CRIPTOGRAMA E CAÇA-PALAVRAS *Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você*

Para letras iguais, números iguais. Nas casas em destaque, um jornalista e poeta parnasiano brasileiro, imortal da Academia Brasileira de Letras e mestre dos sonetos satíricos.

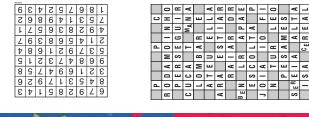
Preparar-se para a prova.		1	2	3	4	5	6
(?) de Assis, autor de "Dom Casmurro".		5	7	8	5	4	9
A equipe que não sofreu derrotas.		10	11	12	7	2	5
Cobrança do futebol.		5	2	13	6	5	14
Interior.		10	2	13	6	10	9
"Os (?) se atraem" (dito).		15	9	1	2	9	1
Mercadoria.	15	6	9		3	2	9
A parte mais frágil do capacete.	11	12	1		12	6	5
Asseverar; declarar.	5	16	12	6		5	6
Acessório do jogo de bingo.	7	5	6	2		14	5
O idioma, quando falado pelo nativo.	16	14	3	13		2	13
Elevar a bandeira em um mastro.	8	5	1	2		5	6
Odeia; abomina.	4	13	2	13		2	5
Atacar; acometer.	1	5	14	2		5	6
Guloseima; quitute.	15	13	2	12		7	9

SUDOKU

NA WEB | Jogue o sudoku **http://bit.ly/41w6ISp**

Nível Fácil

				8		1	4	
8					7			
3		1		9		7		
	6		4		3			
5		7				6		4
			5		8		9	
		2		3		5		1
			1					2
	8	6		5				

SOLUÇÕES

Retrospectivas no CCBB e CineSesc permitem reavaliar a obra diversificada de Steven Spielberg

Duas mostras em SP de um mestre do cinema

LUIZ ZANIN ORICCHIO
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Com seu autobiográfico *Os Fabelmans*, em cartaz e concorrendo a sete estatuetas na cerimônia do Oscar no dia 12 de março, Steven Spielberg chega aos 76 anos na condição de mestre do cinema. Essa denominação não deixa de ser surpreendente. Ao longo de sua carreira, Spielberg em geral foi bem de público, nem sempre de crítica. Mas algo parece estar sendo revisado. *Os Fabelmans* está na capa da revista *Cahiers du Cinéma* de fevereiro e também foi matéria principal do diário *Libération* de 22 de fevereiro – foto de capa e quatro páginas internas. Foi homenageado com o Urso de Ouro pelo conjunto da obra no recém-encerrado Festival de Cinema de Berlim, um dos três maiores do mundo.

Ou seja, nessa etapa de maturidade, sua obra coloca-se em revisão e, talvez, em processo de reinterpretação. Na esteira desse processo, o Centro Cultural Banco do Brasil promove uma ampla retrospectiva de Spielberg, com 31 longas que serão apresentados de hoje a 27 de março, e no Cinesesc de 2 a 8 de março. A obra também será objeto de análise e debate de especialistas, que poderão ser acompanhados pelo público. Vista em seu conjunto, a trajetória de Spielberg apresenta várias facetas, que podem ser tidas como contraditórias ou talvez complementares.

FABRIZIO BENSCH/REUTERS

Prêmio em Berlim

Visto no início como 'diretor de filme infantil', Spielberg também se impôs em temas adultos e soube como poucos conquistar bilheterias

Encurralado (1972) é o longa-metragem de estreia, produção modesta, feita na origem para a TV, mas que mostra o talento do jovem cineasta em manter a tensão usando recursos mínimos. O "duelo" (título original: *Duel*) se dá entre os motoristas de um carro e de um caminhão que se desentendem na estrada. A violência latente na sociedade norte-americana explode nesse singular duelo de forças díspares.

Naquele tempo, Spielberg fazia parte da chamada "nova Hollywood", movimento jovem que vinha renovar a velha indústria do cinema. Seus companheiros de estrada – Martin Scorsese, Arthur Penn, Francis Ford Coppola, Robert Altman e outros – traziam temas e histórias ousados, novos atores e atrizes, filmagem ágil e, comparativamente, mais barata. Essa postura vinha na onda da contestação dos anos 1960 e, supostamente, reataria o diálogo entre a indústria cinematográfica e a juventude rebelde, que se sentia estranha ao cinema convencional.

Depois de *Encurralado*, Spielberg faria *Louca Escapada* (1974), obra em linha com o ideário programático não escrito da nova Hollywood. Durante visita ao marido em uma prisão, mulher o convence a escapar para se reunirem ao filho, que fora adotado por outro casal. Com seu ritmo vertiginoso, foi muito bem de crítica e mal de público.

Evolução

Diretor começou no pacote de uma 'nova Hollywood' e tem sua obra reinterpretada na fase de maturidade

No entanto, Spielberg logo descobriria sua veia nata para o blockbuster com *Tubarão* (1975), imenso sucesso mundial e até hoje referencial do gênero. Que gênero? Ora, o terror, mas não de ordem sobrenatural. Uma pequena comunidade é assolada por um monstro marinho e tem dificuldades para se defender.

Esse gênero tem suas regras próprias. Como sempre, as autoridades preferem fechar os olhos para o problema, pois temem os prejuízos para o turismo. Alguns abnegados resolvem ir à luta em benefício da comunidade. Combatem em nome da justiça e do triunfo dos bons, mitos quase intocáveis do cinema norte-americano e, portanto, do próprio Spielberg, um dos seus próceres.

Numa época de efeitos digitais cada vez mais perfeitos ou mirabolantes (como os de *Avatar*), o monstro de borracha de *Tubarão* pode parecer meio tosco hoje em dia. Mas a concepção rigorosa e manejo talentoso do suspense continuam em pé.

Essa percepção do sucesso se confirmaria em filmes posteriores, como *Encontros Imediatos do Terceiro Grau* (1977) e *E.T.– O Extraterrestre* (1981), primeiros diálogos com a ficção científica, porém recheados com menções à família e o retorno ao lar (remissão ao *O Mágico de Oz*), tudo regado por doses generosas de sentimentalismo. Esnobado pela crítica, Spielberg encontra o caminho do público. E o faz também com a vitoriosa série de aventuras *Indiana Jones*. O primeiro, *O Caçador da Arca Perdida*, é de 1981.

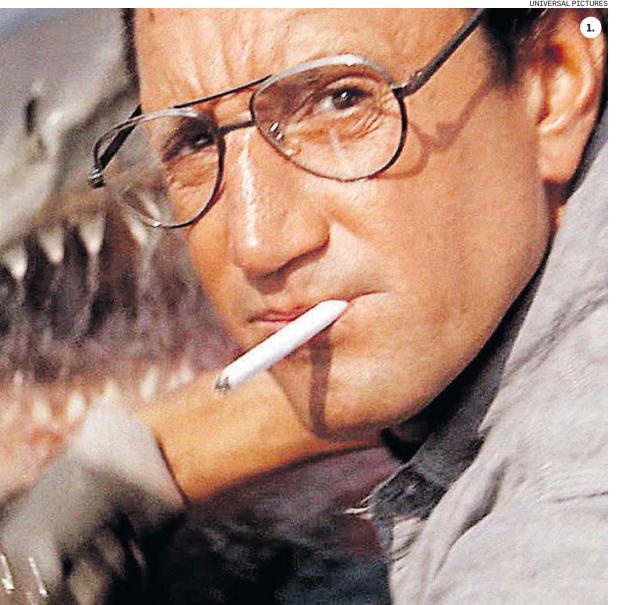
INFANTILIDADE. Crítico respeitado e autor de um referencial dicionário de diretores de cinema (traduzido e adaptado para o Brasil pela L&PM), Jean Tulard assim se refere a essa fase do cineasta: "Olhando de perto, essas obras não são nem inovadoras quanto ao roteiro

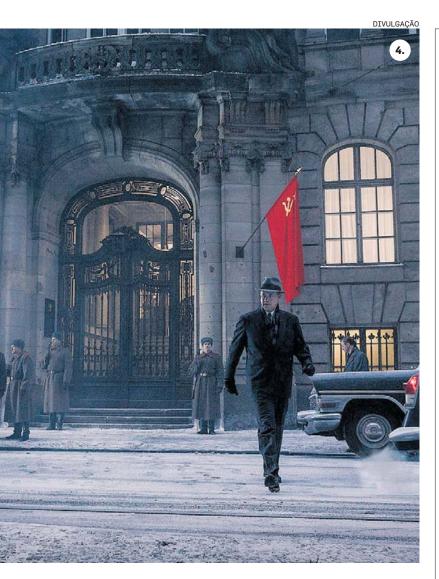
...nem convincentes quanto à interpretação e altamente pueris, sobretudo na moral que veiculam".

Infantilidade: essa era a acusação geral feita aos filmes de sucesso de Spielberg. Mas talvez haja aí um ardil, uma estratégia de comunicação bem-sucedida com a porção infantil presente no público de cine-

UNIVERSAL PICTURES

DIVULGAÇÃO

DAVID JAMES/DREAMWORKS

1. Roy Scheider e o tubarão de plástico, grande sucesso de público e 2. 'ET, o Extraterrestre', um dos maiores êxitos de bilheteria da carreira de Spielberg. 3. Tom Hanks (E) em 'O Resgate do Soldado Ryan' e 4. de novo em 'Ponte dos Espiões'.

DIVULGAÇÃO

ma e que ajudaria a explicar o sucesso das obras. De certa forma, esse apelo ao núcleo pueril da personalidade está descrito no autobiográfico *Os Fabelmans*, não presente na mostra, mas ainda em cartaz nos cinemas.

Também é verdade que Spielberg tenta responder a essas críticas com filmes "adultos", como a saga antirracista *A Cor Púrpura* (1985), *Amistad* (1997), uma história de revolta de escravizados, e filmes de guerra como *O Império do Sol* (1987) e *O Resgate do Soldado Ryan* (1998). Em *A Lista de Schindler* (1993) arrisca-se a pisar no campo minado do Holocausto através da história verídica de um salvador de judeus –, mas ele se dá bem, levando os Oscars de melhor filme e direção.

Ao mesmo tempo, corteja a juvenília com a continuação da série *Indiana Jones* e filmes como *Hook – a Volta do Capitão Gancho* (1991), ambientado no universo de Peter Pan, e *O Parque dos Dinossauros* (1993), este já nascido com a vocação da franquia. Nela, os répteis pré-históricos são recriados por amostras de DNA e, como sempre acontece quando se mexe com a Natureza, tudo desanda e sai de controle.

FICÇÃO CIENTÍFICA. Também é interessante notar a continuação mais recente do diálogo de Spielberg com a ficção científica. Em particular, no caso de *AI – Inteligência Artificial* (2001), um projeto herdado de Stanley Kubrick.

Nessa história de androides, um garotinho artificial desenvolve a capacidade da emoção e liga-se à mãe adotiva pelo sentimento do amor. É um diálogo com a história de Pinóquio, no qual o boneco de madeira, criado por Gepeto, busca tornar-se um menino de carne e osso. Mais perturbador, *Minority Report: A Nova Lei* (2002) fala da polícia que procura antecipar-se aos crimes e impedir que aconteçam. Problema ético: como condenar pessoas por aquilo que ainda não fizeram?

De volta à realidade, Spielberg realiza alguns dos seus melhores filmes recentes. Em *O Terminal* (2004) debate a condição de apátrida com a história do homem confinado a um aeroporto ao não poder retornar ao seu país de origem e nem entrar nos Estados Unidos. *Munique* (2005) estuda a retaliação do governo israelense depois que terroristas mataram atletas judeus na Olimpíada de 1972. *The Post – A Guerra Secreta* (2017), sobre a revelação de segredos governamentais pelo *The Washington Post*, é um belo filme sobre a missão ética do jornalismo.

Sem idealismo
Produções recentes, como 'Lincoln' e 'Minority Report', revelam um olhar adulto e consistente

Por fim, destaque à parte merece *Lincoln* (2012), biografia surpreendentemente adulta do presidente responsável pela abolição da escravatura nos Estados Unidos e dos meios pouco ortodoxos que usou para alcançá-la. Quem diria? Steven Spielberg, tantas vezes acusado de idealismo infantil desconectado da realidade, curva-se aqui ao pragmatismo político no qual fins justificam os meios.

Com tantas contradições expostas ao longo da obra, na maturidade só poderia mesmo vir o autorreflexivo *Os Fabelmans* – obra complexa de aparência simples, da qual não foram ainda tiradas todas as consequências. ●

Cinco indicações:

● Tubarão
Apesar de suas limitações, vistas pelo olhar de hoje, continua um ícone do cinema de suspense. Mostra o ataque de um tubarão-branco a banhistas de um balneário, a pequena cidade de Amity.

● E.T. – O Extraterrestre
Um tanto adocicado, mas tem cenas memoráveis (como o passeio de bicicleta com a Lua ao fundo) na história do garotinho que faz amizade com um ser alienígena que tenta voltar para casa.

● O Resgate do Soldado Ryan
Filme de guerra bem sólido, tem um começo vertiginoso com o desembarque dos soldados na Normandia, na 2.ª Guerra Mundial. Tom Hanks, como o capitão John H. Miller, é responsável pela defesa do mito militar de que "ninguém será deixado para trás" ao buscar um soldado desaparecido.

● Prenda-me Se For Capaz
Spielberg, quem diria, traça a biografia de um impostor. Frank Abagnale Jr. (Leonardo DiCaprio), adotando personalidades falsas, vive de aplicar golpes, além de se tornar o maior ladrão de bancos dos EUA com apenas 17 anos. Filme ágil e bem-humorado.

Leandro Karnal

Navegando sem cancelamento

Por vezes, a ironia é um recurso didático. Vou abusar dela. Você quer ser popular nas redes, sem jamais ser "cancelada" ou "deletado"? Siga três conselhos básicos para suas publicações. Vou dar a matriz de cada um.

Matriz beleza universal e imperativa: todas as pessoas são lindas. Você ama o mundo. Não existe gente feia ou chata: cada ser é especial. Você ama o conjunto das formas de corpo e expressões da subjetividade humana. Isso se estende aos animais: eles são lindos. Não insulte sequer a jararaca! É um animal brasileiro e faz parte do ecossistema. Mosquitos alimentam morcegos. A vibe é Francisco de Assis: "Irmão Sol, Irmã Lua". Variante fundamental: se o animal for manco, se a criança for vesga ou se houver algum dente faltando em um adulto, não se esqueça de amar em dobro.

Matriz "inteligências múltiplas": ninguém é burro! Alguém não consegue escrever direito? Deve ser porque possui abundantes habilidades inter/intrapessoais. Elementos simples de compreensão textual escapam? Claro, a força daquele cérebro está na questão corporal-cinestésica. Existe uma genialidade específica em cada ser humano. Caso não perceba, falta-lhe inteligência empática, já que você também deve ser brilhante.

Matriz "ursinhos carinhosos": nada de negatividade, pre-

> ***Todas as pessoas são lindas. Você ama o mundo. Não existe gente feia ou chata: cada ser é especial.***

visão pessimista, dimensão trágica da existência. Positividade profunda, total, permanente e encorajadora. Jamais poste sobre o erro, o mal ou o acidente. Tudo vai dar certo, todos somos imortais, a resolução está mais à frente. Frase possível para o pior de um momento medonho: "Antes do amanhecer, a noite é ainda mais densa". Slogans de caminhão misturados a toques de *Pequeno Príncipe*. Sabedoria em pílulas, preferencialmente apenas com orações coordenadas.

Nunca critique ou deprecie; em hipótese alguma, indique problemas. Seus posts devem ser um raio de luz perfeito que colaborem para deixar melhor e mais feliz quem os visualiza. O mundo está cheio de problemas, não seja mais um. Se não pode resolver, evite piorar com azedume. Todas as pessoas possuem beleza própria, tudo é válido e constituímos uma comunidade única de 8 bilhões de pontinhos brilhantes em um planeta lindo que baila no espaço como inquieto vaga-lume. Acolha tudo e todos, sorria sempre, para você nunca passar pelo risco de cancelamento. Suas redes crescerão, o mercado sorrirá. Machado e sua teoria do medalhão estarão aperfeiçoados. Agora, povoado de esperança, relembre a advertência de ironia no começo: siga feliz, cheio de luz e... com gratidão. ●

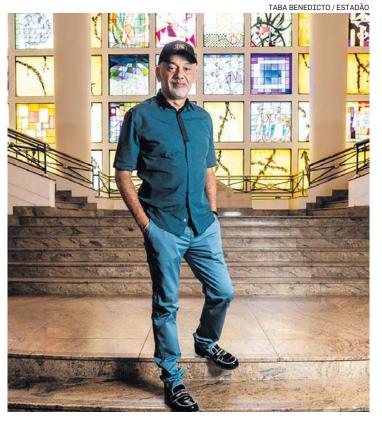
LEANDRO KARNAL É HISTORIADOR, ESCRITOR, MEMBRO DA ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS, AUTOR DE 'A CORAGEM DA ESPERANÇA', ENTRE OUTROS

SEG Pedro Venceslau **(quinzenal)** e Simião Castro **(quinzenal)** ● **TER.** Patrícia Ferraz ● **QUA.** Leandro Karnal, Roberto DaMatta e Maria Fernanda Rodrigues ● **QUI.** Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patricia Ferraz ● **SEX.** Marcelo Rubens Paiva **(quinzenal)** ● **SAB.** Sérgio Augusto **(quinzenal)**, Alice Ferraz, Suzana Barelli, Renata Simões **(quinzenal)** e Daniel Martins de Barros **(quinzenal)** ● **DOM.** Leandro Karnal, Sérgio Augusto **(Aliás, quinzenal)**, Milton Hatoum **(mensal)** e Ignácio de Loyola Brandão **(quinzenal)**

Christian Louboutin

'Um sapato deve seduzir homens e mulheres'

Designer francês visitou a Faap, que poderá receber mostra retrospectiva de sua obra

TABA BENEDICTO / ESTADÃO

Christian Louboutin no Museu de Arte Brasileira

ENTREVISTA

Aos 59 anos, artista lançou sua linha de sapatos femininos em 1991, quando criou sua marca registrada: a sola vermelha

MARCELO GOMES LIMA
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Reza a lenda que, em 1993, dois anos depois de lançar sua primeira coleção de sapatos, um jovem designer parisiense, de nome Christian Louboutin, estava criando um novo modelo a partir da tela *Flowers*, de Andy Warhol. Quando a amostra chegou da Itália, Louboutin sentiu que faltava algo. A tradicional sola preta simplesmente não fazia o sapato se destacar. Não o fazia vivo. Uma de suas assistentes estava então pintando as unhas e Louboutin não teve dúvidas: sacou seu esmalte vermelho e pintou o par de solas com ele. O resto é história.

Mundialmente conhecida por seus sapatos suntuosos – invariavelmente com suas solas vermelhas –, ultimamente a grife Christian Louboutin tornou-se uma marca mundial, com mais de 40 lojas em todo o mundo, incluindo o Brasil, e mais de 850 mil sapatos produzidos a cada ano. Em sua grande maioria, ainda fiéis à indefectível sola vermelha, hoje sua quase marca registrada. Em passagem rápida ontem por São Paulo, para uma visita de reconhecimento à Faap, onde foi recepcionado por uma calorosa trupe de estudantes de moda, o designer falou ao **Estadão**.

Qual o propósito da visita?
Atendendo a um convite da FAAP, vim avaliar as instalações do museu para uma futura exposição da minha obra, nos moldes da que aconteceu em Paris, em 2020, e que apresentou uma retrospectiva de meu trabalho como designer e minhas principais realizações.

> **Concentração**
> **Estilista diz que, sempre ao desenhar os sapatos, começa por um esboço e em um lugar isolado**

Em quais critérios se baseia ao desenhar seus modelos?
Costumo dizer que, para ser bom, um sapato tem de seduzir homens e mulheres. Sempre começo com um esboço, a lápis, e desenho em qualquer lugar. Preciso apenas estar isolado e em condições de me concentrar, livre de distrações. Depois, me concentro na forma, no objeto em si, e em como ele vai efetivamente funcionar no pé de alguém. Nunca, em tempo algum, penso em roupas ou estilos que combinariam.

Você se tornou conhecido por seus sapatos femininos. Mas tem desenvolvido também modelos masculinos. Como se aproxima de cada um dos projetos?
Desenvolvo sapatos para homens desde 2010, a princípio, atendendo a pedidos dos maridos ou namorados de minhas clientes, mas, mais especificamente de um cantor pop libanês, que reside na França, de nome Mika, que um dia me disse querer sentir, usando meus sapatos, a mesma sensação de encantamento de suas duas irmãs ao calçar um modelo meu. Não sei se exatamente por isso, mas, fato é que, desde então, meus sapatos masculinos obedecem a essa vertente mais contemporânea, mais pop. Não são clássicos, como alguns dos meus modelos femininos costumam ser. Em Paris, local da primeira butique masculina da marca, os homens me abordavam na rua para agradecer. Diziam que viam meus sapatos nas namoradas ou esposas e ficavam com ciúmes.

Você é particularmente interessado em arquitetura e divide com Oscar Niemeyer o amor pelas linhas curvas. Chegou a conhecer alguma de suas obras?
Enquanto crescia, fui gradualmente me sentindo sensível à forma. Estudei arquitetura e objetos. Sempre prestei muita atenção nas linhas – é muito importante, porque a beleza tem tudo a ver com a forma. E, naturalmente, acabei me apaixonando pela obra de Niemeyer. A ponto de acreditar que meu trabalho e o dele se encontram em um ponto: amamos os contornos e as linhas curvas. Um dia, tive a coragem de dizer isso a ele.

> **Niemeyer**
> **"Nós dois, invariavelmente, amamos os contornos e as linhas curvas", diz ele, sobre o arquiteto brasileiro**

E o que ele disse?
Que estava de acordo. E que ficou tão feliz com tal analogia que me presenteou com um poema, escrito de próprio punho, no qual ele louva a beleza das curvas na topografia do Rio de Janeiro e no corpo feminino, duas de suas maiores paixões. Um presente, claro, que conservo, com carinho até hoje. ●

FOTOS: FELIPE RAU/ESTADÃO

Modelo não tem nenhuma alusão à marca Fiat na carroceria, cuja altura é 10 mm mais baixa que a das versões 'normais' do Pulse

Avaliação

Pulse Abarth é esportivo real, sem nenhum escudo da Fiat

Primeiro modelo da divisão apimentada da marca italiana feito no Brasil tem motor 1.3 turbo de até 185 cv e acelera de 0 a 100 km/h em 7,6 segundos

DIOGO DE OLIVEIRA

É difícil encontrar um brasileiro que não goste de carros esportivos. E o modelo nem precisa entregar desempenho nervoso – em geral, basta ter estilo. Mas o Pulse Abarth, primeiro carro da divisão esportiva da Fiat feito no Brasil, combina visual e tempero para lá de apimentado. Como é de praxe, o SUV compacto não traz nenhuma identificação da Fiat. Todos os emblemas e adesivos são da Abarth, cujo símbolo é, não por acaso, um escorpião.

No visual, a dianteira é a igual à do, digamos, Pulse "normal". Porém, o para-choque foi redesenhado, é mais aerodinâmico, com fendas verticais nos cantos. Além disso, grade e molduras são pintadas de preto brilhante, com detalhes que imitam fibra de carbono.

Nas laterais, o perfil é claramente mais baixo, graças ao acerto da suspensão, que reduziu em 10 milímetros a distância em relação ao solo – para 21,7 centímetros. As rodas de liga de 17 polegadas são pintadas de preto brilhante e calçadas com pneus 215/50 R17.

As caixas de roda têm arcos pretos e há faixas adesivas com o nome Abarth na parte inferior das portas. Mas, além do visual e dos ajustes feitos no chassi, suspensão e freios, o Pulse Abarth tem como diferencial a mecânica brava.

A versão com o escudo do escorpião é a única do SUV compacto com motor 1.3 turbo flex T270. O quatro cilindros gera até 185 cv de potência e 27,5 mkgf a partir de 1.750 rpm, com etanol. O câmbio automático CVT simula sete marchas e a tração é na dianteira.

Trata-se do mesmo conjunto das versões de topo dos Fiat Fastback e Toro, além dos SUVs Renegade, Compass e Commander, da Jeep. Porém, apenas o Pulse tem o botão "poison". Ao acionar o modo "veneno" pela tecla vermelha no volante, o comportamento do Abarth muda totalmente.

O câmbio estica mais as marchas virtuais e faz "trocas" de forma dinâmica. Com isso, os cilindros enchem mais.

Além disso, com os ajustes da suspensão o centro de gravidade foi rebaixado. Isso fica claro nas respostas ao volante. O Abarth não apenas acelera com mais vigor, como é firme e estável em retas, bem como em curvas fechadas contornadas em velocidades altas.

Além disso, a direção fica pesada, o que realça a pegada esportiva. Na prática, o carro entrega o que seu visual promete, e de forma empolgante.

Para ir de 0 a 100 km/h, o carro precisa de 7,6 segundos.

Detalhes pretos e rodas de 17" estão entre as exclusividades

No volante com logo do escorpião, tecla vermelha libera o 'veneno'

Ficha técnica

• Pulse Abarth Turbo

Preço sugerido	R$ 149.990
Motor	1.3, 4 cil., 16V, turboflex
Potência*	185 cv a 5.750 mkgf
Torque*	27,5 mkg a 1.750 rpm
Câmbio	Automático, CVT
Comprimento	4,12 metros
Largura	1,78 metro
Entre-eixos	2,53 metros
Porta-malas	370 litros

* DADOS COM ETANOL; FONTE: FIAT

Prós & contras

• Respostas
Com suspensão e direção firmes, além de 185 cv, carro entrega tudo que se espera de um verdadeiro esportivo;

Preço
Tabela a partir de R$ 149.990, com base em São Paulo, é salgada para um SUV compacto.

Já a velocidade máxima é de 215 km/h. Os números são com apenas etanol no tanque.

Apenas a versão esportiva tem freio de estacionamento elétrico. Como não há alavanca, o console central se prolonga entre os bancos. O acabamento se diferencia pelo friso vermelho que vai de uma ponta a outra do painel. A plaquinha com o nome Abarth no canto direito é um charme.

Os bancos de couro têm costuras vermelhas e o logo do escorpião em baixo relevo nos encostos. A chave com o nome Abarth é outro diferencial.

O pacote de itens é similar ao da versão de topo, Impetus, do Pulse com motor 1.0 turbo flex de 130 cv. Isso inclui multimídia com tela de 10", internet, conexão sem fio com Android Auto e Apple CarPlay e carregador de celular por indução. Há ainda farol alto e frenagem de emergência acionados automaticamente, e assistente de permanência em faixa.

O único senão é o preço, de R$ 149.990 em São Paulo. ●

Marketing

Land Rover abre as portas de sua fábrica no Brasil a clientes e fãs

Participamos do grupo que inaugurou o programa da planta de Itatiaia (RJ), onde há até oficina para restaurar antigos

EUGENIO BRITO
ITATIAIA (RJ)
ESPECIAL PARA O JORNAL DO CARRO

A Jaguar Land Rover passa a oferecer no Brasil um programa de visitas à fábrica de Itatiaia (RJ), onde são feitos os Land Rover Evoque e Discovery Sport. O **Jornal do Carro** esteve no primeiro grupo a participar da nova atração, juntamente com nove clientes.

Eles eram parte dos compradores das 10 unidades destinadas ao País do Land Rover Defender 75th. O SUV celebra os 75 anos da marca britânica e foi vendido aqui em outubro de 2022 por R$ 819.950.

A visita começou pelo prédio onde fica a área de marketing da empresa. Vídeos sobre os 75 anos da Land Rover mostram também as fases do desenvolvimento do Defender.

Em seguida, fomos conhecer a linha de produção. Neste ano, vão ser feitas pouco mais de 5 mil unidades. Também vimos de perto a série especial do Defender, que é importada.

FOTOS: JUNIOR OLIVEIRA/JLR

Fábrica tem oficina de restauração que deixa modelos antigos, como o Defender, iguais a novos

Donos do Defender 75th receberam kit especial

GUI RODRIGUES

Entrega 'parcial' dos novos SUVs foi feita na planta

Por fim, visitamos a área onde é feita a inspeção visual e tátil dos veículos, além da de lavagem com alta pressão, para testar a vedação, e de abastecimento. Fomos guiados pelo CEO da Jaguar Land Rover do Brasil, João de Oliveira.

Ele fez a entrega dos Defender 75th aos nove compradores. "A ideia é mostrar nossa excelência também na fabricação e ampliar o vínculo emocional com os clientes", diz.

Cada Defender tinha uma placa com o nome do comprador. Todos receberam uma caixa com certificados de autenticidade da série e de aprovação na inspeção, além das chaves. Eles dirigiram seus carros até o "batismo", feito com água esguichada por uma mangueira de combate a incêndios.

Porém, ninguém pôde voltar para casa com o novo SUV. Segundo a marca, a documentação não estava pronta. Porém, a ideia é resolver isso para as próximas entregas.

Conforme a JLR, a planta tem alto nível de soluções sustentáveis de produção, o que reduz os custos. Porém, opera bem abaixo da capacidade. Segundo a empresa, seria possível fazer 26 mil carros por ano.

RESTAURO. Também visitamos a oficina de restauração, inaugurada em 2021. Lá, é possível reformar completamente carros mais velhos, mantendo todas as características originais. Segundo a empresa, há cinco tipos de restauração.

Novo de novo
JLR oferece 5 níveis de restauração e espera pelo serviço gira em torno de um ano

Ou seja: mecânica básica, técnica, funilaria, chassi e revitalização com peças originais. Além disso, há várias possibilidades de customização.

Além de revisar e restaurar clássicos como Série 1, Defender e Range Rover, por exemplo, a oficina da fábrica também reforma carros mais modernos. Nos próximos dois anos, passará a atender as linhas Discovery e Freelander.

Com isso, a ideia é ampliar a oferta de peças e certificados de autenticidade para mais clientes. Atualmente, a espera pelo serviço de restauração é de cerca de um ano. ●

VIAGEM FEITA A CONVITE DA JLR DO BRASIL

BYD

Song Plus roda até 38,4 km com um litro de gasolina

O BYD Song Plus chegou ao Brasil no fim do ano passado para ser o SUV híbrido plug-in mais acessível do País – o preço sugerido parte de R$ 269.990. Agora, o chinês volta a chamar a atenção, por causa do consumo. Segundo dados do Inmetro, o carro pode rodar até 38,4 km/l em ciclo urbano. Na estrada, a média é de 28,1 km/l. O Song Plus tem motor 1.5 a gasolina de 110 cv e elétrico de 179 cv. A potência conjunta é de 235 cv. ●

● **S10 TEM DESCONTO DE R$ 30 MIL.** A Chevrolet oferece descontos de até R$ 30 mil para a linha de picapes S10. No site brasileiro da marca, onde é possível conferir os valores promocionais, o maior bônus é para a versão LTZ. Com isso, o preço sugerido, que era R$ 313.090, baixou para R$ 283.090 na configuração intermediária. O modelo tem cabine dupla, tração 4x4, câmbio automático e motor 2.8 turbodiesel de 200 cv de potência e 51 mkgf de torque. Entre os destaques, há sistemas eletrônicos como alerta de risco de colisão frontal e de saída involuntária de faixa de rolagem, por exemplo.

● **SORTEIO DE COROLLA É FALSO.** Uma suposta promoção que circula em grupos de WhatsApp na qual a Toyota estaria sorteando unidades da linha Corolla em comemoração ao seu 60° aniversário é falsa. Segundo a empresa de detecção de ameaças ESET, o interessado é induzido a clicar em um link, responder quatro perguntas e passar por um processo de verificação. Vale lembrar que a Toyota foi fundada em 1937 e, portanto, tem 86 anos. A empresa inaugurou seu primeiro escritório no Brasil, em São Paulo, há 65 anos.

● **NOVO BMW X1 2023 CHEGOU.** A BMW já vende no Brasil a terceira geração do X1 (abaixo), que faz parte da linha 2023 da marca. O primeiro lote é importado da Alemanha e tem tabela a partir de R$ 296.950. Segundo a marca, a produção nacional, na fábrica de Araquari (SC), começa nos próximos dias. Feito sobre a plataforma UKL2, igual à dos Mini Countryman e Clubman, o novo SUV tem motores 1.5 turbo e 2.0 turbo de 204 cv. Ao todo são três versões. Para a de topo, sDrive20i M Sport, a tabela é de R$ 349.950.

EUGENIO AUGUSTO BRITO/ESTADÃO

● **JEEP COMPASS TERÁ MOTOR 2.0.** O Jeep Compass feito em Pernambuco superou 360 mil unidades fabricadas em seis anos. Mas, como a nova geração ainda vai demorar um pouco a chegar (está prevista para 2025), a marca vai atualizar a atual. Entre as novidades, o SUV deve ganhar o motor 2.0 turbo que acaba de estrear no modelo vendido nos Estados Unidos. Aqui, o 2.4 Tigershark flex, que tinha números de consumo muito altos, foi substituído em 2021 pelo 1.3 turbo flex T270 desenvolvido pela Fiat, que também faz parte da Stellantis.

SÃO PAULO, 1º DE MARÇO DE 2023

mobilidade

ESTADÃO

/MobilidadeEstadao /mobilidadeestadao /estadaomobilidade /mobilidadeestadao

EDIÇÃO ESPECIAL

Produzido por

Aventureira para asfalto

Nova Triumph Tiger Sport 660 oferece conforto e tecnologia suficientes para viajar por rodovias bem pavimentadas | Pág. 2

Modelo mais acessível da família Tiger tem preço a partir de R$ 56.990

Fotos: Divulgação Triumph e Honda

Para mais conteúdos, acesse nosso portal pelo QR Code

Onde nascem as motos e scooters brasileiras

Conheça o Polo Industrial de Manaus (AM), local em que são produzidas 98% das motos que circulam pelas ruas e avenidas do País | Pág. 4

Produzido por
Tiger Sport 660 mescla conforto e esportividade para viajar

Novo modelo da Triumph aposta no bom desempenho do motor de três cilindros e 81 cv e ciclística acertada para disputar segmento de aventureiras médias

ARTHUR CALDEIRA

Acesse o canal MotoMotor e leia + sobre o assunto

Um dos principais lançamentos da Triumph, a nova Tiger Sport 660 é a aposta da marca para brigar no segmento de aventureiras esportivas médias. Suas principais "armas" são o inédito motor de três cilindros e 660 cc, além de sua ciclística precisa, que mescla esportividade e conforto.

Com preço a partir de R$ 56.990, a nova integrante da linha Tiger, porém, não tem a mesma vocação para a aventura de suas irmãs de 900 cc e 1.200 cc. Como o próprio nome deixa claro, trata-se de um modelo esportivo, que gosta de pegar estrada, de preferência, com asfalto bom.

Afinal, a nova Tiger 600 deriva da *naked* Trident 660, da qual herda o motor, o chassi e as rodas de liga leve de 17 polegadas. Apesar da configuração de moto esportiva, ela teve mudanças nas suspensões e na ergonomia para adequar o modelo à sua proposta aventureira.

O conjunto de suspensões tem 150 mm de curso na frente e atrás. Na dianteira, o garfo telescópico invertido da marca Showa não oferece ajustes, mas absorve bem as ondulações da estrada, só que não gosta de buracos e valetas. Na traseira, a balança ancorada em um monoamortecedor com ajuste na pré-carga proporciona conforto para rodar por muitos quilômetros.

MOTOR COM PERSONALIDADE

Também contribui a posição de pilotagem, com guidão largo, montado sobre um suporte elevado (*riser*), que faz com que o condutor mantenha uma postura ereta, típica das motos desse segmento. O para-brisa, ajustado facilmente com as mãos, proporciona proteção aerodinâmica adequada para rodar em rodovias de trânsito rápido.

Por baixo do design moderno, com linhas afiladas e um conjunto óptico duplo na carenagem frontal, esconde-se a principal vantagem da Tiger Sport 660, perante suas concorrentes japonesas: o motor de três cilindros em linha.

Enquanto Kawasaki Versys 650 e Honda NC 750X usam motores bicilíndricos, a aventureira inglesa traz um cilindro a mais para oferecer bom torque, como suas oponentes, só que com mais potência em altos giros.

A potência máxima de 81 cv chega em altos giros, a 10.250 rpm, ou seja, pode-se acelerar bastante, antes de o motor "acabar". Por outro lado, o tricilíndrico entrega bastante torque em baixa e em média rotações, até atingir o pico de 6,53 mkgf a 6.250 giros.

Em conjunto com o câmbio de seis velocidades, escalonado com as três primeiras mais curtas e as três últimas mais longas, a Tiger Sport permite pilotar em qualquer marcha. Pode-se rodar em quinta e baixos giros, mais tranquilamente, ou esticar os giros até altas rotações, instigado pelo ronco do tricilíndrico.

Com essa "dupla personalidade", o consumo da Tiger Sport 660 também pode variar bastante. Quem viaja tranquilamente roda até 22 km/litro de gasolina, enquanto os que se empolgam no acelerador veem a média cair para 18 km/litro. O modelo tem tanque de 17,2 litros, com autonomia que pode ultrapassar 350 quilômetros.

ELETRÔNICA SIMPLES

Como porta de entrada para sua família de aventureiras, o modelo tem uma eletrônica mais simples na versão de 660 cc, em comparação às Tiger de maior capacidade e, também, mais caras.

Há só dois modos de pilotagem – Road e Rain –, que ajustam a resposta do acelerador, o controle de tração e os freios ABS, de acordo com a situação do piso. Embora simples, os modos de pilotagem se mostraram suficientes para garantir a segurança.

Em um passeio pela sinuosa Estrada dos Romeiros, no interior paulista, o sistema ABS e os bons freios da Tiger Sport 660 pararam com eficiência os 206 quilos (em ordem de marcha) em curvas mais fechadas. Já o controle de tração evitou que a roda traseira derrapasse nas reacelerações, mesmo com o asfalto molhado.

Vale destacar o painel com tela colorida de TFT, que, apesar de espartano, exibe as informações necessárias e oferece conectividade com smartphones pelo aplicativo My Triumph. Se usado com intercomunicador, permite visualizar rotas, ouvir música e até atender a uma chamada.

SEGMENTO CONCORRIDO

A nova Tiger Sport 660 já está nas lojas e também é oferecida na versão Touring, que traz de série bagageiro com *top case* (47 litros) e *quickshifter*, que permite trocar de marchas sem uso da embreagem, por R$ 62.873,73.

Comparada às concorrentes, a aventureira esportiva inglesa tem preço e características interessantes. A Honda NC 750X, vendida por R$ 58.346, não fica devendo nada em tecnologia, mas seu motor de dois cilindros tem apenas 58 cv.

Já em relação à Kawasaki Versys 650, o modelo da Triumph é mais potente e leve; porém, mais caro. A aventureira esportiva de 650 cc da Kawasaki pesa 219 quilos e tem apenas 67 cv, mas seu preço parte de R$ 52.640. No entanto, a Versys 650 também possui uma versão mais equipada para quem procura uma moto para viajar: vendida por R$ 59.640, a variante Tourer conta com malas laterais, baú, protetores de mão e de motor e faróis auxiliares.

Triumph Tiger Sport 660

Motor	3 cilindros paralelos, 660 cm³
Câmbio	Seis marchas
Transmissão final	Por corrente
Potência	81 cv a 10.250 rpm
Torque	6,53 mkgf a 6.250 rpm
Peso em ordem de marcha	206 kg
Preço	A partir de R$ 56.990

Nova Tiger Sport compartilha quadro, rodas e motor com a *naked* Trident 660, mas tem suspensões de curso mais longo e posição de pilotagem bastante confortável

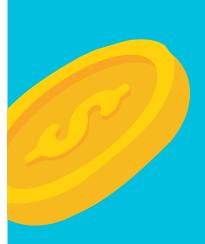
Foto: Divulgação Triumph

FALE CONOSCO ▸ Se você quer comentar, sugerir reportagens ou anunciar produtos ou serviços na área de mobilidade, envie uma mensagem para **mobilidade@estadao.com**

Av. Eng. Caetano Álvares, 55, 5º andar, São Paulo-SP
CEP 02598-900. projetosespeciais@estadao.com

Diretor de Conteúdo do Mercado Anunciante: **Luis Fernando Bovo** MTB 26.090-SP; Gerente de Conteúdo: **Tatiana Babadobulos**; Gerente de Atendimento e de Gestão de Projetos: **Rita Lisauskas**; Gerente de Client Success: **Nuria Santiago**; Gerente de Estratégias de Conteúdo: **Regina Fogo**; Gerente de Eventos: **Daniela Pierini**; Coordenador de Arte: **Isac Barrios**; Arte: **Robson Mathias**; Especialistas de Conteúdo: **João Prata** e **Renata Mesquita**; Especialista de Pós-Vendas: **Luciana Giamellaro**; Redes Sociais: **Murilo Busolin**; Analista de Conteúdo: **Bárbara Guerra**; Analista de Produto Júnior: **Giuliana Ferrari**; Analistas de Marketing: **Isabella Paiva, Amanda Miyagui Fernandez** e **Rafaela Vizoná**; Assistentes de Marketing: **Larissa Castro** e **Giovanna Alves**; Colaboradores: Edição: **Daniela Saragiotto** e **Dante Grecco**; Revisão: **Marta Magnani**; Designer: **Cristiane Pino**

Publicação da
S/A O Estado de S.Paulo
Conteúdo produzido pelo
Estadão Blue Studio

Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio.

Produzido por ESTADÃO BLUE STUDIO

Manaus, a capital brasileira das motocicletas

Fábricas lá instaladas produzem 98% das motos vendidas no País. Bom momento do setor de duas rodas leva empregos e contribui para desenvolvimento da região

ARTHUR CALDEIRA*

Polo Industrial de Manaus (PIM) teve faturamento de R$ 161,5 bilhões, entre janeiro e novembro de 2022. Fábricas de motos geram mais de 15 mil empregos diretos

Acesse o canal MotoMotor e leia + sobre o assunto

A quantidade de motocicletas circulando nas ruas e avenidas de todo o Brasil mais que dobrou na última década. A frota de motos e scooters passou de 15 milhões, em 2009, para cerca de 31 milhões, em 2022. Mais de 3 milhões delas, nos últimos três anos. Afinal, após a pandemia, delivery e entregas por motos ganharam força e, também, o preço dos combustíveis disparou. Com isso, muitas pessoas viram nas motos e scooters uma forma mais econômica de se locomover.

Esse crescimento impactou, diretamente, o segmento de duas rodas no Brasil – atualmente, o sétimo maior produtor no mundo. A indústria de motos fechou 2022 com alta de 18,2%, na comparação com 2021. Foram 1.413.222 unidades produzidas, o melhor resultado dos últimos nove anos.

98% DA PRODUÇÃO NACIONAL

A curiosidade é que, praticamente, todas as motos e scooters que rodam pelas vias brasileiras vieram de Manaus, capital do Amazonas, onde estão instaladas as dez maiores fabricantes do País, responsáveis pela produção de mais de 98% das motos vendidas no Brasil.

A concentração de fábricas de motos no meio da Floresta Amazônica pode parecer estranha do ponto de vista logístico, mas é resultado direto dos benefícios fiscais oferecidos pela Zona Franca de Manaus. Estabelecida, em 1967, com a finalidade de criar um centro industrial na capital do Amazonas e contribuir para o desenvolvimento da região, a Zona Franca, atualmente mais conhecida como Polo Industrial de Manaus (PIM), acabou atraindo as fábricas de motocicletas que chegavam ao País, no início da década de 1970.

MEIA DÉCADA DE PRODUÇÃO

Pioneira em Manaus, a Honda produziu sua primeira moto no Brasil em 1976. Hoje, quase meia década depois, a gigante japonesa lidera o mercado brasileiro, com 78,5% das motos produzidas no País no ano passado. A marca também comemora o fato de ter voltado a fabricar mais de 1 milhão de motos – quantia que não era atingida desde 2015.

"Desde 2012, a indústria de motos vinha em queda. Em 2018, iniciou-se um processo de retomada, que foi interrompido pela pandemia, em 2020. Fomos muito impactados, pois, além dos problemas na cadeia de suprimentos, as pessoas não podiam vir trabalhar. Em 2022, tivemos problemas, no início do ano, mas conseguimos aumentar o volume de produção em 19%", esclarece Julio Koga, vice-presidente industrial da Moto Honda da Amazônia.

MAIS EMPREGOS

O bom momento vivido pelo segmento de duas rodas impacta, diretamente, na economia da capital e também do Estado do Amazonas. O Polo Industrial teve faturamento de R$ 161,5 bilhões, entre janeiro e novembro do ano passado, segundo os dados mais recentes divulgados pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). Da quantia, recorde histórico para a Zona Franca, o segmento de duas rodas respondeu por R$ 24,27 bilhões.

As motos são o segundo maior faturamento do PIM, atrás apenas dos eletroeletrônicos, que totalizaram R$ 78,05 bilhões. As fábricas de motocicletas, no entanto, conseguiram o maior crescimento percentual no faturamento no período: 30,2%, em relação a 2021.

Com o aumento na produção de motos, a Honda precisou contratar. "Hoje, nós temos pouco mais de 7 mil colaboradores diretos, o que representa crescimento de 21%, no nosso quadro, desde 2017", diz Koga.

Segundo a associação dos fabricantes do setor, a Abraciclo, as fábricas de motos geram mais de 15 mil empregos diretos, o que representa 13% dos postos de trabalho do PIM. Isso sem considerar os indiretos dos mais de 30 fornecedores de peças e componentes para a Honda, a Yamaha, a Dafra e as outras fábricas de motos.

** O jornalista viajou a Manaus (AM) a convite da Honda*

Jeferson Ramalho Mota, hoje especialista em teste de produto, está há 33 anos na Moto Honda da Amazônia, fábrica em que conheceu sua esposa e também onde seus três filhos trabalham

Moto em família

Entre os mais de 7 mil funcionários da fábrica da Honda em Manaus, Jeferson Ramalho Mota é um dos mais antigos: são 33 anos de trabalho no mesmo local. Nascido em Carauari (AM), distante cinco dias de barco da capital amazonense, veio ainda jovem para fazer o curso de tecnologia mecânica na cidade. Ingressou no programa de estágio da Honda e nunca mais saiu. Também se graduou em tecnologia elétrica. "Na fábrica, conheci minha mulher. Hoje, temos três filhos, que também trabalham lá", conta Jeferson.

Além de desenvolver e pilotar futuros lançamentos, como especialista em teste de produto da Moto Honda, ele anda de moto no dia a dia, assim como os filhos. "Como muitas cidades, Manaus cresceu demais, mas a infraestrutura não acompanhou. Então, muita gente, aqui, usa motos para fugir do trânsito e ganhar tempo", diz Jeferson, que também aproveita os finais de semana para levar sua esposa na garupa a passeios pela região amazônica.

Fotos: Divulgação Honda

Assinatura de moto premium custa a partir de R$ 3.500 por mês

Frota disponível inclui modelos de luxo de marcas como BMW e Triumph

Acesse o canal MotoMotor e leia + sobre o assunto

A Osten Go, empresa de soluções de mobilidade do Osten Group, acaba de lançar seu serviço de moto por assinatura. Com a expertise do Grupo Osten no segmento automotivo premium, o diferencial do serviço é oferecer apenas motos de alta cilindrada. Dentre os modelos disponibilizados estão aqueles de marcas de luxo já comercializadas pelo grupo, como BMW e Triumph.

De acordo com a demanda, no entanto, outras marcas podem entrar na frota do serviço de assinatura, explicou Liandra Boschiero, gerente da Osten Go. "Trabalharemos com todos os modelos, bem como com todas as marcas de motocicleta, sempre dando preferência àqueles mais solicitados pelos clientes", explica Liandra.

COMO FUNCIONA?

O serviço de moto por assinatura não difere muito do dos automóveis. No caso das motos, há pacotes com tempo e quilometragem predefinidos. Os planos podem ser de 12, 24, 36 ou 48 meses e 1.000, 2.000 ou 3.000 quilômetros ao mês. "Nosso objetivo é continuar atendendo a esse novo perfil de consumidores, que buscam a autonomia e a praticidade de ter um veículo, mas sem as obrigações e burocracias inerentes de uma motocicleta própria", conta a gerente da Osten Go.

Os valores variam de acordo com o modelo e as condições do pacote escolhido pelo cliente. No caso da *big trail* BMW R 1250 GS, por exemplo, a mensalidade parte de R$ 3.500 para o pacote de 24 meses e 1.000 quilômetros mensais.

Na assinatura, a empresa fica responsável pelos custos de documentação, seguro, IPVA e manutenções preventivas. Também estão inclusas outras facilidades como assessoria para moto reserva, gestão de multas, leva e traz para revisões e assistência 24 horas em todo território nacional.

Uma das precursoras na oferta de serviço de carros de luxo por assinatura, a Osten Go busca seguir a mesma linha com as motos. "Fomos pioneiros no serviço de assinatura de veículos, e queremos levar esse mesmo conceito ao universo das motocicletas. Acreditamos que é um segmento promissor, e estamos otimistas com o cenário que se desenha pela frente", conclui Liandra Boschiero. (A.C.)

Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio.

"Diversas tecnologias de eletrificação precisam ser discutidas"

Diretor da Associação Brasileira de Engenharia Automotiva (AEA) acredita que biocombustível representa, hoje, uma boa opção para descarbonização do setor

MÁRIO SÉRGIO VENDITTI

Para o diretor da AEA, uma política de mobilidade elétrica faz crescer, naturalmente, o número de eletropostos no País

Fundada em 1984, a Associação Brasileira de Engenharia Automotiva (AEA) não se envolve em debates políticos sobre a indústria automotiva. Entretanto, está sempre disponível a dar embasamento técnico que possa colaborar com todas as questões do setor, como a mobilidade elétrica.

Em entrevista ao **Mobilidade**, Gustavo Noronha, diretor de eletromobilidade da entidade, acredita que o biocombustível é, hoje, a melhor solução para a descarbonização do setor. Para ele, porém, isso não significa que as demais tecnologias devem ser descartadas. Ao contrário, todas precisam ser estudadas.

Como a AEA avalia a eletromobilidade no Brasil?
Gustavo Noronha: Tenho uma visão otimista do crescimento da eletromobilidade no País. Mas é preciso entender que o veículo movido 100% a bateria é apenas uma das opções de um espectro bem amplo de soluções que envolvem a mobilidade. O biocombustível é outra possibilidade bastante viável, visando a descarbonização dos processos da indústria nacional.

O biocombustível é mais adequado para a realidade brasileira?
Noronha: O biocombustível está mais próximo do mundo ideal, embora seja difícil classificar se um é melhor do que outro. O motor híbrido flex é um exemplo de como essa tecnologia funciona bem. O Brasil é privilegiado por ter matriz energética limpa e renovável e pode ser um protagonista global quando o assunto é redução nas emissões de gases de efeito estufa.

Mas as montadoras que já apostam no carro elétrico vão aceitar investir também em motores biocombustíveis?
Noronha: Cada fabricante terá de fazer a análise do que é melhor para ela, e esse movimento tem sido forte no País. A AEA acredita que as soluções desse momento crucial da descarbonização vão coexistir no Brasil. Em vários países, existe somente a tecnologia do motor elétrico em desenvolvimento. Repito: aqui, temos outras opções possíveis.

A associação acredita, então, que seria melhor o País investir mais no desenvolvimento do biocombustível?
Noronha: A AEA defende que todas as possibilidades de um mundo mais verde devem ser consideradas. Existem, também, estudos sobre o hidrogênio verde como gerador de energia e as células de combustível, que, futuramente, podem se mostrar como soluções em prol da mobilidade. A eletrificação passa por diversas tecnologias, que precisam ser discutidas.

De que forma a AEA recebeu a recente decisão do Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia), que reduziu, em média, 30% a autonomia informada dos veículos elétricos vendidos no Brasil?
Noronha: É difícil avaliar a decisão do Inmetro, porque desconhecemos os critérios que o órgão utilizou para tomar a decisão. Acredito que ele usou algum estudo, mas não sabemos qual é. A AEA não costuma discutir esse tipo de resolução, embora julgue importante existir uma proximidade entre a entidade e o governo federal. Felizmente, já estamos ouvindo dele termos como biocombustível, matriz elétrica e meio ambiente. É um bom sinal.

A autonomia, aliás, é um dos temores para o consumidor adquirir um carro elétrico. A seu ver, há outros desafios que precisam ser superados?
Noronha: A redução no preço dos modelos 0-km é um deles e vem impedindo a disseminação ainda maior desse tipo de veículo no Brasil. Embora o consumidor esteja cada vez mais consciente de como usar o automóvel movido a bateria, falta conhecimento técnico do uso e da manutenção dele.

A AEA pode colaborar nesse sentido?
Noronha: Com certeza. A entidade é muito respeitada e atua como um depositário de conhecimento técnico sobre tudo que envolve o universo automotivo, e queremos compartilhar essas informações. Buscamos promover eventos e seminários e atuar ao lado do governo, da indústria e da academia para dar o suporte necessário.

A evolução da infraestrutura de recarga também é um desafio atual?
Noronha: Sim, mas os investimentos estão em andamento. Veja: na medida em que uma política de mobilidade elétrica se desenvolve, o número de eletropostos cresce consideravelmente. Isso é uma consequência, e não a raiz do problema.

Sobre a AEA

A Associação Brasileira de Engenharia Automotiva (*aea.org.br*) tem 82 associados e promove discussões estratégicas sobre todos os temas que cercam a engenharia automotiva nacional, com envolvimento da indústria, do governo, do meio acadêmico e de pesquisa, de entidades internacionais e da sociedade em geral

Acesse o canal Planeta Elétrico e saiba mais sobre o assunto

Gustavo Noronha, diretor de eletromobilidade da Associação Brasileira de Engenharia Automotiva (AEA): "O motor híbrido flex é um exemplo de como essa tecnologia funciona bem"

Fotos: Getty Images e Divulgação AEA

Suzano S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 16.404.287/0001-55

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
2022

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

MENSAGEM DA DIRETORIA

O ano de 2022 foi marcado por desafios, oportunidades e fortes resultados. Atingimos recordes e avançamos nas diversas avenidas estratégicas. Ao mesmo tempo, alcançamos amplos progressos nos campos social e ambiental.

No começo do ano, com o arrefecimento da pandemia, esperava-se o início da normalização do ambiente mundial, tanto econômica quanto socialmente. A guerra entre Rússia e Ucrânia, no entanto, agravou o cenário de crise global e ocasionou a continuidade do desequilíbrio nas cadeias logísticas e restrições na oferta mundial de diversos insumos, aumentando a pressão inflacionária que converteu-se em políticas monetárias contracionistas por parte dos bancos centrais, reduzindo a liquidez e elevando o patamar dos juros em todo o mundo.

Em meio a esse ambiente adverso, o mercado de celulose foi impactado pela restrição da oferta mundial em função de fatores como atrasos de entrada das novas capacidades e paradas não programadas relacionadas, por exemplo, a greves e eventos decorrentes das mudanças climáticas, afetando assim operações industriais e florestais. Sanções econômicas e restrições logísticas também ocasionaram um complexo cenário na fluidez comercial e consequente impacto nos estoques globais. Em contrapartida, observamos efeitos negativos persistentes na perspectiva de custos de produção, os quais foram inflacionados pelos fatores mencionados.

A demanda global por celulose seguiu forte e resiliente, a despeito da conjuntura macroeconômica global e da política de covid zero na China, cabendo ressaltar a relevância e baixa elasticidade do segmento tissue, uso principal da nossa celulose. Esses fatores, somados ao panorama adverso já comentado, propiciaram sucessivos aumentos e estabilização em alto patamar do preço líquido médio da celulose em dólar, resultando em uma elevação de 24% comparativamente ao ano anterior. No mercado de papéis e embalagens a dinâmica foi similar à da celulose, com aumento de 40% no preço líquido médio em relação ao período anterior.

Com esse cenário e a excelência operacional de nossas atividades, atingimos em 2022 resultados recordes em ambas as unidades de negócio, que, juntas, alcançaram um EBITDA ajustado de R$ 28,2 bilhões, alta de 20% sobre 2021.

Nossa disciplina financeira nos possibilitou fazer eficientes alocações de capital, com foco nas nossas avenidas estratégicas. Como alicerce às avenidas de sermos "best-in-class no custo total de celulose" e "manter a relevância em celulose, via bons projetos", anunciamos as aquisições da Parkia e Caravelas, com desembolso de R$ 2,0 bilhões, e realizamos modernizações nas plantas de Jacareí (SP) e Aracruz (ES), além de termos executado o maior programa de plantio da nossa história. Destacamos ainda os investimentos de R$ 7,4 bilhões no Projeto Cerrado (MS), que segue com avanços físicos e financeiros dentro do planejado.

Na avenida de "avançar nos elos da cadeia, sempre com vantagem competitiva", anunciamos a aquisição da unidade de tissue da Kimberly-Clark no Brasil, no valor de US$ 175 milhões e ainda pendente de aprovação pelo CADE e conclusão da operação.

Na avenida de "ser arrojado na expansão de novos mercados", as operações da fábrica da WoodSpin na Finlândia, uma joint venture com a Spinnova, e a planta de MFC na Unidade Limeira (SP) iniciaram suas operações conforme previsto. Mais um anúncio marcou o ano, com a criação da Suzano Ventures, o Corporate Venture Capital da companhia, que terá US$ 70 milhões em recursos disponíveis para serem investidos em startups.

Quando analisamos nossa evolução frente à ambição de sermos "protagonistas em sustentabilidade", tivemos progressos relevantes nos nossos Compromissos para Renovar a Vida, especialmente nas metas de diversidade, equidade e inclusão e retirada de pessoas da pobreza. Concomitantemente, iniciamos a implantação de corredores de biodiversidade, ação alinhada à nossa meta de Biodiversidade. Também em 2022, fundamos a Biomas, empresa que tem por objetivo restaurar, conservar e preservar 4 milhões de hectares de florestas nativas no Brasil, em parceria com as empresas Itaú Unibanco, Marfrig, Rabobank, Santander e Vale.

Evoluímos em todos os índices e ratings ESG sobre os quais nos dedicamos, entre eles o Índice Dow Jones de Sustentabilidade Mercados Emergentes (DJSI Emerging Markets), o Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE), o CDP e o Sustainalytics, além de avançarmos do score B para BB no MSCI.

Em adição a todos esses movimentos, a geração de caixa adicional proporcionada pelo melhor ambiente de preços viabilizou: (i) uma maior remuneração a acionistas, com a distribuição de R$ 4,2 bilhões em dividendos e a execução integral de dois programas de recompra de ações, totalizando 40 milhões de ações adquiridas ao valor de R$ 1,9 bilhão, e o anúncio de um terceiro programa de recompra aberto de até 20 milhões de ações; e (ii) investimentos de capital que totalizaram R$ 16,3 bilhões, o maior da nossa história.

A despeito de tais iniciativas, ainda conseguimos reduzir a alavancagem financeira, medida pela relação entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado, para 2,0x ante o patamar de 2,4x em 2021, em dólar. O forte desempenho da Companhia e sua solidez financeira podem ser verificados na manutenção do rating Grau de Investimento (BBB-/Baa3), com perspectiva estável, nas principais agências de avaliação de risco de crédito: S&P, Fitch Ratings e Moody's.

Os resultados sólidos e expressivos do ano foram alcançados em virtude do trabalho dos nossos 42 mil colaboradores e colaboradoras, diretos e indiretos, que materializam cotidianamente a nossa cultura de inspirar e transformar, sendo forte e gentil e sempre alinhados com nosso propósito de "Renovar a vida a partir da árvore".

Em 2023, a companhia continuará a evolução de sua estratégia, focada na diligente execução do Projeto Cerrado e tendo por ambição estimular o protagonismo coletivo na busca por soluções ambientais, sociais e econômicas para temas urgentes da sociedade, como as mudanças climáticas e as desigualdades sociais.

A Diretoria.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

VISÃO GERAL

A Suzano tem o compromisso de ser referência global no desenvolvimento de soluções sustentáveis e inovadoras a partir da árvore plantada, recurso natural que é a base de nosso negócio atual e futuro. Líder mundial na fabricação de celulose de mercado e uma das maiores fabricantes de papéis da América Latina, a Companhia exporta seus produtos para mais de 108 países, que são essenciais para a higiene, educação e bem-estar da sociedade. Com operações de treze fábricas, além da joint operation Veracel, possui capacidade instalada de 10,9 milhões de toneladas de celulose de mercado e 1,4 milhão de toneladas de papéis por ano. Em 2021 a Companhia iniciou uma nova fase de crescimento através do chamado Projeto Cerrado, que refere-se à construção de uma nova planta de celulose de mercado, prevista para entrar em operação no segundo semestre de 2024 com capacidade de produção anual de 2,55 milhões de toneladas.

A Companhia tem mais de 42 mil colaboradores diretos e indiretos e investe há quase 100 anos em soluções inovadoras a partir do plantio de árvores.

INOVAÇÃO

Em 2022, atuamos de forma importante para suportar as avenidas estratégicas da Companhia e os compromissos assumidos para "renovar a vida a partir da árvore". A Diretoria de Tecnologia e Inovação investiu em um extenso portfólio com desenvolvimentos avançados para garantir a sustentabilidade de nossas florestas e operações, o crescimento e a transformação dos nossos negócios, além de fortalecer o nosso posicionamento como uma empresa inovadora e comprometida com os ODSs.

Por meio do sistema de alocação clonal *Tetrys*, o programa de Melhoramento Genético da Suzano recomendou novos clones para o plantio operacional, o que permitirá maximizar a produtividade florestal e minimizar riscos bióticos e abióticos nestes plantios, garantindo assim a sustentabilidade florestal para os próximos anos. Visando adaptarmo-nos e antecipar-nos a problemas relacionados às mudanças climáticas, foram intensificados projetos e ações para gerar clones mais resilientes às condições de estresse. Além disso, houve um grande avanço no desenvolvimento de sistema de gestão de dados, o que garante maior confiança e agilidade para pesquisadores e gestores.

A equipe de Manejo Florestal atuou também com foco em inovações para ampliar a resiliência climática das florestas de eucalipto. O tema foi abordado no âmbito do projeto *Fenomics*, com novos laboratórios e ampliação de experimentações em áreas de déficit hídrico. Ademais, foram implementadas iniciativas para maior entendimento, diagnóstico precoce e quantificação de riscos dos efeitos do clima. Avançamos no processo de transformação digital com o desenvolvimento do *Sistema Climate Fingerprint*, cujo objetivo é mensurar os impactos das mudanças climáticas durante o ciclo de vida das florestas, e do *Sistema Fenix*, que visa ampliar a governança e dar agilidade na tomada de decisão em áreas afetadas por sinistros florestais. No desenvolvimento florestal, a Companhia atingiu o recorde histórico de produção em laboratório e liberação em campo de 205 milhões de inimigos naturais de pragas. Por meio desta estratégia, que se trata de uma prática sustentável para o controle preventivo de pragas do Eucalipto e que promove equilíbrio no ambiente produtivo, foi possível eliminar o uso de inseticidas químicos em quase 300 mil hectares.

De modo a suportar os desafios e as ambições da Companhia, o portfólio de inovação em celulose contemplou projetos em processos e desenvolvimento de novos produtos, além da evolução em novos serviços. Visando avançar na estratégia "*Fiber to Fiber*", houve a expansão do portfólio com o desenvolvimento de novos produtos de celulose de eucalipto com diferentes características e propriedades físicas, as quais permitirão entregarmos para o mercado produtos de alta performance e competitivos para a substituição de outras celuloses comerciais. Acompanhando as tendências globais, houve um importante avanço na construção de ferramentas digitais para otimização de processos e compreensão de impactos da celulose nos processos dos clientes, além da mensuração dos índices ambientais e do ciclo de vida de nossos produtos.

Para melhor gestão e controle do consumo específico de madeira nas unidades operacionais da Suzano, foram desenvolvidos trabalhos de diagnósticos, implementação de novas metodologias de mensuração e identificação profunda dos principais fatores que influenciam o comportamento deste indicador. Tais trabalhos conduziram à integração de tecnologias estratégicas na gestão de qualidade de madeira.

Para a Unidade de Negócios de Papel e Embalagem, o desenvolvimento de novos produtos voltados à substituição de plástico, os papéis aptos para contato com alimentos (*Greenpack*, *LIN*, *BluecupBio*, *Loop* e *Loop+*) continuaram a garantir o crescimento de vendas de produtos de inovação no ano de 2022. A exemplo disto, houve a consolidação de lançamentos e homologações de produtos como: embalagem de papel para os produtos *cutsize* e a linha de papel *Natural*, bem como os avanços em embalagens flexíveis.

Visando alcançar a meta de ofertar 10 milhões de toneladas de produtos de base renovável para a substituição de materiais de origem fóssil, os projetos de inovação de biorrefinaria permitiram importantes avanços não só na produção comercial de novos biomateriais, mas também nas aplicações em diferentes mercados em parceria com relevantes partes interessadas. Na *Woodspin*, joint venture com a empresa finlandesa *Spinnova* voltada à produção de fios têxteis a partir da MFC (Celulose Microfibrilada), houve a conclusão da instalação e o startup da planta pré-comercial de 1kton. Evoluímos também na maturidade de diversas aplicações do produto MFC em outros segmentos, como construção civil, papel e cosméticos. Em 2022, ainda conquistamos o prêmio de empresa mais Inovadora do setor pela ABTCP (Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel) com avanços no projeto de aplicação da lignina em cosméticos.

De modo a suportar a gestão e dar robustez ao nosso portfólio de inovação, avançamos na proteção de nossa inovação com a identificação de 25 novas oportunidades de propriedade industrial (novas tecnologias), depósito de 64 pedidos de patente em países de interesse e identificação de 12 cultivares de eucaliptos para proteção junto ao Serviço Nacional de Proteção de Cultivares (SNPC). Além disso, criamos a *Regulatory Information Sheet* (RIS), que reúne as informações de conformidade regulatória dos produtos Suzano com regulamentações nacionais e internacionais.

Com o intuito de potencializar as parcerias para os projetos de inovação, houve a prospecção de 86 diferentes oportunidades por meio da interação com universidades, institutos de pesquisa e *startups*, no Brasil e no exterior, o que resultou em 28 iniciativas estabelecidas. Buscando compartilhar riscos e investimentos, por meio de diferentes linhas de fomento à inovação foi possível alcançar o aporte de R$ 25 milhões, com alocação de recursos públicos de R$ 21 milhões. Em iniciativa inédita, em parceria com a Suzano Ventures e o SENAI, foi lançada a chamada global "(Bio)soluções: o futuro a partir da árvore". A chamada teve como propósito atrair e potencializar novas parcerias com diversos atores do ecossistema brasileiro e internacional de inovação, focando em propostas que atendessem 4 verticais - Agroflorestal, Remoção de Carbono, Biomassa de Eucalipto e Embalagens Sustentáveis. No total, foram recebidas 99 propostas envolvendo a participação de 101 instituições.

UNIDADE DE NEGÓCIO CELULOSE

O ano de 2022 foi marcado por fundamentos positivos para o mercado de celulose de fibra curta, decorrente principalmente de uma sólida demanda nos principais mercados e de restrições na oferta, resultando em picos históricos de preço médio no período.

No mercado chinês, a demanda por celulose para papéis para fins sanitários mostrou-se resiliente e estável, seguindo a tendência de migração para canais de compra online. Os segmentos de papéis para embalagens e para imprimir & escrever se mantiveram estáveis, impulsionados pelo aumento no volume de exportação, principalmente para outros mercados asiáticos. Além disso, a diferença entre os preços de celulose de fibras longa e curta, ao longo do ano, favoreceu o maior consumo dessa última.

Na Europa, a despeito do contexto geopolítico e econômico, a demanda se manteve saudável, com destaque para papéis para fins sanitários e papéis especiais. No mercado norte-americano, a demanda por papéis sanitários demonstrou tendência de crescimento a níveis pré-pandêmicos e o segmento de imprimir & escrever também apresentou crescimento frente ao ano anterior.

Pelo lado da oferta, notou-se uma restrição na disponibilidade de celulose de fibra curta ao longo de todo o ano, que pode ser explicada por: i) greves trabalhistas na Europa; ii) sanções impostas à madeira russa, decorrente do conflito entre Rússia e Ucrânia; iii) dificuldades na cadeia logística; iv) paradas não programadas devido a fatores climáticos; e v) postergação da entrada de novas capacidades.

Nesse contexto, a Suzano apresentou um volume de venda levemente superior na comparação com o ano anterior, com 10.600 mil toneladas, como resultado da forte atuação comercial e da manutenção dos baixos níveis de estoques.

A receita líquida de celulose totalizou R$ 41.384 milhões em 2022, (+19% vs. 2021), em função do aumento de 24% no preço médio líquido em dólar. As vendas para o mercado externo corresponderam a 94% da receita total de celulose do ano, enquanto o mercado interno representou 6%. Quanto à distribuição por uso final, 63% das vendas de celulose foram destinadas para produção de papéis para fins sanitários, 16% para papéis de Imprimir e Escrever, 14% para papéis especiais e 6% para embalagens.

O preço líquido médio de venda de celulose foi de US$ 756/ton em 2022 (+24% vs. 2021), enquanto em BRL, o preço líquido médio ficou em R$ 3.904/ton (+19% vs. 2021). O custo caixa de produção sem paradas de 2022 ficou R$ 885 por tonelada, 28% superior quando comparado ao custo caixa de 2021.

UNIDADE DE NEGÓCIO PAPEL E EMBALAGEM

Dados da Indústria Brasileira de Árvores ("IBÁ") indicam que as vendas domésticas da indústria nacional de imprimir e escrever e papel cartão apresentaram redução de 1% em 2022 contra 2021, enquanto as importações cresceram 24% na mesma base comparativa. As vendas de papel, incluindo unidade de bens de consumo, totalizaram 1.306 mil toneladas, superando em 1% o volume vendido em 2021. As vendas de papel de imprimir e escrever já estavam em patamares altos no ano anterior e se mantiveram estáveis em razão da demanda sólida nos segmentos atendidos. Além disso, as linhas de papel cartão e *tissue* seguiram com performance robusta ao longo do ano.

Em 2022, a receita líquida obtida com as vendas de papel da Suzano totalizou R$ 8.447 milhões, 35% superior ao ano anterior. A receita líquida do mercado interno apresentou aumento de 34% na comparação anual, enquanto a receita para o mercado externo evoluiu na mesma direção, tendo crescido 38% vs. 2021. Da receita total, 69% foram provenientes das vendas no mercado interno e 31% do mercado externo. No que se refere à composição da receita com venda de papel, os principais destinos em 2022 foram o Brasil e América Latina (89%) seguido pela América do Norte (7%), tendo as demais regiões uma menor participação (4%). O preço líquido médio de papel em 2022 foi de R$ 6.467/ton, 34% superior ao preço em 2021.

Para 2023, planejamos um desempenho operacional sólido nas linhas de papel e bens de consumo, bem como o aprimoramento das ações voltadas ao nosso portfólio de produtos de inovação com foco em sustentabilidade.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As informações operacionais e financeiras são apresentadas com base em números consolidados em Reais (R$) da Suzano S.A.

Receita Líquida

A receita líquida da Companhia em 2022 foi de R$ 49.831 milhões, 22% superior à receita líquida registrada em 2021, de R$ 40.965 milhões, em função principalmente do maior preço líquido em todas as unidades de negócio em real e dólar durante o ano, o volume de vendas, por sua vez, ficou praticamente estável quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Custo dos Produtos Vendidos ("CPV")

O custo dos produtos vendidos em 2022 totalizou R$ 24.821 milhões, 20% superior ao registrado em 2021, de R$ 20.616 milhões, em função sobretudo do aumento do custo caixa de produção de celulose (+28%) e elevação do *Brent* afetando o custo logístico.

Lucro Bruto

O aumento do lucro bruto de R$ 20.350 milhões em 2021 para R$ 25.010 milhões em 2022 é explicado pelo melhor resultado operacional, acima exposto.

Despesas com Vendas e Administrativas

As despesas com vendas totalizaram R$ 2.483 milhões em 2022, 8% superior ao valor registrado em 2021 de R$ 2.292 milhões. Este aumento deveu-se, principalmente, à elevação dos gastos logísticos e gastos com pessoal.

As despesas administrativas totalizaram R$ 1.710 milhões em 2022, 8% superior ao montante registrado em 2021 de R$ 1.578 milhões, explicada principalmente pela elevação em gastos com pessoal.

EBITDA Ajustado

O EBITDA Ajustado de 2022 totalizou R$ 28.195 milhões, 20% superior ao valor de R$ 23.471 milhões em 2021. Este aumento é explicado principalmente pelo aumento do preço médio líquido da celulose em dólares (+24%), compensado pelo aumento de custos.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido foi positivo em R$ 6.433 milhões em 2022, comparado ao resultado negativo de R$ 9.347 milhões em 2021. Esse desempenho reflete, principalmente, a redução do impacto dos efeitos cambiais sobre a dívida e posição de derivativos em 2022.

As variações cambiais e monetárias impactaram o resultado de 2022 positivamente em R$ 3.295 milhões, comparadas ao impacto negativo de R$ 3.801 milhões em 2021. O resultado de operações com derivativos (hedge de dívida e de fluxo de caixa) foi positivo em R$ 6.762 milhões em 2022 versus. o resultado negativo de R$ 1.598 milhões em 2021, em função principalmente do impacto da expressiva desvalorização cambial ocorrida no ano anterior.

Resultado Líquido

Com o forte resultado operacional e resultado financeiro positivo conforme exposto acima, a Companhia obteve lucro líquido de R$ 23.395 milhões em 2022, em comparação ao lucro líquido de R$ 8.636 milhões do ano anterior.

Endividamento

Em 31 de dezembro de 2022, o total da dívida bruta era de R$ 74.575 milhões, sendo 96% dos vencimentos concentrados no longo prazo e 4% no curto prazo. A dívida em moeda estrangeira representava, no final do ano, 82% da dívida total da Companhia. Já o percentual da dívida bruta em moeda estrangeira considerando o efeito do hedge de dívida ficou em 95%. A redução da dívida bruta na comparação de 2022 com o ano anterior foi de 6%, ou R$ 5.054 milhões, em função principalmente da valorização do real frente ao dólar no período.

A Suzano realiza a contratação dívida em moeda estrangeira como estratégia de hedge natural, uma vez que a geração de caixa operacional líquida é denominada, em sua maior parte, em moeda estrangeira (dólar) devido à sua condição predominantemente exportadora. Essa exposição estrutural permite que a Companhia concilie os pagamentos dos empréstimos e financiamentos em dólar com o fluxo de recebimento das vendas.

Em 31 de dezembro de 2022, o custo médio total da dívida era de 4,7% a.a. em dólar (dívida em BRL ajustada pela curva de swap de mercado), superior ao custo médio de 4,3% em dólar observado no encerramento de 2021. O prazo médio da dívida consolidada no encerramento de 2022 era de 80 meses versus 89 meses no final de 2021.

A posição de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 17.472 milhões, dos quais 72% aplicados em investimentos de renda fixa em moeda estrangeira e de curto prazo. O percentual remanescente de 28% estava aplicado em moeda nacional, em títulos públicos e outros de renda fixa, com remuneração em percentual do DI.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía também uma linha de crédito rotativo (Revolver Credit Facility) no valor total de US$ 1.275 milhão (correspondente a R$ 6.653 milhões). Do valor total contratado, US$ 100 milhões têm prazo de disponibilidade até fevereiro de 2024, sendo este valor remanescente da linha já vigente desde fevereiro de 2019, no valor original de US$ 500 milhões. O montante adicional de US$ 1.175 milhões tem prazo de disponibilidade até fevereiro de 2027 e possui os mesmos custos financeiros da linha vigente até fevereiro de 2024. Desta forma, a posição de caixa e equivalentes de R$ 17.472 milhões somada à linha de crédito rotativo totalizava ao final de 2022 uma posição de liquidez imediata no valor de R$ 24.124 milhões.

Em 31 de dezembro de 2022, a dívida líquida era de R$ 57.103 milhões (US$ 10.944 milhões) versus R$ 58.280 milhões (US$ 10.443 milhões) observados em 31 de dezembro de 2021. A dívida líquida apresentou queda de 2% na medição em reais e aumento de 5% na medição em dólar, devido à compensação entre a forte geração de caixa no período, aumento nos desembolsos de CAPEX (referentes ao projeto Cerrado e primeira parcela de pagamento da aquisição de Parkia), programa de recompra de ações e dividendos.

O índice de alavancagem financeira medido pela relação dívida líquida/EBITDA Ajustado em Reais ficou em 2,0x em 31 de dezembro de 2022 (2,5x em 2021). Esse mesmo indicador, apurado em USD (medida estabelecida na política financeira da Suzano), ficou em 2,0x em 31 de dezembro de 2022 (2,4x em 2021).

GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL

A geração de caixa operacional da Suzano (EBITDA Ajustado menos Capex de Manutenção) foi de R$ 22.563 milhões em 2022, aumento de 20% quando comparada ao ano de 2021 (R$ 18.819 milhões).

(R$ milhões)	2022	2021
EBITDA Ajustado[1]	28.195	23.471
Capex de Manutenção[2]	(5.632)	(4.652)
Geração de Caixa Operacional	**22.563**	**18.819**

[1] Desconsidera itens não recorrentes e efeitos do PPA.

[2] Em regime caixa.

DIVIDENDOS

O Estatuto Social da Suzano estabelece como dividendo mínimo obrigatório o equivalente ao menor valor entre 25% do lucro líquido após constituição de reservas legais do exercício ou 10% da Geração de Caixa Operacional (GCO) do respectivo ano fiscal, sendo GCO o resultado do Ebitda Ajustado deduzido do capex de manutenção. Diante do critério estabelecido em estatuto, a Companhia apurou o dividendo mínimo obrigatório por meio do cálculo do GCO, no montante de R$ 2.256 milhões.

Em 2 de dezembro de 2022, conforme Aviso aos Acionistas, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares pela Companhia, no montante total de R$ 2.350 milhões, à razão de R$1,794780909 por ação, considerando o número de ações "ex-tesouraria", relacionado aos lucros apurados em 2022 e pago em 27 de dezembro de 2022. O pagamento antecipado dos dividendos intercalares foi imputado aos dividendos mínimos obrigatórios apurados ao final do exercício, no valor de R$ 2.256 milhões, e inclui o dividendo adicional proposto de R$ 94 milhões, declarados "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária.

continua →

→ continuação

Suzano S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 16.404.287/0001-55

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
2022

www.suzano.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

RATING

Ao longo do ano de 2022, as agências de rating Fitch, S&P e Moody's confirmaram o rating BBB-/Baa3 com perspectiva Estável para a Suzano. Em relatório divulgado em março, a Fitch destacou a posição de liderança da Companhia no mercado de celulose, além de forte liquidez e cronograma de amortização de dívida confortável. Em abril, a Moody's confirmou o rating com destaque para a posição de produtor de baixo custo, alto nível de verticalização e disciplina financeira. Já em dezembro, a S&P indicou como ponto forte, além do já exposto acima, a margem EBITDA da Companhia.

PROGRAMA DE RECOMPRA DE AÇÕES

Em 2022 a Suzano anunciou três programas de recompra de ações, com o objetivo maximizar a geração de valor para seus acionistas, permitindo que a Companhia faça alocação de capital eficiente considerando o potencial de rentabilidade de suas ações, de forma a proporcionar maiores retornos futuros para seus acionistas. Adicionalmente, a recompra sinaliza ao mercado a confiança da administração na performance da Companhia.

Em 4 de maio de 2022, o Conselho de Administração aprovou o 1º programa, conforme fato relevante divulgado naquela data ("Programa Maio/2022"), tendo sido adquiridas 20.000.000 (vinte milhões) de ações em pregão regular de bolsa de valores, ao preço médio de R$ 48,33/ação, perfazendo R$ 967 milhões e que foi encerrado em 3 de agosto de 2022.

Em 27 de julho de 2022, o Conselho de Administração aprovou o 2º programa, conforme fato relevante divulgado naquela data ("Programa Julho/2022"), tendo sido adquiridas 20.000.000 (vinte milhões) de ações em pregão regular de bolsa de valores, ao preço médio de R$ 46,84/ação, perfazendo R$ 937 milhões e que foi encerrado em 27 de setembro de 2022.

Em 27 de outubro de 2022, o Conselho de Administração aprovou o 3º programa, conforme fato relevante divulgado naquela data ("Programa Outubro/2022"), onde a Companhia poderá adquirir, no âmbito do Programa Outubro/2022, até o máximo de 20.000.000 (vinte milhões) ações ordinárias de sua própria emissão, com prazo máximo para realização de aquisições de 18 meses contados da data de sua aprovação pelo Conselho de Administração (i.e., 27 de outubro de 2022), de modo que o referido prazo encerrar-se-á em 27 de abril de 2024 (inclusive).

Com base na posição acionária de 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía: (a) 686.417.836 ações de sua emissão em circulação, de acordo com a definição dada pelo artigo 67 da Resolução CVM n.º 80/22; e (b) 51.911.569 ações de sua emissão em tesouraria, representativas de, aproximadamente, 7,6% do total de suas ações em circulação.

INVESTIMENTOS DE CAPITAL

Os investimentos de capital totalizaram R$ 16.309 milhões em 2022, em linha com o *guidance*, sendo R$ 5.491 milhões com manutenção florestal e industrial. Os investimentos em Terras e Florestas foram de R$ 2.635 milhões, destinados principalmente ao aumento de competitividade florestal estrutural; bem como para viabilizar opcionalidade de crescimento orgânico da Companhia. Os investimentos em Expansão e Modernização foram de R$ 462 milhões, principalmente em projetos para ganho de competitividade de nossas unidades industriais. No investimento em Terminais Portuários, os gastos foram de R$ 95 milhões e corresponderam sobretudo a obras portuárias no Porto de Itaqui no Maranhão. Para o Projeto Cerrado os desembolsos foram de R$ 7.367 milhões.

MERCADO DE CAPITAIS

As ações da Suzano integram o Novo Mercado, mais alto nível de governança corporativa da B3 - Brasil, Bolsa e Balcão, e também são negociadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) - ADR Nível II sob os códigos SUZB3 e SUZ, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia era representado por 1.361.263.584 ações ordinárias (SUZB3 e SUZ), sendo 51.911.569 ações ordinárias mantidas em tesouraria. As ações da Suzano fecharam o ano cotadas a R$ 48,24/ação (SUZB3) e US$ 9,24/ação (SUZ).

SUSTENTABILIDADE

Mudanças Climáticas

A Suzano continuou em 2022 seus avanços em Mudanças Climáticas buscando prontidão para enfrentar os desafios atuais e futuros; bem como o monitoramento contínuo e atuação frente a riscos e seus eventuais impactos e para capturar oportunidades advindas do seu modelo de negócio.

No quesito de descarbonização a Suzano seguiu com o compromisso de maximizar a eficiência em suas operações e em projetos, como por exemplo, a implantação do Syngas na nova fábrica do Projeto Cerrado.

No que tange à resiliência florestal e gerenciamento do risco de perda de produtividade por eventos climáticos extremos, a Companhia segue utilizando modelos climáticos e com amplo conhecimento dos efeitos das mudanças climáticas na produtividade florestal, a Companhia tem informações de qualidade diferenciada no setor de P&P para apoiar decisões de curto, médio e longo prazo.

Tendo a maior base genética privada de eucalipto do mundo, a Suzano avalia de forma sistemática clones resilientes às adversidades climáticas e tolerantes às principais pragas e doenças. Adicionalmente, utiliza inteligência artificial para alocar clones específicos para cada ambiente e *Big data & Analytics* para definir o balanço ideal entre produtividade e sustentabilidade.

Na jornada do TCFD, a Companhia segue avançando com o objetivo de ampliar a capacidade interna de análise e gestão de riscos físicos e de transição em diferentes cenários climáticos, abrangendo operações florestais, industriais e logísticas, bem como fornecedores críticos selecionados. Em parceria com uma consultoria de renome internacional, o trabalho ainda em curso deverá promover avanços no processo de quantificação financeira dos riscos e oportunidades mapeados; bem como na governança climática.

Créditos de Carbono

O ano também foi importante no avanço da agenda de créditos de carbono. A Suzano finalizou dois projetos de carbono provindos de reflorestamento de árvores nativas e eucalipto no estado do Mato Grosso do Sul. Os projetos passaram por auditorias independentes e aguardam registro final na certificadora Verra. Adicionalmente, os mesmos geram benefícios sociais e ambientais que são chamados de co-benefícios, com atividades que podem refletir na melhora da qualidade do ar, quantidade e qualidade da água, conservação da biodiversidade, do maior acesso à energia, geração de renda, dentre outros.

Energia

Em maio de 2022 a Suzano venceu leilão regulado de energia realizado pela ANEEL, ganhando o direito de fornecer 50 MWm de energia, com período de suprimento de janeiro de 2026 até dezembro de 2045. Este volume de energia será originado de uma parcela de geração de energia excedente do Projeto Cerrado. A transação é convergente à estratégia de longo prazo da Companhia, contribuindo para sua competitividade estrutural e provendo ao grid brasileiro energia renovável de biomassa a partir de árvores plantadas de eucalipto.

Biodiversidade

A proteção e conservação da biodiversidade, realizada por meio de mecanismos como o estabelecimento de corredores ecológicos para conexão de áreas vegetação nativa fragmentadas e a restauração ecológica, são metas fundamentais do *Global Biodiversity Framework* - GBF e a base do modelo de negócios da Suzano.

Sendo assim, um ano após o lançamento do Compromisso de Biodiversidade, a Suzano concluiu o projeto executivo e estabeleceu o modelo de governança para o seu atingimento. Além disso, foram iniciadas as atividades em campo, ao longo dos corredores propostos pelo compromisso, com a implantação dos primeiros hectares de restauração ecológica e de modelos biodiversos em áreas de manejo de eucalipto da Suzano. Estas ações contribuem para uma maior permeabilidade da biodiversidade ao longo do corredor, proporcionando incremento da resiliência dos ecossistemas locais e geração de produtos agroflorestais.

Novos Negócios

Em junho, a Suzano anunciou a criação da Suzano Ventures, o Corporate Venture Capital da Companhia, que terá US$ 70 milhões em recursos disponíveis para serem investidos em startups. A partir da iniciativa, a Suzano pretende acelerar o processo de inovação aberta e se tornar uma plataforma global no estímulo ao empreendedorismo em torno de soluções para a bioeconomia com base na floresta plantada.

Reforçando ainda mais o compromisso da Suzano com a promoção de negócios regenerativos, em novembro a Suzano anunciou, em conjunto com as empresas Itaú Unibanco, Marfrig, Rabobank, Santander e Vale, a criação de uma empresa totalmente dedicada às atividades de restauração, conservação e preservação de florestas no Brasil. O objetivo da iniciativa é, ao longo de 20 anos, atingir uma área total restaurada e protegida de 4 milhões de hectares de matas nativas em diferentes biomas brasileiros, como Amazônia, Mata Atlântica e Cerrado. A área é equivalente ao território da Suíça ou do estado do Rio de Janeiro.

Desenvolvimento Social

Seguindo o Direcionador de Cultura "Só é bom para nós, se for bom para o mundo" a Suzano avançou na expansão de programas de desenvolvimento social nas localidades que atua. Em 2022, mais de R$ 6 milhões foram mobilizados via parcerias para implementar iniciativas com foco na redução da pobreza. Entre os destaques, está o acordo assinado com o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) no valor de R$ 4 milhões para investimentos no projeto "Do Extrativismo ao Empreendedorismo Social: fortalecendo a bioeconomia nas comunidades tradicionais do Maranhão".

Em linha com a estratégia da Suzano de proteger crianças, adolescentes e mulheres contra violência doméstica e familiar na região do Projeto Cerrado, a Companhia estabeleceu acordos com o Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul e com a prefeitura de Ribas do Rio Pardo para a implementação do programa Agentes do Bem. Criado em 2016, em parceria com a Childhood Brasil, o programa atualmente atinge mais de 3 mil funcionários próprios e terceirizados na região por meio de palestras, campanhas de comunicação e treinamento.

Cadeia de Valor

Em parceria com o CDP (*Carbon Disclosure Project*), a Suzano desenvolveu dois programas com foco no engajamento de fornecedores. Os programas Mudanças Climáticas na Cadeia de Valor e Cuidar da Água buscam, respectivamente, promover gestão climática e de recursos hídricos junto aos fornecedores selecionados em um ciclo de desenvolvimento de três anos.

Finanças Sustentáveis

A gestão de dívida da Companhia teve 2022 como um ano de continuidade e consolidação das captações atreladas à compromissos de sustentabilidade. A Suzano, encerrou o ano de 2022 com 39% da dívida total bruta atrelada a instrumentos ESG.

Ao final de 2022 a Suzano contratou uma nova linha de crédito (*Export Credit Supported Facility*) para financiamento de equipamentos e serviços associados ao Projeto Cerrado. O *Export Credit Supported Facility* será financiado pela *Finnish Export Credit* - FEC e garantido pela Finnvera, agência finlandesa de crédito à exportação, em um montante total de até US$ 800 milhões (oitocentos milhões de dólares), ou o equivalente em euros. Tal operação tem como condição precedente para o desembolso o plano de ação ambiental e social posteriormente acordado com o IFC para o atendimento dos *IFC Performance Standards*.

Além disso, a Companhia também contratou um novo *sustainability-linked loan* (SLL, sigla em inglês) através de uma nova linha de crédito para financiamento do Projeto Cerrado. O empréstimo, concedido pela *International Finance Corporation* (IFC) e um sindicato de bancos comerciais no valor de US$ 600 milhões (seiscentos milhões de dólares), possui metas de performance de sustentabilidade (SPTs, sigla em inglês) associados a metas de: (a) redução de intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE); e (b) aumento da representatividade de mulheres ocupando posição de liderança na Companhia.

Transparência

Tendo como princípio fundamental a transparência perante todas as partes interessadas, a Suzano realizou o seu segundo ESG Call, evento dedicado a tratar de aspectos ambientais, sociais e de governança relevantes para a Companhia. O evento de 2022 teve como focos principais os temas: Mudanças Climáticas, Desenvolvimento Social e Conservação da Biodiversidade, além dos mais recentes avanços em Governança Corporativa.

Índices e Ratings ESG

A Suzano evoluiu em todos os índices e ratings ESG ao longo do ano: mais uma vez foi selecionada para compor o Índice Dow Jones de Sustentabilidade Mercados Emergentes (DJSI Emerging Markets) e o Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE). Perante o renomado CDP, a Companhia entrou na "A-list" no tema Água e manteve o alto score A- em Clima e Florestas. Registrou também progressos nos ratings da Sustainalytics ao avançar para a categoria *"low risk"* e do MSCI ao progredir do score B para BB.

GOVERNANÇA

A Companhia é parte desde 2017 do segmento especial de listagem Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e desde 2018 suas ações são também negociadas por meio de *American Depositary Receipts* (ADRs) Nível II na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE). Diante desse amplo ambiente regulatório em que a Companhia está inserida, a Suzano é comprometida com as melhores práticas de governança corporativa, como por exemplo do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, da Comissão de Valores Mobiliários, da Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos e da própria B3 e NYSE.

A Companhia apresenta uma estrutura de governança consistente e efetiva que atua de maneira clara, transparente e fundamentada para amparar o processo decisório e para tratamento equânime e de proteção de seus acionistas, da Companhia e do mercado em geral, contando inclusive com diversidade de especialização e pensamento. A governança corporativa da Suzano teve como principal destaque a nova composição do Conselho de Administração para o biênio 2022-2023, com 30% de diversidade de gênero e majoritariamente independente. Cabe destaque também a adoção das cláusulas Malus e Clawback como evolução de governança no que tange à remuneração dos executivos da Companhia.

Em sua missão, o Conselho de Administração mantém uma ampla visão, contando com a valiosa participação e apoio de outros órgãos da estrutura da Companhia, a saber, a Assembleia Geral de Acionistas, a Diretoria Executiva, o Comitê de Auditoria Estatutário, o Conselho Fiscal, a Auditoria externa e interna e, ainda, comitês não estatutários de assessoramento do Conselho de Administração, sendo estes os Comitês de Sustentabilidade, Gestão e Finanças, Estratégia e Inovação, Pessoas, Nomeação e Remuneração. O Conselho de Administração ainda conta com diversas ferramentas que o auxiliam em suas atividades de governança, com destaque para o Código de Conduta da Companhia e as diversas políticas adotadas pela Companhia, todas em linha com o Estatuto Social, que procuram sintetizar os princípios adotados em termos de governança corporativa ao mesmo tempo em que promovem a disseminação desses princípios e práticas nas mais diversas frentes de governança. São exemplos dessas políticas, a Política de Governança Corporativa, a Política de Partes Relacionadas, a Política de Gestão Integrada de Riscos, a Política Anticorrupção, a Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, a Política de Negociação de Valores Mobiliários e a Política de Endividamento Financeiro e a Política de Gestão de Derivativos.

Por meio desse modelo de gestão e controle com a participação de todos os órgãos e a utilização dos mecanismos e ferramentas acima citados, assim como do *disclosure* e garantia de transparência de informações por meio do Formulário de Referência, Formulário 20-F, Informe de Governança e diversos materiais divulgados no website de Relações com Investidores, a Companhia busca preservar a observância dos princípios fundamentais de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa perante suas partes interessadas e, simultaneamente, promover o aperfeiçoamento contínuo de sua governança corporativa.

No ano de 2022, a jornada de evolução contínua da Companhia teve como destaque (i) a publicação da Política de Conflito de Interesses que estabelece as diretrizes para identificação e tratamento de situações de conflito de interesses, de forma a garantir a independência, a isonomia e assegurar os interesses da Suzano em todas as suas relações; (ii) a publicação da Política de Conformidade Concorrencial que estabelece as diretrizes de prevenção e combate a infrações à ordem econômica a serem adotadas pela Suzano suas sociedades controladas, coligadas; e (iii) o aprimoramento da Política de Anticorrupção, que passou a incorporar: (a) previsão expressa do compromisso de tolerância zero à corrupção; (b) previsão de padrões mínimos para interação com Agentes Públicos; e (c) melhoria na definição de conceitos e diretrizes para os seguintes tópicos: brindes, presentes e entretenimento, contribuições políticas, fraude, *due diligence*, terceiros intermediários, pagamentos facilitadores e registros contábeis.

Em 2022, o programa de governança em privacidade e proteção de dados pessoais (P&PD) da Companhia se consolidou e progrediu, concluindo a elaboração e publicação da política interna específica em Governança de Privacidade e Proteção Dados Pessoais, que envolve as etapas de orientação, execução e supervisão, todas com direcionadores corporativos globais. Sendo um tema de evolução constante, em 2022 visando assegurar a transparência aos nossos Titulares de Dados e ao mercado, divulgamos um canal de acesso público à Central de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais (link: https://ppd.suzano.com.br/) para o exercício dos direitos dos Titulares de Dados, bem como para relatar ou comunicar qualquer incidente envolvendo Privacidade e Proteção de Dados Pessoais.

Vale mencionar que todas as metas de longo prazo assumidas pela Companhia se mantiveram como parte integrante da remuneração variável individual de pelo menos um diretor executivo, tendo sido as metas de Diversidade e Inclusão também se mantido como meta coletiva para toda a liderança.

AUDITORIA E CONTROLES INTERNOS

O processo de Gestão de Controles Internos da Suzano é estruturado e abrange a Administração, incluindo os Comitês e Comissões que assessoram o Conselho de Administração e a Diretoria, as Gerências e todos os colaboradores da Companhia, com o propósito de permitir a condução mais segura, adequada e eficiente dos negócios, em linha com as regulamentações estabelecidas.

Baseados na revisão anual, ou quando requerida, os fluxos de processos são continuamente validados e os testes de aderência regularmente aplicados para aferir a efetividade dos controles internos chaves existentes versus os riscos a que a Suzano está exposta. A Companhia sistemicamente aplica a metodologia do *Control Self Assessment* (CSA), uma solução integrada que auxilia a documentar, periodicamente, o desempenho dos controles relacionados às demonstrações financeiras e à gestão, focando nas obrigações chaves ao negócio, contribuindo com o monitoramento permanente ao estrito respeito às leis, normas e regulamentos, políticas e procedimentos, assim como na implementação dos planos de contingência, garantindo a devida segregação de função e evitando eventuais conflitos de interesses.

Anualmente, a Companhia revisa os seus processos e controles, atualizando 100% da matriz de riscos e controles associados à exposição de eventuais fragilidades na recertificação SOx, nos processos chaves de Gestão e de Compliance. São realizados continuamente os treinamentos presenciais e *e-learning*, revisando sempre que pertinente, reforçando o comportamento esperado à luz da Cultura de Controles Internos, com foco nas leis *Sarbanes-Oxley* (SOx), Lei das SAs e nas regras específicas às FPIs, considerando os temas de Anticorrupção e de Prevenção à Perdas e Fraude.

Adicionalmente ao fluxo do CSA, a empresa possui rotina de checagem prévia pela equipe de Gestão de Controles Internos que corrobora com o *quality assurance* do Ambiente de Controles sempre atualizado e refletindo a realidade dos processos da Companhia, no que tange à avaliação a (ICE - *Internal Control Evaluation*) e adicionalmente a área de Auditoria Interna afere com independência a efetividade dos mesmos, o que reforça a maturidade, a consistência na execução dos controles e a mitigação dos riscos associados.

Com o objetivo de dar mais agilidade e assertividade no andamento das ações relacionadas ao ambiente de controles, são monitorados e reportados tempestivamente o status à Alta Administração dos principais temas que possam ter algum impacto na recertificação SOx da Companhia, através de uma ferramenta desenvolvida internamente que corrobora com uma visão consolidada, favorecendo a gestão dos prazos e priorização das ações pertinentes junto aos responsáveis das áreas de negócios para que os riscos sejam mitigados no tempo e na qualidade requerida.

Desta forma e corroborando com a conformidade do ambiente, os controles internos são revisados e avaliados pela área de Gestão de Controles Internos, testados de forma independente tanto pela Auditoria Interna Suzano, como pela Auditoria Externa, com resultados reportados periodicamente à Diretoria Executiva, ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho Fiscal, através de agenda mínima anual estabelecida com estes órgãos de governança. No caso de violação às regras internas e às exigências externas, são aplicadas orientações disciplinares e/ou medidas corretivas de acordo com política específica estabelecida e por área independente. Se necessário, estas violações são submetidas ao Comitê de Gestão de Conduta, órgão de assessoramento à Administração.

Em atendimento à Seção 404 da *Lei Sarbanes-Oxley*, a eficácia dos controles internos relacionados às informações financeiras é baseada nos critérios estabelecidos no *Internal Control - Integrated Framework*, definido pelo *The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO). As avaliações são realizadas internamente pela Companhia e suportadas por auditor independente, PwC *PricewaterhouseCoopers*, o qual avaliou os controles chaves, e estes encontram-se adequados e não foram identificadas deficiências significativas e/ou materiais ou observações que comprometam a certificação da Companhia. Tais resultados são apresentados sistematicamente aos órgãos de governança estabelecidos na Companhia.

PESSOAS

Cultura organizacional e estratégia de pessoas

A Suzano atua não apenas para promover um ambiente de trabalho cada vez mais diverso, inclusivo, respeitoso e plural. Ela também busca construir uma jornada de cultura que valorize todos esses preceitos, com base na legislação vigente, em normas convencionais coletivas e no Código de Conduta.

Em 2022, os principais investimentos foram realizados no sentido de consolidar um modelo de gestão com a alta direção, para que os(as) executivos(as) sejam sempre exemplo (*walk the talk*), em paralelo com um projeto de desburocratização de processos internos. O intuito da Companhia é ampliar essa atuação para todas as áreas, com o mote "o(a) líder não complica o simples; ele ou ela desenvolve times". Ou seja, fazer com que a curva de crescimento se reflita também em mais oportunidades para os(as) colaboradores(as) das diferentes áreas, tornando a organização mais fluida, leve e ágil. Como exemplo disso, o EvoluiRH, novo aplicativo, lançado em julho, permite que os(as) colaboradores(as) realizem diversas tarefas de forma muito mais ágil.

Liderança, desenvolvimento e treinamento

A capacitação de equipes contribui para a gestão eficiente dos negócios e prepara lideranças para os desafios dos negócios. A área de Gente e Gestão disponibiliza diversas iniciativas de desenvolvimento, sejam cursos de aceleração para assumir novas missões, sejam projetos de mentoria ou combinados mais robustos para quem vai assumir uma posição de liderança pela primeira vez, por exemplo. Esse programa é conhecido como ELOS e é dividido pelos diferentes níveis organizacionais.

Mais uma importante realização de 2022 foi a entrada em operação de um novo modelo de avaliação de desempenho. O processo passa a ser mais amplo, 360 graus, com comentários e análises não apenas dos(as) líderes, como antes, mas também de pares, parceiros e integrantes da equipe. Conhecido como Sommos, ele é o principal marco da jornada de evolução cultural no ano. Com o objetivo de desburocratizar o processo, a avaliação agora tem menos etapas, é mais fluida e colaborativa, mais inclusiva e com um olhar integral sobre cada indivíduo. Além de aspectos técnicos, aumentou o peso de elementos comportamentais.

Diversidade, equidade e inclusão

Para a Suzano, trabalhar a diversidade e a inclusão é, além de um dever, uma estratégia de negócio. Em um ambiente diverso e inclusivo, os(as) colaboradores(as) se sentem mais envolvidos, criativos, colaborativos e as taxas de atratividade e retenção de novos talentos aumentam significativamente. É por esses e outros motivos que o tema é parte relevante dos Direcionadores de Cultura.

Desde 2016, os temas de diversidade, equidade e inclusão (DE&I) são trabalhados de forma orgânica e voluntária na Suzano. O Programa Plural tem por objetivo assegurar o respeito à individualidade, ampliar a representatividade e encorajar a participação de colaboradores e colaboradoras em cinco frentes de atuação: Gerações, LGBTQIAP+, Pessoas Negras, Mulheres e Pessoas com Deficiência. A Suzano é signatária do programa Equidade É Prioridade da ONU Mulheres, do Movimento Mulher 360 e da Rede Mulher Florestal. A evolução dos índices de mulheres e negros em cargos de liderança, ao longo dos anos, reforça nosso compromisso.

Para acelerar esse processo, aproximadamente 350 mulheres e pessoas negras iniciaram, em 2022, o programa Elos D+. Previsto para durar 18 meses, ele inclui workshops sobre crenças limitantes, atividades práticas, rodadas de networking, *sponsorship* e bolsas de inglês com 50% de desconto. As já mencionadas ações gerais de sensibilização e letramento preveem formar lideranças mais inclusivas e ajudar colaboradores e colaboradoras a compreender como a discriminação e o preconceito muitas vezes se manifestam de forma inconsciente.

continua →

→ continuação

Suzano S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 16.404.287/0001-55

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022

www.suzano.com.br

BALANÇO PATRIMONIAL - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	Controladora 31 de dezembro de 2022	Controladora 31 de dezembro de 2021	Consolidado 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2021
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	**1.479.401**	180.729	**9.505.951**	13.590.776
Aplicações financeiras	6	**2.886.277**	5.039.018	**7.546.639**	7.508.275
Contas a receber de clientes	7	**3.568.755**	7.884.683	**9.607.012**	6.531.465
Estoques	8	**3.886.107**	3.331.770	**5.728.261**	4.637.485
Tributos a recuperar	9	**457.430**	279.713	**549.580**	360.725
Instrumentos financeiros derivativos	4.5	**3.048.493**	470.261	**3.048.493**	470.261
Adiantamentos a fornecedores	10	**87.674**	38.164	**108.146**	59.564
Dividendos a receber	11	**16.917**	21.089	**7.334**	6.604
Outros ativos		**946.251**	872.151	**1.021.234**	937.786
Total do ativo circulante		**16.377.305**	18.117.578	**37.122.650**	34.102.941
NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras	6	**419.103**	250.054	**419.103**	250.054
Tributos a recuperar	9	**1.379.969**	1.247.665	**1.406.363**	1.269.164
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	**4.290.540**	9.079.005	**3.986.415**	8.729.929
Instrumentos financeiros derivativos	4.5	**1.825.256**	971.879	**1.825.256**	971.879
Adiantamentos a fornecedores	10	**1.484.975**	1.184.075	**1.592.132**	1.282.763
Depósitos judiciais		**337.152**	276.643	**362.561**	300.715
Outros ativos		**227.751**	202.149	**279.955**	296.844
Ativos biológicos	13	**14.053.921**	11.736.626	**14.632.186**	12.248.732
Investimentos	14	**23.332.461**	23.986.013	**612.516**	524.066
Imobilizado	15	**48.400.712**	35.586.107	**50.656.634**	38.169.703
Direito de uso	19.1	**5.030.107**	4.712.585	**5.109.226**	4.794.023
Intangível	16	**14.659.954**	15.575.183	**15.192.971**	16.034.339
Total do ativo não circulante		**115.441.901**	104.807.984	**96.075.318**	84.872.211
TOTAL DO ATIVO		**131.819.206**	122.925.562	**133.197.968**	118.975.152

	Nota	Controladora 31 de dezembro de 2022	Controladora 31 de dezembro de 2021	Consolidado 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2021
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	17	**5.494.489**	2.628.050	**6.206.570**	3.288.897
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18.1	**2.242.412**	1.874.195	**3.335.029**	3.655.537
Contas a pagar de arrendamentos	19.2	**658.592**	607.982	**672.174**	623.282
Instrumentos financeiros derivativos	4.5	**667.681**	1.563.110	**667.681**	1.563.459
Tributos a recolher		**177.330**	99.966	**449.122**	339.553
Salários e encargos sociais		**616.074**	538.299	**674.525**	590.529
Partes relacionadas	11	**19.161.334**	3.246.312		
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	23	**1.856.763**	99.040	**1.856.763**	99.040
Dividendos a pagar	11	**2.720**	916.751	**5.094**	919.073
Adiantamentos de clientes		**100.804**	92.898	**131.355**	103.656
Outros passivos		**1.466.797**	1.160.400	**494.230**	368.198
Total do passivo circulante		**32.444.996**	12.827.003	**14.492.543**	11.551.224
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18.1	**11.181.392**	11.716.596	**71.239.562**	75.973.092
Contas a pagar de arrendamentos	19.2	**5.442.103**	5.198.401	**5.510.356**	5.269.912
Instrumentos financeiros derivativos	4.5	**4.179.114**	6.331.069	**4.179.114**	6.331.069
Partes relacionadas	11	**41.024.659**	67.196.599		
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	23	**205.559**	306.912	**205.559**	306.912
Provisão para passivos judiciais	20.1	**3.208.379**	3.195.135	**3.256.310**	3.232.612
Passivos atuariais	21.2	**671.897**	665.552	**691.424**	675.158
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12			**1.118**	
Pagamento baseado em ações	22	**121.201**	135.395	**162.117**	166.998
Adiantamentos de clientes		**136.161**	149.540	**136.161**	149.540
Outros passivos		**142.713**	127.893	**157.339**	143.505
Total do passivo não circulante		**66.313.178**	95.023.092	**85.539.060**	92.248.798
TOTAL DO PASSIVO		**98.758.174**	107.850.095	**100.031.603**	103.800.022
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25				
Capital social		**9.235.546**	9.235.546	**9.235.546**	9.235.546
Reservas de capital		**18.425**	15.455	**18.425**	15.455
Ações em tesouraria		**(2.120.324)**	(218.265)	**(2.120.324)**	(218.265)
Reservas de lucros		**24.207.869**	3.927.824	**24.207.869**	3.927.824
Ajustes de avaliação patrimonial		**1.719.516**	2.114.907	**1.719.516**	2.114.907
Patrimônio líquido de acionistas controladores		**33.061.032**	15.075.467	**33.061.032**	15.075.467
Participação de acionistas não controladores				**105.333**	99.663
Total do patrimônio líquido		**33.061.032**	15.075.467	**33.166.365**	15.175.130
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**131.819.206**	122.925.562	**133.197.968**	118.975.152

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	Controladora 31 de dezembro de 2022	Controladora 31 de dezembro de 2021	Consolidado 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2021
RECEITA LÍQUIDA	28	**30.755.701**	27.636.875	**49.830.946**	40.965.431
Custo dos produtos vendidos	30	**(23.023.960)**	(18.624.168)	**(24.821.288)**	(20.615.588)
LUCRO BRUTO		**7.731.741**	9.012.707	**25.009.658**	20.349.843
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Vendas	30	**(1.656.205)**	(1.530.642)	**(2.483.194)**	(2.291.722)
Gerais e administrativas	30	**(1.421.352)**	(1.313.560)	**(1.709.767)**	(1.577.909)
Resultado de equivalência patrimonial	14	**15.672.559**	11.268.988	**284.368**	51.912
Outras receitas operacionais, líquidas	30	**921.618**	1.519.531	**1.121.716**	1.648.067
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		**21.248.361**	18.957.024	**22.222.781**	18.180.191
RESULTADO FINANCEIRO	27				
Despesas		**(4.688.090)**	(4.268.491)	**(4.590.370)**	(4.221.301)
Receitas		**679.117**	225.704	**967.010**	272.556
Instrumentos financeiros derivativos		**6.759.962**	(1.596.415)	**6.761.567**	(1.597.662)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		**4.296.578**	(4.742.425)	**3.294.593**	(3.800.827)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**28.295.928**	8.575.397	**28.655.581**	8.832.957
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	12	**(151.957)**	(57.726)	**(510.896)**	(292.115)
Diferidos	12	**(4.762.354)**	108.715	**(4.749.798)**	94.690
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**23.381.617**	8.626.386	**23.394.887**	8.635.532
Atribuível aos acionistas					
Controladores		**23.381.617**	8.626.386	**23.381.617**	8.626.386
Não controladores				**13.270**	9.146
Resultado do exercício					
Básico	26.1	**17,57724**	6,39360	**17,57724**	6,39360
Diluído	26.2	**17,57305**	6,39205	**17,57305**	6,39205

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

	Controladora 31 de dezembro de 2022	Controladora 31 de dezembro de 2021	Consolidado 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2021
Resultado líquido do exercício	**23.381.617**	8.626.386	**23.394.887**	8.635.532
Outros resultados abrangentes				
Efeito do valor justo de investimentos em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente	**(3.441)**	2.020	**(3.441)**	2.020
IR/CSLL sobre o valor justo de investimentos	**1.170**	(687)	**1.170**	(687)
Ganho (perda) atuarial de benefícios pós emprego das Controladas	**(9.499)**	2.289	**(9.499)**	2.289
IR/CSLL sobre a perda atuarial	**3.260**	(778)	**3.260**	(778)
Ganho (perda) atuarial de benefícios pós emprego da Controladora	**(3.182)**	117.353	**(3.182)**	117.353
IR/CSLL sobre a perda atuarial	**1.082**	(39.900)	**1.082**	(39.900)
Itens sem efeitos subsequentes no resultado	**(10.610)**	80.297	**(10.610)**	80.297
Efeito cambial na conversão das demonstrações financeiras de controladas no exterior	**(16.035)**	46.006	**(16.035)**	46.006
Realização de variação cambial de investimento no exterior [(1)]	**(235.737)**	(825)	**(235.737)**	(825)
Itens com efeitos subsequentes no resultado	**(251.772)**	45.181	**(251.772)**	45.181
	23.119.235	8.751.864	**23.132.505**	8.761.010
Atribuível aos acionistas				
Controladores	**23.119.235**	8.751.864	**23.119.235**	8.751.864
Não controladores			**13.270**	9.146

[(1)] Refere-se, substancialmente, a realização de variação cambial de investimento no exterior da Suzano Trading Ltd., empresa incorporada em 30 de setembro de 2022.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

	Controladora 31 de dezembro de 2022	Controladora 31 de dezembro de 2021	Consolidado 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2021
1 - RECEITAS				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços (nota 28)	**32.897.227**	29.347.775	**51.999.613**	42.692.651
Outras receitas	**311.315**	1.904.173	**402.276**	2.015.430
Receitas referentes à construção de ativos próprios (nota 15)	**11.009.737**	1.662.613	**11.220.807**	1.768.938
Provisão de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, líquida (nota 7.3)	**(1.636)**	1.005	**(1.652)**	637
	44.216.643	32.915.566	**63.621.044**	46.477.656
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	**(15.624.297)**	(9.249.518)	**(16.946.782)**	(10.848.730)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(12.513.719)**	(6.293.738)	**(13.594.995)**	(7.115.860)
	(28.138.016)	(15.543.256)	**(30.541.777)**	(17.964.590)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	**16.078.627**	17.372.310	**33.079.267**	28.513.066
4 - DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO	**(7.226.685)**	(6.718.175)	**(7.426.777)**	(7.038.096)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	**8.851.942**	10.654.135	**25.652.490**	21.474.970
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado da equivalência patrimonial (nota 14)	**15.672.559**	11.268.988	**284.368**	51.912
Receitas financeiras e variações cambiais ativas	**17.366.788**	14.813.702	**17.721.449**	7.235.942
Outros valores - Imposto de renda e contribuição social diferidos [(1)]	**(4.762.354)**	108.715	**(4.749.798)**	94.690
	28.276.993	26.191.405	**13.256.019**	7.382.544
7 - VALOR ADICIONADO PARA DISTRIBUIÇÃO	**37.128.935**	36.845.540	**38.908.509**	28.857.514
Pessoal	**2.868.689**	2.484.579	**3.223.173**	2.786.080
Remuneração direta	**2.203.769**	1.903.254	**2.501.273**	2.156.165
Benefícios	**539.491**	473.442	**589.582**	516.565
F.G.T.S.	**125.429**	107.883	**132.318**	113.350
Impostos, taxas e contribuições	**476.077**	481.280	**914.018**	778.151
Federais	**181.708**	196.229	**581.599**	469.793
Estaduais	**249.915**	250.755	**285.464**	271.805
Municipais	**44.454**	34.296	**46.955**	36.553
Remuneração do capital de terceiros	**10.402.552**	25.253.295	**11.376.431**	16.657.751
Juros provisionados, variações cambiais passivas, aluguéis e outros	**10.402.552**	25.253.295	**11.376.431**	16.657.751
Remuneração de capitais próprios	**23.381.617**	8.626.386	**23.394.887**	8.635.532
Dividendos	**2.350.000**	913.111	**2.350.000**	913.111
Resultado do exercício, líquido dos dividendos	**21.031.617**	7.713.275	**21.031.617**	7.713.275
Participação de não controladores			**13.270**	9.146
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**37.128.935**	36.845.540	**38.908.509**	28.857.514

[(1)] Considerando os efeitos no exercício, a Companhia adotou, de forma consistente com exercícios anteriores, a política contábil de demonstrar o efeito do imposto de renda e contribuição social diferidos dentro do grupo de valor adicionado para distribuição.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

	Controladora 31 de dezembro de 2022	Controladora 31 de dezembro de 2021	Consolidado 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado líquido do exercício	**23.381.617**	8.626.386	**23.394.887**	8.635.532
Ajustes por				
Depreciação, exaustão e amortização (nota 27 e 30)	**7.022.352**	6.574.563	**7.206.125**	6.879.132
Depreciação do direito de uso (nota 19.1)	**215.647**	188.318	**231.966**	203.670
Subarrendamento de navios	**(11.314)**	(44.706)	**(11.314)**	(44.706)
Apropriação de encargos financeiros de arrendamento (nota 19.2)	**427.113**	421.703	**433.613**	427.934
Resultado na alienação e baixa de ativos imobilizado e biológico, líquido (nota 30)	**(1.738)**	(511.767)	**509**	(412.612)
Resultado de equivalência patrimonial (nota 14)	**(15.672.559)**	(11.268.988)	**(284.368)**	(51.912)
Variações cambiais e monetárias, líquidas (nota 27)	**(4.296.578)**	4.742.425	**(3.294.593)**	3.800.827
Despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidas (nota 27)	**1.348.306**	767.802	**4.007.737**	3.207.278
Despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos - partes relacionadas, líquidas (nota 27)	**3.061.408**	2.843.746		
Despesas com prêmio sobre liquidação antecipada (nota 27)		32.933		260.289
Custos de empréstimos capitalizados (nota 27)	**(359.407)**	(18.624)	**(359.407)**	(18.624)
Rendimentos sobre aplicações financeiras	**(560.537)**	(169.438)	**(707.211)**	(178.320)
Amortização do custo de transação, ágio e deságio (nota 27)	**17.728**	42.301	**69.881**	107.239
Perdas (ganhos) com derivativos, líquidos (nota 27)	**(6.759.962)**	1.596.415	**(6.761.567)**	1.597.662
Atualização do valor justo dos ativos biológicos (nota 13)	**(1.163.107)**	(689.937)	**(1.199.759)**	(763.091)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 12.2)	**4.762.354**	(108.715)	**4.749.798**	(94.690)
Juros sobre passivo atuarial (nota 21.2)	**57.656**	54.216	**59.258**	55.849
Provisão de passivos judiciais, líquido (nota 20.1)	**78.863**	61.325	**88.198**	65.318
Provisão (reversão) para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, líquida (nota 7.3)	**1.636**	(1.005)	**1.652**	(637)
Provisão para perda estimada nos estoques, líquida (nota 8.1)	**53.672**	47.139	**56.060**	73.574
Provisão (reversão) para perda de créditos do ICMS, líquida (nota 9.1)	**28.222**	(119.543)	**58.003**	(99.183)
Créditos tributários - ICMS na base do PIS/COFINS (nota 30)	**1.324**	(441.880)	**1.324**	(441.880)
Outras	**12.554**	36.378	**2.794**	26.449
Decréscimo (acréscimo) em ativos				
Partes relacionadas	**(8.718)**	(290)		
Contas a receber de clientes	**4.357.381**	28.857	**(3.267.356)**	(3.393.787)
Estoques	**(518.936)**	(583.808)	**(967.995)**	(654.757)
Tributos a recuperar	**(320.317)**	252.199	**(381.408)**	186.013
Outros ativos	**593.452**	(22.218)	**264.025**	(54.136)
Acréscimo (decréscimo) em passivos				
Partes relacionadas	**(11.245)**	11.244		
Fornecedores	**1.492.051**	1.264.890	**1.533.118**	1.363.478
Tributos a recolher	**77.409**	4.078	**422.591**	271.700
Salários e encargos sociais	**77.773**	82.147	**83.742**	97.792
Outros passivos	**109.462**	166.522	**(9.007)**	(191.976)
Caixa gerado das operações	**17.493.562**	13.864.668	**25.421.296**	20.859.425
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 18.2)	**(1.309.979)**	(707.715)	**(4.019.072)**	(2.953.573)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	**(3.367.963)**	(2.601.799)		
Pagamento de prêmio sobre liquidação antecipada (nota 27)		(32.933)		(260.289)
Juros recebidos sobre aplicações financeiras	**477.526**	89.138	**544.849**	98.110
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	**(45)**	(5.320)	**(306.453)**	(106.180)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**13.293.101**	10.606.039	**21.640.620**	17.637.493
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Adições de imobilizado (nota 15)	**(9.570.562)**	(2.024.710)	**(9.791.238)**	(2.150.584)
Adições de intangível (nota 16)	**(3.963)**	(25.152)	**(90.499)**	(285.278)
Adições de ativos biológicos (nota 13)	**(4.763.155)**	(3.634.667)	**(4.957.380)**	(3.807.608)
Recebimentos por venda de ativo imobilizado e biológico	**251.183**	1.411.251	**251.183**	1.411.251
Aumento de capital em controladas e coligadas (nota 14.3)	**(351.452)**	(347.346)	**(67.020)**	(51.816)
Aplicações financeiras, líquidas	**2.066.703**	(2.957.164)	**67.426**	(5.216.921)
Adiantamentos para aquisição de madeira de operações com fomento e parcerias	**(346.171)**	(249.974)	**(355.362)**	(257.672)
Dividendos recebidos	**15.661.501**	16.511	**6.604**	6.453
Aquisição de controladas (nota 1.2.4 e 1.2.5)	**(2.090.062)**		**(2.090.062)**	
Caixa e equivalente de caixa de aquisição de controladas			**10.590**	
Caixa e equivalente de caixa de empresa incorporada	**7.700**			
Aquisição de participação não controladores		(6.516)		(6.516)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	**861.722**	(7.817.767)	**(17.015.758)**	(10.358.691)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Empréstimos, financiamentos e debêntures captados (nota 18.2)	**1.234.263**	200.000	**1.335.715**	16.991.962
Empréstimos e financiamento - partes relacionadas	**541.362**	9.554.456		
Recebimento (pagamento) de operações com derivativos (nota 4.5.4)	**280.969**	(1.920.355)	**282.225**	(1.921.253)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 18.2)	**(1.669.915)**	(1.799.926)	**(2.517.934)**	(15.469.423)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	**(6.049.672)**	(8.173.657)		
Pagamento de contratos de arrendamentos (nota 19.2)	**(1.021.802)**	(990.880)	**(1.044.119)**	(1.012.137)
Pagamento de dividendos	**(4.148.610)**	(19)	**(4.150.782)**	(9.683)
Pagamento de aquisição de ativos e controladas	**(107.888)**	(153.357)	**(107.888)**	(153.357)
Recompra de ações	**(1.904.424)**		**(1.904.424)**	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(12.845.717)**	(3.283.738)	**(8.107.207)**	(1.573.891)
EFEITO DA VARIAÇÃO CAMBIAL EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(10.434)**	259.194	**(602.480)**	1.050.808
Acréscimo (decréscimo) líquido no caixa e equivalentes de caixa	**1.298.672**	(236.272)	**(4.084.825)**	6.755.719
No início do exercício	**180.729**	417.001	**13.590.776**	6.835.057
No final do exercício	**1.479.401**	180.729	**9.505.951**	13.590.776
Acréscimo (decréscimo) líquido no caixa e equivalentes de caixa	**1.298.672**	(236.272)	**(4.084.825)**	6.755.719

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

continua →

→ continuação

Suzano S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 16.404.287/0001-55

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
2022

www.suzano.com.br

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

	Atribuível aos acionistas controladores													
	Capital social		Reservas de capital		Reservas de lucros									
	Capital social	Custos com emissão de ações	Opçõe de ações outorgadas	Ações em tesouraria	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva para aumento de capital	Reserva estatutária especial	Reserva destinada à distribuição de dividendos	Ajuste de avaliação patrimonial	Resultado do exercício	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação de acionistas não controladores	Patrimônio líquido total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	9.269.281	(33.735)	10.612	(218.265)						2.129.944	(3.926.015)	7.231.822	105.556	7.337.378
Resultado abrangente total														
Resultado do exercício											8.626.386	8.626.386	9.146	8.635.532
Resultado abrangente do exercício										125.478		125.478		125.478
Transações de capital com os sócios														
Opções de ações outorgadas (nota 22.3)			4.843									4.843		4.843
Reversão de dividendos prescritos								49				49		49
Dividendos mínimos obrigatórios propostos (nota 1.2.2)											(913.111)	(913.111)		(913.111)
Dividendo adicional proposto (nota 1.2.2)									86.889		(86.889)			
Participação dos não controladores proveniente de combinação de negócio													(15.039)	(15.039)
Mutações internas do patrimônio líquido														
Constituição de reservas					812.909	235.019	2.513.663	279.295			(3.840.886)			
Realização de custo atribuído, líquido do IRPJ e CSLL										(140.515)	140.515			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	9.269.281	(33.735)	15.455	(218.265)	812.909	235.019	2.513.663	279.344	86.889	2.114.907		15.075.467	99.663	15.175.130
Resultado abrangente total														
Resultado do exercício											23.381.617	23.381.617	13.270	23.394.887
Resultado abrangente do exercício										(262.382)		(262.382)		(262.382)
Transações de capital com os sócios														
Opções de ações outorgadas (nota 22.3)			5.335									5.335		5.335
Ações outorgadas (nota 22.3)			(2.365)	2.365										
Recompra de ações (nota 25.5)				(1.904.424)								(1.904.424)		(1.904.424)
Reversão de dividendos prescritos											2.308	2.308		2.308
Pagamento de dividendos adicional proposto (nota 1.2.3)							(719.903)	(80.000)				(799.903)		(799.903)
Pagamento de dividendos complementares							(97)		(86.889)			(86.986)		(86.986)
Dividendos mínimos obrigatórios propostos (nota 25.2)											(2.256.367)	(2.256.367)		(2.256.367)
Dividendo adicional proposto (nota 25.2)											(93.633)	(93.633)		(93.633)
Participação dos não controladores proveniente de combinação de negócio													(7.600)	(7.600)
Mutações internas do patrimônio líquido														
Constituição de reservas (nota 25.3)					66.871	1.169.080	17.937.885	1.993.098			(21.166.934)			
Reversão da reserva de incentivos fiscais					(502)		502							
Realização de custo atribuído, líquido do IRPJ e CSLL										(133.009)	133.009			
Saldos em 31 de dezembro de 2022	9.269.281	(33.735)	18.425	(2.120.324)	879.278	1.404.099	19.732.050	2.192.442		1.719.516		33.061.032	105.333	33.166.365

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Suzano S.A. ("Suzano" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital aberto e está sediada no Brasil, com matriz localizada na Avenida Professor Magalhães Neto, no. 1.752 - 10º andar, salas 1010 e 1011, Bairro Pituba, na cidade de Salvador, Estado da Bahia e o principal escritório de negócios localizado na cidade de São Paulo.

A Suzano possui ações negociadas na B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão - "B3"), listada no segmento do Novo Mercado sob o *ticker* SUZB3 e *American Depositary Receipts* ("ADRs") na proporção de 1 (uma) ação ordinária, Nível II, negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque ("*New York Stock Exchange* - "NYSE") sob o *ticker* SUZ.

A Companhia possui 13 unidades industriais, localizadas nas cidades de Aracruz e Cachoeiro de Itapemirim (Espírito Santo), Belém (Pará), sendo 2 unidades nesta localidade, Eunápolis e Mucuri (Bahia), Maracanaú (Ceará), Imperatriz (Maranhão), Jacareí, Limeira e Suzano, sendo 2 unidades nesta localidade (São Paulo) e Três Lagoas (Mato Grosso do Sul). Adicionalmente, possui 5 centros de tecnologia, 23 centros de distribuição e 3 portos, todos localizados no Brasil.

Nestas unidades são produzidas celulose de fibra curta de eucalipto, papel (papel revestido, papel cartão, papel não revestido e *cut size*), bobinas de papéis e papéis para fins sanitários (bens de consumo - *tissue*), para atendimento ao mercado interno e externo.

A comercialização da celulose e papel no mercado internacional é realizada através de vendas pela Suzano e, principalmente, por meio de suas controladas localizadas na Áustria, Estados Unidos da América, Suíça e Argentina e escritório de representação na China.

A Companhia tem ainda por objeto social a exploração de florestas de eucalipto para uso próprio, a operação de terminais portuários, a participação como sócia ou acionista, de qualquer outra sociedade ou empreendimento e a comercialização e geração de energia elétrica gerada no processo produtivo da celulose.

A Companhia é controlada pela Suzano Holding S.A. por meio de acordo de voto no qual detém 45,76% de participação nas ações ordinárias do capital social.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 28 de fevereiro de 2023.

1.1. Participações societárias

A Companhia detém participações societárias nas seguintes entidades legais:

Denominação	Atividade principal	País	Tipo de participação	Método de contabilização	% de participação 31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Caravelas Florestal S.A. [5][7]	Produção e comercialização de madeira em pé	Brasil	Direta	Consolidado		
Celluforce Inc.	Pesquisa e desenvolvimento de celulose nanocristalina	Canadá	Direta	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	8,28%	8,28%
Ensyn Corporation	Pesquisa e desenvolvimento de biocombustível	Estados Unidos da América	Direta	Equivalência patrimonial	26,59%	26,24%
F&E Technologies LLC	Produção de biocombustíveis, exceto álcool	Estados Unidos da América	Direta/Indireta	Equivalência patrimonial	50,00%	50,00%
F&E Tecnologia do Brasil S.A.	Produção de biocombustíveis, exceto álcool	Brasil	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Fibria Celulose (USA) Inc.	Escritório comercial	Estados Unidos da América	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Fibria Overseas Finance Ltd.	Captação de recursos financeiros	Ilhas Cayman	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Fibria Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.	Operação portuária	Brasil	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
FuturaGene Ltd.	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	Inglaterra	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
FuturaGene Biotechnology Shangai Company Ltd. [1]	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	China	Indireta	Consolidado		100,00%
FuturaGene Delaware Inc.	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	Estados Unidos da América	Indireta	Consolidado	100,00%	100,00%
FuturaGene Israel Ltd.	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	Israel	Indireta	Consolidado	100,00%	100,00%
FuturaGene Hong Kong Ltd. [8]	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	Hong Kong	Indireta	Consolidado		100,00%
FuturaGene Inc.	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	Estados Unidos da América	Indireta	Consolidado	100,00%	100,00%
Ibema Companhia Brasileira de Papel	Produção e comercialização de papel cartão	Brasil	Direta	Equivalência patrimonial	49,90%	49,90%
Maxcel Empreendimentos e Participações S.A.	*Holding*	Brasil	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Itacel - Terminal de Celulose de Itaqui S.A.	Operação portuária	Brasil	Indireta	Consolidado	100,00%	100,00%
Mucuri Energética S.A.	Geração e distribuição de energia elétrica	Brasil	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Paineiras Logística e Transportes Ltda.	Transporte rodoviário	Brasil	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Portocel - Terminal Espec. Barra do Riacho S.A.	Operação portuária	Brasil	Direta	Consolidado	51,00%	51,00%
Projetos Especiais e Investimentos Ltda.	Comercialização de equipamentos e peças	Brasil	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Rio Verde Participações e Propriedades Rurais S.A. [7]	Base de ativos florestais	Brasil	Direta	Consolidado		100,00%
SFBC Participações Ltda.	Produção de embalagens	Brasil	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Spinnova Plc [2]	Pesquisa e desenvolvimento de matérias-primas sustentáveis (madeira) para a indústria têxtil	Finlândia	Direta	Equivalência patrimonial	19,03%	19,14%
Stenfar S.A. Indl. Coml. Imp. Y. Exp.	Comercialização de papel e materiais de informática	Argentina	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Suzano Austria GmbH.	Escritório comercial	Áustria	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Suzano Canada Inc.	Pesquisa e desenvolvimento de lignina	Canadá	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Suzano Finland Oy	Produção, comercialização de celulose e celulose microfibrilada e papel.	Finlândia	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Suzano International Finance B.V [9]	Captação de recursos financeiros	Holanda	Direta	Consolidado	100,00%	
Suzano International Trade GmbH.	Escritório comercial	Áustria	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Suzano Material Technology Development Ltd. [6]	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	China	Direta	Consolidado	100,00%	
Suzano Operações Industriais e Florestais S.A.	Produção, comercialização e exportação de celulose	Brasil	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Suzano Pulp and Paper America Inc.	Escritório comercial	Estados Unidos da América	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Suzano Pulp and Paper Europe S.A.	Escritório comercial	Suíça	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Suzano Shanghai Ltd.	Escritório comercial	China	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Suzano Trading International KFT	Escritório comercial	Hungria	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Suzano Trading Ltd. [7]	Escritório comercial	Ilhas Cayman	Direta	Consolidado		100,00%
Suzano Ventures LLC [3]	*Corporate venture capital*	Estados Unidos da América	Direta	Consolidado	100,00%	
Veracel Celulose S.A.	Produção, comercialização e exportação de celulose	Brasil	Direta	Consolidado proporcional	50,00%	50,00%
Vitex BA Participações S.A. [4][7]	*Holding*	Brasil	Direta	Consolidado		
Parkia BA Participações S.A. [4][7]	*Holding*	Brasil	Direta/Indireta	Consolidado		
Garacuí Comercial Ltda. [4][7]	Produção e comercialização de madeira em pé	Brasil	Indireta	Consolidado		
Vitex SP Participações S.A. [4][7]	*Holding*	Brasil	Direta	Consolidado		
Parkia SP Participações S.A. [4][7]	*Holding*	Brasil	Direta/Indireta	Consolidado		
Sobrasil Comercial Ltda. [4][7]	Produção e comercialização de madeira em pé	Brasil	Indireta	Consolidado		
Vitex MS Participações S.A. [4][7]	*Holding*	Brasil	Direta	Consolidado		
Parkia MS Participações S.A. [4][7]	*Holding*	Brasil	Direta/Indireta	Consolidado		
Duas Marias Comercial Ltda. [4][7]	Produção e comercialização de madeira em pé	Brasil	Indireta	Consolidado		
Vitex ES Participações S.A. [4][7]	*Holding*	Brasil	Direta	Consolidado		
Parkia ES Participações S.A. [4][7]	*Holding*	Brasil	Direta/Indireta	Consolidado		
Claraíba Comercial Ltda. [4][7]	Produção e comercialização de madeira em pé	Brasil	Indireta	Consolidado		
Woodspin Oy	Desenvolvimento, produção, distribuição e comercialização de fibras, fios e filamentos têxteis à base de madeira, produzidos a partir de celulose e celulose microfibrilada.	Finlândia	Direta/Indireta	Equivalência patrimonial	50,00%	50,00%

1) Participação societária encerrada no exercício.
2) Em 14 de fevereiro, 31 de maio, 17 de agosto e 19 de dezembro de 2022, percentual de participação foi alterado em decorrência de emissão de novas ações da entidade para atendimento ao seu programa de opções de ações.
3) Em 17 de maio de 2022, constituição de participação societária.
4) Em 22 de junho de 2022, aquisição de participação societária (nota 1.2.4).
5) Em 9 de agosto de 2022, aquisição de participação societária (nota 1.2.5).
6) Em 22 de setembro de 2022, foi constituída a entidade legal com a participação societária integral da Suzano S.A.
7) Em 30 de setembro de 2022, incorporação da entidade pela Suzano S.A. devido a reestruturação societária.
8) Em 08 de abril de 2022, a entidade foi encerrada.
9) Em 29 de dezembro de 2022, foi constituída a entidade legal com a participação societária integral da Suzano S.A.

1.2. Principais eventos ocorridos no exercício

1.2.1. Efeitos decorrentes do conflito entre Rússia e Ucrânia

Em decorrência do atual conflito entre a Rússia e Ucrânia, a Companhia monitora continuadamente os seus efeitos, diretos e indiretos, refletidos na sociedade, economia e nos mercados (internacional e doméstico), com o objetivo de avaliar os eventuais impactos e riscos para os seus negócios.

Dessa maneira, podemos separar em 4 (quatro) as principais áreas de avaliação da Companhia:

(i) pessoas: a Suzano não possui colaboradores, tampouco instalações, de nenhuma natureza nas localidades relacionadas ao conflito.
(ii) insumos: não identificou nenhum risco de curto e longo prazo, de uma possível interrupção ou escassez no fornecimento de insumos para as suas atividades industriais e florestais. Até o momento, foi verificado apenas uma maior volatilidade nos preços de insumos energéticos e *commodities*.
(iii) logística: no âmbito internacional não houve alteração nas operações logísticas, ou seja, todas as rotas utilizadas permanecem inalteradas e estão mantidas as atracações nas localidades previstas. No âmbito doméstico, também não foi identificada alteração dos fluxos logísticos.
(iv) comercial: até o presente momento, a Companhia continua com as suas transações conforme planejado, mantendo o atendimento a seus clientes em todos os seus setores de atividade. Foi determinado apenas a suspensão das vendas para poucos clientes localizados na Rússia, sem impacto financeiro significativo.

Por fim, é oportuno informar que, em decorrência do atual cenário, a Companhia tem mantido ações para ampliar o monitoramento em conjunto com suas principais partes interessadas, com o objetivo de garantir a atualização necessária e o fluxo de informações tempestivas à dinâmica da conjuntura global para as suas tomadas de decisão.

continua →

→ continuação

suzano

Suzano S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 16.404.287/0001-55

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
2022

www.suzano.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

1.2.2. Dividendos intercalares
Em 7 de janeiro de 2022, conforme aviso de acionistas, foi aprovada a distribuição de dividendos pela Companhia no montante total de R$1.000.000, à razão de R$0,741168104 por ação da Companhia, considerando o número de ações "ex-tesouraria" na presente data, declarados "*ad referendum*" da Assembleia Geral Ordinária que aprovou as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, à conta de lucros acumulados apurados com base no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e em observância ao lucro líquido apurado no balanço semestral datado de 30 de junho de 2021, mesmo após a absorção integral do saldo de prejuízos acumulados da Companhia mediante a compensação parcial do saldo de lucros acumulados conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de outubro de 2021. Os dividendos intercalares foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.
O pagamento dos dividendos intercalares foi efetuado em 27 de janeiro de 2022, em Reais. Não houve atualização monetária ou incidência de juros entre a data da declaração dos dividendos e a data do efetivo pagamento.
Os dividendos são isentos de imposto de renda, de acordo com a legislação em vigor.
1.2.3. Dividendos complementares
Em 26 de abril de 2022, conforme aviso aos acionistas, foi aprovada a distribuição de dividendos complementares pela Companhia, no montante total de R$799.903, à razão de R$0,592805521 por ação, considerando o número de ações "ex-tesouraria", naquela data.
O pagamento dos dividendos complementares foi efetuado em 13 de maio de 2022, em Reais. Não houve atualização monetária ou incidência de juros entre a data da declaração dos dividendos e a data do efetivo pagamento.
Os dividendos são isentos de Imposto de Renda, de acordo com a legislação em vigor.
1.2.4. Contrato de compra e venda de participação societária - Parkia
Em 28 de abril de 2022, a Companhia divulgou por meio de fato relevante, que celebrou em 27 de abril de 2022, um contrato de compra e venda de participação societária designado "*Share Purchase and Sale Agreement*" entre, de um lado, na qualidade de Compradora, a Companhia e, de outro lado, na qualidade de vendedores, o Investimentos Florestais Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP") e a Arapar Participações S.A. ("Arapar" e, em conjunto com FIP, os "Vendedores"), bem como as Companhias Alvo como intervenientes anuentes ("Contrato"), por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para a aquisição, pela Companhia, na data do fechamento, da totalidade das ações detidas pelos Vendedores nas seguintes sociedades: (i) Vitex SP Participações S.A. (ii) Vitex BA Participações S.A. (iii) Vitex ES Participações S.A. (iv) Vitex MS Participações S.A. (v) Parkia SP Participações S.A. (vi) Parkia BA Participações S.A. (vii) Parkia ES Participações S.A. e (viii) Parkia MS Participações S.A. ("Companhias Alvo" e "Operação").
Em contraprestação às ações das Companhias Alvo, a Companhia se comprometeu a pagar um preço base equivalente a US$667.000 (equivalente a R$3.444.255 na data da assinatura do contrato). O preço base estava sujeito a ajustes de preço pós-fechamento, com base na variação do capital de giro das Companhias Alvo.
A conclusão da Operação estava sujeita à verificação de condições precedentes e aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), pelos órgãos societários das Partes e pela Companhia, por meio de Assembleia Geral.
Em 22 de junho de 2022, a Companhia concluiu a aquisição da totalidade das ações das Companhias Alvo e pagou a primeira parcela no valor de US$330.000 (equivalente a R$1.704.054 na data da transação). A segunda parcela, no valor de US$337.000 (equivalente a R$1.740.201 na data da transação), registrado na rubrica contas a pagar de aquisição de ativos e controladas e mantido em Dólar dos Estados Unidos da América com seu vencimento em junho de 2023. O preço base foi ajustado e resultou no pagamento de R$18.726, conforme previsto no contrato.
Considerando as características dos ativos (substancialmente terras, sem processos que caracterizem um negócio), a Companhia optou por aplicar o teste concentração para identificar a concentração do valor justo de acordo com o CPC15 (R1) / IFRS 3. A operação foi contabilizada como uma compra de ativos, uma vez que o ativo principal (ativo imobilizado) concentra, substancialmente, todo o valor justo do conjunto de ativos adquiridos.
Os efeitos contábeis da operação foram inicialmente refletidos na rubrica de investimentos na controladora e na rubrica de imobilizado no consolidado, no balanço patrimonial e em aquisição de controladas, líquido do caixa na demonstração dos fluxos de caixa da controladora. O caixa das Companhias Alvo é de R$4.185.
Em 30 de setembro de 2022, a Companhia incorporou as Companhias Alvo, cujo valor patrimonial, direto e indireto, era de R$9.152.692. A incorporação não resultou em aumento de capital, tendo em vista que a Companhia era titular, direta ou indireta, de 100% do capital social das Companhias alvo.
1.2.5. Compra e venda de participação societária - Caravelas
Em 29 de junho de 2022, a Companhia comunicou ao mercado que, celebrou um contrato de compra e venda de participação societária, na qualidade de Compradora, na data do fechamento irá adquirir a totalidade das ações de emissão da Caravelas Florestal S.A. ("Caravelas").
Em contraprestação às ações da Caravelas, a Companhia se comprometeu a pagar o preço de R$336.000, o qual seria corrigido até o fechamento da Operação e pago em uma única parcela após a verificação de condições precedentes, comumente praticadas pelo mercado nesse tipo de transação, incluindo a aprovação/trânsito em julgado da Operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"). O preço base estava sujeito a correção e ajustes pós fechamento com base na variação de dívida, caixa e demais custos envolvidos da Caravelas.
Em 9 de agosto de 2022, a Companhia concluiu a aquisição da totalidade das ações da Caravelas e considerando correção e ajustes previstos no contrato pagou R$356.854. O preço base foi ajustado e pago em R$10.428, conforme previsto no contrato.
A Companhia optou por aplicar o teste concentração para identificar a concentração do valor justo de acordo com o CPC15 (R1) / IFRS 3. A operação foi contabilizada como uma compra de ativos, uma vez que o ativo principal (ativo imobilizado) concentra, substancialmente, todo o valor justo do conjunto de ativos adquiridos.
Em 30 de setembro de 2022, a Companhia incorporou a Caravelas, cujo valor patrimonial era de R$111.323. A incorporação não resultou em aumento de capital, tendo em vista que a Companhia era titular de 100% do capital social da Caravelas.
1.2.6. Aquisição de negócio *tissue* no Brasil
Em 24 de outubro de 2022, a Companhia comunicou ao mercado que celebrou contrato de aquisição do negócio de *tissue* no Brasil da Kimberly-Clark. O preço base da operação é de US$175 milhões (equivalente a R$922.915 na data da assinatura do contrato), sujeito aos ajustes usuais deste tipo de operação e será pago integralmente na data da conclusão da operação, que está sujeita ao cumprimento de condições precedentes e à aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).
A aquisição envolve uma fábrica localizada em Mogi das Cruzes (SP), que prevê contratualmente uma capacidade instalada de aproximadamente 130 mil toneladas anuais de fabricação, marketing, distribuição e/ou venda no país de produtos de *tissue*, incluindo a propriedade sobre a marca "NEVE", trazendo à Suzano complementariedade de marcas, categorias de produtos e de geografia.
1.2.7. Projeto Cerrado
Em 28 de outubro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização do Projeto Cerrado, que consiste na construção de uma planta de produção de celulose no município de Ribas do Rio Pardo, no estado do Mato Grosso do Sul.
A planta terá capacidade nominal estimada de 2.550.000 toneladas de produção de celulose de eucalipto ao ano, com prazo estimado para início da operação, no segundo semestre de 2024. O investimento total é de R$19.300.000, com pagamentos durante os anos de 2021 a 2024.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* ("*IFRS*") emitidas pelo *International Accounting Standards Board ("IASB")*, e que evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão.
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de Reais ("R$") e as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares, exceto se expresso de outra forma.
A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas na aplicação das políticas contábeis, que afetem os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, incluindo a divulgação dos passivos contingentes assumidos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. As práticas contábeis que requerem maior nível de julgamento e complexidade, bem como para as quais estimativas e premissas são significativas, estão divulgadas na nota 3.2.36.
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:
(i) instrumentos financeiros derivativos e não derivativos mensurados pelo valor justo;
(ii) pagamentos baseados em ações e benefícios a empregados mensurados pelo valor justo; e
(iii) ativos biológicos mensurados pelo valor justo.
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão divulgadas na nota 3.
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando a continuidade de suas atividades operacionais.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas utilizando informações da Suzano e de suas controladas na mesma data-base, exceto para as coligadas Ensyn e Spinnova conforme descrito na nota 3.2.6, bem como, políticas e práticas contábeis consistentes.
As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas na controladora.
Não houve mudança de qualquer natureza em relação a tais políticas e métodos de cálculos de estimativas, exceto pelas novas políticas contábeis apresentadas na nota 3.1, adotadas a partir de 1º de janeiro de 2022 e cujo impacto estimado foi divulgado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.
3.1. Novas políticas contábeis e mudanças nas políticas contábeis
As novas normas e interpretações emitidas, até a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
3.1.1. Combinação de Negócios CPC 15/IFRS 3 - Referência à estrutura conceitual (Aplicável em/ou após 1º de janeiro de 2022. Permitida adoção antecipada, se a entidade também adotar todas as outras referências atualizadas (publicada em conjunto com a Estrutura Conceitual atualizada) na mesma data ou antes)
As alterações atualizam o CPC 15/IFRS 3 de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem no CPC 15/IFRS 3 o alinhamento dos conceitos de obrigações assumidas em linha com o previsto no CPC 25/IAS 37, mantendo para o comprador a aplicação do CPC 25/IAS 37 para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo do ICPC 19/IFRIC 21 - Tributos, o comprador aplica o ICPC 19/IFRIC 21 para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição.
As alterações acrescentam uma declaração explícita de que o comprador não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios.
A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.
3.1.2. CPC 25/IAS 37 - Contratos onerosos: Custo para cumprir um contrato oneroso (Aplicável para períodos anuais em/ou após 1º de janeiro de 2022, permitido adoção antecipada)
As alterações no CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes esclarecem o que representam "custos para cumprir um contrato" quando se avalia se um contrato é oneroso. Algumas entidades que aplicam a abordagem do "custo incremental" podem ter o valor de suas provisões aumentadas, ou novas provisões reconhecidas para contratos onerosos em decorrência da nova definição.
A necessidade de esclarecimento foi provocada pela introdução da IFRS 15/CPC 47, que substituiu os requerimentos existentes relacionados a receita, inclusive orientações contidas no CPC 17 (R1)/IAS 11, que tratava de contratos de construção. Enquanto o CPC 17 (R1)/IAS 11 especificava quais custos eram incluídos como custos para cumprir um contrato, o IAS 37 não o fazia, gerando diversidade de prática. A alteração visa esclarecer quais custos devem ser incluídos na avaliação.
A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.
3.1.3. Imobilizado - CPC 27/IAS 16 - Receitas antes do uso pretendido (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1º de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada)
No processo de construir um item do ativo imobilizado para o uso pretendido, uma entidade pode paralelamente produzir e vender produtos gerados no processo de construção do item do imobilizado. Antes da alteração proposta pelo IASB, eram observadas, na prática, diversas formas de contabilização de tais receitas. O IASB alterou a norma para fornecer orientações sobre a contabilização de tais receitas e os custos de produção relacionados.
Com a nova proposta, a receita da venda não é mais deduzida do custo do imobilizado, mas sim reconhecida na demonstração do resultado juntamente com os custos de produção desses itens. A IAS 2/ CPC 17 Estoques deve ser aplicada na identificação e mensuração dos custos de produção.
A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.
3.1.4. CPC 37 (R1)/IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1º de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada)
A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão. Em virtude da alteração, a controlada que usa a isenção contida na IFRS 1:D16(a) pode agora optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações no exterior ao valor contábil que seria incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para as normas do IFRS, se nenhum ajuste for feito com relação aos procedimentos de consolidação e efeitos da combinação de negócios na qual a controladora adquiriu a controlada. Uma opção similar está disponível para uma coligada ou empreendimento controlado em conjunto que utiliza a isenção contida na IFRS 1:D16(a).
A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.
3.1.5. CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1º de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada)
A alteração esclarece que ao aplicar o teste de 10% para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte.
A alteração é aplicável prospectivamente a modificações e trocas ocorridas na ou após a data em que a entidade aplica a alteração pela primeira vez.
A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.
3.1.6. CPC 06(R2)/IFRS 16 - Arrendamentos (data de vigência não aplicável)
A alteração exclui o exemplo de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros.
Uma vez que a alteração à IFRS 16 constitui apenas um exemplo ilustrativo, nenhuma data de vigência é definida.
A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.
3.1.7. CPC 29/IAS 41 - Ativos biológicos e produto agrícola (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1º de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada)
A alteração exclui a exigência no CPC 29/ IAS 41 para as entidades em excluir os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo. Isso alinha a mensuração do valor justo no CPC 29/ IAS 41 às exigências no CPC 46/ IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo para fins de uso de fluxos de caixa e taxas de desconto internamente consistentes e permite que os preparadores determinem se devem usar fluxos de caixa antes ou depois dos impostos e taxas de desconto para a mensuração do valor justo mais adequada.
A alteração é aplicável prospectivamente, isto é, mensurações de valor justo na ou após a data em que a entidade aplica inicialmente a alteração.
A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.
3.2. Políticas contábeis adotadas
3.2.1. Demonstrações financeiras individuais
Os investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, cujo investimento é reconhecido inicialmente pelo custo de aquisição e, posteriormente ajustado pelas alterações dos ativos líquidos das investidas. Os investimentos em operações controladas em conjunto são reconhecidos proporcionalmente em relação à participação na operação em conjunto.
Adicionalmente, o valor contábil do investimento em controlada é ajustado pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial das controladas, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido da controladora.
3.2.2. Demonstrações financeiras consolidadas
São elaboradas utilizando informações da Suzano e de suas controladas na mesma data-base, exceto para as coligadas Ensyn e Spinnova conforme descrito na nota 3.2.6, bem como, políticas contábeis consistentes. A Companhia consolida todas as controladas sobre as quais detém o controle de forma direta ou indireta, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu investimento com a investida e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.
Adicionalmente, todas as transações e saldos entre a Suzano e suas controladas, coligadas e investimentos controlados em conjunto foram eliminados na consolidação, bem como os lucros ou prejuízos não realizados decorrentes destas transações, líquidos dos efeitos tributários, os investimentos e os respectivos resultados de equivalência patrimonial.
A participação dos acionistas não controladores está destacada.
3.2.3. Demonstração do valor adicionado ("DVA")
A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individual e consolidada, como parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRSs não requerem a apresentação destas demonstrações e, portanto, são consideradas informações suplementares, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.
Adicionalmente, a Companhia adota como política contábil demonstrar o efeito do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos dentro do grupo de valor adicionado para distribuição.
3.2.4. Investimentos em controladas
São todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade.
As entidades controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir.
3.2.5. Investimentos em operações em conjunto
São todas entidades nas quais a Companhia mantém o compartilhamento do controle, contratualmente estabelecido, sobre sua atividade econômica e que existe somente quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas à atividade exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.
Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas são reconhecidos proporcionalmente em relação à participação na operação em conjunto.
3.2.6. Investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto
São reconhecidos inicialmente pelo seu custo e, posteriormente, ajustados pelo método da equivalência patrimonial, sendo acrescido ou reduzido da sua participação no resultado da investida após a data de aquisição.
Nos investimentos em coligadas, a Companhia exerce influência significativa, que é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. Nos empreendimentos controlados em conjunto há o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, no qual as decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.
Em relação as coligadas Ensyn e Spinnova, a equivalência é mensurada com base na última informação disponível e não apresenta efeito relevante em relação ao resultado consolidado e, caso tivesse ocorrido algum evento significativo até 31 de dezembro de 2022, o efeito seria ajustado na demonstração financeira consolidada.
3.2.7. Conversão das demonstrações para moeda funcional e de apresentação
A Companhia definiu que para a sua controladora e todas as suas controladas, a moeda funcional e de apresentação é o Real. Exceto para os investimentos em coligadas no exterior relativos à Ensyn Corporation, F&E Technologies LLC, Spinnova Oy, Woodspin Oy e Celluforce, as moedas funcionais são diferentes do Real, cujos efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão das demonstrações financeiras, são registrados em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.
As demonstrações financeiras individuais de cada controlada, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são preparadas utilizando-se a moeda local em que a controlada opera e convertidas para a moeda funcional e de apresentação da Companhia.
3.2.7.1. Transações e saldos em moeda estrangeira
São convertidas adotando-se os seguintes critérios:
(i) ativos e passivos monetários convertidos pela taxa de câmbio do final do exercício;
(ii) ativos e passivos não monetários convertidos pela taxa histórica da transação;
(iii) receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média das taxas diárias (PTAX); e
(iv) os efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão dos itens acima, são registrados no resultado financeiro do exercício.
3.2.8. Economias hiperinflacionárias
Entidades sediadas na Argentina, país considerado de economia hiperinflacionária, são sujeitas aos requerimentos do CPC 42 / IAS 29 - Economias Hiperinflacionárias. Os itens não monetários e o resultado destas entidades são corrigidos pela alteração do índice de correção entre a data inicial de reconhecimento e o fim do exercício de apresentação, a fim de que o balanço da controlada esteja registrado ao valor corrente.
Entretanto, a controlada da Companhia sediada na Argentina, tem o Real como moeda funcional e, desta forma, não é considerada uma entidade com moeda hiperinflacionária e não apresenta sua demonstração financeira individual de acordo com o CPC 42 / IAS 29 - Economias Hiperinflacionárias. As demonstrações financeiras são apresentadas ao custo histórico.
3.2.9. Combinações de negócios
São contabilizadas com a utilização do método de aquisição quando há transferência de controle para a adquirente. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócios, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou instrumentos de patrimônio os quais são apresentados como redutores da dívida ou no patrimônio líquido, respectivamente.
Na combinação de negócios, são avaliados os ativos adquiridos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.
Inicialmente, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill)* é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill)* é mensurado pelo custo deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill)* é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que serão beneficiadas pela aquisição.
Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos.
Passivos contingentes relacionados a assuntos de natureza tributária, cível e trabalhista, classificados na adquirida como risco de perda possível e remoto, são reconhecidos na adquirente, pelos seus valores justos.
Nas transações de aquisição de investimentos em coligadas e com controle compartilhado aplicam-se as orientações complementares ao CPC 15/IFRS 3 - Combinação de Negócios, CPC 19/IFRS 11 - Negócios em Conjunto e CPC 18/IAS 28 - Investimentos em Coligadas, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da adquirente no patrimônio líquido da adquirida a partir da data de aquisição. O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill)* é mensurado e segregado do valor contábil do investimento. Outros ativos intangíveis identificados na transação deverão ser alocados proporcionalmente à participação adquirida pela Companhia, pela diferença entre os valores contábeis registrados na entidade negociada e seu valor justo apurado (mais valia dos ativos), os quais são passíveis de serem amortizados.
Nas demonstrações financeiras individuais, o excesso de valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos em relação ao patrimônio líquido na data da aquisição das controladas permanece registrado na conta de investimento na rubrica de mais valia de ativos de controladas.
3.2.10. Informação por segmento
Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio para obter receitas e incorrer despesas. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração da Companhia revisa as informações financeiras para tomada de decisão. A Administração da Companhia identificou os segmentos operacionais, que atendem aos parâmetros quantitativos e qualitativos de divulgação e representam principalmente canais de venda.
3.2.11. Caixa e equivalentes de caixa
Compreende os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, cujos vencimentos originais, na data da aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

continua →

→ continuação

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
2022

Suzano S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 16.404.287/0001-55

www.suzano.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

3.2.12. Instrumentos financeiros

3.2.12.1. Classificação

Os instrumentos financeiros são classificados com base nas características individuais e no modelo de gestão do instrumento ou da carteira em que está contido, cujas categorias de mensuração e apresentação são:
(i) custo amortizado;
(ii) valor justo por meio do resultado abrangente; e
(iii) valor justo por meio do resultado.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, na data a qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os instrumentos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

3.2.12.1.1. Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado

São instrumentos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido.

Compreende o saldo das rubricas caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros ativos, classificados como ativos financeiros e o saldo das rubricas de empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar de arrendamento, contas a pagar de aquisição de ativos e de controladas, fornecedores e outros passivos, classificados como passivos financeiros.

3.2.12.1.2. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente

São instrumentos financeiros mantidos pela Companhia (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Adicionalmente, são classificados nessa categoria os investimentos em instrumentos patrimoniais, no qual no reconhecimento inicial, a Companhia optou por apresentar as alterações subsequentes do seu valor justo em outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas na rubrica do resultado financeiro, líquido, exceto pelo valor justo dos investimentos em instrumentos patrimoniais, que são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Compreende o saldo da rubrica outros investimentos.

3.2.12.1.3. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados nessa categoria, os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido, para instrumentos financeiros não derivativos e na rubrica resultado dos instrumentos financeiros derivativos, para os instrumentos financeiros derivativos.

Compreende o saldo das rubricas de aplicações financeiras, classificado como ativos financeiros e dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos e opções de compra de ações, classificados como ativos e passivos financeiros.

3.2.12.2. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é registrado no balanço patrimonial quando há (i) um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e (ii) uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2.12.3. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros

3.2.12.3.1. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Anualmente, a Companhia avalia se há evidência de que o ativo financeiro possa estar sujeito a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), sendo que é registrada, somente, após a verificação do resultado de um ou mais eventos ocorridos posteriormente ao reconhecimento inicial e se impactar nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro que possa ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) incluem:
(i) dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
(ii) evento de *default* no contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
(iii) quando a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não receberia;
(iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
(v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; e
(vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.

O montante da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é mensurado pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido e o valor da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecido na demonstração de resultado. Em mensuração subsequente, havendo uma melhora na classificação do ativo, como por exemplo, melhoria no nível de crédito do devedor, a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecida anteriormente, deve ser revertida na demonstração do resultado.

3.2.12.3.2. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente

Anualmente, a Companhia avalia se há evidência de que o ativo financeiro possa estar sujeito a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Para tais ativos financeiros, uma redução relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo, é uma evidência de que o ativo está deteriorado e a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda reconhecida anteriormente em outros resultados abrangentes, deverá ser reconhecida na demonstração do resultado.

3.2.13. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e, subsequentemente, são mensurados ao seu valor justo, cujas variações são registradas na rubrica resultado dos instrumentos financeiros derivativos, na demonstração de resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos embutidos em contratos principais, não derivativos, são tratados como um derivativo separado quando seus riscos e características não estiverem intrinsicamente relacionados aos dos contratos principais e estes não forem mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Para os instrumentos financeiros derivativos embutidos que não possuam característica de opções, estes são separados do seu contrato principal de acordo com os seus termos substantivos expressos ou implícitos, para que o valor justo seja zero no reconhecimento inicial.

3.2.14. Contas a receber de clientes

São registradas pelo valor nominal faturado na data da venda, no curso normal das atividades da Companhia, ajustadas pela variação cambial quando denominadas em moeda estrangeira e, quando aplicável, deduzidas das perdas de crédito esperadas.

A Companhia utiliza a matriz de provisões por vencimento com o agrupamento apropriado de sua carteira. Quando necessário, com base em análise individual, a provisão para perda esperada é complementada.

A posição de vencimentos da carteira de clientes é analisada mensalmente e, para os clientes que apresentam saldos vencidos é efetuada uma avaliação específica de cada um, considerando o risco de perda envolvido, a existência de seguros contratados, cartas de crédito, garantias reais e situação financeira. Em caso de inadimplência, esforços de cobrança são efetuados, por meio de contatos diretos com os clientes e cobrança por meio de terceiros. Caso esses esforços não sejam suficientes, medidas judiciais são consideradas e é registrada uma perda de crédito esperada em contrapartida à rubrica despesas com vendas na demonstração de resultado. Os títulos são baixados contra a provisão, à medida que a Administração considera que estes não são mais recuperáveis após ter tomado todas as medidas cabíveis para recebê-los.

3.2.15. Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição ou formação dos produtos acabados, líquido dos tributos recuperáveis e seu valor líquido de realização.

O custo dos produtos acabados e em elaboração inclui matérias-primas, mão-de-obra, custo de produção, transporte e armazenagem e despesas gerais de produção, que estão relacionados a todos os processos necessários para a colocação dos produtos em condições de venda.

As importações em andamento são apresentadas pelo custo incorrido até a data do balanço.

O custo da madeira transferida da rubrica de ativos biológicos para estoques é mensurado ao valor justo mais os gastos com colheitas e frete.

Provisões para perda, ajustes a valor líquido de realização, itens deteriorados e estoques de baixa movimentação são registrados quando necessário. As perdas normais de produção integram o custo de produção do respectivo mês, enquanto as perdas anormais, se houver, são registradas diretamente na rubrica de custo dos produtos vendidos sem transitar pelos estoques.

3.2.16. Ativos não circulantes mantidos para venda

São mensurados com base no menor montante entre o valor contábil e o valor justo, deduzidos das despesas de venda e não são depreciados ou amortizados. Tais itens somente são classificados nesta rubrica quando a venda for altamente provável e os itens estiverem disponíveis para venda imediata em suas condições atuais.

3.2.17. Ativos biológicos

Os ativos biológicos para produção (florestas maduras e imaturas) são florestas de eucalipto de reflorestamento, com ciclo de formação entre o plantio até a colheita de aproximadamente 7 (sete) anos, mensurados ao valor justo menos as despesas de vendas. A exaustão é mensurada pela quantidade de ativo biológico exaurido (colhido) e avaliado ao seu valor justo.

Para a determinação do valor justo, foi aplicada a técnica da abordagem de receita ("*income approach*") utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado, de acordo com o ciclo de produtividade projetado para estes ativos. As premissas utilizadas na mensuração do valor justo são revistas semestralmente, pois a Companhia considera que esse intervalo é suficiente para que não haja defasagem significativa do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado contabilmente. As premissas significativas estão apresentadas na nota 13.

O ganho ou perda na avaliação do valor justo é reconhecida na rubrica receitas (despesas) operacionais, líquidas.

Os ativos biológicos em formação com idade inferior a 2 (dois) anos são mantidos contabilmente pelo seu custo de formação. As áreas de preservação ambiental permanente não são registradas contabilmente, por não se caracterizarem como ativos biológicos, e não são incluídos na mensuração ao valor justo.

3.2.18. Imobilizado

Mensurado pelo custo de aquisição, formação, construção ou restauração, líquido dos impostos recuperáveis. Este custo é deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável, que é o maior valor entre o de uso e o de venda, menos os custos de venda. Os custos de empréstimos e financiamentos são registrados como parte dos custos do imobilizado em andamento, considerando a taxa média ponderada, ajustada pela equalização dos efeitos cambiais, de empréstimos e financiamentos, vigente na data da capitalização de acordo com a política da Companhia.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não sofrem depreciação.

A Companhia realiza anualmente a análise de indícios de perda no valor recuperável (*impairment*) do ativo imobilizado. A provisão para perda ao valor recuperável do ativo imobilizado somente é reconhecida se a unidade geradora de caixa ("UGC") à qual o ativo está relacionado sofrer perda por desvalorização. Essa condição também se aplica mesmo se o valor recuperável do ativo for menor do que seu valor contábil. O valor recuperável do ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo líquido de despesas de vendas.

O custo das principais reformas é capitalizado quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o desempenho inicialmente estimado para o ativo e são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Os demais custos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado quando incorridos.

Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são mensurados pela comparação do valor da venda e o valor contábil residual e são reconhecidos na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas na data de alienação.

3.2.19. Arrendamento

Um contrato é, ou contém um arrendamento se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação, para o qual é necessário avaliar se:
(i) o contrato envolve o uso de um ativo identificado, que pode estar explícito ou implícito, e pode ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver o direito substancial de substituir o ativo, então o ativo não é identificado;
(ii) a Companhia tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante o período do contrato; e
(iii) a Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo. A Companhia tem o direito de tomada de decisão para alterar como e para qual finalidade o ativo é usado, se:
- tem o direito de operar o ativo, ou
- projetou o ativo, de forma que predetermina como e para qual finalidade será usado.

No início do contrato, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento que representa a obrigação de efetuar os pagamentos relacionados ao ativo subjacente do arrendamento.

O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e compreende o montante inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento efetuado até a data de início do contrato, adicionado de qualquer custo direto inicial incorrido e estimativa de custo de desmontagem, remoção, restauração do ativo no local onde está localizado, menos qualquer incentivo recebido.

O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o término do prazo do arrendamento. Com exceção aos contratos de terrenos que são prorrogados automaticamente por igual período por meio de notificação ao arrendador, para os demais não são permitidas renovações automáticas e por prazo indeterminado, assim como o exercício da extinção contratual é um direito de ambas as partes.

O passivo de arrendamento bruto de PIS/COFINS, é inicialmente mensurado pelo valor presente, descontado com base na taxa nominal de empréstimo incremental.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando existir mudança:
(i) nos pagamentos futuros decorrentes de uma mudança em índice ou taxa;
(ii) na estimativa do montante esperado a ser pago no valor residual garantido; ou
(iii) na avaliação se a Companhia exercerá a opção de compra, prorrogação ou rescisão.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado, o valor do ajuste correspondente é registrado no valor contábil do ativo de direito de uso ou no resultado, se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia não possui registrados contratos de arrendamento com cláusulas de:
(i) pagamentos variáveis que sejam baseados na performance dos ativos arrendados;
(ii) garantia de valor residual; e
(iii) restrições, como por exemplo, obrigação de manter coeficientes financeiros.

Os contratos de baixo valor ou de curto prazo, enquadrados na isenção da norma, referem-se, respectivamente, àqueles cujos valores individuais dos ativos são inferiores a US$5 ou com prazo de vencimento inferior a 12 meses, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

3.2.20. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios têm seu custo definido como o valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) sempre que houver indício de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa relacionada ao seu uso e consistente com a vida útil econômica do ativo intangível.

As amortizações de contrato de fornecedores e serviços portuários, concessão de portos, contratos de arrendamento e cultivares são registrados no custo das vendas, a amortização com relacionamento com clientes nas despesas comerciais, amortizações de marcas e patentes, acordo de não competição, acordo de pesquisa e desenvolvimento e desenvolvimento e implantação de sistemas nas despesas administrativas, enquanto que as amortizações de softwares são registradas de acordo com a sua utilização, podendo ser custo das vendas, despesas administrativas ou comerciais.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação às perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), individualmente ou no nível da UGC. A alocação é feita para a UGC ou grupo de UGCs que representa o menor nível dentro da entidade, no qual o ágio é monitorado para propósitos internos da Administração, e que se beneficiou da combinação de negócios. A Companhia registra neste subgrupo principalmente ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) e servidão de passagem.

A realização do teste envolveu a adoção de premissas e julgamentos, divulgados na nota 16.

3.2.21. Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), correntes e diferidos

Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, correntes e diferidos. Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial.

O encargo corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas nos países em que a Companhia e suas controladas e coligadas atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os impostos e contribuições diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados.

Impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas e coligadas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não seja revertida em um futuro previsível.

Os impostos e contribuições diferidos ativos e passivos são compensados pelo montante líquido no balanço sempre que relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

3.2.22. Fornecedores

Corresponde às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades da Companhia, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva e ajustadas pelas variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicável.

3.2.23. Empréstimos, financiamentos e debêntures

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e liquidados é reconhecida na demonstração do resultado, utilizando o método da taxa efetiva de juros durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto.

Os custos de empréstimos e financiamentos, que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável de acordo com a política da Companhia, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que resultará em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. A Companhia não possui empréstimos específicos para obtenção de ativos qualificáveis. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.2.24. Provisões, ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são registrados. O reconhecimento somente é realizado quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, quando os benefícios econômicos decorrentes de ações judiciais são praticamente certos e cujo valor seja possível ser mensurado com segurança. Os ativos contingentes avaliados como êxitos prováveis são divulgados em nota explicativa, quando material.

Uma provisão é reconhecida na medida em que a Companhia espera desembolsar fluxos de caixa, que possa ser mensurada com segurança. Os processos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança, sendo registrados líquidos dos depósitos judiciais, na rubrica de "provisões para passivos judiciais". Quando a expectativa de perda nestes processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Os passivos contingentes de combinações de negócios são reconhecidos se forem decorrentes de uma obrigação presente que surgiu de eventos passados e se o seu valor justo puder ser mensurado com confiabilidade. São mensurados pelo maior valor entre:
(i) o valor que seria reconhecido de acordo com a política contábil de provisões acima descrita; ou
(ii) o valor inicialmente reconhecido, deduzido, quando for o caso, da receita reconhecida de acordo com a política de reconhecimento de receita de contrato com cliente.

3.2.25. Provisão para desmobilização de ativos

Compreende os custos para a desmobilização de células de aterro industrial e desativação dos ativos vinculados aos aterros. O reconhecimento inicial é um passivo de longo prazo em contrapartida ao ativo imobilizado vinculado e corresponde ao valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros descontado por uma taxa livre de risco ajustada. O passivo de longo prazo é remensurado por uma taxa de desconto de longo prazo, reconhecido na rubrica de outros passivos em contrapartida ao resultado financeiro. O ativo imobilizado vinculado é depreciado linearmente pela vida útil do bem principal em contrapartida à rubrica de custo de produto vendido na demonstração de resultado.

3.2.26. Pagamento baseado em ações

Os executivos e administradores da Companhia recebem parcela de sua remuneração por meio de planos de pagamento baseado em ações com liquidação em dinheiro e em ações, com alternativa de liquidação em dinheiro.

As despesas com os planos são reconhecidas no resultado em contrapartida a um passivo financeiro, durante o período de aquisição quando os serviços são recebidos. O passivo financeiro é mensurado pelo seu valor justo a cada data de balanço e sua variação é reconhecida na rubrica despesas administrativas, na demonstração de resultado.

Na data de exercício da opção e na situação de tais opções serem exercidas pelo executivo para recebimento de ações da Companhia, o passivo financeiro é reclassificado para a rubrica opções de ações outorgadas no patrimônio líquido. No caso de exercício da opção em dinheiro, a Companhia liquida o passivo financeiro em favor do executivo.

3.2.27. Benefícios a empregados

A Companhia oferece benefícios relativos à plano de aposentadoria suplementar de contribuição definida a todos os funcionários e assistência médica e seguro de vida para determinado grupo de ex-funcionários, sendo que para os dois últimos benefícios, anualmente, são elaborados estudos atuariais por profissional independente e são revisados pela Administração. O respectivo impacto é reconhecido na rubrica de passivos atuariais.

As mensurações, que compreendem os ganhos e perdas atuariais, são reconhecidas na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial quando incorridos. Os juros incorridos, decorrentes das alterações no valor presente do passivo atuarial são registrados na rubrica de despesas financeiras, na demonstração de resultado.

3.2.28. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

3.2.29. Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas a valor justo quando há razoável segurança de que as condições estabelecidas foram cumpridas e o benefício será recebido. São registradas como receita ou redução de despesa no resultado de fruição do benefício e, posteriormente, são reclassificadas de lucros acumulados para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido, quando aplicável.

3.2.30. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio é reconhecida como um passivo, apurado com base na legislação societária, no estatuto social e na política de dividendos da Companhia, que estabelece que o dividendo mínimo anual é o menor valor entre (i) 25% do lucro líquido ajustado ou (ii) da geração de caixa operacional consolidado no exercício e, desde que declarados antes do final do exercício. Qualquer parcela excedente dos dividendos mínimos obrigatórios, caso seja declarada após a data do balanço, deve ser registrada na rubrica dividendos adicionais propostos, no patrimônio líquido, até aprovação pelos acionistas, em assembleia geral. Após aprovação, é efetuada a reclassificação para o passivo circulante.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

3.2.31. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à oferta pública são registrados, de forma destacada, em conta redutora do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos fiscais.

3.2.32. Reconhecimento da receita

As receitas de contratos com clientes são reconhecidas à medida em que ocorre a transferência de controle dos produtos aos clientes, representada pela capacidade de determinar o uso dos produtos e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios restantes provenientes dos produtos.

continua →

→ continuação

Suzano S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 16.404.287/0001-55

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
2022

www.suzano.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Para isso, a Companhia utiliza o modelo de 5 etapas: (i) identificação dos contratos com os clientes (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos (iii) determinação do preço da transação (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

Para o segmento operacional Celulose, o reconhecimento da receita baseia-se nos parâmetros previstos pelo (i) Termos Internacionais de Comércio ("*Incoterms*") correspondente, quando destinado ao mercado externo e (ii) tempo de trânsito ("*lead time*"), quando destinado ao mercado interno.

Para os segmentos operacionais Papel e Bens de Consumo, o reconhecimento da receita, baseia-se nos parâmetros previstos pelo (i) Termos Internacionais de Comércio ("*Incoterms*") correspondente e (ii) no tempo de trânsito ("*lead time*") e são produtos destinados aos mercados externo e interno.

São mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos e reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência, quando o valor é mensurado com segurança.

A experiência acumulada é usada para estimar e registrar as provisões para abatimentos e descontos por meio do método de valor estimado. A receita é reconhecida apenas na medida em que for altamente provável que não irá ocorrer uma reversão significativa. Uma provisão para reembolso (incluído em contas a receber de clientes) é reconhecida para os abatimentos e descontos estimados a pagar a clientes com relação a vendas realizadas até o fim do exercício. As vendas são realizadas no curto prazo, portanto, não têm caráter de financiamento e não são descontadas ao valor presente.

3.2.33. Receitas e despesas financeiras

Abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros, pela taxa efetiva de juros que inclui a amortização de custos de captação, ganhos e perdas nos instrumentos financeiros derivativos, juros sobre empréstimos e financiamentos, variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos e outros ativos e passivos financeiros e variações monetárias sobre outros ativos e passivos. As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

3.2.34. Resultado básico por ação

O cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação é efetuado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O cálculo do lucro (prejuízo) diluído por ação é efetuado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, somadas à quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

3.2.35. Participação dos funcionários e administradores no resultado

Os funcionários têm direito a uma participação no resultado com base em determinadas metas acordadas anualmente. Já para os administradores são utilizadas como base as disposições estatutárias, propostas pelo Conselho de Administração e aprovadas pelos acionistas. As provisões para participação são reconhecidas na rubrica de salários e encargos sociais em contrapartida a rubrica de despesa administrativa, durante o período em que as metas são atingidas.

3.2.36. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis relevantes

Conforme divulgado na nota 2, a Administração utilizou-se de julgamentos, estimativas e premissas contábeis com relação ao futuro, cuja incerteza pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos, passivos, receitas e despesas em exercícios futuros, e são apresentados a seguir:

- controle, influência significativa e consolidação (nota 1.1);
- transações com pagamento baseado em ações (nota 22);
- transferência de controle para reconhecimento da receita (nota 28);
- valor justo de instrumentos financeiros (nota 4);
- análise anual do valor recuperável de ativos não financeiros (notas 15 e 16);
- perdas de crédito esperadas (nota 7);
- provisão para perdas nos estoques (nota 8);
- análise anual do valor recuperável de tributos (notas 9 e 12);
- valor justo dos ativos biológicos (nota 13);
- vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida (notas 15 e 16);
- análise anual do valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill)* (nota 16);
- provisão para passivos judiciais (nota 20); e
- benefícios de aposentadoria (nota 21).

A Companhia revisa continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis e qualquer alteração, é reconhecida nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas.

3.3. Políticas contábeis ainda não adotadas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não adotadas até 31 de dezembro de 2022, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.3.1. Alterações à CPC 26 (R1)/IAS 1 - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1º de janeiro de 2023, permitida adoção antecipada)

As alterações do CPC 26/IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.

As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de "liquidação" para esclarecer que se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

3.3.2. Alterações a CPC 26(R1)/ IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de Políticas Contábeis (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em/ou após 1º de janeiro de 2023)

Alteram os requisitos do CPC 26/IAS 1 no que diz respeito à divulgação de políticas contábeis. As alterações substituem todas as instâncias do termo "políticas contábeis significativas" por "informações de políticas contábeis relevantes". As informações de políticas contábeis são relevantes se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, pode-se razoavelmente esperar que influenciem as decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras. Ao aplicar as alterações, a entidade divulga suas políticas contábeis relevantes, ao invés de suas políticas contábeis significativas.

Os parágrafos de suporte do CPC 26/IAS 1 também foram alterados para esclarecer que a informação da política contábil relacionados a transações, outros acontecimentos ou condições irrelevantes são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações de política contábil podem ser relevantes devido à natureza das transações relacionadas, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam imateriais. No entanto, nem todas as informações de política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições materiais são, por si só, relevantes.

3.3.3. Alterações à CPC 23/ IAS 8 - Definição de Estimativas Contábeis (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em/ou após 1º de janeiro de 2023)

A alteração substitui a definição de "mudança de estimativa contábil" por "estimativa contábil". De acordo com a nova definição, as estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração".

A definição de mudança de estimativa contábil foi eliminada. No entanto, o IASB manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na norma, com os seguintes esclarecimentos:

(i) Uma mudança na estimativa contábil que resulta de novas informações ou novos desenvolvimentos não é a correção de um erro; e
(ii) Os efeitos de uma mudança em um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil são mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da correção de erros de períodos anteriores.

3.3.4. Alterações à CPC 32/ IAS 12 - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em/ou após 1º de janeiro de 2023

As alterações introduzem uma outra exceção à isenção do reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, uma entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e não afete nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Por exemplo, isso pode surgir no reconhecimento de um passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso correspondente aplicando o CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos na data de início de um arrendamento.

Em consonância com as alterações do CPC 32/IAS 12, uma entidade é obrigada a reconhecer os respetivos ativos e passivos diferidos, sendo que o reconhecimento de ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade da CPC 32/IAS 12.

As alterações aplicam-se a transações que ocorram no ou após o início do período comparativo mais antigo apresentado. Além disso, no início do período comparativo mais antigo, uma entidade reconhece:

(i) um ativo fiscal diferido (na medida em que seja provável que o lucro tributável estará disponível contra o qual a diferença temporária dedutível pode ser utilizada) e um passivo fiscal diferido para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a:
   - ativos de direito de uso e passivos de arrendamento; e
   - desativação, restauração e passivos semelhantes e os valores correspondentes reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado.
(ii) o efeito cumulativo da aplicação inicial das alterações como um ajuste ao saldo inicial dos lucros acumulados ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável, naquela data.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

4.1. Gerenciamento de riscos financeiros

4.1.1. Visão geral

Em decorrência de suas atividades, a Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, os quais são gerenciados em conformidade com as Políticas de Gestão de Riscos Financeiros, de Risco de Contrapartes e Emissores, de Endividamento Financeiro, de Gestão de Derivativos e de Gestão de Caixa ("Políticas Financeiras"), as quais foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de agosto de 2020.

Os principais fatores considerados pela Administração são:

(i) liquidez;
(ii) crédito;
(iii) taxas de câmbio;
(iv) taxas de juros;
(v) oscilações de preços de commodities; e
(vi) capital.

A Administração foca na geração de resultados consistentes e sustentáveis ao longo do tempo, entretanto, em decorrência dos fatores de riscos externos, níveis indesejados de volatilidade podem influenciar a geração de caixa e resultados da Companhia.

A Companhia dispõe de políticas e procedimentos para a gestão dos riscos financeiros, que visam:

(i) reduzir, mitigar ou transferir exposições visando proteger o fluxo de caixa e o patrimônio da Companhia contra oscilações de preços de mercado de insumos e produtos, taxas de câmbio e de juros, índices de preços e de correção ("riscos de mercado") ou ainda outros ativos ou instrumentos negociados em mercados líquidos ou não ("riscos de liquidez") aos quais o valor dos ativos, passivos ou geração de caixa estejam expostos;
(ii) estabelecer limites e instrumentos com o objetivo de alocar o caixa da Companhia dentro de parâmetros aceitáveis de exposição de risco de crédito de instituições financeiras; e
(iii) otimizar a contratação de instrumentos financeiros para proteção da exposição em risco, considerando e se beneficiando de *hedges* naturais e das correlações entre os preços de diferentes ativos e mercados, evitando o desperdício de recursos com a contratação de operações de modo ineficiente. As operações financeiras contratadas pela Companhia visam a proteção das exposições existentes, sendo vedada à assunção de novos riscos que não aqueles decorrentes de suas atividades operacionais.

Instrumentos de *hedge* são contratados exclusivamente visando proteção e são pautados nos seguintes termos:

(i) proteção do fluxo de caixa contra descasamento de moedas;
(ii) proteção do fluxo de receita para liquidação e juros de dívidas às oscilações de taxas de juros e moedas; e
(iii) oscilações no preço da celulose ou outros insumos relacionados a produção.

A Tesouraria é a responsável pela identificação, avaliação e busca de proteção contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração aprova as políticas financeiras que estabelecem os princípios e normas para a gestão de risco global, as áreas envolvidas nestas atividades, o uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e a alocação do excedente de caixa.

A Companhia utiliza os instrumentos financeiros de maior liquidez, e:

(i) não contrata operações alavancadas ou com outras formas de opções embutidas que alterem sua finalidade de proteção (*hedge*);
(ii) não possui dívida com duplo indexador ou outras formas de opções implícitas; e
(iii) não tem operações que requeiram depósito de margem ou outras formas de garantia para o risco de crédito das contrapartes.

A Companhia não adota a modalidade de contabilização *hedge accounting*. Dessa forma, os ganhos e perdas mensurados nas operações com derivativos, estão integralmente reconhecidos na demonstração do resultado e divulgados na nota 27.

A Companhia manteve sua postura conservadora e posição robusta em caixa e aplicações financeiras, bem como sua política de *hedge*, durante a crise causada pela pandemia da COVID-19 e mesmo tendo havido reflexos no valor justo de seus instrumentos financeiros em decorrência dos efeitos em todas as economias globais, os impactos foram de acordo com os cenários de estresse cambial apresentados nas análises de sensibilidade divulgadas em relatórios anteriores, e medidas foram tomadas em relação aos riscos associados aos instrumentos financeiros, em especial aos riscos de liquidez, crédito e variação cambial, conforme descritos a seguir.

4.1.2. Classificação

Todas as transações com instrumentos financeiros estão reconhecidas contabilmente e classificadas nas seguintes categorias:

	Nota	Controladora 31 de dezembro de 2022	Controladora 31 de dezembro de 2021	Consolidado 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2021
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.479.401	180.729	9.505.951	13.590.776
Contas a receber de clientes	7	3.568.755	7.884.683	9.607.012	6.531.465
Dividendos a receber	11	16.917	21.089	7.334	6.604
Outros ativos (1)		862.512	747.261	931.173	886.112
		5.927.585	8.833.762	20.051.470	21.014.957
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes					
Investimento - Celluforce	14.1	24.917	28.358	24.917	28.358
		24.917	28.358	24.917	28.358
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	4.5.1	4.873.749	1.442.140	4.873.749	1.442.140
Aplicações financeiras	6	3.305.380	5.289.072	7.965.742	7.758.329
		8.179.129	6.731.212	12.839.491	9.200.469
		14.131.631	15.593.332	32.915.878	30.243.784
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores	17	5.494.489	2.628.050	6.206.570	3.288.897
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18.1	13.423.804	13.590.791	74.574.591	79.628.629
Contas a pagar de arrendamento	19.2	6.100.695	5.806.383	6.182.530	5.893.194
Partes relacionadas	11	60.185.993	70.442.911		
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	23	2.062.322	405.952	2.062.322	405.952
Dividendos a pagar	11	2.720	916.751	5.094	919.073
Outros passivos (1)		114.452	121.223	147.920	164.216
		87.384.475	93.912.061	89.179.027	90.299.961
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	4.5.1	4.846.795	7.894.179	4.846.795	7.894.528
		4.846.795	7.894.179	4.846.795	7.894.528
		92.231.270	101.806.240	94.025.822	98.194.489
		78.099.639	86.212.908	61.109.944	67.950.705

1) Não inclui itens não classificados como instrumentos financeiros.

4.1.3. Valor justo dos empréstimos e financiamentos

Os instrumentos financeiros são registrados pelos seus valores contratuais. Os contratos de instrumentos financeiros derivativos, utilizados exclusivamente com a finalidade de proteção, são mensurados ao valor justo.

Para determinação dos valores de mercado dos instrumentos financeiros negociados em mercados públicos e liquidados, foram utilizadas as cotações de mercado de fechamento nas datas dos balanços. O valor justo dos *swaps* de taxas de juros e índices é calculado com base no valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, descontados às taxas de juros correntes disponíveis para as operações com condições e prazos de vencimento remanescentes similares. Este cálculo é feito com base nas cotações da B3 e ANBIMA para transações de taxas de juros em reais e da *British Bankers Association* e *Bloomberg* para transações de taxa *London Interbank Offered Rate* ("*LIBOR*"). O valor justo dos contratos futuros ou a termo de taxas de câmbio é determinado usando-se as taxas de câmbio *forward* prevalecentes nas datas dos balanços, de acordo com as cotações da B3.

Para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados de balcão ou sem liquidez, são utilizadas diversas premissas e métodos baseados nas condições normais de mercado e não para liquidação ou venda forçada, em cada data de balanço, incluindo a utilização de modelos de precificação de opções, como *Garman-Kohlhagen*, e estimativas de valores descontados de fluxos de caixa futuros. O valor justo dos contratos para fixação de preços de *bunker* de petróleo é obtido com base nas cotações do índice *Platts*.

O resultado da negociação de instrumentos financeiros é reconhecido nas datas de fechamento ou contratação das operações, onde a Companhia se compromete a comprar ou vender estes instrumentos. As obrigações decorrentes da contratação de instrumentos financeiros são eliminadas de nossas demonstrações financeiras apenas quando estes instrumentos expiram ou quando os riscos, obrigações e direitos deles decorrentes são transferidos.

Os valores justos estimados dos empréstimos e financiamentos, são apresentados a seguir:

	Curva de desconto / Metodologia	Controladora 31 de dezembro de 2022	Controladora 31 de dezembro de 2021	Consolidado 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2021
Cotados no mercado secundário					
Em moeda estrangeira					
Bonds	Mercado secundário			40.309.832	51.183.520
Estimados ao valor presente					
Em moeda estrangeira					
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	LIBOR		18.628	17.724.315	19.441.297
Financiamento de ativos	SOFR	138.644		138.644	
Em moeda nacional					
BNDES - TJLP	DI 1	224.133	278.072	292.487	355.494
BNDES - TLP	DI 1	1.393.010	686.247	1.393.010	686.247
BNDES - Fixo	DI 1	20.642	41.602	21.656	44.544
BNDES - Selic ("Sistema Especial de Liquidação e de Custódia")	DI 1	575.129	543.269	575.129	543.269
BNDES - UMBNDES	DI 1			10.866	25.001
CRA ("Certificado de Recebíveis do Agronegócio")	DI 1/IPCA	1.835.336	3.281.250	1.835.336	3.281.250
Debêntures	DI 1	5.643.440	5.633.533	5.643.440	5.633.533
NCE ("Notas de Crédito à Exportação")	DI 1	1.384.396	1.352.291	1.384.396	1.352.291
NCR ("Nota de Crédito Rural")	DI 1	294.089	289.344	294.089	289.344
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	DI 1	1.320.415	1.321.449	1.320.415	1.321.449
		12.829.234	13.445.685	70.943.615	84.157.239

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos estão divulgados na nota 18.

A Administração considera que para os demais passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, os seus valores contábeis se aproximam dos seus valores justos e por isso não está sendo apresentada a informação dos seus valores justos.

4.2 Administração de risco de liquidez

A Companhia tem como objetivo manter uma posição robusta em caixa e aplicações financeiras de forma a fazer frente aos seus compromissos financeiros e operacionais. O montante mantido em caixa tem como objetivo cumprir com os desembolsos previstos no curso normal de suas operações, enquanto o excedente é investido, em geral, em aplicações financeiras de alta liquidez contratadas junto às instituições financeiras com alto grau de investimento de acordo com a Política de Gestão de Caixa.

O monitoramento da posição de caixa é acompanhado pela Administração da Companhia, por meio de relatórios gerenciais e participação em reuniões de desempenho com frequência determinada. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a variação na posição de caixa e aplicações financeiras foi dentro do esperado, sendo que o caixa consolidado gerado na operação foi utilizado em sua maior parte para investimentos e pagamentos de juros e amortizações.

Em 8 de fevereiro de 2022, a Companhia, por meio de suas controladas Suzano Pulp and Paper Europe S.A. e Suzano International Trade GmbH, visando aprimorar a gestão de liquidez financeira, concluiu a contratação de uma linha de crédito rotativa ("*Revolver Credit Facility*"), aumentando o total disponível em linhas de crédito rotativo de US$500.000 para US$1.275.000. Do valor total contratado, US$100.000 têm prazo de disponibilidade até fevereiro de 2024, sendo este valor remanescente da linha já vigente desde fevereiro de 2019, no valor original de US$500.000. O montante adicional de US$1.175.000 tem prazo de disponibilidade até fevereiro de 2027 e possui os mesmos custos financeiros da linha vigente até fevereiro de 2024. Em 31 de dezembro de 2022, as linhas estavam disponíveis, porém, não utilizadas.

A Companhia assinou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") um Contrato de Abertura de Limite de Crédito ("CALC"), um Limite de Crédito Rotativo, no valor de até R$3.000.000, a serem desembolsados até dezembro de 2026 em investimentos de cunho florestal, social e industrial.

- Em 29 de novembro de 2022, houve a primeira liberação do Limite de Crédito de R$ 400.000 para os projetos Industriais de 2021 e 2022 (nota 18.6.1).
- Em 27 de dezembro de 2022, houve a segunda liberação do Limite de Crédito de R$ 400.000 para os projetos Florestais de 2021 e 2022 (nota 18.6.1).

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram contratados em mercado de balcão e não necessitam de depósito de margens de garantia.

Os vencimentos contratuais remanescentes dos passivos financeiros são apresentados na data do balanço. Os valores apresentados a seguir, representam os fluxos de caixa não descontados e incluem pagamentos de juros e variação cambial, portanto, não podem ser reconciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial.

Consolidado 31 de dezembro de 2022	Valor contábil	Valor futuro	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Fornecedores	6.206.570	6.206.570	6.206.570			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	74.574.591	105.341.912	6.823.274	7.899.772	39.476.527	51.142.339
Contas a pagar de arrendamento	6.182.530	11.053.487	1.050.947	992.379	2.668.855	6.341.305
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	2.062.322	2.203.302	1.986.633	99.331	57.421	59.917
Instrumentos financeiros derivativos	4.846.795	6.515.262	728.070	1.341.108	4.299.970	146.114
Dividendos a pagar	5.094	5.094	5.094			
Outros passivos	147.920	147.920	61.500	86.420		
	94.025.822	131.473.547	16.862.088	10.419.010	46.502.773	57.689.675

Consolidado 31 de dezembro de 2021	Valor contábil	Valor futuro	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Fornecedores	3.288.897	3.288.897	3.288.897			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	79.628.629	111.723.608	6.357.717	5.761.795	36.672.089	62.932.007
Contas a pagar de arrendamento	5.893.194	10.676.580	937.964	1.780.115	1.632.555	6.325.946
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	405.952	467.499	111.438	131.371	144.171	80.519
Instrumentos financeiros derivativos	7.894.528	11.774.569	1.688.266	1.391.727	8.694.576	
Dividendos a pagar	919.073	919.073	919.073			
Outros passivos	164.216	164.216	92.123	72.093		
	98.194.489	139.014.442	13.395.478	9.137.101	47.143.391	69.338.472

continua →

→ continuação

Suzano S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 16.404.287/0001-55

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022

www.suzano.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

4.3. Administração de riscos de crédito
Está relacionado à possibilidade do não cumprimento do compromisso da contraparte em uma transação. O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de equivalentes de caixa, aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos, Certificados de Depósitos Bancários ("CDB"), *box* de renda fixa, operações compromissadas, cartas de crédito ("*Letters of Credit* - LC"), seguradoras, prazo para recebimento de clientes, adiantamentos à fornecedores para novos projetos, entre outros.

4.3.1 Contas a receber de clientes e adiantamentos a fornecedores
A Companhia possui políticas comerciais e de crédito que visam mitigar eventuais riscos decorrentes da inadimplência de seus clientes, principalmente, por meio da contratação de apólices de seguro de crédito, garantias bancárias fornecidas por bancos de primeira linha e garantias reais avaliadas de acordo com a liquidez. Ademais, a carteira de clientes é objeto de análise de crédito interna que visa avaliar o risco em relação a performance de pagamento, tanto para exportações como para vendas no mercado interno.
Para a avaliação de crédito dos clientes, a Companhia utiliza uma matriz baseada na análise de aspectos qualitativos e quantitativos para determinar os limites individuais de crédito a cada cliente conforme o risco identificado. Cada análise é submetida à aprovação conforme hierarquia definida na política de crédito, respeitando os níveis de alçada e, se aplicável, à aprovação da diretoria em reunião e Comitê de Crédito.
A classificação de risco das contas a receber de clientes é apresentada a seguir:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Baixo [(1)]	**9.430.244**	6.491.726
Médio [(2)]	**129.900**	19.147
Alto [(3)]	**67.977**	55.355
	9.628.121	6.566.228

1) Vincendo e em atraso até 30 dias.
2) Em atraso entre 30 e 90 dias.
3) Em atraso acima de 90 dias.
Parte dos montantes acima não consideram o valor de perda estimada com crédito de liquidação duvidosa ("PECLD") calculada com base na matriz de provisão nos montantes de R$21.109 e R$34.763 em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

4.3.2 Bancos e instituições financeiras
A Companhia, com o objetivo de mitigar o risco de crédito, mantêm suas operações financeiras diversificadas entre bancos, com principal concentração em instituições financeiras de primeira linha classificadas como *high grade* pelas principais agências de classificação de risco.
O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição ao risco de crédito está apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Caixa e equivalentes de caixa	**1.479.401**	180.729	**9.505.951**	13.590.776
Aplicações financeiras	**3.305.380**	5.289.072	**7.965.742**	7.758.329
Instrumentos financeiros derivativos **(1)**	**4.833.330**	1.413.975	**4.833.330**	1.413.975
	9.618.111	6.883.776	**22.305.023**	22.763.080

1) Não inclui o derivativo embutido em contrato de parceria florestal e fornecimento de madeira em pé, que não é transacionado com instituição financeira.
As contrapartes, substancialmente instituições financeiras, com as quais são realizadas operações que se enquadram em caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos ativos são classificados por agências avaliadoras conforme o risco apresentado a seguir:

	Consolidado			
	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		Instrumentos financeiros derivativos	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Classificação de risco (1)				
AA-			**47.681**	57.193
A+			**1.149.694**	8.318
A			**1.485.424**	601.475
A-			**1.095**	10.677
brAAA	**17.117.171**	21.149.838	**1.418.968**	576.195
brAA+	**1.173**	2.282		41.321
brAA	**133.030**	132.698	**730.468**	118.796
brAA-	**47**			
brA+	**352**	313		
brA	**17.595**			
brBB+		2		
brBB-	**2.897**	22.824		
Outros	**199.428**	41.148		
	17.471.693	21.349.105	**4.833.330**	1.413.975

1) Utilizamos o *Brazilian Risk Rating* e a classificação é concedida pelas agências Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's.

4.4. Administração de riscos de mercado
A Companhia está exposta a uma série de riscos de mercados, principalmente, relacionados às variações de taxas de câmbio, taxas de juros, índices de correção e preço de *commodities* que podem afetar seus resultados e condições financeiras.
Para mitigar os impactos, a Companhia dispõe de processos para monitoramento das exposições e políticas que suportam a implementação da gestão de riscos.
As políticas estabelecem os limites e os instrumentos a serem implementados com o objetivo de:
(i) proteção do fluxo de caixa devido ao descasamento de moedas;
(ii) mitigação de exposições a taxas de juros;
(iii) redução dos impactos da flutuação de preços de *commodities;* e
(iv) troca de indexadores da dívida.
A gestão de riscos de mercado realiza a identificação, a avaliação e a implementação da estratégia, com a efetiva contratação dos instrumentos financeiros adequados.

4.4.1. Administração de risco de taxas de câmbio
A captação de financiamentos e a política de *hedge* cambial da Companhia são direcionadas considerando que parte substancial da receita líquida é proveniente de exportações com preços negociados em Dólares dos Estados Unidos da América e por outro lado, parte substancial dos custos de produção está atrelada ao Real. Esta exposição estrutural permite que a Companhia contrate financiamentos de exportação em Dólares dos Estados Unidos da América e concilie os pagamentos dos financiamentos com os fluxos de recebimento das vendas no mercado externo, utilizando o mercado internacional de dívida como parte importante de sua estrutura de capital e proporcionando um *hedge* natural de caixa para estes compromissos.
Além disso, a Companhia contrata operações de venda de Dólares dos Estados Unidos da América nos mercados futuros, incluindo estratégias com opções, como forma de assegurar níveis atraentes de margens operacionais para uma parcela da receita. Estas operações são limitadas a um percentual do excedente líquido de divisas no horizonte de 24 meses e, portanto, estão atreladas à disponibilidade de câmbio pronto para venda no curto prazo. O Conselho de Administração da Companhia aprovou a contratação de *hedge* extraordinário, adicional a política mencionada acima, para os investimentos no Projeto Cerrado com prazo de até 36 meses a partir de novembro/2021, no montante de até US$1.000.000.
Os ativos e passivos que estão expostos a moeda estrangeira, substancialmente em Dólares dos Estados Unidos da América, estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	**8.039.218**	13.411.978
Aplicações financeiras	**4.510.652**	2.394.667
Contas a receber de clientes	**7.612.768**	5.043.453
Instrumentos financeiros derivativos	**3.393.785**	1.028.450
	23.556.423	21.878.548
Passivos		
Fornecedores	**(2.030.806)**	(605.557)
Empréstimos e financiamentos	**(61.216.140)**	(65.972.300)
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	**(2.053.259)**	(273.179)
Instrumentos financeiros derivativos	**(4.698.323)**	(7.362.631)
	(69.998.528)	(74.213.667)
	(46.442.105)	(52.335.119)

4.4.1.1. Análise de sensibilidade - exposição cambial - exceto instrumentos financeiros derivativos
Para a análise de risco do mercado, a Companhia utiliza cenários para avaliar conjuntamente as posições ativas e passivas indexadas em moeda estrangeira e os possíveis efeitos em seus resultados. O cenário provável representa os valores reconhecidos contabilmente, uma vez que refletem a conversão em Reais na data base do balanço patrimonial R$/US$ = R$5,2177.
Esta análise assume que todas as outras variáveis, em particular, as taxas de juros, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a depreciação do Real em relação ao Dólar dos Estados Unidos da América em 25% e 50%, antes dos impostos.
A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários em valores absolutos:

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2022		
	Efeito no resultado e no patrimônio		
	Provável (valor base)	Possível (25%)	Remoto (50%)
Caixa e equivalentes de caixa	**8.039.218**	**2.009.805**	**4.019.609**
Aplicações financeiras	**4.510.652**	**1.127.663**	**2.255.326**
Contas a receber de clientes	**7.612.768**	**1.903.192**	**3.806.384**
Fornecedores	**(2.030.806)**	**(507.702)**	**(1.015.403)**
Empréstimos e financiamentos	**(61.216.140)**	**(15.304.035)**	**(30.608.070)**
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	**(2.053.259)**	**(513.315)**	**(1.026.630)**

4.4.1.2. Análise de sensibilidade - exposição cambial de instrumentos financeiros derivativos
A Companhia contrata operações de venda de Dólares dos Estados Unidos da América nos mercados futuros, incluindo estratégias com opções, visando assegurar níveis atraentes de margens operacionais para uma parcela da receita. Estas operações são limitadas a um percentual da exposição total em Dólares dos Estados Unidos da América no horizonte de 24 meses ou aos investimentos no Projeto Cerrado conforme aprovação de *hedge* extraordinário descrito acima e, portanto, estão atreladas à disponibilidade de câmbio pronto para venda no curto prazo.
Além da operação descrita acima, a Companhia também contrata instrumentos derivativos atrelados ao dólar e sujeitos a variação cambial, buscando adequar o indexador cambial da dívida a moeda de geração de caixa, conforme previsto em suas políticas financeiras.
Para o cálculo da marcação a mercado ("MtM") é utilizada a taxa de câmbio do último dia útil do período em análise. Estes movimentos de mercado causaram impacto positivo na marcação a mercado da posição contratada.
A análise de sensibilidade abaixo assume que todas as outras variáveis, em particular, as taxas de juros, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a depreciação do Real em relação ao Dólar dos Estados Unidos da América em 25% e 50%, antes dos impostos, adicionando ao cenário provável no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários:

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2022		
	Efeito no resultado e no patrimônio		
	Provável (valor base)	Possível 25%	Remoto 50%
Dólar/Real			
Instrumentos financeiros derivativos			
Derivativos opções	**1.596.089**	**(5.557.847)**	**(12.762.202)**
Derivativos *swaps*	**(1.768.134)**	**(2.862.661)**	**(5.725.322)**
Derivativos NDF	**(2.474)**	**(314.397)**	**(628.793)**
Derivativos embutidos	**40.418**	**(71.082)**	**(142.165)**
Derivativos NDF paridade (i)	**161.055**	**(40.264)**	**(80.528)**
Dólar/Euro			
Instrumentos financeiros derivativos			
Derivativos NDF paridade (i)	**161.055**	**(724.977)**	**(1.449.953)**

(i) Posições compradas na paridade US$/EUR com o objetivo de proteger o fluxo de caixa do CAPEX do Projeto Cerrado contra a apreciação do Euro.

4.4.2. Administração de risco de taxas de juros
As oscilações das taxas de juros podem implicar em efeitos de aumento ou redução do custo sobre os novos financiamentos e operações já contratadas.
A Companhia busca constantemente alternativas para a utilização de instrumentos financeiros a fim de evitar impactos negativos em seu fluxo de caixa.
Considerando a extinção da *LIBOR* em junho de 2023, a Companhia está avaliando seus contratos com cláusulas que vislumbrem a descontinuação da taxa de juros. A maior parte dos contratos de dívidas atreladas à *LIBOR* possui alguma cláusula de substituição desta taxa por um índice de referência ou taxa de juro equivalente e, para os contratos que não possuem uma cláusula específica, será realizada uma renegociação entre as partes. Os contratos de derivativos atrelados à *LIBOR* preveem uma negociação entre as partes para a definição de uma nova taxa ou será fornecida uma taxa equivalente pelo agente de cálculo.
É importante ressaltar que as cláusulas de mudança de indexadores dos contratos de dívida da Companhia indexados à LIBOR, estabelecem que, qualquer substituição de taxa de indexação nos contratos somente poderá ser avaliada em 2 (duas) circunstâncias (i) após comunicação de uma entidade oficial do governo com formalização da extinção e troca da taxa vigente do contrato, sendo que nessa comunicação deve estar definida a data exata em que *LIBOR* será extinta e/ou (ii) operações sindicalizadas comecem a ser executadas com taxa indexada à *Secured Overnight Financing Rate* ("SOFR"). Considerando que em 5 de março de 2021, o *Financial Conduct Authority ("*FCA") anunciou a data de extinção da *LIBOR* 3M para o dia 30 de junho de 2023, a Companhia, a partir desse anúncio, deu início às negociações dos termos de troca de indexadores dos seus contratos de dívida e derivativos atrelados.
A Companhia mapeou todos os seus contratos sujeitos à reforma da *LIBOR* que ainda não foram sujeitos à transição para uma taxa de referência alternativa em 31 de dezembro de 2022. A Companhia tinha R$16.930.445, relacionado aos contratos de empréstimos e financiamentos e R$548.941, relacionados aos contratos de derivativos e, iniciou contato com as respectivas contrapartes de cada contrato, para garantir que os termos e boas práticas de mercado sejam adotados no momento da transição do índice até junho de 2023, sendo que esses termos ainda estão em negociação entre as partes.
A Companhia entende que não será necessário alterar a estratégia de gestão de risco em função da mudança dos indexadores dos contratos financeiros atrelados à *LIBOR*.
A Companhia acredita ser razoável assumir que a negociação dos indexadores de seus contratos, irá caminhar para a substituição da *LIBOR* pela *SOFR*, pois a *SOFR* é a nova taxa de juros adotada pelo mercado de capitais. Com base nas informações disponíveis até o momento, a Companhia não espera ter impactos significativos em suas dívidas e derivativos atrelados a *LIBOR*.

4.4.2.1. Análise de sensibilidade - exposição a taxas de juros - exceto instrumentos financeiros derivativos
Para a análise de risco do mercado, a Companhia utiliza cenários para avaliar a sensibilidade das variações das operações impactadas pelas taxas Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"), a Taxa Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("SELIC") e *London Interbank Offered Rate* ("*LIBOR")* e que podem gerar impacto no resultado. O cenário provável representa os valores já contabilizados, pois refletem a melhor estimativa da Administração.
Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis, em particular as taxas de câmbio, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a desvalorização de 25% e 50% nas taxas de juros de mercado.
A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários em valores absolutos:

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2022		
	Efeito no resultado e no patrimônio		
	Provável (valor base)	Possível (25%)	Remoto (50%)
CDI/SELIC			
Caixa e equivalentes de caixa	**1.441.758**	**49.200**	**98.400**
Aplicações financeiras	**3.383.832**	**115.473**	**230.947**
Empréstimos e financiamentos	**8.001.775**	**273.061**	**546.121**
TJLP			
Empréstimos e financiamentos	**317.281**	**5.711**	**11.422**
LIBOR			
Empréstimos e financiamentos	**16.930.445**	**201.781**	**403.562**

4.4.2.2. Análise de sensibilidade - exposição a taxas de juros de instrumentos financeiros derivativos
Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a desvalorização de 25% e 50% nas taxas de juros de mercado.
A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários:

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2022		
	Efeito no resultado e no patrimônio		
	Provável (valor base)	Possível 25%	Remoto 50%
CDI			
Instrumentos financeiros derivativos			
Passivo			
Derivativos opções	**1.596.089**	**(594.361)**	**(1.140.951)**
Derivativos *swaps*	**(1.768.134)**	**(10.977)**	**(22.123)**
LIBOR			
Instrumentos financeiros derivativos			
Passivo			
Derivativos *swaps*	**(1.768.134)**	**369.294**	**738.044**

4.4.2.3. Análise de sensibilidade para mudanças no índice de preços ao consumidor da economia norte-americana
Para a mensuração do cenário provável, foi considerado o índice de preços ao consumidor da economia norte-americana ("*United States Consumer Price Index - US-CPI"*) no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O cenário provável foi extrapolado considerando uma desvalorização de 25% e 50% no *US-CPI* para definição dos cenários possível e remoto, respectivamente.
A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários em valores absolutos:

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2022		
	Efeito no resultado e no patrimônio		
	Provável (valor base)	Possível (25%)	Remoto (50%)
Derivativo embutido em compromisso de compra de madeira em pé, proveniente de contrato de parceria florestal	**40.418**	**(31.599)**	**(65.159)**

4.4.3. Administração de risco de preço de *commodities*
A Companhia está exposta a preços de *commodities*, principalmente no preço de venda da celulose no mercado internacional. A dinâmica de abertura e fechamento de capacidades de produção no mercado global e as condições macroeconômicas podem impactar os resultados operacionais da Companhia.
A Companhia possui equipe especializada que monitora o preço da celulose de fibra curta e analisa as tendências futuras, ajustando as projeções que visam auxiliar na tomada de medidas preventivas para conduzir de maneira adequada os distintos cenários. Não existe mercado financeiro com liquidez para mitigar suficientemente o risco de parte relevante das operações da Companhia. As operações de proteção de preço da celulose de fibra curta disponíveis no mercado têm baixa liquidez e volume e grande distorção na formação do preço.
A Companhia também está exposta ao preço internacional do petróleo, refletido nos custos logísticos de comercialização para o mercado externo e indiretamente nos custos de outros suprimentos e contratos de logística e serviços. Neste caso, a Companhia avalia a contratação de instrumentos financeiros derivativos para mitigar o risco de variação de preço no seu resultado.
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia não detinha posição contratada para proteção do custo logístico.

4.5. Instrumentos financeiros derivativos
A Companhia determina o valor justo dos contratos de derivativos, o qual pode divergir dos valores realizados em caso de liquidação antecipada por conta dos *spreads* bancários e fatores de mercado no momento da cotação. Os valores apresentados pela Companhia baseiam-se em uma estimativa utilizando fatores de mercado e utilizam dados fornecidos por terceiros, mensurados internamente e confrontados com cálculos realizados pelas contrapartes.
O valor justo não representa a obrigação de desembolso imediato ou recebimento de caixa, uma vez que tal efeito somente ocorrerá nas datas de verificação contratual ou de vencimento de cada operação, quando será apurado o resultado conforme o caso e as condições de mercado nas referidas datas.
Para cada um dos instrumentos, descreve-se a seguir um resumo do procedimento utilizado para a obtenção dos valores justos:
(i) *Swap*: o valor futuro da ponta ativa e da ponta passiva são estimados pelos fluxos de caixa projetados pela taxa de juros de mercado da moeda em que a ponta do *swap* é denominada. O valor presente na ponta denominada em US$ é mensurado por meio do desconto utilizando a curva do cupom cambial (a remuneração, em Dólares dos Estados Unidos da América, dos Reais investidos no Brasil) e no caso da ponta denominada em BRL, o desconto é feito utilizando a curva de juros do Brasil, sendo a curva futura do DI, considerando tanto o risco de crédito da Companhia e da contraparte. A exceção são os contratos pré-fixados x US$ onde o valor presente na ponta denominada em US$ é mensurado por meio do desconto utilizando a curva da *LIBOR*, divulgada pela *Bloomberg*. O valor justo do contrato é a diferença entre essas duas pontas. As curvas de taxas de juros foram obtidas da B3.
(ii) Opções ("*Zero Cost Collar"*): para o cálculo do valor justo das opções foi utilizado o modelo de *Garman Kohlhagen*, considerando o risco de crédito da Companhia e da contraparte. Os dados de volatilidades e taxas de juros são observáveis e foram obtidos da B3 para apuração dos valores justos.
(iii) *Non-deliverable forward* ("NDF"): é efetuada uma projeção da cotação futura da moeda, utilizando-se das curvas de cupom cambial e a curva futura do DI para cada vencimento. A seguir, verifica-se qual a diferença entre esta cotação obtida e a taxa que foi contratada a operação, considerando-se o risco de crédito da Companhia e da contraparte. Esta diferença é multiplicada pelo valor nocional de cada contrato e trazida a valor presente pela curva futura do DI. As curvas de taxas de juros foram obtidas da B3.
(iv) *Swap* de *US-CPI*: os fluxos de caixa da ponta passiva são projetados pela curva de inflação norte-americana *US-CPI*, obtida pelas taxas implícitas aos títulos americanos indexados à inflação ("Tesouro Protegido contra a Inflação - TIPS"), divulgada pela *Bloomberg*. Os fluxos de caixa da ponta ativa são projetados pela taxa fixa implícita no derivativo embutido. O valor justo do derivativo embutido é a diferença entre as duas pontas, trazida a valor presente pela curva do cupom cambial obtida da B3.
(v) *Swap* VLSFO (combustível marítimo): é efetuada uma projeção futura do preço do ativo, utilizando-se a curva futura de preço divulgada pela *Bloomberg*. A seguir, verifica-se qual a diferença entre esta projeção obtida e a taxa que foi contratada a operação, considerando o risco de crédito da Companhia e da contraparte. Esta diferença é multiplicada pelo valor nocional de cada contrato e trazida a valor presente pela curva da *LIBOR* divulgada pela *Bloomberg*.

continua →

→ continuação

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
2022

Suzano S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 16.404.287/0001-55

www.suzano.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

As curvas utilizadas para o cálculo do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão apresentadas a seguir:

	Curva de juros		
Prazo	**Brasil**	**Estados Unidos da América**	**Cupom de dólar sujo**
1M	13,65% a.a.	4,79% a.a.	3,38% a.a.
6M	13,73% a.a.	5,01% a.a.	5,30% a.a.
1º ano	13,42% a.a.	5,09% a.a.	5,80% a.a.
2º ano	12,66% a.a.	4,65% a.a.	5,61% a.a.
3º ano	12,58% a.a.	4,27% a.a.	5,37% a.a.
5º ano	12,62% a.a.	3,95% a.a.	5,35% a.a.
10º ano	12,61% a.a.	3,75% a.a.	5,96% a.a.

4.5.1. Derivativos em aberto por tipo de contrato, inclusive derivativos embutidos

As posições de derivativos em aberto estão apresentadas a seguir:

				Consolidado
	Valor de referência (nocional) - em US$		Valor justo	
Tipo do derivativo	**31 de dezembro de 2022**	**31 de dezembro de 2021**	**31 de dezembro de 2022**	**31 de dezembro de 2021**
Instrumentos contratados com estratégia de proteção				
***Hedge* operacional**				
ZCC	**6.866.800**	4.494.125	**1.596.089**	(187.788)
NDF (US$)	**248.100**	30.000	**(2.474)**	(7.043)
NDF (€ x US$)	**544.702**		**161.055**	
***Hedge* de dívida**				
Swap LIBOR para *Fixed* (US$)	**3.200.179**	3.600.000	**1.052.546**	(395.675)
Swap IPCA para CDI *(nocional em Reais)*	**1.741.787**	843.845	**278.945**	249.653
Swap IPCA para Fixed *(US$)*	**121.003**	121.003	**(29.910)**	(148.583)
Swap CDI *x Fixed (US$)*	**1.863.534**	2.267.057	**(2.566.110)**	(5.230.612)
Swap Pré Fixada para US$	**350.000**	350.000	**(503.605)**	(760.505)
***Hedge* de commodities**				
Swap US$ e *US-CPI* (1)	**124.960**	590.372	**40.418**	28.165
			26.954	(6.452.388)
Ativo circulante			**3.048.493**	470.261
Ativo não circulante			**1.825.256**	971.879
Passivo circulante			**(667.681)**	(1.563.459)
Passivo não circulante			**(4.179.114)**	(6.331.069)
			26.954	(6.452.388)

1) Os derivativos embutidos referem-se aos contratos de *swap* de venda das variações do preço em Dólar dos Estados Unidos da América e *US-CPI* no prazo dos contratos de parceria florestal com fornecimento de madeira em pé.

A seguir são descritos os contratos vigentes e os respectivos riscos protegidos:

(i) *Swap* CDI x *Fixed* (US$): posições em *swaps* convencionais trocando a variação da taxa de Depósitos Interbancários ("DI") por taxa prefixada em Dólares dos Estados Unidos da América ("US$"). O objetivo é alterar o indexador de dívidas em Reais para US$, alinhando-se com a exposição natural dos recebíveis em US$ da Companhia.

(ii) *Swap* IPCA x CDI (*nocional* em Reais)*:* posições em *swaps* convencionais trocando variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") por taxa de DI. O objetivo é alterar o indexador de dívidas em Reais, alinhando-se com a posição de caixa em Reais da Companhia, que também é indexada a DI.

(iii) *Swap* IPCA x *Fixed* (US$): posições em *swaps* convencionais trocando variação do IPCA por taxa pré-fixada em US$. O objetivo é alterar o indexador de dívidas em Reais para US$, alinhando-se com a exposição natural dos recebíveis em US$ da Companhia.

(iv) *Swap LIBOR* x *Fixed* (US$): posições em *swaps* convencionais trocando taxa pós- fixada (*LIBOR*) por taxa prefixada em US$. O objetivo é proteger o fluxo de caixa de variações na taxa de juros norte-americana.

(v) *Swap Pré Fixed R$ x Fixed* US$: posições em *swaps* convencionais trocando taxa prefixada em Reais por taxa prefixada em US$. O objetivo é alterar a exposição de dívidas em Reais para US$, alinhando-se com a exposição natural dos recebíveis em US$ da Companhia.

(vi) *Zero-Cost Collar* ("ZCC"): posições em instrumento que consiste na combinação simultânea de compra de opções de venda (*put*) e venda de opções de compra (*call*) de US$, com mesmo valor de principal e vencimento, com o objetivo de proteger o fluxo de caixa das exportações. Nesta estratégia é estabelecido um intervalo onde não há depósito ou recebimento de margem financeira no vencimento das opções. O objetivo é proteger o fluxo de caixa das exportações contra queda do Real.

(vii) *Non-Deliverable Forward* ("NDF)": Posições vendidas em contratos futuros de US$ com o objetivo de proteger o fluxo de caixa das exportações contra queda do Real.

(viii) *Swap US$* e *US-CPI*: O derivativo embutido refere-se aos contratos de *swap* de venda das variações do preço em Dólar dos Estados Unidos da América e do *US-CPI* no prazo dos contratos de parceria florestal e com fornecimento de madeira em pé.

(ix) *Non-Deliverable Forward* Paridade ("NDF"): EUR e *US$*: Posições compradas na paridade EUR/US$ com o objetivo de proteger o fluxo de caixa do CAPEX do Projeto Cerrado contra a apreciação do Euro.

A variação do valor justo dos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 em comparação com o valor justo mensurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é explicada substancialmente pela valorização do Real frente ao Dólar dos Estados Unidos da América e pelas liquidações do exercício. Houve também impactos causados pelas variações nas curvas Pré, Cupom Cambial e *LIBOR* nas operações.

Importante destacar que, os contratos em aberto no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, são operações de mercado de balcão, sem nenhum tipo de margem de garantia ou cláusula de liquidação antecipada forçada por variações provenientes de marcação a mercado.

4.5.2. Cronograma de vencimentos do valor justo

		Consolidado
	31 de dezembro de 2022	**31 de dezembro |e 2021**
2022		(1.093.198)
2023	**2.380.812**	(282.499)
2024	**297.156**	(759.082)
2025	**(1.225.193)**	(2.096.449)
2026 em diante	**(1.425.821)**	(2.221.160)
	26.954	(6.452.388)

4.5.3. Posição ativa e passiva dos derivativos em aberto

As posições de derivativos em aberto estão apresentadas a seguir:

					Consolidado
		Valor nocional		Valor justo	
	Moeda	**31 de dezembro de 2022**	**31 de dezembro de 2021**	**31 de dezembro de 2022**	**31 de dezembro de 2021**
***Hedge* de dívida**					
Ativos					
Swap CDI para *Fixed* (US$)	R$	**7.081.545**	8.594.225	**617.835**	306.663
Swap Pré Fixada para US$	R$	**1.317.226**	1.317.226	**45.329**	76.279
Swap LIBOR para *Fixed* (US$)	US$	**3.200.000**	3.600.000	**1.052.546**	130.104
Swap IPCA para CDI (nocional em Reais)	IPCA	**2.041.327**	1.078.706	**427.417**	255.422
Swap IPCA para *Fixed (US$)*	IPCA	**610.960**	576.917		
				2.143.127	768.468
Passivos					
Swap CDI x *Fixed* (US$)	US$	**1.863.534**	2.267.057	**(3.183.945)**	(5.537.275)
Swap Pré Fixada para US$	US$	**350.000**	350.000	**(548.934)**	(836.784)
Swap LIBOR para *Fixed* (US$)	US$	**3.200.000**	3.600.000		(525.779)
Swap IPCA para CDI (nocional em Reais)	R$	**1.741.787**	843.845	**(148.472)**	(5.769)
Swap IPCA para *Fixed (US$)*	US$	**121.003**	121.003	**(29.910)**	(148.583)
				(3.911.261)	(7.054.190)
				(1.768.134)	(6.285.722)
***Hedge* operacional**					
ZCC (US$ x R$)	US$	**6.866.800**	4.494.125	**1.596.089**	(187.788)
NDF (R$ x US$)	US$	**248.100**	30.000	**(2.474)**	(7.043)
NDF (€ x US$)	US$	**544.702**		**161.055**	
				1.754.670	(194.831)
Hedge* de *commodities					
Swap US$ e *US-CPI* (1)	US$	**124.960**	590.372	**40.418**	28.165
				40.418	28.165
				26.954	(6.452.388)

1) Os derivativos embutidos referem-se aos contratos de swap de venda das variações do preço em Dólar dos Estados Unidos da América e US-CPI no prazo dos contratos de parceria florestal com fornecimento de madeira em pé.

4.5.4. Valores justos liquidados

As posições de derivativos liquidados estão apresentadas a seguir:

		Consolidado
	31 de dezembro de 2022	**31 de dezembro de 2021**
***Hedge* operacional**		
ZCC (US$)	**718.618**	(1.269.231)
NDF (US$)	**8.301**	1.399
NDF (€ x US$)	**7.113**	
	734.032	(1.267.832)
Hedge* de *commodities		
Swap VLSFO/outros		(54.002)
		(54.002)
***Hedge* de dívida**		
Swap CDI para *Fixed* (US$)	**(261.570)**	(266.268)
Swap IPCA para CDI *(*Reais*)*	**(5.180)**	41.651
Swap IPCA para *Fixed (US$)*	**171**	(4.819)
Swap Pré Fixada para US$	**54.128**	49.562
Swap LIBOR para *Fixed* (US$)	**(239.356)**	(419.545)
	(451.807)	(599.419)
	282.225	(1.921.253)

4.6. Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo, o qual considera o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A depender das premissas utilizadas na mensuração, os instrumentos financeiros ao valor justo podem ser classificados em 3 níveis de hierarquia:

(i) Nível 1 - Baseada em preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado é considerado ativo se realizar transações com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação imediata e continuamente, geralmente, obtidos a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, serviço de precificação ou agência reguladora e os preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases comerciais;

(ii) Nível 2 - Baseada em preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos similares, preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou similares em mercados que não sejam ativos, modelos de precificação para os quais as premissas são observáveis, tais como taxas de juros e curvas de rendimentos, volatilidades e *spreads* de crédito e informações corroboradas pelo mercado. Os ativos e passivos classificados nesta categoria são mensurados por meio do fluxo de caixa descontado e provisionamento de juros ("*accrual*"), respectivamente, para instrumentos financeiros derivativos e aplicações financeiras. Os *inputs* observáveis utilizados são taxas e curvas de juros, fatores de volatilidade e cotações de paridade cambial; e

(iii) Nível 3 - Baseada em dados não cotados para o ativo e o passivo, onde a Companhia aplica a técnica da abordagem de receita ("*income approach*") utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado. Os *inputs* observáveis utilizados são IMA, taxa de desconto e preços brutos médios de venda do eucalipto.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve alteração entre os três níveis de hierarquia e não houve transferência entre os níveis 1, 2 e 3.

				Consolidado
				31 de dezembro de 2022
	Nível 1	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Ativos				
Valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos		**4.873.749**		**4.873.749**
Aplicações financeiras		**7.965.742**		**7.965.742**
		12.839.491		**12.839.491**
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Outros investimentos - CelluForce			**24.917**	**24.917**
			24.917	**24.917**
Ativo biológico			**14.632.186**	**14.632.186**
			14.632.186	**14.632.186**
Total do Ativo		**12.839.491**	**14.657.103**	**27.496.594**
Passivo				
Valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos		**4.846.795**		**4.846.795**
		4.846.795		**4.846.795**
Total do Passivo		**4.846.795**		**4.846.795**

				Consolidado
				31 de dezembro de 2021
	Nível 1	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Ativos				
Valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos		1.442.140		1.442.140
Aplicações financeiras	637.616	7.120.713		7.758.329
	637.616	8.562.853		9.200.469
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Outros investimentos - CelluForce			28.358	28.358
			28.358	28.358
Ativo biológico			12.248.732	12.248.732
			12.248.732	12.248.732
	637.616	8.562.853	12.277.090	21.477.559
Passivo				
Valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos		7.894.528		7.894.528
		7.894.528		7.894.528
		7.894.528		7.894.528

4.7. Mudanças climáticas

4.7.1. Riscos atrelados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade

Tendo em vista a natureza das operações da Companhia, existe exposição inerente a riscos relacionados com as mudanças climáticas. Os ativos da Companhia, notadamente, os ativos biológicos, que são mensurados ao valor justo (nota 13), os ativos imobilizados (nota 15) e intangíveis (nota 16), podem ser impactados por mudanças climáticas, às quais foram avaliadas no contexto da elaboração das demonstrações financeiras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração considerou os principais dados e premissas de riscos destacados a seguir:

(i) eventuais impactos na determinação do valor justo nos ativos biológicos em virtude de: efeitos de mudanças climáticas, como por exemplo, elevação de temperatura, escassez de recursos hídricos, podem impactar em algumas premissas utilizadas em estimativas contábeis relacionadas com os ativos biológicos da Companhia, conforme abaixo:
- perdas de ativos biológicos devido a incêndios e a impactos decorrentes de maior presença e resistência de pragas e outras doenças florestais favorecidas pelo aumento gradual de temperatura;
- redução de produtividade e de crescimento esperado (IMA) devido à diminuição de disponibilidade de recursos hídricos em bacias e outros eventos climáticos atípicos como estiagens, geadas e chuvas torrenciais; e
- interrupção na cadeia produtiva por eventos climáticos adversos.

(ii) escassez de recursos hídricos na indústria: embora as nossas unidades sejam eficientes no uso da água, há planos de contingência para todas as unidades afetadas por eventual escassez hídrica e planos de ação para enfrentamento da crise hídrica nas regiões críticas.

(iii) mudanças estruturais na sociedade e seus impactos nos negócios, tais como:
- regulatórias e legais: decorrentes de alterações em âmbito brasileiro e/ou internacional que demandem investimento de capital em novas tecnologias e/ou custos de operação. Entre os temas esperados, estão a precificação de carbono, a taxação de carbono aduaneiro, barreiras e/ou restrições comerciais relacionadas à suposta contribuição, mesmo que indireta, para intensificação das mudanças climáticas, que aumentem o risco de litígio;
- tecnológicas: decorrentes do surgimento de melhorias e inovações na direção de uma economia com maior eficiência energética e de baixo carbono; A Suzano deve continuar com investimentos em P&D para reduzir as emissões de gases do efeito estufa;
- de mercado: decorrentes de mudanças na oferta e demanda de certos produtos e serviços à medida em que questões relacionadas ao clima passam a ser consideradas nas tomadas de decisão; O mercado deve priorizar cada vez mais a redução das emissões de carbono e práticas de negócios mais sustentáveis, o que pode levar à queda na demanda e receita dos produtos descartáveis da Suzano e no aumento da demanda por florestas renováveis e outros produtos sustentáveis; e
- reputacionais: relacionadas à percepção dos clientes e da sociedade de maneira geral em relação à contribuição positiva ou negativa de uma organização para uma economia de baixo carbono.

4.7.2. Cumprimento de cláusulas contratuais relacionadas à sustentabilidade em títulos de dívida e empréstimos sustentáveis (Sustainability Linked Bonds - "SLB" e Sustainability Linked Loans - "SLL")

Conforme divulgado na nota 18, a Companhia emitiu títulos de dívida e empréstimos atrelados a metas de performance de sustentabilidade ("Sustainability Performance Targets - SPT") relacionadas com a intensidade de nossas emissões de gases do efeito estufa, intensidade da captura de água para utilização em processos industriais e percentual de mulheres em cargos de liderança. O não atingimento dessas metas, pode gerar incremento futuro no custo das referidas dívidas, conforme previsto nos respectivos contratos.

Em 2020, a companhia emitiu o seu primeiro título baseado nos *SLB Principles*. Em 2021, a Suzano emitiu dois novos títulos baseados nesse mecanismo e, pela primeira vez, atrelou, além de uma meta ambiental, uma meta social - no caso, uma meta de diversidade, equidade e inclusão. O seu primeiro Sustainability Linked Loan (SLL) foi contratado em 2021 e, em 2022 a empresa contratou um novo empréstimo com a *International Finance Corporation* (IFC) seguindo as diretrizes dos *SLL Principles*.

4.7.3. Gestão de riscos climáticos

A Companhia possui uma estrutura dedicada à gestão de riscos corporativos, incluindo os riscos relacionados às mudanças climáticas, com metodologias, ferramentas e processos próprios que visam garantir a identificação, a avaliação e o tratamento dos seus principais riscos de curto, médio e longo prazo. Tal estrutura, através da sua sistemática de gestão, permite o monitoramento contínuo dos riscos e seus eventuais impactos, o controle das variáveis envolvidas e a definição e implementação de medidas mitigatórias, que visam reduzir as exposições identificadas. A avaliação da Companhia sobre os potenciais impactos físicos das mudanças climáticas, bem como decorrentes da transição para uma economia de baixo carbono é efetuada de forma contínua e seguirá evoluindo.

4.7.4. Oportunidades atreladas às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade

4.7.4.1. Geração de créditos de carbono

A Companhia possui dois projetos para captura de carbono em andamento, sendo:

(i) Projeto Cerrado de Carbono, que visa a recuperação de áreas degradadas e preservação da biodiversidade. Este projeto está na etapa de registro, com o processo de certificação ainda em andamento;

(ii) Projeto Horizonte de Carbono, que visa a recuperação de áreas degradadas através do reflorestamento com plantio de árvores nativas e de eucalipto. Este projeto está na etapa de registro, com o processo de certificação ainda em andamento.

No entendimento da Companhia, à medida que mais empresas se comprometam com o *net zero*, a demanda por créditos de carbono poderá aumentar e isto poderá gerar oportunidades de negócio para a Suzano.

4.7.4.2. Venda de certificados de energia renovável (RECs)

No processo produtivo da celulose há produção de vapor, o qual é empregado na geração de energia elétrica limpa, que por sua vez é utilizada no processo produtivo das fábricas. O eventual excedente de energia proveniente desta fonte renovável, não utilizado no processo produtivo, é vendido ao mercado.

Este excedente de energia limpa comercializada pode ser objeto de certificação internacional de energia renovável, o chamado "I-REC (*Renewable Energy Certificate*)", onde cada REC faz prova de que 1 MWh de energia foi gerada de forma renovável, ratificando o compromisso em diminuir o impacto ambiental.

4.7.4.3. Parceria para tecido sustentável

Diversas marcas da indústria têxtil buscam, cada vez mais, minimizar a pegada de carbono e ambiental e construir uma base circular de materiais para seus produtos. Em 2021, um exemplo de inovabilidade, foi a *joint venture* estabelecida entre a Companhia e a Spinnova, *startup* finlandesa de inovação de materiais, que produzirá e comercializará com exclusividade fibra têxtil 100% renovável, a partir de celulose microfibrilada de eucalipto.

Spinnova vai fornecer a tecnologia de produção de fibra têxtil de forma exclusiva, enquanto a Suzano garantirá o fornecimento de celulose microfibrilar produzida a partir do eucalipto cultivado no Brasil. A produção será gerenciada e operada pela joint venture, com participação de 50% de cada empresa.

4.7.4.4. Títulos com cláusulas relacionadas a sustentabilidade

Conforme divulgado a nota 4.7.2, a Suzano tem emissões de *Sustainability Linked Bonds* (SLB) e *Sustainability Linked Loan* (SLL) atrelados a indicadores de performance ambientais associados a metas de redução de gases do efeito estufa, intensidade da captura de recursos hídricos, e aspectos de diversidade e inclusão, evidenciando o compromisso da Companhia como parte da solução perante a crise climática global e em convergência à implementação de sua meta de longo prazo. Essas captações atreladas a metas de sustentabilidade possibilitam taxas diferenciadas.

4.8. Gestão do capital

O principal objetivo é fortalecer a estrutura de capital da Companhia, buscando manter um nível de alavancagem financeira adequado, além de mitigar os riscos que podem afetar a disponibilidade de capital no desenvolvimento de negócios.

A Companhia monitora constantemente indicadores significativos, tais como o índice consolidado de alavancagem financeira, que é a dívida líquida total dividida pelo Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização ajustado ("LAJIDA Ajustado"), equivalente ao termo em inglês EBITDA Ajustado ("*Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization Adjusted*").

continua →

→ continuação

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022

Suzano S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 16.404.287/0001-55

www.suzano.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Taxa média % a.a.	Controladora 31 de dezembro de 2022	Controladora 31 de dezembro de 2021	Consolidado 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2021
Caixa e bancos [(1)]	4,37%	55.882	158.017	8.064.193	11.720.774
Equivalentes de caixa					
Em moeda nacional					
Depósito a prazo fixo (Compromissadas)	103,34% do CDI	1.423.519		1.441.758	14.506
Em moeda estrangeira					
Depósito a prazo fixo [(2)]			22.712		1.855.496
		1.479.401	180.729	9.505.951	13.590.776

1) Refere-se, substancialmente, a aplicações em moeda estrangeira na modalidade *Sweep Account*, que é uma conta remunerada, cujo saldo é aplicado e disponibilizado automática e diariamente.
2) Refere-se a aplicações na modalidade *Time Deposit*, com vencimento até 90 dias, que é um depósito bancário remunerado com um período específico de vencimento e está sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Taxa média % a.a.	Controladora 31 de dezembro de 2022	Controladora 31 de dezembro de 2021	Consolidado 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2021
Em moeda nacional					
Fundos exclusivos	105,02% do CDI	1.089.983	625.256	1.208.975	656.780
Títulos privados (CDBs)	101,94% do CDI	1.796.294	4.413.762	1.827.012	4.456.828
Títulos privados (CDBs) [(1)]	102,05% do CDI	419.103	250.054	419.103	250.054
		3.305.380	5.289.072	3.455.090	5.363.662
Em moeda estrangeira					
Títulos privados [(2)]	3,00%			4.386.589	2.376.369
Outros	5,99%			124.063	18.298
				4.510.652	2.394.667
		3.305.380	5.289.072	7.965.742	7.758.329
Circulante		2.886.277	5.039.018	7.546.639	7.508.275
Não circulante		419.103	250.054	419.103	250.054

1) Inclui depósitos em garantia (*escrow account*) que serão liberados somente após a obtenção das aprovações governamentais aplicáveis e ao cumprimento pela Companhia, das condições precedentes relativas às transações de venda de imóveis rurais.
2) Refere-se a aplicações na modalidade *Time Deposit*, com vencimento superior a 90 dias, que é um depósito bancário remunerado com um período específico de vencimento.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

7.1. Composição dos saldos

	Controladora 31 de dezembro de 2022	Controladora 31 de dezembro de 2021	Consolidado 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2021
Clientes no país				
Terceiros	1.970.882	1.463.684	1.915.745	1.449.177
Partes relacionadas (nota 11) [(1)]	99.628	73.684	99.608	73.598
Clientes no exterior				
Terceiros	556.038	193.423	7.612.768	5.043.453
Partes relacionadas (nota 11)	963.132	6.179.297		
(-) Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa ("PECLD")	(20.925)	(25.405)	(21.109)	(34.763)
	3.568.755	7.884.683	9.607.012	6.531.465

1) O saldo consolidado refere-se às transações com a Ibema Companhia Brasileira de Papel.
A Companhia realiza cessões de crédito de certos clientes com a transferência de controle à contraparte de, substancialmente, todos os riscos e benefícios associados aos ativos, de forma que esses títulos são desreconhecidos do saldo de contas a receber de clientes. Esta transação se refere a uma oportunidade de geração adicional de caixa, classificada como ativo financeiro mensurado ao custo amortizado. O impacto dessas cessões de crédito sobre o saldo de contas a receber de clientes no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é de R$6.889.492 no consolidado (R$6.121.316 no consolidado em 31 de dezembro de 2021).

7.2. Análise dos vencimentos

	Controladora 31 de dezembro de 2022	Controladora 31 de dezembro de 2021	Consolidado 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2021
Valores a vencer	3.343.906	7.712.755	8.652.376	5.972.945
Valores vencidos				
até 30 dias	146.226	146.232	777.150	518.115
31 a 60 dias	14.643	12.347	74.253	15.359
61 a 90 dias	18.958	569	54.784	3.087
91 a 120 dias	18.034	635	20.975	1.453
121 a 180 dias	18.563	822	18.945	3.779
A partir de 181 dias	8.425	11.323	8.529	16.727
	3.568.755	7.884.683	9.607.012	6.531.465

7.3. Movimentação da PECLD

	Controladora 31 de dezembro de 2022	Controladora 31 de dezembro de 2021	Consolidado 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2021
Saldo no início do exercício	(25.405)	(33.188)	(34.763)	(41.889)
Adição	(5.206)	(2.142)	(5.228)	(2.547)
Reversão	3.570	3.147	3.576	3.184
Baixa	6.116	6.778	12.355	7.078
Variação cambial			2.951	(589)
Saldo no final do exercício	(20.925)	(25.405)	(21.109)	(34.763)

A Companhia mantém garantias para títulos vencidos em suas operações comerciais, por meio de apólices de seguro de crédito, cartas de crédito e outras garantias. Essas garantias evitam a necessidade de parte do reconhecimento de PECLD, de acordo com a política de crédito da Companhia.

7.4. Informações sobre os principais clientes

A Companhia possui 1 (um) cliente responsável por 10,67% da receita líquida total do segmento operacional celulose e nenhum cliente no segmento operacional papel no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2021, havia 1 (um) cliente responsável por 10,39% da receita líquida total do segmento operacional celulose e nenhum cliente no segmento operacional papel.

8. ESTOQUES

	Controladora 31 de dezembro de 2022	Controladora 31 de dezembro de 2021	Consolidado 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2021
Produtos acabados				
Celulose				
No Brasil	559.244	721.986	616.415	748.588
No exterior			1.426.064	1.037.760
Papel				
No Brasil	358.973	315.068	358.973	315.068
No exterior			192.671	95.383
Produtos em elaboração	93.100	75.209	93.964	96.140
Matérias-primas				
Madeira para produção	1.435.496	1.045.661	1.480.616	1.094.058
Insumos e embalagens	679.193	543.973	716.089	571.505
Materiais de almoxarifado e outros	760.101	629.873	843.469	678.983
	3.886.107	3.331.770	5.728.261	4.637.485

Os estoques estão apresentados líquidos da provisão para perdas.

8.1. Movimentação da provisão para perdas

	Controladora 31 de dezembro de 2022	Controladora 31 de dezembro de 2021	Consolidado 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2021
Saldo no início do exercício	(65.139)	(74.768)	(91.258)	(79.885)
Adição [(1)]	(67.064)	(57.519)	(89.552)	(85.110)
Reversão	13.392	10.380	33.492	11.536
Baixa [(2)]	40.828	56.768	41.329	62.201
Saldo no final do exercício	(77.983)	(65.139)	(105.989)	(91.258)

1) Refere-se, substancialmente, a (i) matéria-prima no montante de R$43.166 na controladora e no consolidado (R$36.844 na controladora e R$38.136 no consolidado em 31 de dezembro de 2021) (ii) materiais de almoxarifado no montante de R$24.502 na controladora e no consolidado (R$19.306 na controladora e R$21.184 no consolidado em 31 de dezembro de 2021).
2) Refere-se, substancialmente, a (i) matéria-prima no montante de R$35.715 na controladora e no consolidado (R$45.272 na controladora e R$47.231 no consolidado em 31 de dezembro de 2021) (ii) materiais de almoxarifado no montante de R$5.371 na controladora e no consolidado (R$9.529 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2021).
No exercício findo em 31 de dezembro 2022 e de 2021, não há estoques oferecidos em garantia.

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora 31 de dezembro de 2022	Controladora 31 de dezembro de 2021	Consolidado 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2021
IRPJ/CSLL - antecipações e impostos retidos	142.310	60.848	179.812	94.323
PIS/COFINS - sobre aquisição de imobilizado [(1)]	80.819	85.696	89.334	94.108
PIS/COFINS - operações	504.551	307.554	523.970	331.203
PIS/COFINS - exclusão ICMS [(2)]	570.945	582.433	570.945	582.433
ICMS - sobre aquisição de imobilizado [(3)]	155.377	117.200	167.286	129.081
ICMS - operações [(4)]	1.228.434	1.208.292	1.423.375	1.363.453
Programa Reintegra [(5)]	65.969	49.869	65.971	49.265
Outros impostos e contribuições	25.349	42.082	39.057	50.291
Provisão para perda de créditos de ICMS [(6)]	(936.355)	(926.596)	(1.103.807)	(1.064.268)
	1.837.399	1.527.378	1.955.943	1.629.889
Circulante	457.430	279.713	549.580	360.725
Não circulante	1.379.969	1.247.665	1.406.363	1.269.164

1) Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"): Créditos cuja realização está atrelada ao período de depreciação do ativo correspondente.
2) A Companhia e suas controladas ajuizaram ao longo dos anos ações para reconhecer o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS, abrangendo períodos desde março de 1992.
3) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS"): Os créditos de entrada de bens destinados ao imobilizado são reconhecidos na proporção de 1/48 da entrada e mensalmente, conforme escrituração do ICMS Controle do ativo Imobilizado ("CIAP").
4) Créditos de ICMS acumulados em função do volume de exportações e crédito gerado em operações de entrada de produtos: Os créditos estão concentrados nos Estados do Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Pará, onde a Companhia busca sua realização por meio da venda a terceiros, após aprovação da Secretaria da Fazenda de cada Estado. Os créditos também estão sendo realizados por meio do consumo em suas operações de bens e consumo (*tissue*) no mercado interno.
5) Regime Especial de restituições de impostos para empresas exportadoras ("Reintegra"): Refere-se a um programa que visa restituir os custos residuais dos impostos pagos ao longo da cadeia de exportação aos contribuintes, a fim de torná-los mais competitivos nos mercados internacionais.
6) Inclui a provisão para desconto sobre venda à terceiros do crédito acumulado de ICMS no Estado do Maranhão e a provisão para perda integral do montante com baixa probabilidade de realização, das unidades dos Estados do Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Bahia devido à dificuldade de sua realização.

9.1. Movimentação da provisão para perda

ICMS	Controladora 31 de dezembro de 2022	Controladora 31 de dezembro de 2021	Consolidado 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2021
Saldo no início do exercício	(926.596)	(1.047.470)	(1.064.268)	(1.164.782)
Adição	(184.622)	(36.857)	(221.903)	(62.738)
Baixa	18.463	1.331	18.464	1.331
Reversão [(1)]	156.400	156.400	163.900	161.921
Saldo no final do exercício	(936.355)	(926.596)	(1.103.807)	(1.064.268)

1) Refere-se, principalmente, a reversão da provisão para perda decorrente da recuperação dos créditos de ICMS do estado do Espírito Santo, mediante venda a terceiros.

9.2. Período estimado de realização

A realização dos créditos relativos aos impostos a recuperar ocorrerá de acordo com a projeção orçamentária anual aprovada pela Administração, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado
2023	549.580
2024	685.677
2025	424.697
2026	249.143
2027 em diante	46.846
	1.955.943

10. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Controladora 31 de dezembro de 2022	Controladora 31 de dezembro de 2021	Consolidado 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2021
Programa de fomento florestal e parcerias	1.484.975	1.184.075	1.592.132	1.282.763
Adiantamentos a fornecedores - outros	87.674	38.164	108.146	59.564
	1.572.649	1.222.239	1.700.278	1.342.327
Circulante	87.674	38.164	108.146	59.564
Não circulante	1.484.975	1.184.075	1.592.132	1.282.763

O programa de fomento florestal consiste em um sistema de parceria incentivada à produção florestal regional, onde produtores independentes plantam eucalipto em suas próprias terras para o fornecimento do produto agrícola madeira à Companhia. A Suzano fornece as mudas de eucalipto, subsídio em insumos, além de adiantamento em dinheiro, não estando estes últimos sujeitos a avaliação pelo valor presente uma vez que serão liquidados, preferencialmente, em florestas. Adicionalmente, a Companhia apoia os produtores por meio de assessoria técnica em manejo florestal, porém não tem controle conjunto nas decisões efetivamente implementadas. Ao final dos ciclos de produção, a Companhia tem assegurado contratualmente o direito de realizar uma oferta de compra da floresta e/ou da madeira por valores em bases de mercado, entretanto, este direito não impede que os produtores negociem a floresta e/ou madeira com outros participantes do mercado, desde que, os valores incentivados sejam quitados integralmente.

11. PARTES RELACIONADAS

As operações comerciais e financeiras da Companhia com acionistas controladores, controladas e empresas pertencentes ao acionista controlador Suzano Holding S.A. ("Grupo Suzano") foram efetuadas a preços e condições específicas, bem como as práticas de governança corporativa adotadas e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação.
As transações referem-se basicamente a:
Valores ativos: (i) contas a receber pela venda de celulose, papel, *tissue* e outros produtos (ii) dividendos e juros sobre capital próprio a receber (iii) reembolso de despesas (iv) serviços sociais e (v) dividendos a receber.
Valores passivos: (i) contratos de mútuo (ii) compra de bens de consumo (iii) agenciamento de transporte rodoviário (iv) comissão de agente (v) serviços portuários (vi) reembolso de despesas (vii) serviços sociais (viii) consultoria imobiliária e (ix) dividendos a pagar.
Valores no resultado: (i) venda de celulose, papel, *tissue* e outros produtos (ii) encargos com empréstimos e variação cambial (iii) agenciamento de transporte rodoviário (iv) serviços portuários (v) concessão de fianças e gastos administrativos (vi) geração e distribuição de energia (vii) serviços sociais e (viii) consultoria imobiliária.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve alterações relevantes nas condições dos contratos, acordos e transações celebradas, bem como não houve novas contratações, acordos ou transações de naturezas distintas celebradas entre a Companhia e suas partes relacionadas.

11.1. Saldos patrimoniais e montantes incorridos durante o exercício

Controladora	Ativo 31 de dezembro de 2022	Ativo 31 de dezembro de 2021	Passivo 31 de dezembro de 2022	Passivo 31 de dezembro de 2021	Resultado financeiro 31 de dezembro de 2022	Resultado financeiro 31 de dezembro de 2021	Resultado operacional 31 de dezembro de 2022	Resultado operacional 31 de dezembro de 2021
Transações com acionista controlador								
Administradores e pessoas vinculadas				(22.875)				
Alden Fundo de Investimento em Ações				(17.701)				
Controladores				(131.841)				
Suzano Holding	5	2		(248.789)			91	(2.621)
	5	2		(421.206)			91	(2.621)
Transações com empresas controladas e operações em conjunto								
Fibria Celulose (U.S.A.) INC.						1		2
Fibria Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.	105	1.019	(1.223)	(3.220)	(9)		(3.907)	(20.300)
Itacel - Terminal de Celulose de Itaqui S.A.			(6.701)				(26.148)	
Maxcel Empreendimentos e Participações S.A.	1.847							
Mucuri Energética S.A.	133				30		555	1.398
Paineiras Logística e Transporte Ltda.	71	65	(6.426)	(3.834)			(151.117)	(178.638)
Portocel - Terminal Espec. Barra do Riacho S.A.	3.752	2.630	(2.715)		(81)		(82.214)	(74.089)
SBFC Participações Ltda	16	56	(498)	(5.011)	8		(3.435)	(15.953)
Stenfar S.A. Indl. Coml. Imp. Y. Exp	52.339	31.963	(1.848)	(1.183)	(29.336)	6.191	170.571	103.242
Suzano Austria GmbH			(38.710.441)	(41.382.392)	2.033.305	(3.619.794)		875
Suzano International Trading GmbH	678.170	5.430.311	(8.801.605)	(13.975.268)	210.520	(1.559.806)	18.762.783	18.553.748
Suzano Pulp and Paper America Inc		78				4		83
Suzano Pulp and Paper Europe S.A.	232.623	216.143	(12.675.943)	(15.117.483)	(999.859)	(3.529.279)	1.516.490	213.196
Suzano Trading Ltd		500.800			96.054	1.246.606	11.067	1.632.935
Suzano Shanghai Ltd.								(45)
Veracel Celulose S.A.	5.271	11.091	(5)	(28)			2.471	7.205
	974.327	6.194.156	(60.207.405)	(70.488.419)	1.310.632	(7.456.077)	20.197.116	20.223.659
Transações com empresas do Grupo Suzano e outras partes relacionadas								
Administradores (exceto remuneração - nota 11.2)			(5)	(9)			(47)	(422)
Bexma Participações Ltda.	1	1					38	24
Bizma Investimentos Ltda.	1	1					10	6
Ensyn Technologies						1		
Fundação Arimax							4	2
Ibema Companhia Brasileira de Papel	106.940	80.511	(3.705)	(6.288)			218.226	169.965
Instituto Ecofuturo - Futuro para o Desenvolvimento Sustentável	3	1	(66)				(4.603)	(4.399)
IPLF Holding S.A.	23						38	10
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.							(194)	(170)
Mabex Representações e Participações Ltda.								(137)
Outros acionistas			(2.719)	(495.545)				
	106.968	80.514	(6.495)	(501.842)		1	213.472	164.879
	1.081.300	6.274.672	(60.213.900)	(71.411.467)	1.310.632	(7.456.076)	20.410.679	20.385.917

continua →

→ continuação

suzano

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
2022

Suzano S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 16.404.287/0001-55

www.suzano.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	Controladora			
	Ativo		Passivo	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Ativo				
Contas a receber de clientes (nota 7)	**1.062.760**	6.252.981		
Dividendos a receber	**16.917**	21.089		
Outros ativos	**1.623**	602		
Passivo				
Fornecedores (nota 17)			**(25.181)**	(51.796)
Dividendos a pagar			**(2.720)**	(916.751)
Partes relacionadas - circulante			**(19.161.334)**	(3.246.312)
Partes relacionadas - não circulante			**(41.024.659)**	(67.196.599)
Outros passivos			**(6)**	(9)
	1.081.300	6.274.672	**(60.213.900)**	(71.411.467)

	Consolidado							
	Ativo		Passivo		Resultado financeiro		Resultado operacional	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Transações com acionista controlador								
Administradores e pessoas vinculadas				(22.875)				
Alden Fundo de Investimento em Ações				(17.701)				
Controladores				(131.841)				
Suzano Holding	**5**	2		(248.789)			**91**	(2.621)
	5	2		(421.206)			**91**	(2.621)
Transações com empresas controladas e operações em conjunto								
Administradores (exceto remuneração - nota 11.2)			(5)	(9)			**(47)**	(422)
Bexma Participações Ltda	**1**	1					**38**	24
Bizma Investimentos Ltda	1	1					**10**	6
Ensyn Technologies						1		
Fundação Arimax							**4**	2
Ibema Companhia Brasileira de Papel [1]	**106.940**	80.511	**(3.705)**	(6.288)			**218.226**	169.965
Instituto Ecofuturo - Futuro Para o Desenvolvimento Sustentável	**3**	1	(66)				**(4.603)**	(4.399)
IPLF Holding S.A.	**23**						**38**	10
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda							**(194)**	(170)
Mabex Representações e Participações Ltda								(137)
Outros acionistas			**(5.094)**	(497.867)				
	106.968	80.514	**(8.870)**	(504.164)		1	**213.472**	164.879
	106.973	80.516	**(8.870)**	(925.370)		1	**213.563**	162.258
Ativo								
Contas a receber de clientes (nota 7)	**99.608**	73.598						
Dividendos a receber	**7.334**	6.604						
Outros ativos	**31**	314						
Passivo								
Fornecedores (nota 17)			**(3.776)**	(6.288)				
Dividendos a pagar			**(5.094)**	(919.073)				
Outros passivos				(9)				
	106.973	80.516	**(8.870)**	(925.370)				

1) Refere-se, principalmente, a venda de celulose.

11.2. Remuneração dos administradores

As despesas relacionadas à remuneração do pessoal-chave da Administração, incluindo o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva Estatutária, reconhecidas no resultado, estão apresentadas no quadro a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Benefícios de curto prazo		
Salário ou pró-labore	**50.228**	48.693
Benefícios direto ou indireto	**1.099**	880
Bônus	**7.031**	6.474
	58.358	56.047
Benefícios de longo prazo		
Pagamento baseado em ações	**36.390**	46.306
	36.390	46.306
	94.748	102.353

Os benefícios de curto prazo incluem remuneração fixa (salários e honorários, férias, gratificação obrigatória e 13º salário), encargos sociais (contribuições para seguridade social - INSS parte empresa) e remuneração variável como participação nos lucros, bônus e benefícios (veículo, assistência médica, vale-refeição, vale-alimentação, seguro de vida e plano de previdência privada).

Os benefícios de longo prazo incluem o plano de opção de compra de ações e ações fantasmas para executivos e membros-chave da Administração, de acordo com as regulamentações específicas, conforme divulgado na nota 22.

12. IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA ("IRPJ") E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO ("CSLL")

12.1. Impostos diferidos

A Companhia calcula o IRPJ e a CSLL, corrente e diferido, com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para IRPJ e 9% para CSLL, sobre o lucro líquido auferido. Os saldos são reconhecidos no resultado da Companhia pelo regime de competência.

As controladas sediadas no Brasil, tem seus tributos calculados e provisionados de acordo com a legislação vigente e seu regime tributário específico, incluindo, em alguns casos, o lucro presumido. As controladas sediadas no exterior, são sujeitas à tributação de acordo com as legislações fiscais de cada país.

Os valores de IRPJ e CSLL diferidos são reconhecidos pelos montantes líquidos no ativo ou no passivo não circulante.

No Brasil, a Lei nº. 12.973/14 revogou o artigo 74 da Medida Provisória nº. 2.158/01 e determina que a parcela do ajuste do valor do investimento em controlada, direta ou indireta, domiciliada no exterior, equivalente aos lucros por ela auferidos antes do imposto sobre a renda, excetuando a variação cambial, deverá ser computada na determinação do lucro real e na base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido da pessoa jurídica controladora domiciliada no Brasil, ao fim de cada ano.

A Administração da Companhia acredita na validade das previsões dos tratados internacionais assinados pelo Brasil para evitar a dupla tributação. De modo a garantir seu direito à não bitributação, a Companhia ingressou em abril de 2019 com ação judicial, que tem por objetivo a não tributação, no Brasil, do lucro auferido por sua controlada situada na Áustria, de acordo com a Lei nº. 12.973/14. Em razão da decisão liminar concedida em favor da Companhia nos autos da referida ação judicial, a Companhia decidiu por não adicionar o lucro da Suzano International Trading GmbH, sediada na Áustria, na determinação do lucro real e na base de cálculo da CSLL sobre o lucro líquido da Companhia para o exercicio findo em 31 de dezembro de 2022. Não há provisão quanto ao imposto relativo ao lucro da referida controlada em 2022.

12.1.1. Composição do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Prejuízo fiscal	**1.204.911**	1.155.031	**1.207.096**	1.156.876
Base negativa da contribuição social	**444.463**	410.362	**445.250**	411.074
Diferenças temporárias ativas				
Provisão para passivos judiciais	**253.146**	237.773	**268.596**	249.345
Provisões operacionais e para perdas diversas	**918.892**	899.475	**999.028**	965.130
Variação cambial	**4.297.503**	6.555.202	**4.297.503**	6.555.202
Perdas com derivativos ("MtM")		2.193.693		2.193.693
Amortização da mais valia oriunda da combinação de negócios	**680.142**	699.535	**680.142**	699.535
Lucro não realizado nos estoques	**363.052**	298.888	**363.052**	298.888
Arrendamento	**364.000**	371.891	**364.838**	373.372
	8.526.109	12.821.850	**8.625.505**	12.903.115
Diferenças temporárias passivas				
Ágio - Aproveitamento fiscal sobre ágio não amortizado contabilmente	**1.023.103**	746.489	**1.023.103**	746.489
Imobilizado - Custo atribuído	**1.214.347**	1.313.126	**1.217.349**	1.316.859
Depreciação acelerada incentivada	**869.997**	944.949	**869.997**	944.949
Custos de transação	**210.834**	99.399	**210.834**	99.399
Valor justo dos ativos biológicos	**700.400**	428.201	**703.274**	430.966
Imposto de renda e contribuição social diferido sobre mais/menos valia alocado, líquido			**398.950**	427.313
Créditos sobre exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS	**194.121**	198.027	**194.121**	198.027
Ganhos com derivativos ("MtM")	**9.164**		**9.164**	
Demais diferenças temporárias	**13.603**	12.654	**13.416**	9.184
	4.235.569	3.742.845	**4.640.208**	4.173.186
Ativo não circulante	**4.290.540**	9.079.005	**3.986.415**	8.729.929
Passivo não circulante			**1.118**	

Os prejuízos fiscais e a depreciação acelerada incentivada são alcançadas somente pelo IRPJ, e a base negativa da contribuição social somente pela CSLL, as demais bases tributáveis foram sujeitas a ambos os tributos.

12.1.2. Composição do prejuízo fiscal acumulado e da base negativa da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Prejuízo fiscal a compensar	**4.819.644**	4.620.124	**4.828.384**	4.627.504
Base negativa da contribuição social a compensar	**4.938.478**	4.559.578	**4.947.222**	4.567.489

12.1.3. Movimentação do saldo líquido das contas de impostos diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
No início do exercício	**9.079.005**	9.052.983	**8.729.929**	8.676.432
Prejuízo fiscal	**49.880**	148.838	**50.220**	143.868
Base negativa da contribuição social	**34.101**	83.406	**34.176**	81.662
Provisão para passivos judiciais	**15.373**	7.755	**19.251**	16.245
Provisão (reversão) de provisões operacionais e para perdas diversas	**19.417**	(51.103)	**33.898**	(53.467)
Variação cambial	**(2.257.699)**	442.296	**(2.257.699)**	442.296
Ganhos com derivativos ("MtM")	**(2.202.857)**	(110.140)	**(2.202.857)**	(110.140)
Amortização da mais e menos valia oriunda da combinação de negócios	**(19.393)**	(19.110)	**8.970**	22.996
Lucro não realizado nos estoques	**64.164**	122.041	**64.164**	122.041
Arrendamento	**(7.891)**	84.825	**(8.534)**	86.306
Aproveitamento fiscal sobre ágio não amortizado contabilmente	**(276.614)**	(276.614)	**(276.614)**	(276.614)
Imobilizado - custo atribuído	**98.779**	68.412	**99.510**	68.783
Depreciação acelerada incentivada	**74.952**	80.187	**74.952**	80.187
Custos de transação	**(111.435)**	10.637	**(111.435)**	10.637
Valor justo do ativo biológico	**(272.199)**	(206.572)	**(272.308)**	(225.586)
Impostos diferidos sobre o resultado de controladas no exterior		(33.893)		(33.893)
Créditos sobre exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS	**3.906**	(154.468)	**3.906**	(154.468)
Demais diferenças temporárias	**(949)**	(170.475)	**(4.232)**	(167.356)
No final do exercício	**4.290.540**	9.079.005	**3.985.297**	8.729.929

12.1.4. Período estimado de realização

A projeção de realização dos impostos diferidos de natureza ativa foi preparada com base nas melhores estimativas da Administração que são baseadas em premissas significativas, como preço de venda médio líquido da celulose e do papel e preço de transferência com sua controlada na Áustria. Todavia, há outras premissas que não estão sob o controle da Companhia, como índices de inflação, câmbio, preços de celulose praticados no mercado internacional e demais incertezas econômicas do Brasil, os resultados futuros podem divergir daqueles considerados na preparação da projeção consolidada, conforme apresentado a seguir:

	Consolidado
2023	**3.078.195**
2024	**872.910**
2025	**112.461**
2026	**817.251**
2027	**106.069**
2028 a 2030	**1.452.452**
2031 a 2032	**2.186.167**
	8.625.505

12.2. Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o resultado líquido

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado	**28.295.928**	8.575.397	**28.655.581**	8.832.957
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal de 34%	**(9.620.616)**	(2.915.635)	**(9.742.898)**	(3.003.205)
Efeito tributário sobre diferenças permanentes				
Tributação (diferença) de resultado de controladas no Brasil e no exterior [1]	**(88.155)**	(180.695)	**4.915.243**	3.445.206
Resultado de equivalência patrimonial	**5.328.670**	3.831.456	**96.685**	44.309
Juros pagos e não dedutíveis em transações com controladas ("Subcapitalização") [2]	**(505.553)**	(603.612)	**(505.553)**	(603.612)
Crédito Programa Reintegra	**7.514**	7.130	**7.829**	7.398
Gratificações dos diretores	**(11.602)**	(15.248)	**(12.208)**	(15.656)
Incentivos fiscais aplicáveis [3]	**36.068**	4.947	**51.839**	16.443
Baixa de créditos tributários, doações, multas e outros	**(60.637)**	(77.354)	**(71.631)**	(88.308)
	(4.914.311)	50.989	**(5.260.694)**	(197.425)
Imposto de renda				
Corrente	**(117.364)**	(48.278)	**(464.312)**	(276.431)
Diferido	**(3.493.762)**	79.235	**(3.485.267)**	69.669
	(3.611.126)	30.957	**(3.949.579)**	(206.762)
Contribuição social				
Corrente	**(34.593)**	(9.448)	**(46.584)**	(15.684)
Diferido	**(1.268.592)**	29.480	**(1.264.531)**	25.021
	(1.303.185)	20.032	**(1.311.115)**	9.337
Resultado com imposto de renda e contribuição social no exercício	**(4.914.311)**	50.989	**(5.260.694)**	(197.425)
Alíquota efetiva da despesa com IRPJ e CSLL	**17,37%**	(0,59)%	**18,36%**	2,24%

1) O efeito da diferença de tributação de empresas controladas deve-se, substancialmente, à diferença entre as alíquotas nominais do Brasil e controladas no Brasil e no exterior.

2) As regras brasileiras de subcapitalização ("*thin capitalization*") estabelecem que os juros pagos ou creditados por uma entidade brasileira a uma parte relacionada no exterior só podem ser deduzidos para fins de imposto de renda e para contribuição social, se a despesa de juros for vista como necessária para as atividades da entidade local e quando determinados limites e requisitos forem atendidos. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia não atendia a todos os limites e requisitos para a dedutibilidade.

3) Dedução do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido são referentes a utilização dos benefícios (i) incentivos fiscais aplicáveis ao ICMS, (ii) lucro da exploração, (iii) gastos com pesquisa e desenvolvimento, (iv) PAT ("Programa de Alimentação ao Trabalhador"), (v) doações realizadas em projetos de caráter cultural, (vi) fundos de direito da criança e adolescente, (vii) incentivos ao desporto, (viii) fundos do idoso e (ix) prorrogação da licença maternidade e paternidade.

12.3. Incentivos Fiscais

A Companhia possui incentivo fiscal de redução parcial do imposto de renda obtido pelas operações conduzidas em áreas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE") e em áreas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia ("SUDAM"). O incentivo de redução do IRPJ é calculado com base no lucro da atividade (lucro da exploração) e considera a alocação do lucro operacional pelos níveis de produção incentivada para cada produto.

Área/Região	Companhia	Vencimento
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE")		
Mucuri (BA) - Linha 1	Suzano	2024
Mucuri (BA) - Linha 2	Suzano	2027
Eunápolis (BA)	Veracel	2025
Imperatriz (MA)	Suzano	2024
Aracruz (ES)	Portocel	2030
Aracruz (ES)	Suzano	2031
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia ("SUDAM")		
Belém (PA)	Suzano	2025

13. ATIVOS BIOLÓGICOS

A movimentação dos ativos biológicos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Saldo no início do exercício	**11.736.626**	10.740.414	**12.248.732**	11.161.210
Adição	**4.763.155**	3.634.667	**4.957.380**	3.807.608
Exaustão	**(3.499.913)**	(3.038.339)	**(3.665.057)**	(3.189.726)
Transferência		23.471		23.471
Ganho na atualização do valor justo	**1.163.107**	689.937	**1.199.759**	763.091
Alienação	**(82.331)**	(211.433)	**(82.331)**	(211.433)
Outras baixas	**(26.723)**	(102.091)	**(26.297)**	(105.489)
Saldo no final do exercício	**14.053.921**	11.736.626	**14.632.186**	12.248.732

O cálculo do valor justo dos ativos biológicos se enquadra no nível 3 da hierarquia estabelecida no CPC 46/IFRS 13 - Mensurações do Valor Justo, devido à complexidade e estrutura do cálculo.

As premissas de Incremento Médio Anual ("IMA"), taxa de desconto e preço bruto médio de venda do eucalipto, destacam-se como sendo as principais, notadamente pela maior sensibilidade, ou seja, onde aumentos ou reduções geram ganhos ou perdas relevantes na mensuração do valor justo.

As premissas e dados utilizados na mensuração do valor justo dos ativos biológicos foram:

i) Ciclo médio de formação florestal de 6 e 7 anos;
ii) Áreas úteis plantadas de florestas a partir do 3º ano de plantio;
iii) O IMA que consiste no volume estimado de madeira com casca em m^3 por hectare, apurado com base no material genético aplicado em cada região, práticas silviculturais e de manejo florestal, potencial produtivo, fatores climáticos e de condições do solo;
iv) O custo-padrão médio por hectare estimado contempla gastos com silvicultura e manejo florestal, aplicados a cada ano de formação do ciclo biológico das florestas, acrescidos do custo dos contratos de arrendamento de terras e do custo de oportunidade das terras próprias;
v) Os preços brutos médios de venda do eucalipto, que foram baseados em pesquisas especializadas em transações realizadas pela Companhia e com terceiros independentes; e
vi) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa é calculada com base em estrutura de capital e demais premissas econômicas para um participante de mercado independente de comercialização de madeira em pé (florestas).

A mensuração das premissas consolidadas utilizadas é apresentada a seguir:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Área útil plantada (hectare)	**1.097.081**	1.060.806
Ativos maduros	**134.752**	138.739
Ativos imaturos	**962.329**	922.067
Incremento médio anual (IMA) - m^3/hectare/ano	**37,07**	37,58
Preço médio de venda do eucalipto - R$/$m^3$	**90,16**	76,38
Taxa de desconto - % (após os impostos)	**9,1%**	8,9%

O modelo de precificação considera os fluxos de caixa líquidos, após a dedução dos tributos sobre o lucro com base nas alíquotas vigentes.

A variação do valor justo dos ativos biológicos justificada pela variação dos indicadores acima mencionados, que combinados, resultaram em uma variação positiva de R$1.199.759 no consolidado, reconhecida na rubrica outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (nota 30).

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Mudanças físicas	**(37.088)**	148.190
Preço	**1.236.847**	614.901
	1.199.759	763.091

continua →

→ continuação

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022

Suzano S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 16.404.287/0001-55

www.suzano.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

A Companhia administra os riscos financeiros e climáticos relacionados com a atividade agrícola de forma preventiva. Para redução dos riscos decorrentes de fatores edafoclimáticos, é realizado monitoramento através de estações meteorológicas e, nos casos de ocorrência de pragas e doenças, o Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento Florestal, uma área da Companhia especializada em fisiologia e fitossanidade, adota procedimentos para diagnóstico e ações rápidas contra as possíveis ocorrências e perdas (nota 4.7).

A Companhia não possui ativos biológicos oferecidos em garantia no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

14. INVESTIMENTOS

14.1. Composição dos investimentos líquidos

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Investimentos em controladas, coligadas, operações em conjunto e negócios em conjunto, líquidos	**22.312.272**	22.895.269	**354.200**	263.965
Mais valia de ativos na aquisição de controladas	**761.873**	830.643		
Investimentos - Ágio	**233.399**	231.743	**233.399**	231.743
Outros investimentos avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Celluforce	**24.917**	28.358	**24.917**	28.358
	23.332.461	23.986.013	**612.516**	524.066

14.2. Investimentos em controladas, coligadas, operações em conjunto e negócios em conjunto, líquidos

	Informações das entidades em 31 de dezembro de 2022			Participação da Companhia No patrimônio líquido		No resultado do exercício	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação societária (%)	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Controladas, coligadas, operações em conjunto							
No Brasil							
Caravelas Florestal S.A. (1) (2)		**21**				**21**	
F&E Tecnologia do Brasil S.A.	**199**		**100,00%**	**199**	199		
Fibria Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.	**166.087**	**(20.426)**	**100,00%**	**166.087**	180.786	**(20.426)**	(14.820)
Maxcel Empreendimentos e Participações S.A.	**404.019**	**7.776**	**100,00%**	**404.019**	285.290	**7.776**	(678)
Mucuri Energética S.A.	**84.059**	**19.777**	**100,00%**	**84.059**	64.282	**19.777**	(3.357)
Paineiras Logística e Transportes Ltda.	**22.473**	**(1.933)**	**100,00%**	**22.473**	24.405	**(1.933)**	942
Parkia BA Participações S.A. (1) (2)		**308**				**77**	
Parkia SP Participações S.A. (1) (2)		**34**				**9**	
Parkia MS Participações S.A. (1) (2)		**38**				**11**	
Parkia ES Participações S.A. (1) (2)		**(27)**				**(7)**	
Portocel - Terminal Espec. Barra do Riacho S.A.	**182.061**	**27.079**	**51,00%**	**92.853**	81.355	**13.810**	9.517
Projetos Especiais e Investimentos Ltda.	**1.110**	**(3.204)**	**100,00%**	**1.110**	1.014	**(3.204)**	(166)
Rio Verde Participações e Propriedades Rurais S.A. (2)		**(2)**			361.817	**(2)**	4
SFBC Participações Ltda.	**15.184**	**(2.856)**	**100,00%**	**15.184**	18.040	**(2.856)**	(3.074)
Veracel Celulose S.A.	**2.839.586**	**63.982**	**50,00%**	**1.419.795**	1.399.436	**31.991**	54.704
Vitex BA Participações S.A. (1) (2)		**227**				**227**	
Vitex SP Participações S.A. (1) (2)		**25**				**25**	
Vitex MS Participações S.A. (1) (2)		**25**				**25**	
Vitex ES Participações S.A. (1) (2)		**(23)**				**(23)**	
No exterior							
Ensyn Corporation	**4.701**	**(3.898)**	**26,59%**	**1.250**	4.222	**(1.036)**	(6.332)
Fibria Celulose (USA) Inc.	**258.564**	**(19.627)**	**100,00%**	**258.564**	278.191	**(19.627)**	28.325
Fibria Overseas Finance Ltd.	**66.950**	**4.854**	**100,00%**	**66.950**	62.096	**4.854**	51.652
FuturaGene Ltd.	**20.981**	**(34.591)**	**100,00%**	**20.981**	2.435	**(34.591)**	(7.447)
Spinnova Plc (3)	**594.214**		**19,03%**	**113.079**	125.653	**2.871**	(17.613)
Stenfar S.A. Indl. Coml. Imp. Y. Exp.	**186.551**	**128.461**	**100,00%**	**186.551**	58.090	**128.461**	28.292
Suzano Austria GmbH.	**291.013**	**159.659**	**100,00%**	**291.013**	131.354	**159.659**	141.327
Suzano Canada Inc.	**21.497**	**(17.304)**	**100,00%**	**21.497**	24.615	**(17.304)**	(15.106)
Suzano Finlandia Oy	**78.148**	**(10.313)**	**100,00%**	**78.148**	25.939	**(10.313)**	(3.517)
Suzano International Trade GmbH.	**18.343.460**	**15.251.218**	**100,00%**	**18.343.460**	17.545.809	**15.251.218**	10.291.446
Suzano Pulp and Paper America Inc.	**103.008**	**(506)**	**100,00%**	**103.008**	103.514	**(506)**	15.995
Suzano Pulp and Paper Europe S.A.	**346.833**	**(3.101)**	**100,00%**	**346.833**	349.415	**(3.101)**	109.748
Suzano Shanghai Ltd.	**4.778**	**(2.084)**	**100,00%**	**4.778**	6.862	**(2.084)**	913
Suzano Material Technology Development Ltd.	**19.310**	**(1.820)**	**100,00%**	**19.310**		**(1.820)**	
Suzano Trading International KFT	**172**	**(141)**	**100,00%**	**172**	313	**(141)**	(202)
Suzano Trading Ltd. (2)		**(111.211)**			1.626.047	**(111.211)**	454.174
Suzano Ventures LLC	**11.028**	**(601)**	**100,00%**	**11.028**		**(601)**	
				22.072.401	22.761.179	**15.390.026**	11.114.727
Negócios em conjunto							
No Brasil							
Ibema Companhia Brasileira de Papel	**318.630**	**97.978**	**49,90%**	**158.996**	117.439	**48.891**	44.026
No exterior							
F&E Technologies LLC	**10.461**		**50,00%**	**5.230**	5.594		
Woodspin Oy	**151.290**	**(4.441)**	**50,00%**	**75.645**	11.057	**(2.220)**	(4)
				239.871	134.090	**46.671**	44.022
Mais-valia de ativos na aquisição de controladas (2)				**761.873**	830.643		
Ágio				**233.399**	231.743		
Outros investimentos e movimentações				**24.917**	28.358	**235.862**	110.239
				1.020.189	1.090.744	**235.862**	110.239
Total do investimento da controladora				**23.332.461**	23.986.013	**15.672.559**	11.268.988

1) Inclui a aquisição da totalidade das ações diretas e indiretas das sociedades da estrutura Parkia e Caravelas (nota 1.2.4 e 1.2.5).
2) Em 30 de setembro de 2022, ocorreu a incorporação das entidades pela Suzano S.A. devido a reestruturação societária.
3) Em 31 de dezembro de 2022, o preço da ação cotado na *Nasdaq First North Growth Market* (NFNGM) é de EUR5,44 (cinco Euros e quarenta e quatro centavos).

14.3. Movimentação dos investimentos, líquidos - Controladora

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Saldo no início do exercício	**23.986.013**	12.430.438
Resultado de equivalência patrimonial (1)	**15.437.226**	11.268.163
Aumento de capital em controladas	**351.452**	347.346
Amortização de mais valia de controladas	**(68.770)**	(81.922)
Dividendos	**(15.653.945)**	(27.595)
Investimentos avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**(3.441)**	2.020
Passivo atuarial	**(6.239)**	1.511
Outros resultados abrangentes - efeito cambial	**(16.035)**	46.006
Outras movimentações	**(407)**	46
Aquisição de controladas (2)	**3.830.263**	
Incorporação de controladas (3)	**(4.523.656)**	
Saldo no final do exercício	**23.332.461**	23.986.013

1) Saldo não considera a realização de outros resultados abrangentes.
2) Aquisição da totalidade das ações diretas e indiretas das sociedades da estrutura Parkia e Caravelas (nota 1.2.4 e 1.2.5).
3) Saldo de investimento de empresas incorporadas (Nota 1.1).

15. IMOBILIZADO

Controladora	Terrenos	Imóveis	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizado em andamento	Outros (1)	Total
Taxa de depreciação média a.a. %		3,57	5,97		16,52	
Custo						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**8.822.427**	**8.150.694**	**41.263.941**	**833.704**	**1.009.362**	**60.080.128**
Adições	35.243		308.339	1.662.613	18.515	2.024.710
Baixas (2)	(536.881)	(1.656)	(125.671)		(3.919)	(668.127)
Transferências e outros (3)	379.151	196.678	626.774	(949.716)	31.212	284.099
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**8.699.940**	**8.345.716**	**42.073.383**	**1.546.601**	**1.055.170**	**61.720.810**
Adições (4)	**5.089**	**241**	**378.707**	**11.009.737**	**9.534**	**11.403.308**
Incorporação de controladas (5)	**4.187.768**			**3.351**	**1**	**4.191.120**
Baixas	**(67.895)**	**(16.183)**	**(228.000)**		**(31.696)**	**(343.774)**
Transferências (3)	**930.624**	**202.269**	**1.033.900**	**(2.369.653)**	**181.617**	**(21.243)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**13.755.526**	**8.532.043**	**43.257.990**	**10.190.036**	**1.214.626**	**76.950.221**
Depreciação						
Saldo em 31 de dezembro de 2020		**(2.815.579)**	**(20.174.442)**		**(630.753)**	**(23.620.774)**
Adições		(290.010)	(2.219.643)		(115.976)	(2.625.629)
Baixas		495	107.939		2.744	111.178
Transferências		(113)	1.141		(506)	522
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**(3.105.207)**	**(22.285.005)**		**(744.491)**	**(26.134.703)**
Adições		**(269.244)**	**(2.233.140)**		**(118.578)**	**(2.620.962)**
Baixas		**5.844**	**170.170**		**28.341**	**204.355**
Transferências		**1.765**	**(204)**		**240**	**1.801**
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**(3.366.842)**	**(24.348.179)**		**(834.488)**	**(28.549.509)**
Valor contábil						
Saldo em 31 de dezembro de 2021	8.699.940	5.240.509	19.788.378	1.546.601	310.679	35.586.107
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**13.755.526**	**5.165.201**	**18.909.811**	**10.190.036**	**380.138**	**48.400.712**

1) Inclui veículos, móveis e utensílios e equipamentos de informática.
2) Em 2021, contemplava, principalmente, a baixa pela venda de imóveis rurais à Turvinho, cujo contrato foi assinado em novembro de 2020.
3) Contempla a transferência realizada entre as rubricas de ativo imobilizado, intangível e estoques. Em 2021, contempla transferência de venda de imóveis rurais para mantidos para a venda, decorrente do contrato assinado junto à Turvinho.
4) A adição de imobilizado em andamento refere-se, substancialmente ao Projeto Cerrado, dos quais, temos o valor de R$1.832.746 como efeito não caixa no período.
5) Refere-se, substancialmente, a aquisição dos ativos oriundos da incorporação das sociedades da estrutura Parkia (nota 1.2.4), Caravelas (nota 1.2.5) e Rio Verde Participações e Propriedades Rurais S.A.

Consolidado	Terrenos	Imóveis	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizado em andamento	Outros (1)	Total
Taxa de depreciação média a.a. %		3,57	5,97		16,52	
Custo						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**9.912.305**	**9.203.134**	**43.184.495**	**883.384**	**1.059.595**	**64.242.913**
Adições	38.786		319.887	1.768.938	22.973	2.150.584
Baixas (2)	(539.528)	(1.656)	(253.341)	(1.323)	(13.763)	(809.611)
Transferências (3)	379.539	214.340	698.591	(1.047.084)	35.796	281.182
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**9.791.102**	**9.415.818**	**43.949.632**	**1.603.915**	**1.104.601**	**65.865.068**
Adições (4)	**5.089**	**516**	**381.741**	**11.220.806**	**15.832**	**11.623.984**
Adição de incorporadas (5)	**3.829.344**					**3.829.344**
Baixas	**(69.773)**	**(16.476)**	**(228.926)**		**(33.157)**	**(348.332)**
Transferências (3)	**930.646**	**245.017**	**1.057.918**	**(2.451.570)**	**194.052**	**(23.937)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**14.486.408**	**9.644.875**	**45.160.365**	**10.373.151**	**1.281.328**	**80.946.127**
Depreciação						
Saldo em 31 de dezembro de 2020		**(3.245.786)**	**(21.176.572)**		**(663.665)**	**(25.086.023)**
Adições		(331.691)	(2.356.184)		(120.796)	(2.808.671)
Baixas		495	186.775		11.535	198.805
Transferências		(115)	1.145		(506)	524
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**(3.577.097)**	**(23.344.836)**		**(773.432)**	**(27.695.365)**
Adições		**(310.429)**	**(2.367.163)**		**(124.464)**	**(2.802.056)**
Baixas		**5.863**	**170.491**		**29.773**	**206.127**
Transferências		**1.765**	**(204)**		**240**	**1.801**
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**(3.879.898)**	**(25.541.712)**		**(867.883)**	**(30.289.493)**
Valor residual						
Saldo em 31 de dezembro de 2021	9.791.102	5.838.721	20.604.796	1.603.915	331.169	38.169.703
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**14.486.408**	**5.764.977**	**19.618.653**	**10.373.151**	**413.445**	**50.656.634**

1) Inclui veículos, móveis e utensílios e equipamentos de informática.
2) Em 2021, contempla, principalmente, a baixa pela venda de imóveis rurais à Turvinho, cujo acordo foi assinado em novembro de 2020.
3) Contempla a transferência realizada entre as rubricas de ativo imobilizado, intangível, estoques. Em 2021, contempla transferência de venda de imóveis rurais para mantidos para a venda, decorrente do contrato assinado junto à Turvinho.
4) A adição de imobilizado em andamento refere-se, substancialmente ao Projeto Cerrado, dos quais, temos o valor de R$1.832.746 como efeito não caixa no período.
5) Refere-se, substancialmente, a aquisição da totalidade das ações diretas e indiretas das sociedades da estrutura Parkia (nota 1.2.4) e Caravelas (nota 1.2.5).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia avaliou os impactos de negócio, mercado e climático e não identificou nenhum evento que indicasse a necessidade de efetuar um teste para verificação e qualquer provisão referente ao valor recuperável (*impairment*) do ativo imobilizado (nota 4.7).

15.1. Bens oferecidos em garantia

No exercício findo em 31 de dezembro 2022, os bens do ativo imobilizado que foram oferecidos em garantia em operações de empréstimos e processos judiciais, composto substancialmente pelas unidades de Suzano e Três Lagoas, totalizaram R$12.773.662 na controladora e no consolidado (R$19.488.481 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2021).

15.2. Custos de empréstimos capitalizados

O montante dos custos de empréstimos capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro 2022 foi de R$359.407 na controladora e no consolidado (R$18.624 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2021). A taxa média ponderada, ajustada pela equalização dos efeitos cambiais, utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi 12,49% a.a. na controladora e no consolidado (12,04% a.a. na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2021).

16. INTANGÍVEL

16.1. Ativos intangíveis com vida útil indefinida

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Facepa	**119.332**	119.332
Fibria	**7.897.051**	7.897.051
Outros (1)	**3.405**	3.216
	8.019.788	8.019.599

1) Referem-se a outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, tais como servidão de passagem de estrada e energia elétrica.

Os ágios apresentados acima estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, suportados por laudos de avaliações, após alocação dos ativos identificados.

O valor do ágio por expectativa de rentabilidade futura foi alocado às unidades geradoras de caixa e estão divulgados na nota 29.4.

O teste de recuperabilidade dos ativos é efetuado anualmente com base no método de fluxo de caixa descontado. Em 2022, foram utilizados como base, o planejamento orçamentário, estratégico e financeiro da Companhia com projeções de crescimento até o ano de 2027 e perpetuidade média da unidade geradora de caixa considerando uma taxa nominal de 3,3% a.a. a partir desta data, baseados no histórico dos últimos anos, bem como as projeções econômico-financeiras de cada mercado em que a Companhia atua, impactos das potenciais mudanças climáticas, além de informações oficiais de instituições independentes e governamentais.

A taxa de desconto nominal, depois dos impostos, utilizada pela Administração para a elaboração do fluxo de caixa descontado foi de 8,7% a.a., sendo calculada com base no custo médio ponderado de capital ("*Weighted Average Cost of Capital* - WACC"). Adicionalmente, foram adotadas as premissas apresentadas na tabela a seguir:

Preço líquido médio da celulose - Mercado externo (US$/tonelada)	668,6
Preço líquido médio da celulose - Mercado interno (US$/tonelada)	600,6
Taxa de câmbio médio (R$/U.S.$.)	5,19
Taxa de desconto (depois dos impostos)	8,7% a.a.
Taxa de desconto (antes dos impostos)	12,09% a.a.

Com base nas análises da Administração, efetuadas em 2022, o valor recuperável é superior ao valor contábil e consequentemente, não foi identificado ajuste para redução dos saldos dos ativos ao valor recuperável (*impairment*).

16.2. Ativos intangíveis com vida útil definida

	Taxa média % a.a.	Controladora 31 de dezembro de 2022	Controladora 31 de dezembro de 2021	Consolidado 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2021
No início do exercício		**7.555.584**	8.467.095	**8.014.740**	8.741.949
Adições		**3.963**	25.152	**90.499**	285.278
Baixas				**(51)**	
Amortização		**(951.482)**	(953.844)	**(966.796)**	(973.516)
Transferências e outros		**32.101**	17.181	**34.791**	(38.971)
No final do exercício		**6.640.166**	7.555.584	**7.173.183**	8.014.740
Representados por					
Acordo de não competição	5,0 e 46,10	**105**	736	**5.128**	5.394
Concessão de portos (1)	4,30	**45.884**	48.031	**554.832**	199.658
Contratos arrendamentos	16,90	**14.374**	21.873	**14.374**	21.873
Contratos de fornecedores	12,90	**55.554**	70.368	**55.554**	70.368
Contratos serviços portuários	4,20	**577.141**	606.504	**579.289**	609.283
Cultivares	14,30	**61.176**	81.568	**61.176**	81.568
Marcas e patentes	10,00	**10.788**	13.924	**10.935**	14.071
Relacionamento com clientes	9,10	**5.746.860**	6.567.840	**5.746.860**	6.567.840
Relacionamento com fornecedor	17,60	**20.624**	30.937	**21.427**	31.993
Softwares	20,00	**105.119**	112.683	**113.946**	121.312
Outros (1)	3,72	**2.541**	1.120	**9.662**	291.380
		6.640.166	7.555.584	**7.173.183**	8.014.740

1) A variação do saldo consolidado refere-se, substancialmente, a entrada em operação do Porto de Itaqui, em São Luís, Maranhão.

17. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Em moeda nacional				
Partes relacionadas (nota 11) (1)	**22.464**	51.796	**3.776**	6.288
Terceiros (2) (3)	**3.932.718**	2.454.434	**4.171.988**	2.677.052
Em moeda estrangeira				
Partes relacionadas (nota 11)	**2.717**			
Terceiros (3)	**1.536.590**	121.820	**2.030.806**	605.557
	5.494.489	2.628.050	**6.206.570**	3.288.897

1) O saldo consolidado refere-se, substancialmente, a transações com Ibema Companhia Brasileira de Papel.
2) Dentro do saldo de fornecedores existem valores que foram objeto de antecipação com instituições financeiras por opção exclusiva de determinados fornecedores (Risco Sacado), sem alteração das condições de compra originalmente definidas (prazos de pagamentos e preços negociados). O saldo relativo a tais operações em 31 de dezembro de 2022 é de R$416.643 (R$180.075 em 31 de dezembro de 2021) na controladora e no consolidado.
3) Variação refere-se, substancialmente, ao saldo de fornecedores do Projeto Cerrado, sendo R$625.645 em moeda nacional e R$1.370.833 em moeda estrangeira.

continua →

→ continuação

suzano

Suzano S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 16.404.287/0001-55

DEMONSTRAÇÕES **FINANCEIRAS 2022**

www.suzano.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

18.1. Abertura por modalidade

			Controladora					
			Circulante		Não circulante		Total	
Modalidade	Indexador	Encargo médio % a.a.	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Em moeda estrangeira								
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	***LIBOR*/Fixo**			18.387				18.387
Financiamento de ativos	***SOFR***	**3,76**	**26.755**		**113.217**		**139.972**	
Outros			**2.611**				**2.611**	
			29.366	18.387	**113.217**		**142.583**	18.387
Em moeda nacional								
BNDES	**TJLP**	**8,36**	**55.708**	57.091	**185.184**	238.269	**240.892**	295.360
BNDES	**TLP**	**12,01**	**41.640**	32.855	**1.775.991**	703.501	**1.817.631**	736.356
BNDES	**Fixo**	**4,70**	**17.627**	22.593	**4.011**	21.574	**21.638**	44.167
BNDES	**SELIC**	**15,24**	**67.115**	35.086	**814.320**	782.685	**881.435**	817.771
CRA ("Certificado de Recebíveis do Agronegócio")	**CDI/IPCA**	**12,71**	**1.829.966**	1.561.639		1.687.560	**1.829.966**	3.249.199
NCE ("Nota de crédito à exportação")	**CDI**	**12,77**	**76.463**	39.535	**1.277.616**	1.276.330	**1.354.079**	1.315.865
NCR ("Nota de Crédito Rural")	**CDI**	**12,74**	**13.144**	7.335	**274.127**	273.852	**287.271**	281.187
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	**Fixo**	**8,06**	**77.694**	77.694	**1.315.813**	1.314.737	**1.393.507**	1.392.431
Debêntures	**CDI**	**14,21**	**33.689**	21.980	**5.421.113**	5.418.088	**5.454.802**	5.440.068
			2.213.046	1.855.808	**11.068.175**	11.716.596	**13.281.221**	13.572.404
			2.242.412	1.874.195	**11.181.392**	11.716.596	**13.423.804**	13.590.791
Juros sobre financiamento			**250.510**	211.982			**250.510**	211.982
Financiamentos captados a longo prazo			**1.991.902**	1.662.213	**11.181.392**	11.716.596	**13.173.294**	13.378.809
			2.242.412	1.874.195	**11.181.392**	11.716.596	**13.423.804**	13.590.791

			Consolidado					
			Circulante		Não circulante		Total	
Modalidade	Indexador	Encargo médio % a.a.	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Em moeda estrangeira								
BNDES	**UMBNDES**	**5,22**	**11.207**	14.399		11.952	**11.207**	26.351
Bonds	**Fixo**	**4,99**	**907.059**	972.053	**43.218.286**	46.253.007	**44.125.345**	47.225.060
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	***LIBOR*/Fixo**	**5,69**	**156.156**	818.896	**16.779.064**	17.916.691	**16.935.220**	18.735.587
Financiamento de ativos	***SOFR***	**3,76**	**26.755**		**113.217**		**139.972**	
Outros			**5.980**	782			**5.980**	782
			1.107.157	1.806.130	**60.110.567**	64.181.650	**61.217.724**	65.987.780
Em moeda nacional								
BNDES	**TJLP**	**8,36**	**69.495**	67.499	**246.004**	312.077	**315.499**	379.576
BNDES	**TLP**	**12,01**	**41.640**	32.854	**1.775.991**	703.502	**1.817.631**	736.356
BNDES	**Fixo**	**4,70**	**18.666**	24.672	**4.011**	22.611	**22.677**	47.283
BNDES	**SELIC**	**15,24**	**67.115**	35.086	**814.320**	782.685	**881.435**	817.771
CRA ("Certificado de Recebíveis do Agronegócio")	**CDI/IPCA**	**12,71**	**1.829.966**	1.561.639		1.687.560	**1.829.966**	3.249.199
NCE ("Nota de Crédito à Exportação")	**CDI**	**12,77**	**76.463**	39.535	**1.277.616**	1.276.330	**1.354.079**	1.315.865
NCR ("Nota de Crédito Rural")	**CDI**	**12,74**	**13.144**	7.335	**274.127**	273.852	**287.271**	281.187
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	**Fixo**	**8,06**	**77.694**	77.694	**1.315.813**	1.314.737	**1.393.507**	1.392.431
Debêntures	**CDI**	**14,21**	**33.689**	21.980	**5.421.113**	5.418.088	**5.454.802**	5.440.068
Outros (menos valia de combinação de negócios)				(18.887)				(18.887)
			2.227.872	1.849.407	**11.128.995**	11.791.442	**13.356.867**	13.640.849
			3.335.029	3.655.537	**71.239.562**	75.973.092	**74.574.591**	79.628.629
Juros sobre financiamento			**1.238.623**	1.204.490			**1.238.623**	1.204.490
Financiamentos captados a longo prazo			**2.096.406**	2.451.047	**71.239.562**	75.973.092	**73.335.968**	78.424.139
			3.335.029	3.655.537	**71.239.562**	75.973.092	**74.574.591**	79.628.629

18.2. Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
No início do exercício	**13.590.791**	14.885.298	**79.628.629**	72.899.882
Captações líquidas de custo de transação, ágio e deságio	**1.234.263**	200.000	**1.335.715**	16.991.962
Juros apropriados	**1.348.306**	767.802	**4.007.737**	3.207.278
Prêmio sobre a liquidação antecipada		32.933		260.289
Variações monetárias e cambiais, líquidas	**212.800**	206.671	**(3.949.020)**	4.847.320
Pagamento de principal	**(1.669.915)**	(1.799.926)	**(2.517.934)**	(15.469.423)
Pagamento de juros	**(1.309.979)**	(707.715)	**(4.019.072)**	(2.953.573)
Pagamento de prêmio sobre a liquidação antecipada		(32.933)		(260.289)
Amortização de custo de transação, ágio e deságio	**17.538**	42.301	**69.649**	103.246
Outras (menos valia de combinação de negócios)		(3.640)	**18.887**	1.937
No fim do exercício	**13.423.804**	13.590.791	**74.574.591**	79.628.629

18.3. Cronograma de vencimentos - não circulante

	Controladora						
	2024	2025	2026	2027	2028	2029 em diante	Total
Em moeda estrangeira							
Financiamento de ativos	**27.608**	**28.541**	**29.495**	**27.573**			**113.217**
	27.608	**28.541**	**29.495**	**27.573**			**113.217**
Em moeda nacional							
BNDES - TJLP	**22.230**	**77.991**	**81.470**	**3.493**			**185.184**
BNDES - TLP	**40.092**	**59.421**	**80.203**	**139.729**	**136.897**	**1.319.649**	**1.775.991**
BNDES - Fixo	**4.011**						**4.011**
BNDES - Selic	**56.665**	**203.766**	**203.811**	**26.309**	**26.355**	**297.414**	**814.320**
NCE ("Nota de crédito à exportação")		**640.800**	**636.816**				**1.277.616**
NCR ("Nota de Crédito Rural")		**137.500**	**136.627**				**274.127**
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	**1.315.813**						**1.315.813**
Debêntures		**2.340.550**	**2.332.422**		**748.141**		**5.421.113**
	1.438.811	**3.460.028**	**3.471.349**	**169.531**	**911.393**	**1.617.063**	**11.068.175**
	1.466.419	**3.488.569**	**3.500.844**	**197.104**	**911.393**	**1.617.063**	**11.181.392**

	Consolidado						
	2024	2025	2026	2027	2028	2029 em diante	Total
Em moeda estrangeira							
Bonds		**1.760.338**	**2.711.346**	**3.617.556**	**2.569.490**	**32.559.556**	**43.218.286**
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	**1.971.131**	**5.716.280**	**5.043.763**	**4.047.890**			**16.779.064**
Financiamento de ativos	**27.608**	**28.541**	**29.495**	**27.573**			**113.217**
	1.998.739	**7.505.159**	**7.784.604**	**7.693.019**	**2.569.490**	**32.559.556**	**60.110.567**
Em moeda nacional							
BNDES - TJLP	**47.976**	**98.193**	**85.038**	**7.060**	**3.573**	**4.164**	**246.004**
BNDES - TLP	**40.092**	**59.421**	**80.203**	**139.729**	**136.897**	**1.319.649**	**1.775.991**
BNDES - Fixo	**4.011**						**4.011**
BNDES - Selic	**56.665**	**203.766**	**203.811**	**26.309**	**26.355**	**297.414**	**814.320**
NCE ("Nota de crédito à exportação")		**640.800**	**636.816**				**1.277.616**
NCR ("Nota de Crédito Rural")		**137.500**	**136.627**				**274.127**
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	**1.315.813**						**1.315.813**
Debêntures		**2.340.550**	**2.332.422**		**748.141**		**5.421.113**
	1.464.557	**3.480.230**	**3.474.917**	**173.098**	**914.966**	**1.621.227**	**11.128.995**
	3.463.296	**10.985.389**	**11.259.521**	**7.866.117**	**3.484.456**	**34.180.783**	**71.239.562**

18.4. Abertura por moeda

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Real	**13.347.244**	13.629.978
Dólar dos Estados Unidos da América	**61.216.140**	65.972.300
Cesta de moedas	**11.207**	26.351
	74.574.591	79.628.629

18.5. Custos de captação

O custo de captação é amortizado com base nas vigências dos contratos e taxa de juros efetiva.

			Consolidado	
			Saldo a amortizar	
Modalidade	Custo	Amortização	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Bonds	**434.970**	**224.148**	**210.822**	261.006
CRA e NCE	**125.222**	**114.384**	**10.838**	21.606
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação ")	**191.710**	**116.190**	**75.520**	110.817
Debêntures	**24.467**	**14.483**	**9.984**	13.012
BNDES	**63.588**	**51.572**	**12.016**	13.473
Outros	**18.147**	**17.274**	**873**	1.148
	858.104	**538.051**	**320.053**	421.062

18.6. Operações relevantes contratadas no exercício

18.6.1. BNDES

Em 29 de março de 2022, a Companhia captou junto ao BNDES o valor de R$243.000 indexados pela taxa de juros Taxa de Longo Prazo ("TLP"), mais juros fixos de 2,33% a.a., com 2 (dois) anos de carência de principal e vencimento em maio de 2036. Os recursos foram destinados a projetos da área industrial.

Em 29 de setembro de 2022, a Companhia captou junto ao BNDES o valor de R$50.000 indexados pela taxa de juros Taxa de Longo Prazo ("TLP"), mais juros fixos de 1,77% a.a., com 7 (sete) anos de carência de principal e vencimento em novembro de 2034. Os recursos foram destinados a projetos da área florestal.

Em 29 de novembro de 2022, a Companhia captou junto ao BNDES o valor de R$400.000 indexados pela taxa de juros Taxa de Longo Prazo ("TLP"), mais juros fixos de 1,75% a.a., com 2 (dois) anos de carência de principal e vencimento em outubro de 2042. Os recursos foram destinados a projetos da área industrial.

Em 27 de dezembro de 2022, a Companhia captou junto ao BNDES o valor de R$400.000 indexados pela taxa de juros Taxa de Longo Prazo ("TLP"), mais juros fixos de 1,65% a.a., com 7 (sete) anos de carência de principal e vencimento em dezembro de 2037. Os recursos foram destinados a projetos da área florestal.

18.6.2. Export Credit Supported Facility

Em 1º de novembro de 2022, a Companhia obteve uma nova linha de crédito (*Export Credit Supported Facility*) que será financiada pela *Finnish Export Credit* - FEC e garantida pela Finnvera, agência finlandesa de crédito à exportação, no montante de até US$800.000, ou o equivalente em euros na data em que o crédito for utilizado. O custo financeiro da nova linha de crédito é de 4,63% a.a., com prazo total de amortização de 10 (dez) anos, a ser iniciado em 2025. Os recursos serão destinados ao Projeto Cerrado. Até 31 de dezembro de 2022, a linha não havia sido utilizada pela Companhia.

18.6.3. International Finance Corporation (IFC) A&B Loan - Sustainability Linked Loan (SLL)

Em 22 de dezembro de 2022, a Companhia concluiu a contratação de uma nova linha de crédito ("A&B Loan") que será financiado pelo *International Finance Corporation* (IFC) e um sindicato de bancos comerciais, em um montante total de US$600.000.

O financiamento é composto pelas seguintes partes: (i) "A-loan", no montante de US$250.000 com recursos próprios do IFC, ao custo de Term SOFR + 1,80% a.a. e prazo total de oito anos, com carência de principal de seis anos; e (ii) "B-Loan", um empréstimo sindicalizado no valor de US$350.000 ao custo de Term SOFR + 1,60% a.a. e prazo total de sete anos, com carência de principal de cinco anos. Até 31 de dezembro de 2022, a linha não havia sido utilizada pela Companhia.

A nova operação de crédito possui indicadores de performance de sustentabilidade (KPIs) associados a metas de: (a) redução de intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE); e (b) aumento da representatividade de mulheres ocupando posição de liderança na Companhia. Os recursos serão destinados ao Projeto Cerrado.

18.7. Operações relevantes liquidadas no exercício

18.7.1. Liquidação CRA

Em 14 de janeiro de 2022, a Companhia liquidou um contrato de CRA, no valor de R$761.572 (principal e juros), com vencimento original em janeiro de 2022 e ao custo de 99% a.a. da taxa do Depósito Interbancário ("DI").

Em 21 de setembro de 2022, a Companhia liquidou um contrato de CRA, no valor de R$803.385 (principal e juros), com vencimento original em setembro de 2022 e ao custo de 97% a.a. da taxa do Depósito Interbancário ("DI").

18.7.2. Liquidação Pré-Pagamento de Exportação ("PPE")

Em 19 de dezembro de 2022, a Companhia, por meio de sua subsidiária Suzano Pulp and Paper Europe S.A., liquidou o contrato de pré-pagamento de exportação no valor de US$140.971 (principal e juros), com vencimento original em dezembro de 2022 e ao custo de 1,35% a.a.

18.8. Garantias

Alguns contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas de garantia, nas quais são oferecidos os próprios equipamentos financiados ou outros ativos imobilizados são indicados pela Companhia, conforme divulgado na nota 15.1.

A Companhia não possui contratos com cláusulas restritivas financeiras (*covenants* financeiros) a serem cumpridos.

19. ARRENDAMENTO

19.1. Direito de uso

A movimentação é apresentada a seguir:

	Controladora					
	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Imóveis	Navios e embarcações	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**2.283.539**	**52.778**	**79.065**	**1.853.022**	**31**	**4.268.435**
Adições/atualizações	872.895	20.203	48.754		10	941.862
Depreciações [1]	(303.412)	(19.188)	(49.950)	(119.139)	(41)	(491.730)
Baixas [2]				(5.982)		(5.982)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**2.853.022**	**53.793**	**77.869**	**1.727.901**		**4.712.585**
Adições/atualizações	**846.345**	**64.140**	**55.878**		**139**	**966.502**
Depreciações [1]	**(358.047)**	**(38.014)**	**(59.229)**	**(118.623)**	**(41)**	**(573.954)**
Baixas [2]	**(75.026)**					**(75.026)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**3.266.294**	**79.919**	**74.518**	**1.609.278**	**98**	**5.030.107**

1) O montante de depreciação relativo aos arrendamentos de terras e terrenos foi reclassificado para a rubrica de ativos biológicos para composição do custo de formação.

2) Baixa decorrente de cancelamento de contratos.

	Consolidado					
	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Imóveis	Navios e embarcações	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**2.288.061**	**85.265**	**90.984**	**1.877.319**	**2.449**	**4.344.078**
Adições/atualizações	885.272	20.646	52.140	1.861	4.600	964.519
Depreciações [1]	(304.922)	(19.447)	(54.714)	(125.190)	(4.319)	(508.592)
Baixas [2]				(5.982)		(5.982)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**2.868.411**	**86.464**	**88.410**	**1.748.008**	**2.730**	**4.794.023**
Adições/atualizações	**849.996**	**66.821**	**61.647**		**4.216**	**982.680**
Depreciações [1]	**(360.225)**	**(40.732)**	**(64.301)**	**(124.890)**	**(2.303)**	**(592.451)**
Baixas [2]	**(75.026)**					**(75.026)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**3.283.156**	**112.553**	**85.756**	**1.623.118**	**4.643**	**5.109.226**

1) O montante de depreciação relativo aos arrendamentos de terras e terrenos foi reclassificado para a rubrica de ativos biológicos para composição do custo de formação.

2) Baixa decorrente de cancelamento de contratos

No exercício findo de 31 de dezembro 2022, a Companhia não está comprometida com contrato de arrendamento ainda não iniciado.

19.2. Contas a pagar de arrendamento

O saldo de contas a pagar de arrendamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, mensurados a valor presente e descontados pelas respectivas taxas de descontos são apresentados a seguir:

			Controladora	Consolidado
Natureza dos contratos	Taxa média de desconto % a.a. [1]	Vencimento final [2]	Valor presente do passivo	Valor presente do passivo
Terras e terrenos	12,37	Setembro/2049	**3.495.243**	**3.512.006**
Máquinas e equipamentos	11,22	Abril/2035	**151.899**	**184.861**
Imóveis	10,38	Maio/2031	**67.233**	**78.541**
Navios e embarcações	11,39	Fevereiro/2039	**2.386.220**	**2.402.672**
Veículos	10,04	Outubro/2023	**100**	**4.450**
			6.100.695	**6.182.530**

1) Para determinação das taxas de desconto, foram obtidas cotações junto a instituições financeiras para contratos com características e prazos médios semelhantes aos contratos de arrendamento.

2) Referem-se aos vencimentos originais dos contratos e, portanto, não consideram eventuais cláusulas de renovação.

A Companhia possuía transações de subarrendamento de 2 (dois) navios, as quais estavam vigentes desde 8 de fevereiro de 2021, que se encerrou em janeiro de 2022, e uma segunda transação iniciada em 11 de maio de 2021, que se encerrou em maio de 2022. Não haverá renovação de nenhuma das transações.

A movimentação é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Saldo no início do exercício	**5.806.383**	5.112.747	**5.893.194**	5.191.760
Adições	**966.502**	941.862	**982.680**	964.519
Baixas	**(75.026)**	(5.982)	**(75.026)**	(5.982)
Pagamentos	**(1.021.802)**	(990.880)	**(1.044.119)**	(1.012.137)
Apropriação de encargos financeiros [1]	**605.542**	554.388	**612.042**	560.619
Variação cambial	**(180.904)**	194.248	**(186.241)**	194.415
Saldo no final do exercício	**6.100.695**	5.806.383	**6.182.530**	5.893.194
Circulante	**658.592**	607.982	**672.174**	623.282
Não circulante	**5.442.103**	5.198.401	**5.510.356**	5.269.912

1) Em 31 de dezembro de 2022, o montante de R$178.429 na controladora e no consolidado (R$132.685 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2021), foi reclassificado para a rubrica de ativos biológicos para a composição do custo de formação.

O cronograma de desembolsos futuros não descontados a valor presente, relativos ao passivo de arrendamento, está divulgado na nota 4.2.

19.2.1. Valores reconhecidos no resultado do exercício

A posição dos saldos é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Ativos de curto prazo	**4.216**	3.539	**6.836**	5.239
Ativos de baixo valor	**345**	2.402	**1.580**	3.413
	4.561	5.941	**8.416**	8.652

19.2.2. Fluxo projetado com inflação

Os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Fluxo real		
Direito de uso	**5.109.226**	4.794.023
Passivo de arrendamento	**11.054.273**	10.676.580
Encargos financeiros	**(4.871.743)**	(4.783.386)
	6.182.530	5.893.194
Fluxo inflacionado		
Direito de uso	**6.245.835**	5.691.916
Passivo de arrendamento	**12.895.701**	11.903.938
Encargos financeiros	**(5.576.562)**	(5.609.333)
	7.319.139	6.294.605

continua →

→ continuação

Suzano S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 16.404.287/0001-55

DEMONSTRAÇÕES **FINANCEIRAS 2022**

www.suzano.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

19.2.3. Direito potencial de PIS/COFINS a recuperar

O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

				Consolidado
	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021	
Fluxos de caixa	**Nominal**	**Ajustado a valor presente**	**Nominal**	**Ajustado a valor presente**
Contraprestação a pagar	**11.053.487**	**6.182.530**	10.676.580	5.893.194
PIS/COFINS potencial (9,25%) (1)	**425.055**	**245.170**	374.667	217.460

1) Incidente sobre os contratos estabelecidos com pessoas jurídicas.

20. PROVISÃO PARA PASSIVOS JUDICIAIS

A Companhia está envolvida em determinados assuntos legais decorrentes do curso normal de seus negócios, que incluem processos tributários, previdenciários, trabalhistas, cíveis, ambientais e imobiliários.

A Companhia classifica o risco de perda dos processos legais, com base na análise de seus assessores jurídicos, as quais refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas.

A Administração da Companhia acredita que, com base nos elementos existentes na data base destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as provisões para riscos tributários, previdenciários, trabalhistas, cíveis, ambientais e imobiliários, constituídas de acordo com o CPC 25/IAS 37, são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

20.1. Saldos e movimentação da provisão por natureza dos processos com risco de perda provável, líquido dos depósitos judiciais

					Consolidado
					31 de dezembro de 2022
	Tributários e previdenciários	Trabalhistas	Cíveis, ambientais e imobiliários	Passivos contingentes assumidos (1) (2)	Total
Saldo no início do exercício	**477.096**	**178.925**	**82.592**	**2.694.541**	**3.433.154**
Pagamento	(14.948)	(44.516)	(20.497)		(79.961)
Reversão	(71.446)	(53.211)	(15.577)	(48.836)	(189.070)
Adição	14.036	157.562	56.834		228.432
Atualização monetária	15.177	17.045	15.377		47.599
Saldo de provisão	**419.915**	**255.805**	**118.729**	**2.645.705**	**3.440.154**
Depósitos judiciais	(149.951)	(12.270)	(21.623)		(183.844)
Saldo no final do exercício	**269.964**	**243.535**	**97.106**	**2.645.705**	**3.256.310**

1) Montantes oriundos de processos com probabilidade de perda possível e remota de naturezas tributária de R$2.448.564 e cível de R$197.141, mensurados e registrados pelo valor justo estimado resultante da combinação de negócios com a Fibria, em conformidade com o parágrafo 23 do CPC 15/IFRS 3.

2) Reversão decorrente de mudança de prognóstico e/ou encerramento de processos.

					Consolidado
					31 de dezembro de 2021
	Tributários e previdenciários	Trabalhistas	Cíveis, ambientais e imobiliários	Passivos contingentes assumidos (1) (2)	Total
Saldo no início do exercício	**476.070**	**217.180**	**50.368**	**2.709.253**	**3.452.871**
Pagamento	(21.155)	(37.368)	(49.519)		(108.042)
Reversão	(5.807)	(105.366)	(9.249)	(14.712)	(135.134)
Adição	17.718	88.777	79.245		185.740
Atualização monetária	10.270	15.702	11.747		37.719
Saldo de provisão	**477.096**	**178.925**	**82.592**	**2.694.541**	**3.433.154**
Depósitos judiciais	**(135.590)**	**(45.302)**	**(19.650)**		**(200.542)**
Saldo no final do exercício	**341.506**	**133.623**	**62.942**	**2.694.541**	**3.232.612**

1) Montantes oriundos de processos com probabilidade de perda possível e remota de naturezas tributária de R$2.496.358 e cível de R$198.183, mensurados e registrados pelo valor justo estimado resultante da combinação de negócios com a Fibria, em conformidade com o parágrafo 23 do CPC 15/IFRS 3.

2) Reversão decorrente de mudança de prognóstico e/ou encerramento de processos.

20.1.1. Tributários e previdenciários

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui 31 (trinta e um) (50 (cinquenta) em 31 de dezembro de 2021) processos administrativos e judiciais de natureza tributária e previdenciária, nos quais são discutidas matérias relativas diversos tributos, tais como Imposto de Renda para Pessoas Jurídicas ("IRPJ"), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), Programas de Integração Social ("PIS"), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), Contribuição Previdenciária, Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS"), entre outros, cujos valores são provisionados quando a probabilidade de perda é considerada provável pela assessoria jurídica externa da Companhia e pela Administração.

20.1.2. Trabalhistas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui 1.117 (hum mil cento e dezessete) (987 (novecentos e oitenta e sete) em 31 de dezembro de 2021) processos trabalhistas.

Em geral, os processos trabalhistas provisionados estão relacionados, principalmente, a questões frequentemente contestadas por empregados de empresas agroindustriais, como certas verbas salariais e/ou rescisórias, além de ações propostas por empregados de empresas contratadas para prestação de serviços para a Companhia.

20.1.3. Cíveis, ambientais e imobiliários

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui 66 (sessenta e seis) (57 (cinquenta e sete) em 31 de dezembro de 2021) processos cíveis, ambientais e imobiliários.

Os processos cíveis, ambientais e imobiliários provisionados estão relacionados, principalmente, a matérias de natureza indenizatória, inclusive decorrentes de obrigações contratuais, acidente de trânsito, ações possessórias, obrigações de restauração ambiental, dentre outras.

20.2. Processos com risco de perda possível

A Companhia possui contingências de natureza tributária, cível e trabalhista, cuja expectativa de perda, avaliada pela Administração e suportada pelos assessores jurídicos, está classificada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Tributários e previdenciários (1)	**7.780.979**	7.135.628	**8.201.246**	7.539.938
Trabalhistas	**291.759**	179.714	**321.428**	211.767
Cíveis, ambientais e imobiliários (1)	**3.889.464**	3.164.065	**4.414.877**	3.691.778
	11.962.202	10.479.407	**12.937.551**	11.443.483

1) Valores líquidos do saldo de menos valia alocado aos processos com probabilidade de perda possível no montante de R$2.614.518 na controladora e no consolidado (R$2.515.486 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2021), que foram registradas pelo valor justo resultante das combinações de negócios com a Fibria, em conformidade com o parágrafo 23 do CPC 15/IFRS 3, conforme apresentado na nota 20.1.1 acima.

20.2.1. Tributários e previdenciários

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui 766 (setecentos e sessenta e seis) processos tributários e previdenciários no total de R$8.201.246 (766 (setecentos e sessenta e seis) processos no total de R$7.539.938 em 31 de dezembro de 2021).

Os demais processos tributários e previdenciários referem-se a diversos tributos, tais como Imposto de Renda para Pessoas Jurídicas ("IRPJ"), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), Contribuição Previdenciária, Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS"), Imposto Sobre Serviço ("ISS"), Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), principalmente devido a divergências na interpretação das normas tributárias aplicáveis e informações fornecidas em obrigações acessórias.

A seguir, são divulgadas as contingências relevantes referentes às seguintes matérias:

(i) Auto de infração - IRPJ/CSLL - permuta de ativos industriais e florestais: em dezembro de 2012, a Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil para cobrança de Imposto de Renda para Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") sob a suposta alegação de existência de ganho de capital não tributado, em fevereiro de 2007, data de fechamento da operação onde a Companhia efetuou uma permuta de ativos industriais e florestais com a International Paper.
Em 19 de janeiro de 2016, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") julgou improcedente, por voto de qualidade do Presidente do CARF, o recurso apresentado pela Companhia no processo administrativo. A Companhia foi intimada da decisão em 25 de maio de 2016, de forma que, tendo em vista a impossibilidade de novos recursos e o consequente encerramento do caso na esfera administrativa, decidiu prosseguir com a discussão perante o Poder Judiciário, que está devidamente garantida. A ação judicial foi julgada de maneira favorável aos interesses da Companhia e atualmente aguarda-se o julgamento do recurso de apelação da Fazenda Nacional. Foi mantido o posicionamento de não constituir provisão para contingências, uma vez que em seu entendimento e de seus assessores jurídicos externos a probabilidade de perda da causa é possível. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o montante é de R$ R$2.505.970 (R$2.351.673 em 31 de dezembro de 2021).

(ii) Auto de infração - IRPJ/CSLL - glosa da depreciação, amortização e exaustão - período 2010: em dezembro de 2015, a Companhia foi autuada para cobrança de Imposto de Renda para Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") sob a suposta alegação de indedutibilidade das despesas de depreciação, amortização e exaustão utilizadas pela Companhia em sua apuração no ano-calendário de 2010. A Companhia apresentou Impugnação administrativa, julgada parcialmente procedente. Referida decisão foi objeto de recurso voluntário, apresentado pela Companhia em novembro de 2017, O julgamento foi convertido em diligência e, atualmente aguarda-se a conclusão da diligência determinada pelo CARF. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o montante é de R$777.362 (R$728.567 em 31 de dezembro de 2021).

(iii) IRPJ/CSLL - homologação parcial - período 1997: a Companhia deu entrada em processo de compensação de créditos oriundos de saldo negativo apurado no ano de 1997 com débitos devidos à Receita Federal do Brasil ("RFB"). Em março de 2009, a RFB homologou apenas R$83.000, gerando uma diferença de R$51.000. A Companhia aguarda ainda conclusão da análise dos créditos discutidos em esfera administrativa após decisão favorável do CARF em agosto de 2019, que deu provimento ao recurso voluntário interposto pela Companhia. Para outra parte do crédito, a Companhia ajuizou ação para discutir a exigibilidade do saldo devedor, a qual aguarda julgamento em segunda instância do seu Recurso de Apelação, interposto após sentença de julgamento improcedente a ação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o montante é de R$111.775 (R$106.811 em 31 de dezembro de 2021).

(iv) Incentivos fiscais - Agência de Desenvolvimento do Nordeste ("ADENE"): em 2002, a Companhia pleiteou e teve reconhecido pela Secretaria da Receita Federal (SRF), sob a condição de realizar novos investimentos em suas unidades localizadas na área de abrangência da ADENE, o direito de usufruir do benefício da redução do IRPJ e adicionais, não restituíveis, apurados sobre o lucro da exploração, para as fábricas A e B (período de 2003 a 2013) e fábrica C (período de 2003 a 2012), todas da unidade Aracruz, depois de ter aprovado com a SUDENE os devidos laudos constitutivos.
Em 2004, a Companhia recebeu ofício do inventariante extrajudicial da extinta Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), informando que o direito à fruição do benefício anteriormente concedido foi julgado improcedente, de forma que providenciaria a sua revogação. Em 2005, foi lavrado auto de infração exigindo supostos valores relativos ao incentivo fiscal até então usufruído. Após discussão administrativa, o auto de infração foi julgado parcialmente procedente no sentido de reconhecer o direito da Companhia de usufruir do incentivo fiscal devido até o ano de 2003.
A Administração da Companhia, assessorada por seus consultores jurídicos, acredita que a decisão de cancelamento dos referidos benefícios fiscais é equivocada e não deve prevalecer, seja com respeito aos benefícios já usufruídos, seja em relação aos benefícios não usufruídos até os respectivos prazos finais.
Atualmente a contingência é discutida na esfera judicial, onde se aguarda julgamento dos Embargos de Declaração apresentados pela Companhia após decisão de 1ª instância desfavorável. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o montante é de R$136.733 (R$129.701 em 31 de dezembro de 2021).

(v) PIS/COFINS - Bens e Serviços - 2009 a 2011: em dezembro de 2013, a Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil exigindo a cobrança de créditos de PIS e COFINS glosados por não estarem supostamente vinculadas às suas atividades operacionais. Em primeira instância, a impugnação apresentada pela Companhia foi julgada improcedente. Interposto o Recurso Voluntário, este foi provido parcialmente em abril de 2016. Desta decisão, a Fazenda Nacional interpôs Recurso Especial à Câmara Superior, ainda pendente de julgamento, e a Companhia opôs Embargos de Declaração, parcialmente admitidos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o montante é de R$180.219 (R$169.784 em 31 de dezembro de 2021).

(vi) Compensação - IRRF - período 2000: a Companhia deu entrada em processo de compensação de créditos oriundos de IRRF apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2000 com débitos devidos à Receita Federal do Brasil. Em abril de 2008, a Receita Federal do Brasil reconheceu parcialmente o crédito em favor da Companhia. Desta decisão, a Companhia interpôs Recurso Voluntário ao CARF e o julgamento foi convertido em diligência. Atualmente, aguarda-se o início da diligência. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o montante é de R$116.105 (R$111.437 em 31 de dezembro de 2021).

(vii) Auto de infração - Créditos de IRPJ e CSLL: em 05 de outubro de 2020, a Companhia foi notificada acerca do Auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil ("RFB") visando a cobrança de créditos de IRPJ e CSLL, decorrentes da reapuração dos lucros de sua controlada Suzano Trading Ltd nos anos de 2014, 2015 e 2016. Além da Companhia, também foram incluídos como corresponsáveis solidários pelas referidas apurações, os Diretores Estatutários da referida controlada nos anos autuados. A Companhia, com base nos assessores jurídicos contratados para apresentação da defesa, classifica o prognóstico como perda possível quanto à alegação referente à Companhia e possível com viés de remoto quanto à responsabilidade dos Diretores Estatutários indicados. A Companhia apresentou a defesa administrativa e, atualmente, por meio da Resolução nº 104000033, o julgamento foi convertido em diligência, a qual aguarda-se o início. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o montante é de R$516.433 (R$470.119 em 31 de dezembro de 2021).

(viii) Auto de Infração - tributação em bases universais - ano 2015: em 3 de novembro de 2020, a Companhia foi notificada acerca do Auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil ("RFB") sob a acusação de que teria deixado de recolher IRPJ e CSLL, no ano-calendário 2015, em razão da falta de adição, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, de lucros auferidos pelas controladas no exterior. A Companhia, com base nos assessores jurídicos contratados para apresentação da defesa, classifica o prognóstico como perda possível. A Companhia apresentou a defesa administrativa. Em primeira instância, a impugnação apresentada pela Companhia foi julgada parcialmente procedente. Assim, face a decisão, foi interposto o Recurso Voluntário, atualmente, pendente de julgamento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o montante é de R$163.059 (R$149.486 em 31 de dezembro de 2021).

20.2.2. Trabalhistas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui 1.248 (hum mil duzentos e quarenta e oito) processos de natureza trabalhista, no total de R$321.428 (1.462 (mil quatrocentos e sessenta e dois) processos no total de R$211.767 em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia possui ainda diversos processos em que figuram como parte os sindicatos dos trabalhadores nos Estados da Bahia, Espírito Santo, Maranhão, São Paulo e Mato Grosso do Sul.

20.2.3. Cíveis, ambientais e imobiliário

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui 221 (duzentos e vinte e um) processos de natureza cível, ambiental e imobiliário, no total de R$4.414.877 (205 (duzentos e cinco) processos no total de R$3.691.778 em 31 de dezembro de 2021).

De maneira geral, os processos cíveis e ambientais nos quais a Companhia, inclusive suas controladas, figura como ré estão relacionados, principalmente, a discussão acerca da competência para licenciamento ambiental, reparação de danos ambientais, matérias de natureza indenizatória, inclusive, decorrentes de discussões sobre obrigações contratuais, medidas cautelares, ações possessórias, ações de reparação de danos e revisionais, ações visando à recuperação de créditos (ações de cobrança, monitórias, execuções, habilitações de crédito em falência e recuperações judiciais), ações de interesse de movimentos sociais, tais como, trabalhadores sem-terra, comunidades quilombolas, indígenas e pescadores, e ações decorrentes de acidentes de trânsito. A Companhia possui apólice de seguro de responsabilidade civil geral que visa a amparar, dentro de limites contratados na apólice, eventuais condenações judiciais, a título de danos causados a terceiros (incluindo também empregados).

Dentre os processos de natureza cível, destacam-se:

(i) 2 (duas) Ações Civis Públicas ("ACPs") movidas pelo Ministério Público Federal ("MPF") em que requer (i) liminarmente, que os caminhões da Companhia deixem de transportar madeira em rodovias federais acima de restrições legais de peso (ii) o aumento da multa por excesso de peso a ser aplicada à Suzano e (iii) indenização por danos materiais causados às rodovias federais, meio ambiente e ordem econômica e indenização por danos morais. Uma das ACPs foi julgada parcialmente procedente e a Companhia apresentou apelação ao tribunal competente com pedido de efeito suspensivo dos efeitos da sentença, o qual ainda está pendente de apreciação. A outra ACP foi julgada improcedente e aguarda-se julgamento de apelação. Em setembro de 2021 ambas foram suspensas por decisão do STJ de avaliar os pontos de discussão na forma de recurso repetitivo. Ainda sem previsão para julgamento.

(ii) A Companhia demandou um concorrente da região centro-oeste em razão da utilização indevida e desautorizada de uma variedade de eucalipto protegida por direitos de propriedade intelectual (cultivar) da controlada incorporada Fibria. A proibição de cultivo deste ativo biológico pelo concorrente é protegida por decisão liminar ainda em vigor, a qual fora confirmada em sentença favorável à Companhia, sendo que, atualmente, fora iniciado o procedimento de liquidação de sentença pela Companhia. Ressalta-se que, antes mesmo da referida sentença, o concorrente manejou ação de anulação do registro de cultivar, mas, até o momento, não houve qualquer decisão neste processo capaz de restringir o direito da Companhia.

(iii) Em novembro de 2020, um fornecedor de logística marítima iniciou um processo de arbitragem contra a Companhia após a rescisão antecipada do contrato. A contraparte pleiteia a execução de cláusula de opção de venda ou *put* (impondo a titularidade e aquisição de barcaças) supostamente prevista no contrato como penalidade pela rescisão antecipada, bem como o pagamento de supostas perdas e danos sofridos em decorrência da rescisão. A Suzano, por sua vez, alega que a opção de venda não é devida e, mesmo que fosse devida, a cláusula de opção de venda é abusiva na relação econômica do contrato. No momento, aguarda-se o julgamento de pedidos de esclarecimentos feitos pelas partes.

(iv) A Companhia ainda figura como ré em 2 ("duas") ACPs, ajuizadas em 2015 pelo MPF Ministério Público Federal ("MPF") e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária ("INCRA") em face da controlada incorporada Fibria, do Estado do Espírito Santo e do BNDES, visando a nulidade de alguns títulos de propriedade outorgado pelo Estado à Companhia nos municípios de Conceição da Barra e São Mateus. As decisões, proferidas pelo juiz de 1ªinstância da Justiça Federal, declaram a nulidade desses títulos e determinam o retorno desses imóveis à propriedade do Estado. As decisões proferidas não são definitivas e a Companhia apresentou recursos cabíveis para reversão dessa decisão em 2ª instância. Importante destacar que os imóveis cujos títulos são discutidos nas ACPs somam um total de aproximadamente 10.500 hectares, sendo que, desse total, na melhor informação da Suzano, apenas aproximadamente 4.000 hectares estão incluídos em procedimentos de demarcação iniciados no INCRA em favor de comunidades quilombolas da região. Nenhum desses procedimentos demarcatórios está finalizado. A Suzano é legítima possuidora dos imóveis em discussão e seguirá discutindo judicialmente a questão, para comprovar no judiciário a legalidade das aquisições realizadas no momento da aquisição.

(v) Dentre os processos ambientais, destaca-se 1 ("uma") ACPs ajuizadas pelo MPF na região nordeste do Brasil, desafiando a jurisdição do órgão ambiental do estado para conceder licenças ambientais. O MPF alega que os procedimentos de licenciamento ambiental relacionados à nossa planta industrial no estado do Maranhão devem ser realizados pela Agência Federal do Meio Ambiente ("IBAMA"). Os riscos envolvidos são atrasos em nosso cronograma de plantio e a suspensão das atividades da unidade industrial do Maranhão até a emissão de nova licença. Acreditamos que há boas chances de defesa neste caso, uma vez que o IBAMA não reconhece ter competência para executar o processo de licenciamento e não existe nenhum fundamento legal claro para sustentar tal jurisdição.

(vi) Além disso, a Companhia está envolvida em 1 ("uma") ACP ajuizada pelo MPF no estado dos impactos negativos da operação na Região do Baixo Parnaíba. O MPF alega que a ocupação destas áreas causou impactos socioambientais no leste maranhense. Atualmente, a ação se encontra em fase instrutória, com início dos procedimentos periciais. Há boas chances de defesa nesse caso, uma vez que o relatório usado para fundamentar os pedidos foi realizado de forma unilateral e serão questionados durante a instrução pericial.

20.3. Ativos contingentes

20.3.1. Atualização de SELIC sobre indébitos tributários

Em setembro de 2021, o STF entendeu, por maioria de votos, que a União não pode cobrar IRPJ e CSLL sobre valores referentes à taxa SELIC recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Não obstante, o referido julgamento não tenha se encerrado de forma definitiva com o respectivo trânsito em julgado, a Companhia, junto aos seus assessores, entende que a princípio não há possibilidade de reversão de entendimento quanto ao mérito. Desta forma, a Companhia realizou o levantamento dos créditos referentes a IRPJ e CSLL a serem recuperados, e tendo em vista a imaterialidade dos valores até este momento, entende pela continuidade do levantamento junto aos assessores externos para a escrituração apropriada dos ativos oportunamente.

21. PLANOS DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia oferece a seus funcionários planos suplementares de aposentadoria de contribuição definida e planos de benefícios definidos, tais como assistência médica e seguro de vida, os quais são detalhados a seguir.

21.1. Planos de aposentadoria suplementar - Contribuição definida

A Companhia possui um plano de aposentadoria suplementar vigente, conforme detalhado a seguir.

21.1.1. Suzano Prev

Em 2005, a Companhia instituiu o plano de previdência Suzano Prev administrado pela BrasilPrev, entidade aberta de previdência complementar, que atende a empregados de empresas do Grupo Suzano, no modelo de contribuição definida.

Nos termos do contrato do plano de benefícios, para os colaboradores que possuem o salário acima das 10 unidades de referência Suzano ("URS"), além da contribuição de 0,5%, as contribuições da parte empresa acompanham as contribuições dos empregados e incidem sobre a parcela do salário que excede as 10 URS's, podendo variar de 1% a 6% do salário nominal. Este plano é denominado Contribuição Básica 1.

As contribuições da Companhia ao colaborador são de 0,5% do salário nominal que não exceder a 10 URS´s, mesmo não havendo contrapartida de contribuição por parte do colaborador. Este plano é denominado Contribuição Básica 2.

A partir de agosto de 2020, para os colaboradores que possuem salário menor que as 10 URS's, poderão investir 0,5 ou 1,0% do salário nominal e a Companhia acompanhará as contribuições do colaborador. O colaborador poderá livremente optar por investir até 12% do salário na previdência Suzano Prev, sendo que o excedente da Contribuição Básica 1 ou 2 poderá ser investido na contribuição suplementar, onde não há contrapartida da Companhia e o colaborador deverá considerar as duas contribuições para limitar a 12% do salário.

O acesso ao saldo formado pelas contribuições da Companhia ocorre somente no desligamento e está diretamente relacionado ao tempo do vínculo empregatício.

As contribuições realizadas pela Companhia, para plano de previdência Suzano Prev administrado pela BrasilPrev, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 totalizaram R$15.248 reconhecidos nas rubricas custo dos produtos vendidos, despesas com vendas e gerais e administrativas (R$13.993 em 31 de dezembro de 2021).

continua →

→ continuação

suzano

Suzano S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 16.404.287/0001-55

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022

www.suzano.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

21.2. Planos de benefícios definidos
A Companhia tem como política de recursos humanos, oferecer assistência médica e seguro de vida, adicionalmente ao plano de aposentadoria complementar, sendo os valores apurados por meio de cálculo atuarial e reconhecidos no resultado, conforme detalhado a seguir.

21.2.1. Assistência médica
A Companhia garante cobertura de custos com programa de assistência médica para determinado grupo de ex-funcionários que se aposentaram até 2007, bem como para seus cônjuges e dependentes até completar a maioridade.
Para outro determinado grupo de ex-funcionários que, excepcionalmente por critério e deliberação da Companhia, ou segundo critérios e direitos associados ao cumprimento da legislação pertinente, a Companhia assegura o programa de assistência médica.
Os principais riscos atuariais associados são: (i) redução da taxa de juros (ii) sobrevida superior ao previsto nas tábuas de mortalidade (iii) rotatividade superior à esperada e (iv) crescimento dos custos médicos acima do esperado.

21.2.2. Seguro de vida
A Companhia oferece o benefício do seguro de vida para determinado grupo de ex-funcionários que se aposentaram até 2005 nas unidades de Suzano e escritório administrativo de São Paulo e que não optaram pelo plano de aposentadoria complementar.
Os principais riscos atuariais relacionados são: (i) redução da taxa de juros e (ii) mortalidade superior à esperada.

21.2.3. Movimentação do passivo atuarial
As movimentações das obrigações atuariais preparadas com base em laudo atuarial estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	**31 de dezembro de 2021**	**31 de dezembro de 2022**	**31 de dezembro de 2021**
Saldo no início do exercício	**665.552**	774.711	**675.158**	785.045
Juros sobre passivo atuarial	**57.656**	54.216	**59.258**	55.849
Perda (ganho) atuarial	**3.182**	(117.353)	**12.231**	(119.642)
Variação cambial			**(577)**	37
Benefícios pagos	**(54.493)**	(46.022)	**(54.646)**	(46.131)
Saldo no final do exercício	**671.897**	665.552	**691.424**	675.158

21.2.4. Hipóteses atuariais econômicas e biométricas
As principais hipóteses e dados biométricos utilizados na elaboração dos cálculos atuariais são apresentados a seguir:

	31 de dezembro de 2022	**31 de dezembro de 2021**
Econômicas		
Taxa de desconto nominal - plano médico e seguro de vida	**10,07% a.a.**	8,92% a.a.
Taxa de crescimento dos custos médicos	**6,86% a.a.**	6,61% a.a.
Inflação econômica	**3,50% a.a.**	3,25% a.a.
Fator de envelhecimento	**0 a 24 anos: 1,50% a.a.**	0 a 24 anos: 1,50% a.a.
	25 a 54 anos: 2,50% a.a.	25 a 54 anos: 2,50% a.a.
	55 a 79 anos: 4,50% a.a.	55 a 79 anos: 4,50% a.a.
	Acima de 80 anos: 2,50% a.a.	Acima de 80 anos: 2,50% a.a.
Biométricas		
Tábua de mortalidade geral	**AT-2000**	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	**IAPB 57**	IAPB 57
Rotatividade	**1,00% a.a.**	1,00% a.a.
Outras		
Idade de aposentadoria	**65 anos**	65 anos
Composição familiar	**Homem 4 anos + velho e 90% casados**	Homem 4 anos + velho e 90% casados
Permanência no plano	**100%**	100%

21.2.5. Análise de sensibilidade
As análises de sensibilidade quantitativas em relação às hipóteses significativas para os seguintes benefícios são demonstradas a seguir:

	Taxa de desconto		Taxa de crescimento dos custos médicos
0,50%	33.995	1,00%	69.755

21.2.6. Previsão de pagamentos e duração média das obrigações
Os pagamentos de benefícios esperados para os exercícios futuros (10 anos) a partir da obrigação dos benefícios concedidos são demonstrados a seguir:

Pagamentos	Assistência médica e seguro de vida
2023	**44.330**
2024	**47.488**
2025	**50.675**
2026	**54.003**
2027	**57.340**
2028 a 2032	**336.825**

22. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

A Companhia tem 3 (três) planos de remuneração de longo prazo baseados em ações, sendo (i) Plano de ações fantasmas ("*Phantom Shares* - PS") e (ii) Plano de apreciação do valor das ações ("*Share Appreciation Rights* - SAR"), ambos liquidados em moeda corrente e (iii) ações restritas, liquidado em ações.
A características e os critérios de mensuração de cada plano oferecido pela Companhia, estão divulgados a seguir.

22.1. Plano de remuneração de longo prazo ("PS e SAR")
Determinados executivos e membros chave da Administração possuem plano de remuneração de longo prazo atrelado ao preço da ação com liquidação em dinheiro.
No plano PS, o beneficiário não faz investimento e no plano SAR, o beneficiário deverá investir 5% (cinco) do valor total correspondente ao número de opções de ações fantasmas no momento da outorga e 20% (vinte) após 3 (três) anos para efetivar a aquisição da opção. Também outorgamos planos de remuneração de longo prazo para membros chaves da Companhia como forma de retenção.
O prazo de carência e de vencimento dos planos podem variar de 3 (três) até 5 (cinco) anos, a partir da data de outorga, de acordo com as características de cada plano.
O valor da ação é mensurado com base na média da cotação das ações dos últimos 90 pregões a partir do fechamento do último dia útil de pregão do mês anterior ao mês da outorga. Para o SAR, a mensuração também considera o *Total Shareholder Return* ("TSR"), utilizado para medir o desempenho de ações de diferentes empresas em certo intervalo de tempo, combinando o preço da ação para demonstrar o retorno proporcionado ao acionista. As parcelas destes planos são reajustadas com base na variação da cotação das ações SUZB3 na B3, entre a data de outorga e a data de pagamento. Nas datas em que não ocorra negociação das ações SUZB3, prevalecerá o valor da última negociação.
As opções de ações fantasmas somente serão pagas, caso o beneficiário mantenha o vínculo empregatício na data do pagamento. No caso de rescisão pelo beneficiário, antes de completar o prazo de carência, o mesmo perde o direito ao recebimento de todos os valores, exceto, quando estabelecido de forma contrato.
A movimentação está apresentada a seguir:

	Quantidade de opções em aberto	
	31 de dezembro de 2022	**31 de dezembro de 2021**
No início do exercício	**5.415.754**	5.772.356
Outorgadas	**4.152.200**	1.906.343
Exercidas (1)	**(1.474.506)**	(1.860.334)
Exercidas por desligamento (1)	**(175.552)**	(86.196)
Abandonadas / prescritas por desligamento	**(334.711)**	(316.415)
No final do exercício	**7.583.185**	5.415.754

1) O preço médio das ações exercidas e exercidas por desligamento, no exercício findo em 31 de dezembro 2022 foi de R$ 48,79 (quarenta e oito reais e setenta e nove centavos) (R$60,30 (sessenta reais e trinta centavos) em 31 de dezembro de 2021).
No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a posição consolidada dos planos de opções de ações fantasmas em aberto estão apresentadas a seguir:

				31 de dezembro de 2022
Programa	**Data da outorga**	**Data da carência**	**Valor justo na outorga (1)**	**Quantidade de opções outorgadas em aberto**
Diferimento 2018	01/03/2019	01/03/2023	R$ 41,10	74.101
Diferimento 2020	01/03/2021	01/03/2024	R$ 57,88	280.408
Diferimento 2020	01/03/2021	03/03/2025	R$ 57,88	280.408
Diferimento 2021 36	01/03/2022	01/03/2025	R$ 56,52	675.021
Diferimento 2021 48	01/03/2022	01/03/2026	R$ 56,52	164.951
ILP - Retenção 2020 - 36 OUT	01/10/2020	01/10/2023	R$ 38,79	33.289
ILP - Retenção 2021 - 36 out	01/10/2021	01/10/2024	R$ 58,05	2.524
ILP 2019 - 48 H	25/03/2019	25/03/2024	R$ 42,19	7.857
ILP 2019 - 48 Out	01/10/2019	01/10/2023	R$ 31,75	12.258
ILP 2020 - 36 Abr	01/04/2020	01/04/2023	R$ 38,50	46.531
ILP 2020- 48 Condição A	01/05/2020	30/04/2024	R$ 38,34	623.380
ILP 2020- 48 Condição B	01/05/2020	30/04/2024	R$ 38,34	133.581
ILP 2020- 48 Condição C	01/05/2020	30/04/2024	R$ 38,34	133.581
ILP 2021 - 24	01/03/2021	01/03/2023	R$ 56,10	6.285
ILP 2021 - 36	01/03/2021	01/03/2024	R$ 56,10	6.285
ILP 2021 - abr.23_24	16/12/2021	03/04/2023	R$ 54,81	10.511
ILP 2021 - abr.23_24	16/12/2021	01/04/2024	R$ 54,81	10.511
ILP 2021 -24 Maio	01/05/2021	01/05/2023	R$ 67,91	654
ILP 2021 36 - Abr	01/04/2021	01/04/2024	R$ 64,12	220.007
ILP 2021 -36 Maio	01/05/2021	01/05/2024	R$ 67,91	1.177
ILP 2021 -48 Abr	01/04/2021	01/04/2025	R$ 64,12	220.007
ILP Hiring/Retention Bônus 2020 - 36 Out	01/10/2020	01/10/2023	R$ 43,14	7.285
ILP Retenção 2020 - Premiação	01/10/2020	01/10/2023	R$ 43,14	4.796
ILP Retenção 2021 - Agosto	02/08/2021	01/08/2024	R$ 63,73	3.969
ILP Retenção 2021 - Julho	01/07/2021	01/07/2024	R$ 67,72	8.516
PLUS 2019	01/04/2019	01/04/2024	R$ 42,81	5.705
SAR 2018	02/04/2018	02/04/2023	R$ 21,45	4.511
SAR 2019	01/04/2019	01/04/2024	R$ 42,81	153.725
SAR 2020	01/04/2020	01/04/2025	R$ 38,50	661.714
SAR 2021	01/04/2021	01/04/2026	R$ 64,12	747.249
SAR 2022	01/04/2022	01/04/2027	R$ 58,64	1.775.750
ILP Retenção 2022	17/01/2022	17/01/2025	R$ 55,18	22.700
ILP Retenção 2022	17/01/2022	17/01/2026	R$ 55,18	22.700
ILP Retenção 2022	17/01/2022	17/01/2027	R$ 55,18	22.699
ILP Retenção 2022	01/04/2022	01/04/2025	R$ 58,64	29.490
ILP Retenção 2022	01/04/2022	01/04/2024	R$ 58,64	13.238
ILP Retenção 2022	02/06/2022	02/06/2023	R$ 55,43	1.866
ILP Retenção 2022	02/06/2022	02/06/2024	R$ 55,43	1.866
ILP Retenção 2022	02/06/2022	02/06/2025	R$ 55,43	1.923
ILP Retenção 2022	01/08/2022	01/08/2025	R$ 51,00	3.832
ILP Retenção 2022	01/10/2022	01/04/2026	R$ 47,71	148.687
ILP Retenção 2022	01/10/2022	01/04/2027	R$ 47,71	43.918
ILP Retenção 2022 - Executivo	01/04/2022	01/04/2025	R$ 58,64	953.719
				7.583.185

1) Valores expressos em Reais.

22.2. Plano de ações restritas
A Companhia também oferece plano de ações restritas baseado no desempenho da Companhia (Programa Ações Restritas). Este plano associa a quantidade de ações restritas outorgadas ao desempenho da Companhia, que em 2022 foi em relação às metas de geração de caixa operacional e ESG. A quantidade de ações restritas é definida em termos financeiros, sendo posteriormente convertida em ações com base nos últimos 60 pregões antecedentes a 31 de dezembro de 2022 da SUZB3 na B3.
Após a medição das metas que ocorre 12 meses posteriores a celebração do contrato, as ações restritas serão outorgadas imediatamente (condicionadas ao atingimento das metas estabelecidas), pois não possuem período de carência (*vesting period*). No entanto, os beneficiários da outorga devem atender ao período de *lockup* de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual não poderão comercializar as ações.
Caso os beneficiários deixem a Companhia, antes do término do exercício fiscal de referência para a medição das metas, perderão direito à outorga de ações restritas.
A posição do plano é apresentada a seguir:

Programa	Data da celebração do contrato	Data da outorga	Preço na data de outorga	Ações outorgadas	Término do período de *lockup*
2020	02/01/2020	02/01/2021	R$51,70	106.601	02/01/2024
2021	02/01/2021	02/01/2022	R$53,81	108.010	02/01/2025
2022	02/01/2022	02/01/2023	R$52,00	102.600	02/01/2026
				317.211	

Em 31 de março de 2022, o Programa 2018 teve seu período de *lockup* concluído e dessa forma, a outorga de 130.435 ações foi realizada em contrapartida as ações em tesouraria (nota 25.5).

22.3. Saldos patrimoniais e de resultado
Os planos de opções de ações fantasmas por serem liquidados em caixa, tem o seu valor justo mensurado ao término de cada período, com base no método Monte Carlo ("MMC"). O valor justo é multiplicado pelo TSR observado no período, o qual varia entre 75% e 125% e depende do desempenho da ação SUZB3 em relação às ações de empresas do mesmo setor no Brasil.
O plano de ações restritas considera as seguintes premissas:
(i) a expectativa de volatilidade foi calculada para cada data de exercício, considerando o tempo remanescente para completar o período de aquisição e a volatilidade histórica dos retornos, utilizando o modelo GARCH de cálculo de volatilidade;
(ii) a expectativa de vida média das ações fantasmas e opções de ação foi definida pelo prazo remanescente até a data limite de exercício;
(iii) a expectativa de dividendos foi definida com base no lucro por ação histórico da Companhia; e
(iv) a taxa de juros média ponderada livre de risco utilizada foi a curva pré de juros em Reais (expectativa do DI) observada no mercado aberto, que é a melhor base para comparação com a taxa de juros livre de risco do mercado brasileiro. A taxa usada para cada data de exercício altera de acordo com o período de aquisição.

Os valores correspondentes aos serviços recebidos e reconhecidos estão apresentados a seguir:

				Consolidado
	Passivo e Patrimônio líquido		Resultado e Patrimônio líquido	
	31 de dezembro de 2022	**31 de dezembro de 2021**	**31 de dezembro de 2022**	**31 de dezembro de 2021**
Passivo não circulante				
Provisão com plano de ações fantasmas	**162.117**	166.998	**(75.542)**	(94.897)
Patrimônio líquido				
Opções de ações outorgadas	**20.790**	15.455	**(5.335)**	(4.843)
Ações outorgadas	**(2.365)**		**2.365**	
	18.425	15.455	**(2.970)**	(4.843)
			(78.512)	(99.740)

23. CONTAS A PAGAR DE AQUISIÇÃO DE ATIVOS E CONTROLADAS

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	**31 de dezembro de 2021**
Aquisição de controladas		
Vitex/Parkia (1)	**1.758.365**	
	1.758.365	
Combinação de negócios		
Facepa (2)	**42.655**	40.863
Vale Florestar Fundo de Investimento em Participações ("VFFIP") (3)	**261.302**	365.089
	303.957	405.952
	2.062.322	405.952
Circulante	**1.856.763**	99.040
Não circulante	**205.559**	306.912

1) Em 22 de junho de 2022, a Companhia adquiriu a totalidade das ações das sociedades da estrutura Parkia, pelo montante de US$667 milhões (equivalente a R$3.444.255 na data da assinatura do contrato), mediante pagamento de US$330 milhões (equivalente a R$1.704.054 na data da transação) e o saldo remanescente a ser pago em 22 de junho de 2023 (nota 1.2.4).
2) Adquirido em março de 2018, pelo montante de R$307.876, mediante pagamento de R$267.876 e o saldo remanescente atualizado pelo IPCA, ajustado pelas possíveis perdas incorridas até a da data de pagamento, com vencimentos em março de 2023 e março de 2028.
3) Em agosto de 2014, a Companhia adquiriu a Vale Florestar S.A., por meio da VFFIP, pelo montante de R$528.941, mediante pagamento de R$44.998 e saldo remanescente com vencimentos até agosto de 2029. As liquidações anuais, efetuadas no mês de agosto, estão sujeitas a juros e atualizadas pela variação da taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos da América e parcialmente atualizada pela IPCA.

24. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO - CONSOLIDADO

No curso normal de seus negócios, a Companhia celebra contratos de longo prazo na modalidade *take or pay* com fornecedores de produtos químicos, transporte e gás natural. Os contratos preveem cláusulas de rescisão e suspensão de fornecimento por motivos de descumprimento de obrigações essenciais. Geralmente, é adquirido o mínimo acordado contratualmente e por essa razão não existem passivos registrados em adição ao montante que é reconhecido mensalmente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, esses compromissos de longo prazo totalizam R$14.875.422 por ano (R$13.488.327 por ano em 31 de dezembro de 2021).

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

25.1. Capital social
No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Suzano é de R$9.269.281 dividido em 1.361.263.584 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Os gastos com oferta pública são de R$33.735, totalizando um capital social líquido de R$9.235.546. A composição do capital social é apresentada a seguir:

	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021	
	Quantidade	**(%)**	**Quantidade**	**(%)**
Acionistas controladores				
Suzano Holding S.A.	**367.612.329**	**27,01**	367.612.329	27,01
Controladores	**195.064.797**	**14,33**	194.809.797	14,31
Administradores e pessoas vinculadas	**34.102.309**	**2,51**	33.800.534	2,48
Alden Fundo de Investimento em Ações	**26.154.744**	**1,91**	26.154.744	1,92
	622.934.179	**45,76**	622.377.404	45,72
Tesouraria (nota 25.5)	**51.911.569**	**3,81**	12.042.004	0,88
Outros acionistas	**686.417.836**	**50,43**	726.844.176	53,40
	1.361.263.584	**100,00**	1.361.263.584	100,00

Por deliberação do Conselho de Administração, o capital social poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 780.119.712 ações ordinárias, todas exclusivamente escriturais.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as ações ordinárias SUZB3 encerraram o exercício cotadas a R$48,24 (quarenta e oito Reais e vinte e quatro centavos) (R$60,11 (sessenta Reais e onze centavos) em 31 de dezembro de 2021).

25.2. Dividendos e cálculo de reservas
O estatuto social da Companhia estabelece que o dividendo mínimo anual é o menor valor entre:
(i) 25% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, ou
(ii) 10% da geração de caixa operacional consolidado da Companhia no exercício.

continua →

→ continuação

Suzano S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 16.404.287/0001-55

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
2022

www.suzano.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, com base nos critérios estabelecidos pelo estatuto social, apurou-se dividendos mínimos obrigatórios, em consonância ao item (ii) acima, bem como, as reservas, conforme apresentado a seguir:

	31 de dezembro de 2022
EBITDA Contábil	**29.630.671**
Itens não recorrentes e/ou não caixa	(1.435.769)
EBTIDA Ajustado	**28.194.902**
Capex Manutenção (*Sustain*)	(5.631.234)
GCO = EBTIDA Ajustado - Capex Manutenção	**22.563.668**
Dividendos (10%) - Art. 26º, "c" do Estatuto Social (ii)	**2.256.367**
Dividendos antecipados/intercalares (i)	2.350.000
Dividendos adicionais (ii)	(93.633)

(i) Em 2 de dezembro de 2022, conforme aviso aos acionistas, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares pela Companhia, no montante total de R$2.350.000, à razão de R$1,794780909 por ação, considerando o número de ações "ex-tesouraria", relacionado aos lucros apurados em 2022. O pagamento dos dividendos intercalares foi efetuado em 27 de dezembro de 2022, em Reais.

(ii) O pagamento antecipado dos dividendos relacionados ao exercício de 2022 no valor de R$2.350.000, foi imputado aos dividendos mínimos obrigatórios apurados ao final do exercício, no valor de R$2.256.367, e inclui o dividendo adicional proposto de R$93.633.

Conforme divulgado na nota 1.2.2, a Companhia aprovou em 7 de janeiro de 2022, o pagamento de dividendos intercalares no montante de R$1.000.000, pagos em 27 de janeiro de 2022, os quais foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Conforme divulgado na nota 1.2.3, a Companhia aprovou em 26 de abril de 2022, o pagamento de dividendos complementares no montante de R$799.903, pagos em 13 de maio de 2022, os quais foram imputados às reservas de lucros de exercícios anteriores.

25.3. Reservas

25.3.1. Reservas de capital

São constituídas por valores recebidos pela Companhia decorrentes de transações com acionistas e que não transitam pela demonstração de resultado, bem como podem ser utilizadas para absorção de prejuízos, quando estes ultrapassarem as reservas de lucros e resgate, reembolso e compra de ações.

25.3.2. Reservas de lucro

São constituídas pela apropriação de lucros da Companhia, após a destinação para pagamentos dos dividendos mínimos obrigatórios e após a destinação para as diversas reservas de lucros, conforme apresentado a seguir:

(i) legal: constituída na base de 5% do lucro líquido do exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e limitado a 20% do capital social, considerando que no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício social para a reserva legal. A utilização desta reserva está restrita à compensação de prejuízos e ao aumento de capital social e visa assegurar a integridade do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o saldo dessa reserva é de R$1.404.099 e em 31 de dezembro de 2021, o saldo dessa reserva era de R$235.019.

(ii) Para aumento de capital: constituída na base de até 90% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e limitado a 80% do capital social, nos termos do Estatuto Social da Companhia, após a destinação à reserva legal e aos dividendos mínimos obrigatórios. A constituição desta reserva visa assegurar à Companhia adequadas condições operacionais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o saldo dessa reserva é de R$19.732.050 e em 31 de dezembro de 2021, o saldo dessa reserva era de R$2.513.663.

(iii) estatutária especial: constituída na base de 10% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e objetiva de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o saldo dessa reserva é de R$2.192.442 e em 31 de dezembro de 2021, o saldo dessa reserva era de R$279.344.

(iv) incentivos fiscais: constituída nos termos do artigo 195-A da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 e por proposta dos órgãos da administração, destinará a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, sendo excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Em determinação do artigo 30 da Lei nº 12.973/14 e do artigo 19 do Decreto nº 1.598/77, a Companhia, pelo lucro apurado no exercício, constituiu sua reserva de incentivos fiscais, incluindo os incentivos que (i) foram absorvidos com prejuízo (ii) teriam sido reconhecidos nos exercícios anteriores, caso tivesse apurado lucro e (iii) do exercício corrente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o saldo dessa reserva é de R$879.278 e em 31 de dezembro de 2021, o saldo dessa reserva era de R$812.909.

Em virtude do saldo acumulado de reserva de lucros superar os limites estabelecidos no estatuto da Companhia, haverá na próxima assembleia a deliberação do saldo excessivo.

25.4. Ajuste de avaliação patrimonial

São alterações que ocorrem no patrimônio líquido oriundas de transações e outros eventos que não são originados com os acionistas e é apresentado líquido dos efeitos tributários, conforme a seguir:

	Conversão de debêntures 5ª emissão	Perdas atuariais	Efeito cambial e valor justo de ativos financeiros	Efeito cambial em investimento no exterior	Custo atribuído	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(45.746)**	**(216.155)**	**6.511**	**207.130**	**2.178.204**	**2.129.944**
Ganho atuarial		**78.964**				**78.964**
Ganho na conversão do ativo financeiro a valor justo			**1.333**			**1.333**
Ganho na conversão de operações no exterior				**45.181**		**45.181**
Realização parcial do custo atribuído, líquido de efeitos tributários					**(140.515)**	**(140.515)**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(45.746)**	**(137.191)**	**7.844**	**252.311**	**2.037.689**	**2.114.907**
Perda atuarial		**(7.608)**				**(7.608)**
Perda na conversão do ativo financeiro a valor justo			**(5.681)**			**(5.681)**
Perda/realização na conversão de operações no exterior				**(249.093)**		**(249.093)**
Realização parcial do custo atribuído, líquido de efeitos tributários					**(133.009)**	**(133.009)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(45.746)**	**(144.799)**	**2.163**	**3.218**	**1.904.680**	**1.719.516**

25.5. Ações em tesouraria

No exercício findo em 31 de dezembro 2022, a Companhia possui 51.911.569 ações ordinárias de sua própria emissão em tesouraria (12.042.004 em 31 de dezembro de 2021), com custo médio de R$40,84 (quarenta Reais e oitenta e quatro centavos) por ação, com valor histórico de R$2.120.324 (R$218.265 em 31 de dezembro de 2021) e de mercado correspondente à R$2.504.214 (R$723.845 em 31 de dezembro de 2021). Esta variação é decorrente da realização dos Programas de Recompra Maio e Julho/2022. Adicionalmente, por meio de fato relevante de 27 de outubro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou novo Programa de Recompra de até 20.000.000 de ações ordinárias de sua própria emissão (Programa Outubro/2022), com prazo máximo para realização de aquisição de até 18 meses.

Em 4 de maio de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Programa de Recompra ("Programa Maio/2022") de até 20.000.000 de ações ordinárias de sua própria emissão. O Programa Maio/2022, foi encerrado em 3 de agosto de 2022, por meio do qual recomprou a totalidade das ações previstas ao custo médio de R$48,33 (quarenta e oito Reais e trinta e três centavos), com valor de mercado correspondente à R$966.600.

Em 27 de julho de 2022, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou um novo Programa de Recompra de ações ("Programa Julho/2022") de até 20.000.000 de ações ordinárias de sua própria emissão. O Programa Julho/2022 foi encerrado em 27 de setembro de 2022, por meio do qual recomprou a totalidade das ações previstas ao custo médio de R$46,84 (quarenta e seis Reais e oitenta e quatro centavos), com valor de mercado correspondente à R$936.800.

Os programas de recompra de ações totalizaram R$1.903.400 de valor de mercado, acrescidos dos custos de transação de R$1.024, com desembolso total de R$1.904.424.

Em 31 de março de 2022, a Companhia outorgou 130.435 ações ordinárias ao custo médio de R$39,10 (trinta e nove Reais e dez centavos) por ação, com valor histórico de R$5.100, para o cumprimento do Programa 2018 do plano de ações restritas (nota 22.2).

	Quantidade	Custo médio por ação	Valor histórico	Valor de mercado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	12.042.004	18,13	218.265	704.939
Saldo em 31 de dezembro de 2021	12.042.004	18,13	218.265	723.845
Realização no plano de ações restritas	**(130.435)**	**18,13**	**(2.365)**	**8.156**
Recompra	**40.000.000**	**47,61**	**1.904.424**	**1.904.424**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**51.911.569**	**40,84**	**2.120.324**	**2.504.214**

25.6. Destinação do resultado

	% limite sobre o capital social	Destinação do resultado		Saldo de reservas	
		31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Realização do custo atribuído, líquido de efeitos tributários		**(133.009)**	(140.515)		
Reserva de incentivos fiscais		**66.871**	812.909	**879.278**	812.909
Reserva legal	20%	**1.169.080**	235.019	**1.404.099**	235.019
Reserva para aumento de capital	80%	**17.937.885**	2.513.663	**19.732.050**	2.513.663
Reserva estatutária especial		**1.993.098**	279.295	**2.192.442**	279.344
Reserva de capital				**18.425**	15.455
Reversão de dividendos prescritos		**(2.308)**			
Reserva destinada à distribuição de dividendos			86.889		86.889
Dividendo adicional proposto		**93.633**			
Dividendos mínimos obrigatórios propostos		**2.256.367**	913.111		
		23.381.617	4.700.371	**24.226.294**	3.943.279

26. RESULTADO POR AÇÃO

26.1. Básico

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Resultado atribuível aos acionistas controladores	**23.381.617**	8.626.386
Quantidade média ponderada de ações em circulação no exercício - em milhares	**1.361.264**	1.361.264
Média ponderada das ações em tesouraria - em milhares	**(31.043)**	(12.042)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação - em milhares	**1.330.221**	1.349.222
Resultado básico por ação ordinária - R$	**17,57724**	6,39360

26.2. Diluído

O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste da média ponderada das ações ordinárias em circulação, presumindo-se a conversão de todas as ações ordinárias que causariam a diluição.

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Resultado atribuível aos acionistas controladores	**23.381.617**	8.626.386
Quantidade média ponderada de ações em circulação no exercício (exceto ações em tesouraria) - em milhares	**1.330.221**	1.349.222
Número médio de ações potenciais (opções de compra de ações) - em milhares	**317**	327
Média ponderada da quantidade de ações (diluída) - em milhares	**1.330.538**	1.349.549
Resultado diluído por ação ordinária - R$	**17,57305**	6,39205

27. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos [(1)]	**(988.899)**	(749.178)	**(3.648.330)**	(3.188.654)
Juros sobre empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	**(3.061.408)**	(2.843.746)		
Prêmio sobre liquidação antecipada		(32.933)		(260.289)
Amortização de custos de transação, ágio e deságio [(2)]	**(17.728)**	(42.301)	**(69.881)**	(107.239)
Apropriação de encargos financeiros de arrendamento	**(427.113)**	(554.388)	**(433.613)**	(560.619)
Amortização de mais valia			**(18.887)**	(5.543)
Outras	**(192.942)**	(45.945)	**(419.659)**	(98.957)
	(4.688.090)	(4.268.491)	**(4.590.370)**	(4.221.301)
Receitas financeiras				
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	**588.054**	165.765	**818.780**	205.574
Amortização de mais valia		9.110		9.110
Juros sobre outros ativos	**91.063**	50.829	**148.230**	57.872
	679.117	225.704	**967.010**	272.556
Instrumentos financeiros derivativos				
Receitas	**11.961.959**	5.582.352	**11.969.288**	5.582.352
Despesas	**(5.201.997)**	(7.178.767)	**(5.207.721)**	(7.180.014)
	6.759.962	(1.596.415)	**6.761.567**	(1.597.662)
Variações monetárias e cambiais, líquidas				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	**(212.800)**	(206.671)	**3.949.020**	(4.847.320)
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	**4.440.342**	(5.140.790)		
Arrendamento	**180.904**	(194.248)	**186.241**	(194.415)
Outros ativos e passivos [(3)]	**(111.868)**	799.284	**(840.668)**	1.240.908
	4.296.578	(4.742.425)	**3.294.593**	(3.800.827)
Resultado financeiro, líquido	**7.047.567**	(10.381.627)	**6.432.800**	(9.347.234)

1) Não inclui R$359.407 na controladora e no consolidado referente a custos de empréstimos capitalizados, relacionado, substancialmente, ao imobilizado em andamento do projeto Cerrado (não inclui R$18.624 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2021).
2) Inclui despesa de R$190 no controlador e R$ 232 no consolidado referente a custos de transação com empréstimos e financiamentos que foram reconhecidos diretamente no resultado (R$3.993 no consolidado em 31 de dezembro de 2021).
3) Incluem efeitos das variações cambiais de clientes, fornecedores, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outros.

28. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Receita bruta de vendas	**33.175.601**	29.542.883	**59.550.424**	48.479.827
Deduções				
Devoluções e cancelamentos	**(87.503)**	(68.652)	**(91.291)**	(69.764)
Descontos e abatimentos	**(190.871)**	(126.456)	**(7.459.520)**	(5.717.412)
	32.897.227	29.347.775	**51.999.613**	42.692.651
Impostos sobre vendas	**(2.141.526)**	(1.710.900)	**(2.168.667)**	(1.727.220)
Receita líquida	**30.755.701**	27.636.875	**49.830.946**	40.965.431

29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

29.1. Critérios de identificação dos segmentos operacionais

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva Estatutária avaliam o desempenho de seus segmentos de negócio através do EBITDA.

Os segmentos operacionais definidos pela Administração são os seguintes:

i) Celulose: compreende a produção e comercialização de celulose de eucalipto de fibra curta e *fluff* principalmente para abastecer o mercado externo.
ii) Papel: compreende a produção e venda de papel para atender às demandas dos mercados interno e externo. As vendas de bens de consumo (*tissue*) estão classificadas nesse segmento devido a sua imaterialidade.

As informações referentes aos ativos e passivos totais por segmentos não são apresentadas, pois não compõem o conjunto de informações disponibilizadas aos Administradores da Companhia que, por sua vez, tomam decisões sobre investimentos e alocação de recursos considerando as informações dos ativos em bases consolidadas.

Adicionalmente, com relação às informações geográficas relacionadas a ativos não circulantes, não divulgamos tais informações, visto que todos os nossos ativos imobilizados, ativos biológicos e intangíveis estão localizados no Brasil.

29.2. Informações dos segmentos operacionais

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2022		
	Celulose	Papel	Total
Receita líquida	**41.384.322**	**8.446.624**	**49.830.946**
Mercado interno (Brasil)	**2.665.746**	**5.858.892**	**8.524.638**
Mercado externo	**38.718.576**	**2.587.732**	**41.306.308**
Ásia	18.294.046	4.059	18.298.105
Europa	12.768.321	325.503	13.093.824
América do Norte	7.055.625	608.734	7.664.359
América do Sul e Central	592.360	1.641.277	2.233.637
África	8.224	8.159	16.383
EBITDA	**26.098.309**	**3.532.362**	**29.630.671**
Depreciação, exaustão e amortização			**(7.407.890)**
Resultado operacional (EBIT) [(1)]			**22.222.781**
Margem EBITDA (%)	63,06%	41,82%	59,46%

1) Lucro Antes dos Juros e Impostos ("LAJIR"), equivalente ao termo em inglês EBIT (*Earnings Before Interest and Tax*).

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2021		
	Celulose	Papel	Total
Receita líquida	34.715.208	6.250.223	40.965.431
Mercado interno (Brasil)	2.338.810	4.380.585	6.719.395
Mercado externo	32.376.398	1.869.638	34.246.036
Ásia	15.952.786	43.961	15.996.747
Europa	10.477.292	318.666	10.795.958
América do Norte	5.694.273	424.909	6.119.182
América do Sul e Central	233.061	1.026.247	1.259.308
África	18.986	55.855	74.841
EBITDA	22.735.409	2.486.445	25.221.854
Depreciação, exaustão e amortização			(7.041.663)
Resultado operacional (EBIT) [(1)]			18.180.191
Margem EBITDA (%)	65,49%	39,78%	61,57%

1) Lucro Antes dos Juros e Impostos ("LAJIR"), equivalente ao termo em inglês EBIT (*Earnings Before Interest and Tax*).

29.3. Receita líquida por produto

A abertura da receita líquida por produto é divulgada a seguir:

	Consolidado	
Produtos	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Celulose de mercado [(1)]	**41.384.322**	34.715.208
Papel para impressão e escrita [(2)]	**6.912.984**	5.107.960
Papel cartão	**1.421.338**	1.091.588
Outros	**112.302**	50.675
	49.830.946	40.965.431

1) A receita líquida da celulose *fluff* representa, aproximadamente, 0,8% do total da receita líquida consolidada e, portanto, foi incluída na receita líquida de celulose de mercado (0,7% em 31 de dezembro de 2021).
2) A receita líquida de *tissue* representa, aproximadamente, 2,3% do total da receita líquida consolidada e, portanto, foi incluída na receita líquida de papel de impressão e escrita (2,2% em 31 de dezembro de 2021).

Com relação às receitas do mercado externo do segmento operacional celulose, China e Estados Unidos da América são os principais países em relação à receita líquida, representando 42,12% e 14,08%, respectivamente, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (China e EUA representaram 44,41% e 14,67%, respectivamente, em 31 de dezembro de 2021).

Com relação às receitas do mercado externo do segmento operacional papel, Estados Unidos da América, Peru e Argentina, são os principais países, representando 23,49%, 9,04% e 19,81% do mercado externo, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Estados Unidos da América, Peru e Argentina representaram 24,30%, 10,03% e 13,03% em 31 de dezembro de 2021).

Não há nenhum outro país estrangeiro individual que represente mais do que 10% da receita líquida no mercado externo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

29.4. Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)

Os ágios por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), oriundos de combinações de negócios foram alocados aos segmentos divulgáveis, correspondem às unidades geradoras de caixa ("UGC") da Companhia, considerando os benefícios econômicos gerados por tais ativos intangíveis e são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Celulose	**7.897.051**	7.897.051
Papel	**119.332**	119.332
	8.016.383	8.016.383

continua →

→ continuação

Suzano S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 16.404.287/0001-55

DEMONSTRAÇÕES **FINANCEIRAS 2022**

www.suzano.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

30. RECEITAS (DESPESAS) POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	**31 de dezembro de 2021**	**31 de dezembro de 2022**	**31 de dezembro de 2021**
Custo dos produtos vendidos (1)				
Gastos com pessoal	**(1.263.957)**	(1.120.507)	**(1.467.896)**	(1.174.460)
Custos com matérias-primas, materiais e serviços	**(11.069.172)**	(8.085.150)	**(11.463.862)**	(8.731.670)
Custos logísticos	**(3.782.269)**	(3.323.122)	**(4.795.161)**	(4.328.046)
Depreciação, exaustão e amortização	**(6.135.708)**	(5.565.172)	**(6.406.610)**	(5.988.248)
Outros (2)	**(772.854)**	(530.217)	**(687.759)**	(393.164)
	(23.023.960)	(18.624.168)	**(24.821.288)**	(20.615.588)
Despesas com vendas				
Gastos com pessoal	**(159.209)**	(150.794)	**(244.681)**	(219.590)
Serviços	**(94.279)**	(76.510)	**(146.184)**	(121.568)
Despesas com logística	**(396.692)**	(312.497)	**(1.065.416)**	(947.551)
Depreciação e amortização	**(949.407)**	(943.071)	**(951.626)**	(944.361)
Outros (3)	**(56.618)**	(47.770)	**(75.287)**	(58.652)
	(1.656.205)	(1.530.642)	**(2.483.194)**	(2.291.722)
Despesas gerais e administrativas				
Gastos com pessoal	**(860.673)**	(820.109)	**(1.039.733)**	(984.513)
Serviços	**(317.333)**	(270.622)	**(378.986)**	(330.727)
Depreciação e amortização	**(91.197)**	(92.848)	**(101.764)**	(103.867)
Outros (4)	**(152.149)**	(129.981)	**(189.284)**	(158.802)
	(1.421.352)	(1.313.560)	**(1.709.767)**	(1.577.909)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas				
Aluguéis e arrendamentos	**2.164**	3.321	**2.164**	3.321
Resultado na venda de outros produtos, líquido	**(12.356)**	(1.722)	**58.880**	31.865
Resultado na alienação e baixa de ativos imobilizado, intangível e biológico, líquido (5)	**1.738**	512.207	**(509)**	413.052
Resultado na atualização do valor justo do ativo biológico	**1.163.107**	689.937	**1.199.759**	763.091
Amortização de mais valia (6)	**(50.373)**	(126.194)	**52.110**	(5.187)
Créditos tributários - ICMS na base do PIS/COFINS (7)	**(1.324)**	441.880	**(1.324)**	441.880
Provisão para passivos judiciais (8)	**(145.504)**		**(156.243)**	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	**(35.834)**	102	**(33.121)**	45
	921.618	1.519.531	**1.121.716**	1.648.067

1) Inclui R$525.882 na controladora e no consolidado, referentes aos gastos com parada de manutenção (R$227.562 na controladora e no consolidado, em 31 de dezembro de 2021).
2) Inclui R$ 249.499 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 342.882 em 31 de dezembro de 2021) de efeito da eliminação do lucro dos estoques a realizar nas vendas da controladora para suas controladas que é ajustado nas demonstrações consolidadas e no resultado individual da controladora, para manter o mesmo patrimônio líquido entre a controladora e o consolidado.
3) Inclui PECLD, seguros, materiais de uso e consumo, viagens, hospedagem, feiras e eventos.
4) Inclui, substancialmente, despesas corporativas, seguros, materiais de uso e consumo, projetos sociais e doações, viagem e hospedagem. Em 31 de dezembro de 2021, inclui R$24.937 na controladora e R$25.285 no consolidado relativo às ações sociais e gastos operacionais com COVID-19.
5) Em 31 de dezembro de 2021, inclui, substancialmente, o ganho líquido na venda de imóveis rurais e florestas à Turvinho e a Bracell.
6) Não inclui R$18.887 no consolidado, referente à amortização de mais valia reconhecido como despesa financeira (nota 26) (R$5.543 em 31 de dezembro de 2021).
7) Em 31 de dezembro de 2021, refere-se ao reconhecimento de (i) R$454.318, referente ao crédito tributário e (ii) R$12.438 referente à provisão de honorários advocatícios.
8) Os saldos referentes ao período comparativo, estavam classificados em Custo do produto vendido e Despesas gerais e administrativas.

31. COBERTURA DE SEGUROS - CONSOLIDADO

A Companhia mantém cobertura de seguro para risco operacional com limite máximo para indenização de US$1.000.000 equivalente a R$5.217.700. Adicionalmente, mantém cobertura de seguro de responsabilidade civil geral no montante de US$20.000, equivalente a R$104.354 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.
A Administração da Companhia considera esse valor suficiente para cobrir possíveis riscos de responsabilidades, sinistros com seus ativos e lucros cessantes.
A Suzano não tem seguro para suas florestas. Visando minimizar o risco de incêndio, são mantidos, pela brigada interna de incêndio, um sistema de torres de observações e uma frota de caminhões. A Companhia não apresenta histórico de perdas relevantes com incêndio de florestas.
A Companhia dispõe de apólice de seguro de transporte nacional com limite máximo para indenização de R$60.000 e internacional no montante de US$75.000, equivalente a R$391.328, com vigência até maio de 2024, com renovação prevista para um período de 18 meses.
Além das coberturas mencionadas anteriormente, são mantidas em vigor apólices de responsabilidade civil dos executivos e diretores em montantes considerados adequados pela Administração.
A avaliação da suficiência das coberturas de seguro não faz parte do escopo do exame das demonstrações financeiras por parte dos auditores independentes.

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

32.1. Decisão do STF - eficácia da coisa julgada em matéria tributária
Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal no Brasil concluiu o julgamento relativos aos Temas 881 e 885, que discutem os efeitos da coisa julgada. Não obstante até a data da elaboração destas demonstrações financeiras o conteúdo das decisões ainda não ter sido publicado e encontrar-se disponível, a Companhia não é parte em nenhum processo em decorrência do qual um tributo não esteja sendo recolhido em razão de decisão passada transitada em julgado, portanto, a Companhia não terá nenhum ajuste material de provisão em função das decisões proferidas no último dia 08 de fevereiro de 2023.
32.2. Cancelamento de ações em tesouraria
Em 28 de fevereiro de 2023, a Companhia deliberou pelo cancelamento de 37.145.969 ações ordinárias, que estavam sendo mantidas em tesouraria, sem alteração do capital social e contra os saldos das reservas de lucros disponíveis. Após o cancelamento de ações, o capital social de R$9.269.281, passa a ser dividido em 1.324.117.615 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

David Feffer - Presidente
Daniel Feffer - Vice-Presidente
Nildemar Secches - Vice-Presidente
Ana Paula Pessoa - Conselheira
Gabriela Feffer Moll - Conselheira
Maria Priscila Rodini Vansetti Machado - Conselheira
Paulo Rogerio Caffarelli - Conselheiro
Paulo Sergio Kakinoff - Conselheiro
Rodrigo Calvo Galindo - Conselheiro

CONSELHO FISCAL

Eraldo Soares Peçanha - Conselheiro
Luiz Augusto Marques Paes - Conselheiro
Rubens Barletta - Conselheiro
Kurt Janos Toth - Suplente
Luiz Gonzaga Ramos Schubert - Suplente
Roberto Figueiredo Mello - Suplente

DIRETORIA EXECUTIVA

Walter Schalka
Diretor Presidente
Marcelo Feriozzi Bacci
Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores
Aires Galhardo
Diretor Executivo de Operação Celulose
Carlos Aníbal de Almeida Jr.
Diretor Executivo de Florestal, Logística e Suprimentos
Christian Orglmeister
Diretor Executivo de Novos Negócios, Estratégia, TI, Digital e Comunicação
Fernando de Lellis Garcia Bertolucci
Diretor Executivo de Pesquisa e Desenvolvimento
Leonardo Barreto de Araújo Grimaldi
Diretor Executivo de Comercial Celulose e Gente e Gestão

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Ana Paula Pessoa - Coordenadora
Carlos Biedermann - Especialista Financeiro
Adriana Caetano - Membro
Marcelo Moses de Oliveira Lyrio - Membro
Paulo Rogerio Caffarelli - Membro
Rodrigo Kede de Freitas Lima - Membro

CONTADOR

Arvelino Cassaro
CRC ES-007400/O-4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Prezados Senhores Acionistas, Os membros do Conselho Fiscal da Suzano S.A. ("Companhia"), em reunião iniciada em 14 de fevereiro de 2023 e concluída em 28 de fevereiro de 2023, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o relatório da administração e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas respectivas notas explicativas, todos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., sem ressalvas, e, tendo encontrado tais documentos em conformidade com as prescrições legais aplicáveis, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023.

Rubens Barletta
Membro

Luiz Augusto Marques Paes
Membro

Eraldo Soares Peçanha
Membro

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO ("CAE")

Sobre o Comitê
O CAE da Suzano S.A. ("Companhia") é um órgão estatutário de funcionamento permanente instituído em abril de 2019, dentro das melhores práticas de governança corporativa.
De acordo com o seu Regimento Interno e o Estatuto Social da Companhia, o CAE funcionará em caráter permanente, reportará ao Conselho e será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, eleitos pelo Conselho da Companhia, devendo: (i) pelo menos um dos membros do CAE ser também membro independente do Conselho; (ii) ao menos um dos membros do CAE ter comprovada capacitação em finanças ("*financial literacy*"), conforme estabelecido neste Regimento e na legislação aplicável (especialmente na Seção 10A do "*Securities Exchange Act* de 1934" e respectivas regras) e nas normas expedidas pelos órgãos reguladores do mercado de capitais e bolsas de valores em que estejam listados valores mobiliários da Companhia; (iii) todos os membros atender aos requisitos previstos no Artigo 147 da Lei nº 6.404/76. Atualmente, o CAE é composto por 6 (seis) membros com mandato de 2 (dois) anos, sendo a última eleição realizada em 04 de maio de 2022, ou seja, todos os membros possuem mandato válido até a primeira reunião do Conselho de Administração a ser realizada após a Assembleia Geral da Companhia que deliberar sobre as contas referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2023. Todos os membros são independentes. São membros do CAE, a Sra. Ana Paula Pessoa atua como coordenadora e integra também o Conselho de Administração da Companhia, juntamente com o Sr. Paulo Rogerio Caffarelli, Sr. Carlos Biedermann, como especialista financeiro e os Srs. Rodrigo Kede de Freitas Lima, Marcelo Moses de Oliveira Lyrio e a Sra. Adriana Caetano.
De acordo com o seu Regimento Interno, compete ao CAE, dentre outras funções, revisar, supervisionar e zelar (i) pela qualidade e integridade das informações financeiras trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares (iii) avaliar, em conjunto com os auditores independentes as políticas e práticas contábeis críticas adotadas pela Companhia (iv) Avaliar e recomendar ao Conselho de Administração a Política de Alçadas da Companhia (v) pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria independente e da auditoria interna e (vi) pela qualidade e efetividade do sistema de controles internos e da administração de riscos. As avaliações do CAE baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, dos gestores dos canais de denúncia e ouvidoria e em suas próprias análises decorrentes de observação direta.
A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações contábeis conforme normas profissionais emanadas do Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e certos requisitos específicos da Comissão de Valores Monetários ("CVM"). Os auditores independentes são igualmente responsáveis pela revisão especial dos informes trimestrais ("ITRs") arquivados junto à CVM. O relatório dos auditores independentes reflete o resultado de suas verificações e apresenta a sua opinião a respeito da fidedignidade das demonstrações contábeis do exercício em relação aos princípios de contabilidade oriundos do CFC em consonância com as normas emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB"), normas da CVM e preceitos da legislação societária brasileira. Com relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os referidos auditores independentes emitiram relatório em 28 de fevereiro de 2023, contendo opinião sem ressalvas.
Os trabalhos de auditoria interna são realizados por equipe própria. O CAE é responsável pela recomendação de aceitação ou rejeição do plano anual de auditoria interna, pelo Conselho de Administração, que na sua execução é acompanhado e orientado pelo Diretor de Auditoria Interna, vinculado diretamente ao Conselho de Administração e ainda é responsável pela revisão da estrutura organizacional e qualificações dos membros da Auditoria Interna, e resultados alcançados no desenvolvimento de suas funções. No mais, o CAE desenvolve sua atuação de forma ampla e independente, observando, principalmente, a cobertura das áreas, processos e atividades que apresentam os riscos mais sensíveis à operação e impactos mais significativos na implementação da estratégia da Companhia.
Temas discutidos pelo CAE
O CAE reuniu-se 6 (seis) vezes no período de fevereiro de 2022 a fevereiro de 2023. Dentre as atividades realizadas durante o exercício, cabe destacar os seguintes aspectos:
(i) reuniões individuais com a Auditoria Interna e Auditoria Externa para acompanhamento dos principais assuntos relacionados aos trabalhos do ano vigente, mantendo a independência e reforçando a transparência do processo;
(ii) agendas individuais com o CEO e CFO para alinhamento e acompanhamento de assuntos estratégicos para o comitê;
(iii) aprovação e acompanhamento do Programa Anual de Trabalho da Auditoria Interna e de sua execução;
(iv) conhecimento dos pontos de atenção e das recomendações decorrentes dos trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Independente, bem como fazer o acompanhamento das providências saneadoras adotadas pela Administração;
(v) monitoramento do sistema de controles internos quanto à sua efetividade e processos de melhoria, monitoramento de riscos de fraudes com base nas manifestações e reuniões com os Auditores Internos e com os Auditores Independentes, com a área de Controles Internos, *Compliance* e Ouvidoria;
(vi) análise do processo de certificação dos Controles Internos (Sarbanes-Oxley SOX) junto aos Administradores e aos Auditores Independentes;
(vii) análise, aprovação e acompanhamento do Programa Anual de Trabalho da Auditoria Independente e sua execução tempestiva;
(viii) acompanhamento do processo de elaboração e revisão das demonstrações financeiras da Companhia, do Relatório da Administração e dos *Releases* de Resultados, notadamente, mediante reuniões com os administradores e com os auditores independentes para discussão das ITRs e das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022;
(ix) acompanhamento do programa de *Compliance* da Companhia e as ações mitigatórias.
(x) acompanhamento da metodologia adotada para gestão de riscos da companhia e dos resultados obtidos, de acordo com o trabalho apresentado e desenvolvido pela área especializada e por todos os gestores responsáveis pelos riscos sob sua gestão. *Deep dive* dos principais riscos monitorados pela companhia com acompanhamento do grau de risco e entrega dos planos de mitigação, com o objetivo de garantir a evidenciação e o monitoramento dos riscos relevantes para a Companhia;
(xi) acompanhamento da evolução do programa de adequação a Privacidade & Proteção Dados Pessoais ("P&PD") e monitoramento da evolução do programa de *cybersegurança* durante o exercício de 2022;
(xii) acompanhamento dos principais indicadores de enquadramento das políticas financeiras da companhia e dos indicadores de atingimento das principais metas ESG atreladas a contratos financeiros;
(xiii) análise das provisões e contingências judiciais;
(xiv) análise e acompanhamento do funcionamento das operações de risco sacado da Companhia;
(xv) acompanhamento do canal de denúncias aberto a acionistas, colaboradores, emissores, fornecedores e ao público em geral, com responsabilidade da Ouvidoria no recebimento e apuração das denúncias ou suspeitas de violação ao Código de Ética, respeitando a confidencialidade e independência do processo e, ao mesmo tempo, garantindo os níveis apropriados de transparência;
(xvi) reuniões com os atuais auditores independentes da Companhia, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. em diversos momentos, para discussão das ITRs submetidas à sua revisão e tomou conhecimento do relatório de auditoria, contendo a opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, dando-se por satisfeito com as informações e esclarecimentos prestados; e
(xvii) atenção às transações com partes relacionadas, aos critérios adotados para avaliação do valor justo do ativo biológico e aos critérios adotados nas demais estimativas contábeis com objetivo de garantir a qualidade e transparência das informações.

Os temas acima foram submetidos à apreciação e ou aprovação de outros órgãos da administração inclusive do Conselho conforme estatuto e regimentos internos da Companhia.
Conclusão
Os membros do CAE da Companhia, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, bem como daquelas previstas no seu Regimento Interno do próprio Comitê, procederam ao exame e à análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório de auditoria contendo opinião sem ressalvas dos auditores independentes, do relatório anual da Administração e da proposta de destinação do resultado, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e o exame de auditoria realizado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., recomendam, por unanimidade, a aprovação, pelo Conselho de Administração da Companhia, dos documentos acima citados.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023.

Ana Paula Pessoa — Coordenadora
Carlos Biedermann — Especialista financeiro
Adriana Caetano — Membro
Marcelo Moses de Oliveira Lyrio — Membro
Paulo Rogerio Caffarelli — Membro
Rodrigo Kede de Freitas Lima — Membro

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

O Comitê de Auditoria da Suzano S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em atendimento ao disposto no inciso VIII do artigo 27 da Instrução CVM nº 80/22, examinou as demonstrações financeiras da controladora e consolidado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Relatório da Administração, e o relatório emitido sem ressalvas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
Não houve situações de divergências significativas entre a Administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às Demonstrações Financeiras da Companhia.
Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados, os membros do Comitê de Auditoria, abaixo assinados, opinam que as demonstrações financeiras se encontram em condições de serem aprovadas.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023.

Ana Paula Pessoa — Coordenadora
Carlos Biedermann — Especialista financeiro
Adriana Caetano — Membro
Marcelo Moses de Oliveira Lyrio — Membro
Paulo Rogerio Caffarelli — Membro
Rodrigo Kede de Freitas Lima — Membro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Instrução CVM nº 80/22, a diretoria executiva da Suzano S.A., declara que:
(i) revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022; e
(ii) revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., relativamente às demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023.

Walter Schalka - Diretor Presidente
Marcelo Feriozzi Bacci - Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores
Aires Galhardo - Diretor Executivo de Operação Celulose
Carlos Aníbal de Almeida Jr. - Diretor Executivo de Florestal, Logística e Suprimentos
Christian Orglmeister - Diretor Executivo de Novos Negócios, Estratégia, TI, Digital e Comunicação
Fernando de Lellis Garcia Bertolucci - Diretor Executivo de Pesquisa e Desenvolvimento
Leonardo Barreto de Araújo Grimaldi - Diretor Executivo de Comercial Celulose e Gente e Gestão

continua →

→ continuação

Suzano S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 16.404.287/0001-55

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
2022

www.suzano.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Suzano S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Suzano S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Suzano S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Suzano S.A. e da Suzano S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Assuntos
Porque é um PAA?
Como o assunto foi conduzido

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Recuperabilidade de tributos diferidos ativo (Nota 3.2.21 e 12)	
Em 31 de dezembro de 2022, o balanço patrimonial individual e consolidado apresenta imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no ativo não circulante, provenientes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias. Estes tributos diferidos ativos são considerados recuperáveis com base em projeções de geração de lucros tributáveis futuros, que envolvem julgamentos significativos por parte da administração, notadamente em relação ao momento da realização do prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa da contribuição social e das diferenças temporárias e os impactos futuros estimados no cálculo e na tributação do imposto de renda e contribuição social. O valor recuperável dos tributos diferidos ativos reconhecidos pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas e dados de projeções dos lucros tributáveis futuros, o que pode impactar o valor do tributo diferido ativo apresentado nas demonstrações financeiras. Além disso, a estimativa do momento da realização do prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa da contribuição social e das diferenças temporárias e seus impactos na tributação futura da Companhia exige julgamentos significativos pela administração. Por esse motivo e pela magnitude dos valores apresentados, consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos estabelecidos pela administração para mensurar o valor recuperável, bem como a metodologia de avaliação, premissas e dados utilizados no cálculo. Avaliamos, com o apoio dos nossos especialistas na área de tributos, a razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar a projeção de lucros tributáveis futuros, que inclui o preço médio líquido da celulose e do papel, assim como o preço de transferência praticado com a subsidiária na Áustria. Efetuamos a comparação dos dados utilizados na projeção com dados históricos, do setor e de mercado, bem como realizamos análise de sensibilidade sobre a projeção elaborada pela administração. Avaliamos se as projeções, incluindo a estimativa do momento de realização das diferenças temporárias, indicavam lucros tributáveis futuros suficientes para a realização dos tributos diferidos ativos, assim como a adequação das divulgações apresentadas nas notas explicativas. Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras estão consistentes com dados e informações analisadas em nossa auditoria.
Valor justo dos ativos biológicos (Notas 3.2.17 e 13)	
Os ativos biológicos da Controladora e do Consolidado correspondem a florestas de eucalipto e são mensurados ao valor justo menos as despesas de venda, aplicando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado. Esse método faz uso de dados e premissas que envolvem julgamento significativo por parte da administração, incluindo taxa de incremento médio anual das florestas e principalmente o preço de venda da madeira em pé em diferentes regiões. Este é um assunto de atenção da nossa auditoria, considerando especialmente os riscos inerentes à subjetividade de determinadas premissas que requerem o exercício de julgamento da administração e podem ter impacto relevante na determinação do valor justo e, por consequência, no resultado do exercício.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos estabelecidos pela administração para mensurar o valor justo, bem como a metodologia de avaliação, premissas e dados utilizados no cálculo. Avaliamos o modelo do fluxo de caixa descontado, bem como sua coerência geral lógica e aritmética. Definimos as principais premissas na perspectiva da auditoria e efetuamos comparações com fontes externas, avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração para apoio no cálculo do valor justo. Em relação às premissas consideradas significativas no âmbito da auditoria, como o preço de venda da madeira em pé e a taxa de incremento médio anual das florestas, efetuamos comparações com publicações externas especializadas, quando aplicável, bem como avaliamos o comportamento histórico, respectivas tendências e dados utilizados, além de avaliarmos se as informações divulgadas nas notas explicativas estavam consistentes com os requisitos da norma contábil e com as premissas utilizadas nos cálculos. Com base no resultado dos procedimentos realizados, consideramos que o modelo de avaliação está consistente com as práticas de mercado e que as premissas e dados utilizados estão devidamente suportados.
Redução ao valor recuperável de intangíveis (Nota 3.2.20 e 16.1)	
A Companhia possui registrado em seu ativo intangível, ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura, oriundo da aquisição da Fibria Celulose S.A. ocorrida em janeiro de 2019, o qual foi alocado ao segmento de celulose. O referido saldo tem sua recuperação baseada em projeções que incluem premissas e dados que envolvem julgamentos significativos da administração, incluindo a definição de unidade geradora de caixa, preço médio líquido de celulose e taxa de desconto, entre outras. Para efetuar o cálculo do valor recuperável, a administração calculou o valor em uso através da metodologia do fluxo de caixa descontado. Consideramos essa área como de foco para nossa auditoria tendo em vista a relevância do saldo, bem como que variações na determinação das premissas adotadas pela administração podem impactar a recuperação dos saldos registrados e, por consequência, os resultados das operações e a posição patrimonial e financeira da Companhia.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos estabelecidos pela administração para mensurar o valor recuperável, da metodologia de avaliação, das premissas e dados utilizados no cálculo, assim como o critério adotado para a definição da unidade geradora de caixa. Avaliamos o modelo do fluxo de caixa descontado, bem como sua coerência geral lógica e aritmética. Envolvemos nossos especialistas na área de avaliação de negócios para nos apoiar na análise e teste da taxa de desconto. Em relação às principais premissas na perspectiva da auditoria, como o preço médio líquido de celulose e taxa de desconto, efetuamos comparações com publicações externas especializadas, bem como avaliamos, por meio de análises de sensibilidade, se variações individuais ou cumulativas aproximariam o valor recuperável do valor contábil. Para as demais premissas, levamos em consideração o comportamento histórico, respectivas tendências e outras evidências que corroboram os dados utilizados. Avaliamos, também, a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração envolvidos no cálculo do valor recuperável. Com base nos trabalhos de auditoria acima resumidos, consideramos que as premissas e dados utilizados e a metodologia de avaliação do valor recuperável estão consistentes com as práticas de mercado. Assim como, as divulgações efetuadas sobre o tema estão adequadas em relação às evidências por nós obtidas.
Provisão para passivos judiciais tributários (Nota 3.2.24 e 20)	
A Companhia e suas controladas são parte passiva em processos judiciais decorrentes do curso normal de suas operações. Especialmente no caso daqueles de natureza tributária, eles são relativos a divergências na interpretação das normas tributárias, autos de infração, entre outros. A administração, com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos, estima os possíveis desfechos para esses diversos assuntos, provisiona aqueles considerados como de perda provável e divulga aqueles considerados como de perda possível. A determinação das chances de perda, assim como dos valores objetos das disputas, envolvem julgamento da administração, considerando aspectos subjetivos e evoluções jurisprudenciais, que podem mudar ao longo do processo e que não estão sob o controle da administração e, por essa razão, definimos esse tema como uma área de foco.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos estabelecidos pela administração para identificar e constituir provisões, monitorar o andamento dos processos judiciais tributários, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas. Em conjunto com os nossos especialistas da área tributária, entendemos o objeto dos principais processos em andamento, obtivemos a documentação suporte da avaliação da administração, incluindo a determinação de valores e opinião de especialistas externos contratados e avaliamos e discutimos a razoabilidade das conclusões da administração. Solicitamos e obtivemos confirmação direta dos assessores jurídicos externos responsáveis pelos processos na esfera judicial. Testamos, por amostragem, os cálculos dos valores utilizados para o provisionamento ou divulgação e avaliamos se as divulgações realizadas estão alinhadas com as normas contábeis relevantes e documentação suporte. Observamos que as conclusões da administração e a documentação suporte, incluindo as posições dos assessores jurídicos internos e externos, estão consistentes entre si e com o nosso entendimento sobre os objetos das disputas, bem como com as divulgações incluídas nas notas explicativas.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

José Vital Pessoa Monteiro Filho
Contador CRC 1PE016700/O-0